

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS

**U** LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA



LETRAS  
LISBOA

**AMÍLCAR CABRAL E O MARXISMO: dos anos de Lisboa à  
liderança do movimento de libertação durante a Guerra Fria (1948-  
1973)**

Luciana Bastos Dias

Mestrado em História de África

2020

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS

**U** LISBOA

UNIVERSIDADE  
DE LISBOA



LETRAS  
LISBOA

**AMÍLCAR CABRAL E O MARXISMO: dos anos de Lisboa à  
liderança do movimento de libertação durante a Guerra Fria (1948-  
1973)**

Luciana Bastos Dias

Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, para a obtenção do grau de Mestra em História de África, sob orientação da Professora Doutora Ana Paula Tavares e coorientação do Professor Doutor Julião Soares Sousa.

2020

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha profunda gratidão à minha orientadora, Ana Paula Tavares, que graciosamente aceitou orientar esta dissertação. Agradeço ao meu coorientador, Julião Soares Sousa, pelas indicações de bibliografia, pela disponibilidade em elucidar questões e discutir hipóteses, pela partilha de memórias, bem como por acreditar na minha capacidade e interessar-se pelas questões que eu levantava.

Aos meus professores na Faculdade de Letras, em especial àqueles que, nas unidades curriculares por que eram responsáveis, permitiram que eu desenvolvesse trabalhos de interesse para a nossa pesquisa: Peter Mark, Luís Frederico Antunes e Luís Araújo. Aos professores Carlos Almeida, Maria Manuel Torrão e Maria João Soares pelo exemplo, pelos ensinamentos e pela convivência afetuosa. À Maria Eugénia Rodrigues, que sempre se lembrava de enviar algo para a nossa pesquisa. Ao José Horta, pelo zelo com que dirige a especialidade de História de África.

Deixo o meu muito obrigada a todos aqueles que me ajudaram dando, emprestando ou indicando livros, tirando dúvidas, e discutindo ideias, desde a fase de candidatura ao curso do mestrado até a redação final da tese. Correndo o risco de esquecer algumas, passo a nomear estas pessoas. Lincoln Secco acolheu a mim e à nossa pesquisa com a mesma imensa generosidade com que recebe os seus alunos na Universidade de São Paulo. Muito obrigada a Patricia Villen pelos incentivos, inclusive o encorajamento para se estudar o tema do marxismo. Ao António Tomás pelo estímulo constante, pela troca de impressões de leituras e, sobretudo, pela nossa amizade. À Ângela Coutinho, que me sugeriu leituras, propôs questões e elucidou-me dúvidas. António Correia e Silva ajudou com ideias, esclarecimentos e indicações de leitura. Na verdade, devo a inspiração para o título do segundo capítulo a uma conversa com o António Correia, em que ele me dizia que a tarefa do historiador era *reconstituir incertezas*. Agradeço a Aurora Almada e Santos e a Vítor Barros, organizadores da *Conferência Internacional Amílcar Cabral – o “Combatente Anónimo” pelos Direitos Fundamentais da Humanidade*, pelo acolhimento no evento. Obrigada aos participantes da conferência pela atenção e pelos comentários à minha comunicação.

Posso dizer, sem exagero, que esta tese não existiria se não fosse pelo meu amigo Diego Grossi, leitor atento dos meus rascunhos. A própria ideia de fazer o mestrado surgiu após assistir à defesa da sua dissertação na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Reginaldo Domingos presenteou-me generosamente com o seu vivo interesse pela matéria e com pertinentes comentários aos meus escritos. Elías Jabbour foi dos primeiros a contribuir com livros e sugestões de leituras, e,

se olharmos bem, desde outras encarnações. Marcelo Pagliosa e Zillah Branco conseguiram-me livros essenciais para a pesquisa. Registre-se a minha gratidão para com Gustavo Rolim, sem cujo apoio desprendido eu teria nadado, nadado, e morrido na praia – este trabalho não seria o mesmo sem os nossos diálogos.

Obrigada às minhas amigas Aline Santos, Aline Torres e Camilla Mariath, e ao Leonardo Moreira, por apoios diversos e imprescindíveis. À Aline Afonso, que foi para mim uma espécie de manual de sobrevivência em Portugal. À Laura Vasconcellos, com quem chorei “um pomar de pitangas”. Aos meus colegas dos seminários de História de África, Bruno Oliveira, Inácio Manjate, Nuno Silva, Priscila Weber e Thiago Mota, pela convivência e solidariedade.

Obrigada às pessoas que vivem comigo, no meu coração, e todos os dias me ajudam a enfrentar os desafios da vida. À Mariana, minha amada irmã, que diariamente me enche de orgulho e inspiração. Aos meus pais, Jaime e Adalgisa, que me alimentam com o seu amor, e cuja alegria e valentia diante da vida inspiram os meus passos. Ao meu irmão Rômulo e à minha cunhada Juliana, companheiros na estrada da vida e nas batalhas diárias. À família do meu marido, em particular à minha amorosa sogra Odete, que, entre outras coisas, buscava a nossa pequena Carolina no infantário nos dias das aulas do mestrado. À Carolina, que desde que nasceu tem-me estimulado a fazer mais e ser melhor. Espero que um dia saiba o quanto me incentivou vê-la enfrentar os desafios da sua vida durante o período curricular do mestrado: a entrada no infantário, o desmame, o desfralde. Ao Tiago, meu companheiro na vida, sempre ao meu lado incentivando-me a estudar e a escrever, quando eu achava que já não tinha o menor jeito para isto. Sempre me lembrarei dos momentos que passamos juntos neste mestrado, como quando foi ver-me falar na *Conferência Internacional Amílcar Cabral*, ou quando assistíamos aos episódios de *A Guerra*. Obrigada principalmente por tornar a minha vida mais completa e feliz, e fazer dos anos em que estive estudando em Portugal dos mais felizes da minha vida. Ao nosso bebê Galileu, pela companhia, a paciência e a boa disposição com que aturou o processo de revisão da tese. E ao povo de Setúbal, que me tem acolhido com tanta simpatia.

Deixo para o fim o agradecimento mais importante: a você, leitor(a), que dispensou um pouco do seu tempo a este trabalho.

*São tão fortes as coisas!*  
*Mas eu não sou as coisas e me revolto.*

Carlos Drummond de Andrade

## RESUMO

Esta tese discute a relação de Amílcar Cabral (1924-1973) com o marxismo, desde os anos de estudante em Lisboa até a liderança do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Objetivou-se compreender como o seu interesse pelo marxismo interagiu com o desenvolvimento do seu ideário nacionalista, nos anos de estudante e engenheiro agrônomo (1948-1960). Na fase de dirigente do PAIGC (1960-1973), quisemos compreender o posicionamento de Cabral perante a Guerra Fria. Cabral utilizava instrumental marxista nas suas elaborações, e tinha a União Soviética como a sua principal aliada; ao mesmo tempo, não se definia como marxista ou não marxista, buscava apoio no mundo capitalista e evitava envolver-se com disputas ideológicas não diretamente ligadas à luta do PAIGC. Como explicar e interpretar este posicionamento? As fontes utilizadas foram cartas, estudos agrários, artigos na imprensa, bem como discursos políticos proferidos em países socialistas, em países capitalistas, em fóruns internacionais e no PAIGC. Concluímos que Cabral envolve-se com o marxismo antes de ter definido um projeto de independência para a Guiné e Cabo Verde, numa altura em que se interessava pelos problemas da humanidade, especialmente pela situação dos negros e do continente africano, e em que ainda nutria sentimentos de pertença à identidade portuguesa. Ao entregar-se à luta anticolonial, continua a teorizar com instrumental marxista, o que é explicado não apenas pelo apoio recebido do bloco socialista, mas pelas suas convicções pessoais. A não assunção de definições ideológicas por Cabral deve ser entendida mais como uma estratégia política do que como um traço da sua personalidade. Por sua vez, a postura de não alinhamento do PAIGC foi conseguida graças à habilidade diplomática de Cabral, ao seu bom relacionamento com a União Soviética e à prudência diante dos limites impostos pela Guerra Fria.

**Palavras-chave:** Amílcar Cabral; marxismo; Guerra Fria.

## **ABSTRACT**

This thesis addresses Amilcar Cabral's (1924-1973) relation with Marxism, from his early days as a student in Lisbon to becoming the leader of the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC). This thesis is geared towards understanding the role Cabral's interest on Marxism played in the development of his nationalist ideology as a student and an agricultural engineer (1948-1960). The purpose was also to understand Cabral's positioning as head of the PAIGC (1960-1973) during the Cold War. On the one hand, he made use of Marxist ideas and had Soviet Union as his main ally. On the other hand, however, he did not define himself as a Marxist or non-Marxist, he sought support in the capitalist world, and avoided getting involved in any ideological disputes non-related to the PAIGC struggle. How may one explain and interpret his leadership positioning? Letters, agricultural studies, articles in the press, as well as political speeches in socialist countries, capitalist countries, international forums and at the PAIGC were used herein. We conclude that Cabral gets involved with Marxism before defining an independence project for Guinea and Cape Verde, in a time when he was interested in the problems of humanity, especially in the situation of black people and the African continent, a time in which he still identified as Portuguese. As he embarked on the anticolonial struggle, he continued to make use of the Marxist theory, which is explained not only by the support he receives from the socialist bloc but also by his personal beliefs. The fact that Cabral did not state his ideologies must be seen as a political strategy rather than a personality trait. PAIGC non-alignment posture is due to Cabral's diplomatic skills, his good relationship with the Soviet Union, and his prudence in the face of the limits imposed by the Cold War.

**Keywords:** Amilcar Cabral; Marxism; Cold War.

## SIGLAS

CEA – Centro de Estudos Africanos

CIA – Agência Central de Inteligência [Estados Unidos]

CLSTP – Comité para a Libertação de São Tomé e Príncipe

CS – Conselho de Segurança [ONU]

CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

FLN – Frente de Libertação Nacional [Argélia]

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique

GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio

ISA – Instituto Superior de Agronomia

JIC – Junta de Investigações Coloniais

KGB – Comitê de Segurança do Estado [União Soviética]

MAC – Movimento Anticolonialista

MDCP – Movimento Democrático das Colónias Portuguesas

MFA – Movimento das Forças Armadas

MLNCP – Movimento de Libertação Nacional das Colónias Portuguesas

MLTSDP – Movimento de Libertação dos Territórios sob Dominação Portuguesa

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MUD – Movimento de Unidade Democrática

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OUA – Organização da Unidade Africana

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCI – Partido Comunista Italiano

PCP – Partido Comunista Português

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

Pide – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

StB – Segurança do Estado [Tchecoslováquia]

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPA – União dos Povos de Angola

UPS – União Progressista Senegalesa

## ÍNDICE

**Agradecimentos**

**Resumo**

**Siglas**

**Índice**

<b>Introdução</b>	12
<b>1 Revisão bibliográfica</b>	18
1.1 Pertinência de se estudar Amílcar Cabral dentro do tema do marxismo	20
1.2 A rejeição de rótulos como característica pessoal	23
1.3 Diferenças de discurso segundo o público	27
1.4 Primeiros contatos com o marxismo	31
1.5 O caminho que o levou ao marxismo	37
<b>2 Reconstituindo incertezas: nacionalismo e marxismo no Amílcar Cabral pré-revolucionário (1948-1960)</b>	41
2.1 Cabo-verdianidade, Mundo Português e atração pela África	47
2.2 Percurso organizativo: do CEA ao PAIGC	50
2.3 Interiorização do marxismo	56
2.4 Mudar o mundo, na África	60
2.5 Com os pés fincados na terra guineense	65
2.6 A agricultura dos povos afro-negros: obra de seres humanos racionais e universais	67
2.7 Formação do ideário antirracista	73
2.8 Um nacionalista africano dentro do aparelho colonial português	78
<b>3 O lugar das ideologias no contexto internacional em que Amílcar Cabral lutou (1960-1973)</b>	81
3.1 O Ano da África e a Magna Carta da Descolonização (1960)	85
3.2 Angola arde – o colonialismo português sob ataque (1961)	87

3.3 No meio do oceano havia uma base aérea: Açores, uma pedra no caminho anticolonialista de Kennedy (1961-1963)	90
3.4 Uma boa dose de lirismo e mistificações – o comportamento do Brasil (1961-1969)	92
3.5 Combinando com os russos (1960-1964)	96
3.6 O Ocidente e Portugal se abraçam (1964-1968)	104
3.7 Enquanto isso, no Palácio do Kremlin (1964-1969)...	109
3.8 A arma da teoria, os engenhos da diplomacia (1966-1968)	111
3.9 O peso do racismo, o poder do dinheiro, a força da solidariedade internacional (1968-1972)	114
3.10 O ano da morte de Amílcar Cabral (1973)	119
<b>4 Cabral revisitado (1968-1972)</b>	122
4.1 Do contexto ao discurso, das circunstâncias às escolhas	124
4.2 Socialismo africano	136
<b>Conclusão</b>	148
<b>Anexo</b>	153
<b>Fontes e bibliografia</b>	154

## INTRODUÇÃO

Falar de Amílcar Cabral é tocar algumas memórias sensíveis na sociedade portuguesa. Cheguei a Portugal embalada pelo incentivo caloroso de amigos brasileiros – historiadores e estudiosos de outras áreas – quanto à realização de uma pesquisa sobre Amílcar Cabral. Contudo, logo fui notando que, em Portugal, a reação à escolha do tema era diferente daquela que eu recebia no Brasil. Hoje chego a rir da minha própria ingenuidade, mas, quando aqui cheguei, não compreendia por que tantos semblantes adquiriam um ar de gravidade, surpreendiam-se, fechavam-se, até se entristeciam, ao me ouvirem dizer que pretendia escrever uma dissertação sobre *Amílcar Cabral*. Eu não sabia o que se passava, mas tinha a certeza de que tinha dito *alguma coisa errada*. Isto ocorria no consultório médico, em eventos sociais, ou mesmo em alguns setores acadêmicos.

O passado expansionista português – desde as primeiras navegações para fora da Europa até a formação de colônias no exterior –, ainda hoje, é o principal pilar da identidade nacional portuguesa. Para amplas parcelas da sociedade portuguesa, ser português é ter sido navegador destemido e colonizador “fraterno”. Outros temas, episódios e atividades da história nacional vêm muito atrás.

A audição do nome de Amílcar Cabral abala essa memória. Faz o ouvinte lembrar que houve contestação à dominação colonial. Houve denúncias às condições de vida das populações – a ausência de direitos, a segregação racial, os trabalhos forçados, os castigos físicos. A repressão, os massacres, as bombas. A guerra.

Aos semblantes desconcertados, geralmente se seguia um silêncio e a mudança de assunto, não obstante uma ou outra pessoa ter tentado convencer-me a mudar de tema. Entre os setores da sociedade portuguesa em que a menção do nome de Amílcar não despertava uma lembrança negativa, a conversa prosseguia para a pergunta seguinte: o subtema a ser desenvolvido. A escolha por estudar a relação de Cabral com o marxismo entusiasmava alguns, mas era vista com certo receio por outros. Afinal, a propaganda portuguesa utilizou as ligações dos anticolonialistas com o bloco socialista não somente para privar-lhes de possíveis aliados no mundo capitalista, mas também para deslegitimar o pleito independentista africano. O rótulo de comunista era utilizado para desqualificar os nacionalistas africanos, cuja causa perderia a “pureza” e a “autenticidade” devido à associação com ideologias e regimes marxistas. Em setembro de 1961, o embaixador português no Brasil, João Bataglia Ramos, argumentava ao chanceler brasileiro, San Tiago Dantas, que

o caso [colonial] português era um caso único. Nossa nação (...) formara-se à base do consentimento dos povos que viviam felizes num convívio tipicamente português multirracial como no Brasil e que nós convictamente considerávamos a solução entre o racismo preto e o racismo branco. Não havia em nossos territórios nem discriminação, nem exploração, nem coação. Até que Angola começou a ser invadida por homens, armas e ideias, tudo do estrangeiro. Havia ali a paz portuguesa do tipo lusotropical a que se refere Gilberto Freyre.<sup>1</sup>

Portugal esforçava-se por divulgar a imagem de que havia construído sociedades harmônicas na África. Se a sua presença recebia contestação, era pela ação de “homens, armas e ideias” do exterior – leia-se, do campo socialista. Desse modo, estudar as ligações de Amílcar com o marxismo por vezes é entendido como uma forma de dar razão ao discurso colonialista de que a luta de libertação não era nacionalista, mas comunista – com isto querendo-se dizer que interesses externos, do bloco socialista, é que motivavam as rebeliões, e não a situação concreta dos povos colonizados, que vivia feliz e satisfeito em sociedades multirraciais sem racismo ou exploração.

Cheguei a cogitar alterar o tema da pesquisa de mestrado. Quem sabe eu teria mais aceitação social se fizesse uma investigação sobre Cheikh Anta Diop, sobre quem tive a oportunidade de me dedicar na disciplina de Egíptologia. Ou talvez eu pudesse contribuir mais para o debate se escolhesse outro tema para desenvolver dentro da biografia de Cabral. Além do incentivo de algumas pessoas, entre as quais destaco os meus orientadores, alguns fatores fizeram-me prosseguir com o tema escolhido. Verificamos que ainda existem questões a serem feitas sobre Amílcar Cabral, inclusive na temática do marxismo, e que novas fontes e estudos publicados nos anos recentes podem ajudar-nos a respondê-las. Em 2011, Julião Soares Sousa publica a biografia que eleva os estudos cabralinos a um novo patamar, tornando-se a obra de referência no assunto.<sup>2</sup> Antes, em 2007, o interesse por Amílcar Cabral já havia sido revigorado pela publicação da biografia escrita por António Tomás.<sup>3</sup> Em 2014, Natalia Telepneva publica em Londres uma tese sobre o envolvimento da União Soviética na luta de libertação das colônias portuguesas, com fartos elementos sobre Amílcar Cabral.<sup>4</sup> No mesmo ano, Aurora Almada e Santos defende em Lisboa uma tese sobre a atuação da Organização das Nações Unidas na questão colonial portuguesa, posteriormente publicada como livro.<sup>5</sup> Em 2016, vêm a público as cartas enviadas por Amílcar

---

1 DÁVILA, Jerry, *Hotel Trópico – o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*, tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne, São Paulo, Paz e Terra, 2011, p. 133.

2 A edição mais atualizada é SOUSA, Julião Soares, *Amílcar Cabral (1924-1973): vida e morte de um revolucionário africano*, Coimbra, Edição do Autor revista, corrigida e aumentada, 2016.

3 TOMÁS, António, *O fazedor de utopias – uma biografia de Amílcar Cabral*, 2. ed., Lisboa, Tinta-da-China, 2008.

4 TELEPNEVA, Natalia, *Our sacred duty: the Soviet Union, the liberation movements in the Portuguese colonies, and the Cold War, 1961-1975*, Londres, LSE, 2014, Tese de Doutorado apresentada à London School of Economics and Political Science, disponível em: <<http://etheses.lse.ac.uk/3081/>>, acesso em: 9 Mar. 2018.

5 SANTOS, Aurora Almada e, *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1960-1974*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 2017.

Cabral à sua primeira mulher, Maria Helena Rodrigues, no período de 1946 a 1960, material que lança luz sobre os anos de formação política do jovem Amílcar.<sup>6</sup>

Com novos elementos, estamos hoje em melhores condições para discutirmos a questão do marxismo no pensamento e na ação de Amílcar Cabral. Numerosas análises, com sofisticação teórica apreciável, têm sido feitas sobre Cabral desde os anos 1970. Entretanto, muitas pecam pela falta de atenção contexto, analisando os discursos de Cabral como formulações abstratas, desconectadas da realidade, como observa Tomás.<sup>7</sup>

Com o nosso trabalho, pretendemos contribuir para elucidar algumas questões sobre a relação de Amílcar Cabral com o marxismo. Teoria filosófica, econômica e política criada por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) em meados do século XIX, propondo a superação do sistema capitalista e a edificação do comunismo – a sociedade sem classes e sem exploração do homem pelo homem. Ao longo da sua história, o marxismo inspiraria revoluções e movimentos contestatários, originaria diversas correntes, bem como seria aplicado a diferentes domínios do conhecimento, alguns dos quais pouco ou nada explorados por Marx e Engels. A primeira revolução marxista bem-sucedida foi a Revolução Russa, de Outubro de 1917, experiência que terminou em 1991, com o fim da União Soviética. Atualmente, são dirigidos por partidos comunistas a China e Cuba, entre outros países. Quando nos referimos a estudar o envolvimento de Cabral com o marxismo, nisto está incluído o contato com a literatura marxista; o desenvolvimento de ideias utilizando conceitos e métodos deste campo; a aproximação e o relacionamento com organizações e países socialistas.<sup>8</sup>

Em primeiro lugar, gostaríamos de compreender como se dá o envolvimento de Amílcar com o marxismo durante os anos de estudante em Lisboa, e como este envolvimento interage com o desenvolvimento do seu projeto nacionalista – inicialmente, um sentimento nacional africano

---

6 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *Cartas de Amílcar Cabral a Maria Helena: a outra face do homem*, Lisboa, Rosa de Porcelana, 2016.

7 TOMÁS, António, “Cabral and the postcolony: postcolonial readings of revolutionary hopes”, *Postcolonial Studies*, v. 19, n. 1, p. 22-36, 2016.

8 Aqui consideramos *países socialistas* aqueles que eram governados por partidos comunistas na altura em que Cabral se relacionou com eles.

abrangente, pan-africanista<sup>9</sup> e negritudista,<sup>10,11</sup> que, progressivamente, torna-se um plano nacionalista de independência política para a Guiné e Cabo Verde.

Em segundo lugar, desejávamos compreender as estratégias e o comportamento de Cabral em meio à luta ideológica da Guerra Fria (1945-1991). Veremos que Cabral buscou não assumir posições quanto à disputa entre socialismo e capitalismo, recusando definir-se como comunista ou capitalista, ou a utilizar este tipo de denominação para definir como seria o país independente com que ele sonhava, uma união entre a Guiné-Bissau e as ilhas de Cabo Verde. Ao mesmo tempo, as elaborações de Cabral chamam atenção pela forma criativa como utilizava elementos do marxismo. O que explicaria a rejeição de rótulos por Amílcar Cabral? Como Cabral conseguiu construir uma postura de não alinhamento<sup>12</sup> mesmo dependendo fortemente da União Soviética, sua principal aliada? Pode o conteúdo de teor marxista das elaborações de Cabral ser atribuído apenas ao apoio dos países socialistas? Em algum momento da sua trajetória revolucionária, Cabral rompe com o campo teórico marxista?

Movidos por questões como estas, tivemos de não só penetrar nos discursos de Amílcar Cabral, mas estudar o contexto internacional em que ele lutou. Tivemos de ir e vir por entre as fases da trajetória de Amílcar Cabral, o estudante e o engenheiro, o jovem e o maduro, o militante clandestino e o líder político. Elegemos 1960 como marco na vida de Cabral, pois é neste ano que ele abandona o espaço político português e inicia a confrontação pública ao colonialismo. Chamaremos o Amílcar anterior a 1960 de *pré-revolucionário*, e o posterior de *revolucionário*.

Enquanto o Amílcar pré-revolucionário falava como “pessoa do singular”, o Amílcar revolucionário falava como “pessoa do plural”, visto que era dirigente do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Este partido, por sua vez, conforme nos lembra Ângela Coutinho, atuava “num quadro de unidade com certos movimentos ou partidos políticos africanos”, designadamente em parceria com a Conferência das Organizações Nacionalistas das

---

9 O pan-africanismo, movimento político de conclamação à união dos negros de todo o mundo, origina-se nas Américas no final do século XIX, sendo o norte-americano William E. B. Du Bois (1868-1963) considerado o seu fundador. A partir desta união, estabelecida em torno de uma identidade biológica e sócio-histórica, pretendia-se combater o racismo e libertar os negros e os africanos da opressão.

10 A Negritude foi um movimento de valorização da identidade negra, com ênfase nas artes e na cultura, surgido nos anos 1930 entre a intelectualidade negra francófona. O martinicano Aimé Césaire (1913-2008) e o senegalês Léopold Sédar Senghor (1906-2001) são os criadores do conceito.

11 Sobre o pan-africanismo e a Negritude, e outras ideologias africanas do século XX, ver, entre outros, SANTOS, Eduardo dos, *Ideologias políticas africanas*, Lisboa, CEPS, 1968.

12 Conforme Piero Ostellino, *não alinhamento* consistiu numa política de rejeição da Guerra Fria e da política de blocos pelos países do Terceiro Mundo. Também foi uma postura adotada por países que preferiram manter-se fora da área de influência das grandes potências – como a Iugoslávia, país socialista não alinhado à União Soviética.

Colônias Portuguesas (CONCP) e a Organização da Unidade Africana (OUA).<sup>13</sup> Segundo Patrícia Gomes, a CONCP, fundada em 1961, foi um importante instrumento político e diplomático para o PAIGC, que nela atuava com a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e o Comité para a Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP).<sup>14</sup> A OUA, além de ter fornecido auxílio financeiro ao PAIGC, coordenava a ação dos Estados africanos no sentido de condenar e isolar o colonialismo português.<sup>15</sup>

Como mostram os trabalhos das autoras supracitadas, a luta empreendida pelo PAIGC não foi o resultado da ação de um indivíduo isolado, mas de uma organização coletivamente dirigida, contando com os esforços e os sacrifícios de incontáveis homens e mulheres. Ainda assim, há alguns fatores a justificar uma análise específica sobre a biografia e a obra de Cabral, mesmo na fase de dirigente de uma entidade coletiva. O volume da produção intelectual assinada por Amílcar, bem como a documentação referente à sua liderança, é imenso – e, acreditamos nós, bastante relevante para entender não apenas a história do PAIGC, mas também alguns dos mais importantes fenômenos e movimentos do século XX. Ademais, também faziam parte da atuação de Cabral, sobretudo na esfera das relações exteriores, vínculos e compromissos pessoais, de que falaremos no capítulo 3. E o que é muito importante: Amílcar Cabral, além de líder político, foi um pensador, uma pessoa de ideias. Como observa o filósofo chileno Eduardo Devés-Valdés, vários dos autores africanos mais brilhantes do segundo terço do século XX foram, além de intelectuais criativos, dirigentes políticos, líderes independentistas e/ou governantes. Tal seria o caso, além de Cabral, de Kwame Nkrumah, Léopold Senghor e Jomo Kenyatta, entre outros.<sup>16</sup>

Esta dissertação está organizada da seguinte forma. O primeiro capítulo, após esta introdução, consiste numa revisão da bibliografia sobre o tema Amílcar Cabral e o marxismo. No segundo capítulo, estudamos o desenvolvimento do nacionalismo e do marxismo de Amílcar Cabral enquanto estudante universitário e engenheiro agrônomo. Entre as fontes analisadas, concentradas no período de 1948 a 1959, estão as cartas enviadas à Maria Helena, os estudos agrários produzidos

---

Historicamente, surge após a Segunda Guerra Mundial, com um caráter anticolonial, sendo o líder indiano Jawaharlal Nehru o seu pioneiro. Ver OSTELLINO, Piero, “Não-alinhamento” in BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO Gianfranco (Dir.), *Dicionário de Política*, tradução de Carmen C. Varriale et al., 12. ed. Brasília, Ed. UnB, 2004, pp. 812-814, v. 2.

13 COUTINHO, Ângela, *Os dirigentes do PAIGC: da fundação à rutura: 1956-1980*, Coimbra, IUC, 2017, p. 167.

14 GOMES, Patrícia, *Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973) – organização do Estado e relações internacionais*, Torino, L’Harmattan, 2010, pp. 142-146.

15 *Ibidem*, pp. 146-152.

16 DEVÉS-VALDÉS, Eduardo, *O pensamento africano sul-saariano: conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e o asiático (um esquema)*, São Paulo, Clacso, 2008, p. 131, disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/valdes/index.html>>, acesso em 14 Jan. 2020.

como aluno e engenheiro, e artigos publicados na imprensa. Textos da fase revolucionária também são mencionados, a fim de compararmos continuidades e descontinuidades no pensamento de Cabral ao longo do tempo. Fontes anteriores à mudança de Cabral para Lisboa (1945), nomeadamente os textos produzidos durante a vivência juvenil em Cabo Verde, estão fora do nosso recorte temporal, só aparecendo na revisão bibliográfica.

O terceiro capítulo trata do contexto internacional em que Amílcar Cabral dirige a luta do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) a partir de 1960 até a sua morte em 1973. Por meio, sobretudo, de pesquisa bibliográfica e trabalho analítico, discutimos o peso das disputas ideológicas entre capitalismo e socialismo na questão anticolonial, para além dos lugares-comuns do período, reproduzidos até hoje. Procuramos fazer uma contextualização o mais abrangente possível das forças internacionais atuantes no período, embora os posicionamentos dos Estados Unidos e da União Soviética tenham merecido atenção especial, devido à capacidade desproporcional das duas superpotências de influir no quadro mundial. Dedicamos uma seção especial sobre o Brasil, em virtude de os elementos encontrados sobre as posições do país demonstrarem o peso que outras ideias para além do conflito capitalismo-socialismo tiveram nas relações internacionais circundantes ao problema da independência da Guiné e de Cabo Verde.

Complementando o terceiro capítulo, o quarto capítulo revisita o discurso revolucionário de Amílcar Cabral, retomando os debates iniciados na revisão bibliográfica. O fio condutor do quarto capítulo é a audição de Cabral numa subcomissão do Congresso estadunidense, em fevereiro de 1970. A partir dele, analisaremos como Cabral se situa na problemática da Guerra Fria. Outros discursos e escritos de Cabral serão citados neste capítulo, concentrados no período de 1968 a 1972, quando Cabral recebia expressiva ajuda do bloco soviético, ao mesmo tempo que buscava apoio no mundo capitalista para a independência da Guiné – esta seria proclamada em 1973, meses após a sua morte. Ainda neste capítulo, examinamos o pensamento de Cabral no contexto do socialismo africano, importante tendência política do século XX africano. Após o capítulo 4, apresentamos as conclusões da nossa investigação.

## 1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, apresentaremos as lacunas e as insuficiências na bibliografia de Amílcar Cabral para cujo preenchimento pretendemos contribuir, bem como as perspectivas e os tópicos que desejamos aprofundar.

Do ponto de vista temporal, a primeira lacuna identificada é a determinação de quando ocorreram os primeiros contatos com o marxismo. Esta questão foi colocada recentemente, por Julião Sousa.<sup>17</sup> Até então, os analistas pressupunham que Cabral tinha conhecido o marxismo quando estudante em Lisboa (seção 1.4). Sousa levanta a hipótese de que Cabral teria começado a familiarizar-se com a literatura marxista ainda durante a vivência em Cabo Verde. Contudo, na impossibilidade de ampliar o recorte temporal da nossa investigação, apenas neste capítulo tocaremos nos anos juvenis de Cabral em Cabo Verde.

Sobre os contatos com o marxismo em Lisboa – onde Cabral passa a viver a partir de 1945 –, podem-se encontrar autores que minimizam o interesse que Cabral teria nutrido por este campo e o envolvimento com organizações por ele influenciadas. Patrick Chabal<sup>18</sup>, como discutiremos a seguir (seção 1.5), faz uma análise contraditória a este respeito, dizendo que Cabral não teria visto utilidade no marxismo, ao mesmo tempo que apresenta elementos demonstrando o contrário. Dirá também que, em função do seu compromisso desde os tempos estudantis com a libertação africana, Cabral pouco se envolvia com a esquerda oposicionista portuguesa, encabeçada pelo PCP, diferentemente dos outros estudantes africanos com quem andava em Lisboa.

Efetivamente, como discutiremos no capítulo 2, Cabral preocupa-se com a África desde os tempos universitários, mas, inicialmente, não numa perspectiva anticolonialista, propugnadora da independência da Guiné e de Cabo Verde. Consoante Sousa, a mentalidade anticolonialista de Cabral estabelece-se por volta da década de 1950. Sousa aponta também o envolvimento de Cabral com a política portuguesa durante todo o período em que viveu neste país.<sup>19</sup>

As cartas de Amílcar a Maria Helena recentemente publicadas<sup>20</sup> fornecem material para aprofundar-se essa perspectiva, como discutiremos no capítulo 2. Elas somam-se a outros elementos

---

17 SOUSA, Julião Soares, *Amílcar Cabral (1924-1973): vida e morte de um revolucionário africano*, Coimbra, Edição do Autor revista, corrigida e aumentada, 2016. Julião Soares Sousa é investigador da Universidade de Coimbra e da Universidade Nova de Lisboa.

18 CHABAL, Patrick, *Amílcar Cabral: revolutionary leadership and people's war*, London, Hurst, 1. reimp. 2002 com novo prefácio do autor (1. ed. 1983, Cambridge University Press). Patrick Chabal (1951-2014) era professor no King's College London, Inglaterra.

19 SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral...*

20 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*

que mostram um Amílcar inicialmente português e cabo-verdiano, com vínculos significativos à Guiné, onde nasceu, apenas a partir de 1952. Quanto ao marxismo, além de os contatos com esta literatura poderem ser identificados desde a tese de 1951, defendemos nesta tese que as cartas também dão indício de tal contato. Isto tem implicações no estudo do contexto da sua aproximação com o marxismo, quanto mais porque os autores que identificam Cabral com este campo colocaram a libertação nacional como motivação para buscar o marxismo (seção 1.5). A nossa proposta será trabalhar com as incertezas do percurso ideológico de Cabral, procurando exercitar a difícil capacidade de falar mais em “desejos” do que em “finalidades”.

No geral, os analistas têm visto regularidade nos aspectos ideológicos do discurso de Cabral. Contudo, mais recentemente, aparecem análises que associam o recurso à linguagem marxista ao intuito de contentar o público dos países socialistas (seção 1.3). É verdade que Amílcar costumava adotar uma linguagem e um conteúdo que salientassem os elementos de concordância com os variados públicos a que se dirigia. No entanto, isto, isoladamente, não explica o uso de noções marxistas no seu discurso. Além da formação política do líder do PAIGC, temos de olhar para a conjuntura internacional em que ele lutou como uma conformação não predeterminada. Este será o nosso esforço no capítulo 3, com auxílio de bibliografia atualizada sobre o tema.

Alguns autores avaliaram que as elaborações ou o projeto de Cabral representariam uma crítica ou uma alternativa aos esquemas ou ao modelo soviético (seção 1.3). Não encontramos elementos para afirmar que fosse. Soviéticos, cubanos e até chineses gostavam das suas elaborações e da forma como conduzia a luta. Com relação aos regimes do Leste Europeu, os elementos que surgem são no sentido de indicar que Amílcar se relacionava bem com os indivíduos e as instituições destes regimes.

Em todo caso, podemos dizer que Cabral e o PAIGC adotaram uma política de não alinhamento, isto é, de não tomar partido de nenhum bloco ou fração de bloco da Guerra Fria, procurando não opinar publicamente sobre as políticas internas de outras organizações ou Estados. Apesar do apoio recebido pela União Soviética, o PAIGC e Cabral não se posicionavam como aderentes ao projeto desta potência. Amílcar Cabral rejeitava classificações ideológicas para si próprio e para o partido que dirigia, não se definindo como marxista ou não marxista, seguidor desta ou daquela corrente política. O partido não fazia críticas aos Estados Unidos enquanto país capitalista ou rival da União Soviética. Denunciava, sim, o apoio que os estadunidenses davam a Portugal na Guerra Colonial, mas sem fechar as portas para o diálogo (ver capítulo 4).

A propósito, em 1969, em plena Guerra Fria, num momento em que os Estados Unidos e a União Soviética disputavam a primazia na exploração espacial, Amílcar Cabral faz uma declaração que diz muito sobre o seu apreço pela ciência e a sua crença na universalidade do gênero humano. Cabral comenta com os seus camaradas, numa aula do Seminário de Quadros, a chegada do primeiro homem à lua – que, como sabemos, foi conseguida pelos norte-americanos:

Hoje, o homem passeia na lua, colhendo os pedaços do solo da lua para trazer para a Terra. Parece que isso não tem nada a ver connosco, filhos da Guiné e Cabo Verde. Nós ainda estamos com os pés na lama para tirar os tucas [colonialistas portugueses] da nossa terra. Mas tem uma grande importância para a nossa causa amanhã, e se não estivéssemos nesta luta difícil, *devíamos fazer uma festa pelo facto de o homem ter chegado à lua*. Isso é muito importante para o futuro da humanidade, da nossa Terra, deste planeta onde vivemos.<sup>21</sup>

A seguir, faremos uma revisão crítica dos elementos empíricos e analíticos sobre o tema do marxismo trazidos pela literatura especializada em Amílcar Cabral. Notamos que existe certa resistência a que se estude Cabral como parte da história do marxismo. Contudo, este é um assunto sobre o qual virtualmente todos os estudiosos de Cabral tiveram algo a dizer. Desse modo, mesmo que a contragosto, cada um acabou por deixar uma contribuição para a nossa discussão.

### 1.1 Pertinência de se estudar Amílcar Cabral dentro do tema do marxismo

Amílcar Cabral foi aquilo que Devés-Valdés chama de *pensador da periferia*, isto é, um intelectual que “pensa em relação ao centro” e “se move na disjuntiva ‘ser como o centro’ *versus* ‘ser como nós mesmos’.” Conforme Devés-Valdés, a intelectualidade periférica produz um tipo de pensamento “completamente diferente do das intelectualidades dessas mesmas regiões que não se tinham dado conta da presença do centro e pensavam suas culturas dentro de seus próprios termos ou ‘cosmovisões’ ancestrais”, as quais “sofrem um terremoto” ao entrarem em contato com o centro, dando origem a “uma nova intelectualidade que pensa estruturalmente em relação ao centro”. O centro, por sua vez, “desqualifica os outros como subumanos, decadentes ou bárbaros”.<sup>22</sup> Em contexto colonial, o centro é a metrópole, e as colônias, a periferia.

Os pensamentos de Cabral têm paralelos com os de inúmeros intelectuais periféricos que enfrentaram desafios parecidos com os dele e interessaram-se pelos mesmos assuntos que ele. Cabral foi um intelectual africano do século XX e, como tal, escreveu acerca dos mesmos temas que inquietavam a intelectualidade africana desde meados do século XIX: agricultura, educação, cultura, desenvolvimento, direitos políticos, igualdade racial, o africano, o negro, o indígena. E,

21 CABRAL, Amílcar, “Partir da realidade da nossa terra. Seremos realistas” in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1969], pp. 157-158, grifo nosso (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria).

22 DEVÉS-VALDÉS, Eduardo, *op. cit.*, p. 12.

sobre Cabral, tal como sobre outros intelectuais africanos do século XX, não podemos falar apenas em paralelos, mas em trocas e influências reais entre diversas redes de pensamento periférico. Pensemos em quantos indivíduos e movimentos periféricos participaram da formação política e intelectual de Cabral: a revista *Claridade*<sup>23</sup>, o lusotropicalismo, a Negritude, os movimentos negros das Américas, a literatura brasileira, Frantz Fanon, Mao Tsé-Tung, Ho Chi Minh, a Revolução Cubana, a Revolução Argelina, o não alinhamento, o anticolonialismo, o anti-imperialismo. Amílcar Cabral foi “gente que se conhece, se lê, se cita e se visita”<sup>24</sup> com Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Sékou Touré, Kwame Nkrumah, Léopold Senghor.

Por que, então, estudar Cabral no contexto do marxismo, sendo este um campo fundado por dois filósofos e ativistas alemães, cujas fontes teóricas fundamentais provieram da Alemanha, da França e da Inglaterra, espaços geográficos que também foram os seus principais objetos de análise? Temos uma resposta geral e específica para esta questão. No plano geral, em função da importância que teve o marxismo na periferia do sistema capitalista mundial, durante o século XX, em especial após a Revolução Russa (1917), inclusive na África. Especificamente, conforme estudávamos Amílcar Cabral, fomos percebendo que o contato com o marxismo causou-lhe uma perturbação muito forte, alterando profundamente a forma como via a natureza, a sociedade, a si próprio e o seu papel no mundo, fazendo o estudo deste contato imprescindível para compreendermos o pensamento e a ação de Cabral.

O tema do marxismo aparece em praticamente toda a bibliografia sobre Amílcar Cabral. Há desde menções pontuais à influência do marxismo no seu pensamento e na sua atuação até trabalhos que desenvolvem especificamente este tema.<sup>25</sup> Não obstante, não faltam autores que classifiquem o debate sobre Amílcar Cabral e o marxismo como sem importância ou utilidade – o que não quer dizer que estes autores se retirem da discussão. Pablo Idahosa considera que muita tinta irrelevante já foi gasta na questão.<sup>26</sup> Curiosamente, ele próprio aumenta o estoque de tinta empregado na

---

23 Revista cabo-verdiana de circulação entre 1936 e 1960.

24 Expressão que tomamos emprestada de Devés-Valdés (*op. cit.*, p. 23), que a usa na forma negativa, ao comentar as redes de pensamento africano da segunda metade do século XIX: “os autores não se conhecem, não se visitam, não se lêem nem se citam, ainda que estejam pensando coisas similares.”

25 Como LUKE, Timothy, “Cabral’s marxism: an African strategy for socialist development”, *Studies in comparative communism*, v. XIV, n. 4, Winter 1981, pp. 307-330; ou BOCKEL, Alain, “Amílcar Cabral, marxiste africain”, *Ethiopiennes*, Dakar, n. 5, 1976, disponível em: <<http://ethiopiennes.refer.sn/spip.php?article391>>, acesso em: 16 Maio 2017.

26 IDAHOSA, Pablo, “Going to the people: Amílcar Cabral’s materialist theory and practice of culture and ethnicity”, *Lusotopie*, n. 9, 2º semestre de 2002, disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/luso\\_1257-0273\\_2002\\_num\\_9\\_2\\_1506](http://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2002_num_9_2_1506)>, acesso em: 13 Mar. 2018, p. 42.

matéria, ao afirmar que Cabral usou conceitos materialistas e marxistas nas suas análises<sup>27</sup>. Também cogita se Cabral terá lido ou não as *Teses sobre Feuerbach*, de Karl Marx.<sup>28</sup>

Do nosso ponto de vista, Amílcar Cabral pode e deve ser estudado também como parte da história do marxismo, bem como de outros temas importantes do século XX, como o pan-africanismo. A fim de comparar Cabral aos seus congêneres, contemporâneos e predecessores, ou de integrá-lo a uma história mais longa, é preciso ter dados específicos e fidedignos sobre este indivíduo. Amílcar Cabral não foi o Fanon lusófono ou o Ho Chi Minh negro. Amílcar foi Amílcar, um ser humano específico, com a sua história particular. Se não levarmos isso em conta, corremos o risco de transpor a realidade de uns para a realidade de outros, de fazer generalizações com pouco poder explicativo, de adotar modelos de análise preconcebidos que não se aplicam ao caso concreto. Parece-nos pouco proveitoso estudar Cabral partindo de generalizações sobre os dirigentes africanos do século XX como esta: “intelectuais formados no Ocidente, mais ou menos influenciados por uma ideologia marxista-leninista, aliada a uma fidelidade total às suas pátrias”, como o faz Alexis Wick, em tom reconhecidamente “esquemático e impreciso”.<sup>29</sup>

Sem embargo, se não estudarmos Cabral dentro dos contextos em que viveu, e se não o compararmos com os seus predecessores e contemporâneos, jamais compreenderemos a gênese das suas ideias e das suas estratégias políticas. Além disso, atribuiremos a Cabral uma originalidade que ele não teve, por mais criativo e genial que tenha sido. A genialidade também é histórica, e a originalidade é sempre relativa. O próprio Cabral costumava dizer que não é possível inventar algo a partir do nada; apenas se pode criar algo a partir do que já existe. Comparando a luta armada à arte, disse: “Picasso é um artista muito grandioso e original, mas também é um produto de outros artistas que o precederam”.<sup>30</sup>

No seu livro sobre o PAIGC, Patrícia Gomes assinala que este partido se organizava segundo os princípios da direção colectiva, do centralismo democrático, da crítica e da autocrítica, e da democracia revolucionária.<sup>31</sup> O que a autora não diz, no entanto, é que estes princípios não foram

---

27 IDAHOSA, Pablo, *op. cit.*, p. 34.

28 *Ibidem*, p. 43.

29 WICK, Alexis, “A nação no pensamento de Amílcar Cabral” in LOPES, Carlos (Org.), *Desafios contemporâneos da África – o legado de Amílcar Cabral*, tradução de Roberto Leal, São Paulo, Ed. Unesp, 2012, p. 73.

30 CABRAL, Amílcar, “A question and answer session held in the University of London, 27th October 1971” in *Our people are our mountains*, introdução de Basil Davidson, Nottingham, Russell Press, 1971, pp. 20-21, tradução nossa. Citação original: “Picasso is a very great and original artist, but he is also the product of other artists who preceded him”.

31 GOMES, Patrícia, *Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973) – organização do Estado e relações internacionais*, Torino, L’Harmattan, 2010, pp. 73-78. Patrícia Gomes é professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

criados pelo PAIGC, mas sim por Vladimir Lênin (1870-1924), sendo comuns a qualquer organização leninista do globo. Isto não quer dizer que o PAIGC de Cabral fosse uma derivação do “marxismo soviético”, mas sinaliza que a sua história teve pontos em comum com a história de outras organizações.

A defesa da originalidade de Cabral é uma preocupação de Mustafah Dhada, para quem Cabral deve ser estudado num quadro próprio, mesmo que se reconheça a influência de diversas correntes de pensamento nas suas ideias.<sup>32</sup> Dhada considera Cabral um líder com muitos predicativos, muito superior aos seus companheiros de direção do PAIGC, que seriam menos notáveis.<sup>33</sup>

Seguindo-se as recomendações e a interpretação de Dhada, poderíamos chegar à conclusão de que Cabral foi um indivíduo incomparável, até mesmo em relação aos seus colegas de partido – os quais, todavia, como mostra Ângela Coutinho, tiveram percursos parecidos com os de Cabral.<sup>34</sup> Adotaríamos uma visão metafísica<sup>35</sup> da história, na qual sujeitos, acontecimentos e processos surgem “milagrosamente”, sem relação uns com os outros. Conforme defendemos na *Introdução*, o volume e a relevância da documentação referente a Cabral justificam uma análise especial sobre ele; mas isto não significa abdicar de comparações e enquadramentos.

## 1.2 A rejeição de rótulos como característica pessoal

Amílcar Cabral, em sua vida pública, sempre rejeitou rótulos ideológicos. Lutando pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde num mundo dividido pela Guerra Fria, não se declarava capitalista nem comunista. Membro fundador e secretário-geral do PAIGC, procurava manter o partido afastado de conflitos que não dissessem diretamente respeito à causa da libertação nacional. Nas palavras de Aristides Pereira (1923-2011), em 1983: “Utilizando embora uma

---

32 DHADA, Mustafah, *Warriors at work – how Guinea was really set free*, Niwot, University Press of Colorado, 1993. Mustafah Dhada é professor na California State University, Bakersfield, Estados Unidos.

33 *Ibidem*, p. 1.

34 COUTINHO, Ângela, *Os dirigentes do PAIGC: da fundação à rutura: 1956-1980*, Coimbra, IUC, 2017. Ângela Coutinho é investigadora da Universidade de Coimbra e da Universidade Nova de Lisboa.

35 Aqui, empregamos metafísica com o seguinte sentido: “Parte da Filosofia que se dedica ao estudo do que transcende o físico ou o natural. (...) para o marxismo as características básicas da metafísica são: 1) uma concepção do mundo que opta pela identidade e imobilidade das coisas (eleatismo), vendo-as como isoladas, separadas irredutivelmente umas das outras; 2) a oposição irredutível (não dialética) dos contrários.” CARDOSO, Ciro Flamarion, *Uma introdução à história*, 9. ed., São Paulo, Brasiliense, 1992, pp. 135-136.

*démarche* marxista de análise, Cabral nunca se atribuiu tal qualitativo, deixando aos outros a faculdade de o fazer”.<sup>36</sup>

Alguns analistas procuraram explicar o posicionamento político de Cabral fundamentalmente pela sua personalidade. A argumentação acaba por adquirir certa circularidade, porque se explicam as posições políticas pela personalidade do indivíduo, ao passo que a personalidade do indivíduo apreende-se, em grande medida, pelas suas declarações políticas públicas, sem se atentar devidamente para o contexto destas declarações.

Chabal descreve Cabral como um homem de ação, realista, empírico, pragmático, criativo e independente.<sup>37</sup> A experiência como cientista (engenheiro agrônomo) teria sido dominante na sua personalidade e explicaria a sua relação com o marxismo: metodológica, não ideológica, e sem vinculação doutrinária.<sup>38</sup>

Dhada destaca a originalidade e o ecletismo de Cabral. Estas duas qualidades explicariam por que nunca teria sido prisioneiro de ideias não originais e de ideologias transnacionais do seu tempo. Segundo Dhada, Cabral foi um homem de muitos predicativos notáveis, que transcendia o socialismo.<sup>39</sup> Para Dhada, é errado e reducionista dizer que Cabral e o PAIGC puseram em prática uma experiência socialista, ou que as suas ações fossem exercícios ideológicos. Dhada aconselha que se atente para o que eles efetivamente fizeram, para além da retórica socialista colorida: uma campanha em direção à construção do Estado.<sup>40</sup> Chabal faz recomendação parecida ao afirmar que, sendo Cabral primordialmente um homem de ação, a sua liderança é mais bem compreendida se olharmos para o que ele fez, e não para o que disse.<sup>41</sup>

Quanto à sugestão de Dhada, concordamos que é razoável e útil confrontar palavras com ações, verificando os fins a que se destinam os discursos e a que interesses eles correspondem. Contudo, saliente-se que é impossível estudar a campanha conduzida pelo PAIGC sem examinar o discurso e as ideias que dela fizeram parte. Quanto a Chabal, parece esquecer que aquilo que Cabral disse também é uma parcela daquilo que ele fez, na medida em que falar e escrever também são atividades humanas. Boa parte da ação política de Cabral (dirigente partidário, diplomata, estrategista militar) consistia em falar e escrever.

---

36 PEREIRA, Aristides, “O perfil de Cabral e a actualidade do seu pensamento” in *Continuar Cabral – Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, 17-20 Jan. 1983, Praia. Odivelas: Grafedito/Prelo-Estampa, set. 1984, disponível em: <<http://casacomun.org/cc/visualizador?pasta=007348#134>>, acesso em: 17 Mar. 2018, p. 47. Aristides Pereira, membro fundador do PAIGC, foi o primeiro presidente da República de Cabo Verde.

37 CHABAL, Patrick, *op. cit.*, pp. 167-187.

38 *Ibidem*, pp. 168-169.

39 DHADA, Mustafah, *op. cit.*, pp. 56-57.

40 *Ibidem*, p. 57.

41 CHABAL, Patrick, *op. cit.*, p. 167.

O contexto em que Amílcar Cabral lutou também é mencionado para explicar o seu posicionamento político-ideológico, embora por vezes de forma tímida e desarticulada. Chabal aventa que Cabral não definia como seria o socialismo na Guiné a fim de evitar que o PAIGC fosse associado a um modelo particular, ou que tal definição fosse interpretada como um julgamento das experiências socialistas de outros Estados.<sup>42</sup> Todavia, o autor não desenvolve este argumento, nem lhe dá importância na sua análise. A aversão às fórmulas, a ênfase nos princípios morais e a inclinação à experimentação teriam sido fatores mais importantes para a indefinição programática.<sup>43</sup>

Dhada refere que a União Soviética requereu, como pré-condição para apoiar o PAIGC, que o partido obtivesse o apoio dos governos da Guiné-Conacri e do Senegal.<sup>44</sup> Menciona também o anticomunismo do presidente do Senegal, Léopold Senghor.<sup>45</sup> Perante estes dados, pensamos que caberia uma reflexão sobre os constrangimentos políticos a que um líder de um pequeno movimento de libertação poderia estar sujeito ao depender de regimes tão díspares, já que, conforme a situação descrita por Dhada, conquistar o apoio da superpotência comunista passava por agradar um governo anticomunista; contudo, a sua análise não assinala esta relação.

Em outra linha, Julião Sousa explora os elementos de contexto ao analisar o discurso de Cabral, considerando as escalas regional, africana e internacional, bem como as diferentes fases da luta do PAIGC, e não apenas as características pessoais do líder, embora essas também sejam importantes.<sup>46</sup>

Dhada e Chabal demonstram ter uma visão negativa acerca das ideologias, de um modo geral, e do marxismo, especificamente, em contraste com a valoração altamente positiva que fazem de Amílcar. Por vezes, as suas análises refletem um conflito entre estas duas valorações.

A valoração negativa que Dhada faz das ideologias está ilustrada, entre outros trechos, na sua afirmação de que Cabral não era nenhum “*ideological simpleton*”.<sup>47</sup> Esta expressão pode ser traduzida como “simplório ideológico” ou, de forma ainda mais pejorativa (mas também deliciosamente mais expressiva), “pateta ideológico”.<sup>48</sup>

---

42 CHABAL, Patrick, p. 181.

43 *Ibidem*, pp. 178-181.

44 DHADA, Mustafah, *op. cit.*, p. 12.

45 *Ibidem*, p. 234.

46 SOUSA, Julião, *op. cit.*

47 DHADA, Mustafah, *op. cit.*, p. 56.

48 Ver: SIMPLETON, Dicionário online Michaelis – Moderno Dicionário Inglês, disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-ingles/busca/ingles-portugues-moderno/simpleton/>>, acesso em: 9 Maio 2018. Ver também: PATETA, Dicionário online Michaelis – Moderno Dicionário Inglês, disponível em: <[http://michaelis.uol.com.br/moderno-ingles/busca/portugues-ingles-moderno/pateta](http://michaelis.uol.com.br/moderno-ingles/busca/portugues-ingles-moderno/pateta/)>, acesso em: 9 Maio 2018.

Os adjetivos escolhidos por Chabal para caracterizar Cabral (pragmático, realista etc.) são coerentes com uma visão sobre as ideologias que, sobretudo a partir dos anos 1950, torna-se bastante influente nos meios intelectuais ocidentais. Esta visão opõe ideologia a pragmatismo, associando ideologia a dogmatismo, rigidez, extremismo, adesismo, maniqueísmo. Frequentemente, também se insere esta aceção de ideologia no campo da passionalidade (dos sentimentos, das emoções) e do ativismo, e afastada do campo da ciência.<sup>49</sup>

Tal abordagem gera algumas análises contraditórias. Referindo-se aos anos universitários de Amílcar em Lisboa, Chabal afirma que aquele preferiu estudar agricultura africana a marxismo neste período, pois teria visto que o marxismo seria de pouca valia para a libertação da África.<sup>50</sup> De outra parte, Chabal diz que, na tese de licenciatura em agronomia,<sup>51</sup> de 1951, Cabral teria usado noções marxistas avulsas – mas que, “apesar disso”, o que sobressai é uma “abordagem científica apropriada”.<sup>52</sup> Comentando os trabalhos sobre a agricultura africana publicados em 1954 na imprensa colonial guineense, Chabal afirma que eles são ilustrativos de que o marxismo a que Cabral foi exposto (*exposed*) em Portugal influenciou os seus trabalhos técnicos. O uso de noções marxistas nestes trabalhos merecem de Chabal as seguintes qualificações: bruto, simplista, duvidoso e um pouco ingênuo.<sup>53</sup> Note-se que, do ponto de vista filosófico, não encontramos grande diferença teórica entre os trabalhos de 1951 e 1954.<sup>54</sup> Basicamente, os trabalhos de Cabral de 1954 usam, de forma explícita, termos tradicionalmente associados ao campo marxista que não aparecem na tese de 1951. O uso por Chabal do verbo *to expose*, na forma adjetiva *exposed*, chama-nos atenção, pela sua conotação negativa, ligada a riscos diversos.<sup>55</sup> A palavra possui, ainda, uma noção de passividade – Amílcar Cabral foi *exposto* ao marxismo, não o *buscou* –, o que nos parece pouco coerente com o contexto de proibição à literatura marxista vigente à época em Portugal, no qual era preciso realizar arriscados esforços para obtê-la.

---

49 Ver STOPPINO, Mario, “Ideologia” in BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO Gianfranco (Dir.), *Dicionário de Política*, tradução de Carmen C. Varriale *et al.*, 12. ed. Brasília, Ed. UnB, 2004, pp. 585-597, v. 1.

50 CHABAL, Patrick, *op. cit.*, p. 53.

51 *Tese de licenciatura* corresponde ao que os brasileiros atualmente chamam de *trabalho de conclusão de curso* ou *monografia* – o trabalho acadêmico apresentado no fim de uma graduação universitária. No português europeu, os cursos de graduação universitária são chamados de licenciaturas; no português brasileiro, apenas as graduações que habilitam ao exercício do magistério recebem esta designação.

52 “Although in parts of the thesis Cabral uses loose Marxist notions, what emerges most clearly from the study is the emphasis on a proper scientific approach” (CHABAL, Patrick, *op. cit.*, p. 39).

53 CHABAL, Patrick, *op. cit.*, p. 51.

54 CABRAL, Amílcar, *Estudos agrários de Amílcar Cabral*, Lisboa, ICT, Bissau, INEP, 1988.

55 Cf. EXPOSE, Oxford Living Dictionaries – English, disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/definition/expose>, acesso em: 9 Maio 2018.

É contraditória a afirmação de que Amílcar não teve interesse em estudar marxismo em Portugal, devido à inutilidade desta teoria para a realidade africana, seguida de uma avaliação de que usou elementos do marxismo na sua produção académica e técnica, inclusive quando o objeto de estudo era a agricultura africana, e não a realidade portuguesa. Mesmo antes de conhecer diretamente as fontes, o leitor da biografia escrita por Chabal é capaz de conjecturar se não haveria incoerência na análise. Se não o faz, provavelmente é devido ao carácter de reforço do senso comum que este tipo de análise possui, pois ela é condizente com concepções políticas influentes na sociedade em que os leitores vivem.

É confiando nessa partilha de visão do mundo com o leitor que Idahosa declara que as questões acerca da fidelidade de Cabral ao marxismo *hoje* parecem absurdas.<sup>56</sup> Concordamos que abordar a ideologia enquanto uma questão de fidelidade ou infidelidade, tal como num processo inquisitorial, não é uma perspectiva proveitosa. O que *hoje* não nos pode parecer absurdo é considerar que o marxismo tenha sido atraente para intelectuais e ativistas africanos do século XX. Pelo contrário, a evidência histórica disponível diz-nos que foi bastante atraente. As teses do declínio ou fim das ideologias<sup>57</sup> podem estar prejudicando a compreensão pelos historiadores de processos do passado.

### 1.3 Diferenças de discurso segundo o público

Alguns autores procuraram identificar se haveria diferenças no discurso de Amílcar Cabral conforme o público a que se dirigia. De acordo com Basil Davidson, o que Cabral “escreveu para uso e consumo ‘externo’ foi exactamente o que escreveu, embora utilizando estilo e forma diferentes, para os militantes que o seguiam”.<sup>58</sup> Esta também é a avaliação de Ronald Chilcote<sup>59</sup> e Patrick Chabal.<sup>60</sup>

Para António Tomás, Amílcar Cabral procurava não se vincular a qualquer ideologia e evitava situar-se à esquerda ou à direita. Contudo, nos países socialistas – os principais apoiadores

56 IDAHOSA, Pablo, *op. cit.*, p. 42

57 Ver STOPPINO, Mario, “Ideologia” in BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO Gianfranco (Dir.), *op. cit.*

58 DAVIDSON, Basil, “Sobre o nacionalismo revolucionário: o legado de Cabral”, in *Continuar Cabral – Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, 17-20 Jan. 1983, Praia. Odivelas: Grafedito/Prelo-Estampa, Set. 1984, p. 85, disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=007348#!84>>, acesso em: 17 Mar. 2018.

59 CHILCOTE, Ronald, “Cabral in the historical context of his epoch: the implications of his theory of class and class struggle” in *Continuar Cabral – Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, 17-20 jan. 1983, Praia. Odivelas: Grafedito/Prelo-Estampa, Set. 1984, pp.153-169, disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=007348#!154>>, acesso em: 27 Fev. 2018.

60 CHABAL, Patrick, *op. cit.*, p. 186.

do PAIGC –, Cabral teria enunciado discursos mais à esquerda, com uso de “certos chavões”, o que teria feito com que alguns ocidentais o considerassem comunista.<sup>61</sup>

Ao abordar o discurso de Cabral sobre o socialismo, Sousa diferencia entre aquilo que Cabral dizia para o público ocidental e para o dos países socialistas ou do Terceiro Mundo. Diante do público dos países capitalistas, Amílcar Cabral procurava rejeitar o rótulo de comunista, como ocorreu na sua audiência perante o Congresso dos Estados Unidos, em 1970. Nessa ocasião, Cabral deu respostas evasivas sobre o futuro da Guiné independente, sem especificar que tipo de Estado seria edificado no país. Dirigindo-se ao público de esquerda dos países ocidentais, aproveitava a ocasião para defender-se da acusação feita por seus adversários de que intencionava implementar o comunismo na Guiné – é o que faz na sua saudação ao Partido Comunista Português (PCP) publicada no periódico *Avante!* de 8 de março 1971. Nos países socialistas, defendia o socialismo enquanto única força capaz de apoiar a libertação africana, destacando o auxílio da União Soviética. Na II Reunião da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), realizada em 1965 em Dar Es Salaam, capital da Tanzânia, Cabral discursou em defesa do socialismo.<sup>62</sup>

Conforme Sousa, até o início da luta armada (1963), não são conhecidas elaborações de Cabral sobre o socialismo. Nos programas e estatutos do PAIGC elaborados por Cabral em 1960 e 1961, não havia menção ao socialismo. Os programas referiam-se à implantação de um governo “não denominacional”, isto é, sem etiquetas ideológicas. Isto seria devido ao desejo de não afugentar possíveis apoiadores e de não prejudicar a imagem do movimento de libertação.<sup>63</sup>

Observamos que Cabral fez teorizações marxistas, até mesmo utilizando alguns termos que poderíamos classificar como “chavões”, em países ocidentais. São os casos da palestra sobre cultura na Universidade de Siracusa, nos Estados Unidos; do texto também sobre cultura lido em Paris na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); e das suas intervenções em debates em Helsínquia ou em Roma.<sup>64</sup> Assim, não se pode dizer que Cabral fazia discursos de teor marxista apenas em Cuba ou no Cazaquistão.

De qualquer forma, não podemos desconsiderar a influência da União Soviética no discurso de Amílcar Cabral. A potência comunista era a principal apoiadora do PAIGC, e a lealdade ideológica era um fator importante na política de auxílios externos soviéticos, principalmente após a

---

61 TOMÁS, António, *O fazedor de utopias – uma biografia de Amílcar Cabral*, 2. ed., Lisboa, Tinta-da-China, 2008, pp. 246-247. António Tomás é professor no African Centre for Cities, University of Cape Town, África do Sul.

62 SOUSA, Julião, *op. cit.*, pp. 437-439.

63 *Idem.*

64 Ver CABRAL, Amílcar, *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013, 2 vol.

queda de Nikita Khrushchev em 1964. Segundo Natalia Telepneva, a compatibilidade ideológica era um critério essencial, talvez suficiente, para determinar o apoio soviético aos movimentos de libertação.<sup>65</sup>

De acordo com Sousa, o apoio da União Soviética acabava por resultar em posições do PAIGC mais próximas às desse país, inclusive no que tange ao conflito sino-soviético, por mais que Cabral procurasse não se envolver em tal questão. O dever de lealdade e reciprocidade também se verificava no apoio às posições da Guiné-Conacri, principal aliado do PAIGC na África.<sup>66</sup>

Apesar do apoio e da proximidade com os soviéticos, convém não subestimar a influência da experiência chinesa no PAIGC (e em outros movimentos de libertação apoiados pela União Soviética). Lembremos que quadros do PAIGC receberam formação militar na China em 1960 e 1961.<sup>67</sup> Os chineses tinham convicção de que o pensamento de Mao Tsé-Tung (1893-1976) inspirava a luta de libertação do PAIGC, ainda que Cabral não o admitisse, devido ao conflito sino-soviético.<sup>68</sup> Mao era uma leitura incontornável não só para os guerrilheiros dos movimentos de libertação, mas também para os serviços portugueses de contrassubversão durante a Guerra Colonial.<sup>69</sup>

Com relação ao Vietnã, a posição do PAIGC era de apoio aberto ao Vietcong.<sup>70</sup> Segundo Mário de Andrade, a experiência revolucionária do Vietnã teria sido a mais inspiradora para a luta na Guiné-Bissau.<sup>71</sup> Aristides Pereira também menciona a experiência revolucionária vietnamita, ao

---

65 Ver TELEPNEVA, Natalia, *Our sacred duty: the Soviet Union, the liberation movements in the Portuguese colonies, and the Cold War, 1961-1975*, Londres, LSE, 2014, Tese de Doutorado apresentada à London School of Economics and Political Science.

66 SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 478.

67 Gana e Marrocos foram outros dos países onde militantes do PAIGC receberam formação militar na preparação para a guerra. Cf. SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 326.

68 SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 486.

69 Ver FURTADO, Joaquim, “Aldear e conquistar” in *A guerra*. Produção: RTP, Lisboa, Correio da Manhã, 2009. Série documental, episódio 14, 1 DVD (77 min.).

70 Movimento de libertação que, à época, enfrentava uma guerra contra os Estados Unidos, a qual terminaria em 1975, com desfecho vitorioso para o Vietcong. “Vietcong (Viet Nam Cong San) – Nome dado pelo governo sul-vietnamita aos combatentes da Frente Nacional de Libertação do Vietname do Sul. Fundada em 1960, pelo advogado Nguyen Huu Tho, era um grupo heterodoxo composto por marxistas, nacionalistas e socialistas, inicialmente como força opositora ao ditador Ngo Dinh Diem. Depois intensificou a luta político-militar contra os regimes sul-vietnamitas seguintes e contra as forças armadas dos EUA enviadas para o Vietname”. Fonte: VIETCONG, Dicionário Político do Marxists Internet Archive – Seção em Português, disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/v/vietcong.htm>>, acesso em: 11 Maio 2018.

71 ANDRADE, Mário de, *Amílcar Cabral: ensaio de biografia política*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2014, p. 115. Mário Pinto de Andrade (1928-1990) foi um nacionalista e intelectual angolano, membro fundador do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Foi companheiro de Cabral nos anos de estudante em Lisboa, e militou ao lado deste no âmbito da CONCP.

lado da chinesa, como fonte de ensinamentos para a guerrilha na Guiné, assimilados e adaptados por Cabral de forma crítica.<sup>72</sup>

O discurso de Cabral na Conferência Tricontinental em Havana, em 1966, é considerado uma formulação ousada entre as teorias revolucionárias inspiradas no marxismo, principalmente devido à afirmação de que a luta de classes não é o motor permanente da história. Outro ponto comumente reputado como inovador é a descrição do desenvolvimento da humanidade por modos de produção em três fases, de maneira diferente do esquema marxista típico, que cita cinco fases. Na classificação de Cabral feita em Havana, a primeira fase seria a sociedade comunitária agropecuária, sem classes e sem Estado; a última seria a sociedade socialista ou comunista industrial – em que a própria agricultura é uma indústria –, sem classes e com tendência ao desaparecimento do Estado. Entre uma e outra, a segunda fase seria a agrária ou agroindustrial, feudal ou burguesa, com existência de classes, Estado e apropriação privada dos meios de produção.<sup>73</sup> Como nota Alain Bockel, a redução de cinco para três modos de produção resulta da eliminação da sociedade escravista, que não é mencionada, e da fusão das sociedades feudal e burguesa numa só.<sup>74</sup> Para Sousa, este tipo de inovação significa uma conclusão diferente das de Marx, mas não representa um abandono dos instrumentos de análise marxista.<sup>75</sup> Chabal considera que a inovação no esquema era uma crítica implícita ao marxismo ortodoxo europeu da época, e que as liberdades que Cabral tomava mostravam que ele não estava preocupado com discussões teóricas sobre o marxismo.<sup>76</sup>

Hoje sabemos que o discurso de Cabral de 1966 foi, no geral, muito bem recebido pelos soviéticos, sobretudo pela defesa da vanguarda revolucionária como remédio contra o neocolonialismo, e que as teorizações de Cabral credenciavam-no, perante os soviéticos, como uma influência altamente progressista na África.<sup>77</sup> Se havia, em seu discurso, alguma crítica implícita à ortodoxia marxista, ela não foi percebida como relevante pelos soviéticos.

---

72 PEREIRA, Aristides, *op. cit.*, p. 41.

73 CABRAL, Amílcar, “Fundamentos e objetivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”, *in Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1966], vol. 1, p. 245. Discurso pronunciado na I Conferência de Solidariedade dos Povos da África, da Ásia e da América Latina, ocorrida em Havana entre 3 a 14 de janeiro de 1966.

74 BOCKEL, Alain, *op. cit.*

75 SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 436.

76 CHABAL, Patrick, *op. cit.*, p. 170.

77 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, cap. 3.

Assim, enquanto um analista como Timothy Luke aprecia as teorizações de Cabral e o projeto do PAIGC como uma alternativa ao modelo soviético,<sup>78</sup> os próprios soviéticos consideravam o exemplo do PAIGC como a melhor política a ser replicada na África.

Note-se que a descrição das fases de desenvolvimento em três, e não em cinco, não é regular em todo o discurso de Cabral. No Seminário de Quadros do PAIGC, em 1969, Cabral ensina da forma mais tradicional, mencionando cinco fases. Acrescenta que a proposta do comunismo é idealista, e a sua consecução, difícil:

Vemos, portanto, segundo o esquema que acabo de vos expôr (não fui eu que o inventei) é: comunismo primitivo, escravatura, feudalismo, capitalismo (imperialismo), socialismo, e, segundo alguns idealistas que acreditam nisso no mundo, depois do socialismo, a fase mais avançada será o comunismo outra vez, mas já não primitivo, mas num estágio mais elevado, onde o homem tem o domínio completo da natureza. Em que, segundo essa teoria do comunismo, cada um terá aquilo de que precisa, e cada um dá à sociedade segundo a sua capacidade. A cada um é dado segundo as suas necessidades. Toda a gente terá tôdas as coisas necessárias à vida. Isso é muito bonito, mas é difícil.<sup>79</sup>

Cabral costumava ser vago sobre o futuro da Guiné quando discursava no exterior. Contudo, quando atentamos para as discussões dentro do PAIGC, encontramos posições mais claras a respeito da sociedade, da economia, da organização do Estado etc.<sup>80</sup> Ainda assim, achamos razoável supor que, num contexto de guerra, Cabral evitasse produzir material que pudesse ser usado como arma de propaganda pela contrassubversão portuguesa. Se tal ocorresse, seria uma pressão no sentido da moderação do discurso. Ao longo da Guerra Colonial, Portugal procurou associar o PAIGC ao comunismo, a fim de subtrair possíveis aliados ao movimento de libertação. No sentido oposto, levando-se em consideração que a direção ideológica era importante na determinação do apoio do bloco socialista, é lícito supor que a formação interna ministrada pelo PAIGC tivesse em alguma medida a função de formar militantes com valores apreciados pelos comunistas.

#### 1.4 Primeiros contatos com o marxismo

Cronologicamente, o tema do marxismo costuma aparecer nas narrações biográficas sobre Cabral a partir da sua mudança para Lisboa, que ocorre em 1945. Lembremos que Amílcar, nascido em 1924 na Guiné-Bissau, muda-se para Cabo Verde em 1932. Na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente, frequenta o Liceu Gil Eanes a partir de 1937. Em 1944, conclui o nível secundário de

78 LUKE, Timothy, *op. cit.*, pp. 309-310.

79 CABRAL, Amílcar, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior: 3 - No plano internacional”, *CasaComum.org*, [1969], disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_84157](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84157)>, acesso em: 22 Jan. 2018, p. 11.

80 Ver CABRAL, Amílcar, *Pensar para melhor agir – intervenções no Seminário de Quadros, 1969*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2014.

ensino. A seguir, trabalha por cerca de um ano na Imprensa Nacional, na cidade da Praia, ilha de Santiago. No outono de 1945, Amílcar chega a Lisboa para estudar agronomia no Instituto Superior de Agronomia (ISA).<sup>81</sup>

Com relação aos anos de estudante em Lisboa, a literatura refere que Amílcar teria convivido com elementos da oposição antifascista ao Estado Novo, e lutado ao lado destes elementos, num ambiente em que a influência política e ideológica dominante era a do PCP.<sup>82</sup> Assinala-se também a cumplicidade (amistosa, política e intelectual) de Amílcar com figuras como o angolano Agostinho Neto (1922-1979), que à altura estudava medicina em Lisboa e militava no PCP, entre outros estudantes africanos politizados. Os estudos agrários de Cabral também sugeriram a alguns analistas<sup>83</sup> a influência de leituras marxistas.

Embora, com exceção de Bockel,<sup>84</sup> os autores não afirmem expressamente que Amílcar Cabral tenha conhecido o marxismo em Lisboa, esta é a ideia implícita nos seus trabalhos, pois nem sequer se cogita que Amílcar tenha saído de Cabo Verde com algumas leituras deste campo.

A desconsideração da vivência cabo-verdiana anterior ao deslocamento para Lisboa pode abranger os demais aspectos da vida de Cabral. Ao asseverar que as teorizações de Cabral resultam das suas experiências, Robert Blackey estabelece os estudos universitários em Lisboa como o início deste percurso.<sup>85</sup> Este marco temporal exclui a frequência ao Liceu Gil Eanes, mais importante centro intelectual de Cabo Verde; a atuação no desporto estudantil; o envolvimento com a literatura e o teatro; a entrada no mercado de trabalho formal; o estabelecimento de vínculos sociais com os atores políticos do arquipélago. “Aos 21 anos de idade”, quando Amílcar parte para Lisboa, “é um homem experiente e marcado pela vida: uma infância turbulenta na Guiné e em Cabo Verde, uma adolescência de muitos sacrifícios. E já havia visto morrer de fome muitas pessoas nas ruas da Praia”, no dizer de António Tomás.<sup>86</sup>

Sousa é o primeiro autor a apresentar a hipótese de que Amílcar teria entrado em contato com a literatura marxista “ainda em Cabo Verde, nos anos finais do Liceu Gil Eanes, graças à influência neorrealista junto dos elementos da ‘Academia Cultivar’ (e da sua revista *Certeza*) junto

---

81 SOUSA, Julião, *op. cit.*

82 Ver, além das biografias já citadas neste capítulo, IGNATIEV, Oleg, *Amílcar Cabral, filho de África – narração biográfica*, Lisboa, Editora Prelo, 1975.

83 Como ANDRADE, Mário de, *op. cit.*, ou TOMÁS, António, *op. cit.*

84 BOCKEL, Alain, *op. cit.*

85 BLACKKEY, Robert, “Fanon and Cabral: a contrast in theories of revolution for Africa”, *The Journal of Modern African Studies*, v. 12, n. 2, 1974, pp. 191-209. Em apologia de Blackey, alegamos que, quando ele escreve o seu artigo, as investigações biográficas sobre Cabral ainda estavam nos seus primórdios.

86 TOMÁS, António, *op. cit.*, p. 55.

da qual Amílcar Cabral chegou a apresentar um pedido de adesão em 1944”.<sup>87</sup> Para Sousa, textos juvenis de Cabral, sobretudo *Hoje e amanhã* (1944), seriam indícios deste possível contato.

Mário de Andrade reproduz trechos de alguns manuscritos juvenis de Cabral, tais como poemas, crônicas e contos. Como possíveis influências na escrita do rapaz, Andrade cita o pai, Juvenal Cabral, homem de verve literária, atuante no meio intelectual e político cabo-verdiano. As leituras escolares mais tradicionais são apontadas como modelos para os sonetos de amor.<sup>88</sup>

Andrade apresenta trechos de um conto de Amílcar, *Fidemar* (filho do mar), no qual o protagonista – um “filho do povo, defensor dos pobres e dos fracos, capitão do mar”, no dizer de Andrade – pretende libertar o seu povo por meio de uma fuga fracassada pelo mar.<sup>89</sup> Segundo Sousa (com base em entrevistas), este texto, de 1942, foi apresentado por Cabral em 1944 ao candidatar-se a uma vaga na Academia Cultivar.<sup>90</sup> Os trechos reproduzidos por Andrade chamam nossa atenção pelo seu conteúdo e estilo, destoantes das leituras escolares da época, bem como distantes do ideário conservador propagado pelo Estado Novo.<sup>91</sup>

Em *Fidemar*, Amílcar narra a história de um rapaz de 16 anos que “aspirava apaixonadamente” por “uma vida diferente daquela que levava”, o que “fazia dele um revolucionário”.<sup>92</sup> “Era um revolucionário esse rapazinho de 16 anos, (...) que tinha ódio a tudo quanto fosse contrário à sua aspiração de liberdade e de vida para todos”, que sentia

raiva (...) por não poder reunir os seus colegas e dizer-lhes: Irmãos. A vida que vivemos é miserável. Somos homens como os outros e, como eles, temos direito à felicidade. Não soframos mais em silêncio. Revoltemo-nos e deitemos abaixo a injustiça dos homens. Mostremos aos ricos que, sem o trabalho dos nossos pais, sem o nosso esforço, eles não viveriam...<sup>93</sup>

Na novela *Marias*, datada de 9 de setembro de 1943, de temática amorosa, Andrade encontra um trecho de Amílcar com considerações anticonformistas:

Era uma morna, essa música amorosa, morosa, embaladora, suave e morna, essa tradução rítmica dos sentimentos dum povo que sofre para viver, e vive para sofrer resignadamente – estúpida resignação que a geração dos novos há-de exterminar! – a miserável vida que o destino lhe traçou...<sup>94</sup>

87 SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 130.

88 ANDRADE, Mário de, *op. cit.*, pp. 29-38. Para uma crítica sobre as teses acerca da influência do pai na formação intelectual e política de Cabral, ver SOUSA, Julião, *op. cit.*, pp. 78-91.

89 ANDRADE, Mário de, *op. cit.*, pp. 32-34.

90 SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 75.

91 O leitor encontrará fartos elementos sobre a educação ministrada em Cabo Verde durante o regime do Estado Novo (1933-1974) em CARVALHO, Maria Adriana, *O liceu em Cabo Verde, um imperativo de cidadania: 1917-1975*, Lisboa, FPCE/UL, 2009, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação (História da Educação) apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/969>>, acesso em: 21 Dez. 2017. Ao dissertar sobre a história do liceu em Cabo Verde durante o período colonial, Carvalho acaba por tocar outros assuntos relacionados à sociedade cabo-verdiana – mais um motivo para recomendarmos vivamente a leitura da sua tese.

92 CABRAL, Amílcar, *Fidemar* [fragmentos] *apud* ANDRADE, Mário de, *op. cit.*, p. 33.

93 *Idem*.

94 CABRAL, Amílcar, *Marias* [fragmentos] *apud* ANDRADE, Mário de, *op. cit.*, p. 34.

Andrade atribui o surgimento daquilo que chama de “primeiras ideias emancipadoras”<sup>95</sup> de Amílcar às injustiças sociais testemunhadas em Cabo Verde (especialmente, a fome) e ao contexto da Segunda Guerra Mundial.<sup>96</sup>

Oscar Oramas classifica a composição de *Fidemar* como “um acontecimento excepcional do dirigente em formação”. Prossegue Oramas: “Claro está, já é o jovem que devora livros de todo tipo e se alimenta de toda a obra histórica ou religiosa que consegue obter, num meio caracterizado pela férrea censura colonial”.<sup>97</sup>

Apesar de o biógrafo cubano não apresentar evidências de que Amílcar fosse leitor de publicações obtidas ao arrepio da censura estatal desde os tempos de Cabo Verde, a sua observação, no plano das hipóteses, é pertinente. Oramas coloca a questão de forma ampla, incluindo as obras religiosas como uma das possíveis literaturas alternativas a participarem da formação intelectual do jovem Amílcar. Referir-se-ia Oramas ao espiritismo kardecista? Ao racionalismo cristão? Estas podem ser questões para futuros estudos.

É provável que, nos últimos anos de liceu, Amílcar já obtivesse leituras alternativas e clandestinas. José Leitão da Graça, em depoimento a Sousa, conta que Amílcar tinha acesso a “certos livros” por meio do Professor Luís Diogo Terry, que só os dava a alunos de confiança. Reitor do Liceu Gil Eanes de 1940 a 1946, docente desta instituição desde 1939, Terry era considerado um homem de ideias avançadas, propiciador de um clima de maior liberdade no liceu durante a sua gestão. Após a sua chegada ao liceu, rapidamente afeiçoa-se a Amílcar.<sup>98</sup> Terry foi um dos impulsionadores e financiadores da Academia Cultivar e da sua revista *Certeza*.<sup>99</sup> Resta saber quais livros teria emprestado a Amílcar. Jorge Amado? Graciliano Ramos? Rachel de Queiroz? Obras brasileiras com fortes críticas sociais, não obstante a censura salazarista, eram atraentes para os intelectuais cabo-verdianos da geração de Cabral.

Da literatura brasileira contestatária, Cabral poderá ter tirado inspiração para os seus escritos juvenis. Particularmente, *Fidemar* traz-nos alguma reminiscência de *Capitães de Areia*, livro de Jorge Amado de 1937, questão que poderá ser examinada em futuras investigações. A literatura brasileira dos anos 1930-1950 teve importante influência na literatura cabo-verdiana do mesmo

---

95 ANDRADE, Mário de, *op. cit.*, p. 33.

96 *Ibidem*, pp. 34-36.

97 ORAMAS, Oscar, *Amílcar Cabral: para além do seu tempo*, 2. ed., Praia, Ed. Uni-CV, 2014 [1998], p. 33.

98 SOUSA, Julião, *op. cit.*, pp. 76-78.

99 SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 77; CARVALHO, Maria Adriana, *op. cit.*, p. 406.

período.<sup>100</sup> Como nota Manuel Ferreira,<sup>101</sup> Amílcar mesmo, em artigo de 1952, alude ao contato dos escritores cabo-verdianos com a literatura brasileira como um dos fatores a direcionarem a poesia cabo-verdiana para temas ligados à realidade social do arquipélago.<sup>102</sup> Na bibliografia sobre Cabral, encontram-se referências à literatura brasileira obtida clandestinamente, nomeadamente a Jorge Amado, como fator de conscientização de Amílcar e outros nacionalistas africanos nos anos em que estiveram em Lisboa. Para nós, este contato, ao menos no caso de Amílcar, possivelmente terá ocorrido antes da chegada à capital portuguesa. O mesmo dizemos sobre o contato com textos políticos marxistas: poderá ter acontecido ainda em Cabo Verde, hipótese que merece investigações mais profundas. Mas, desde já, ficamos com a mesma impressão de Sousa: “Não nos admiraria, em absoluto, que conhecesse, já nessa altura, alguma obra de [Harold] Laski e de [Friedrich] Engels”.<sup>103</sup>

Esclareça-se que os comentários feitos nesta seção sobre conteúdos contestadores nos escritos juvenis de Cabral não constituem uma apreciação global das suas ideias no período. Estas também continham elementos conservadores, tributários da educação recebida no liceu. Frisemos, ainda, que a nossa suposição de que Cabral tivesse acesso a leituras vedadas pelo regime, ou ao menos não estimuladas por ele, não é uma avaliação de que fosse um rapaz de uma politização ou ilustração excepcional no meio em que vivia. Apenas ponderamos que Cabral não escreveria os textos citados se tivesse como referências somente as leituras fornecidas pela educação oficial e os valores transmitidos pelo regime. Provavelmente, buscou referências em outras fontes, como o fizeram outros jovens e intelectuais cabo-verdianos da sua geração – aqueles mais avançados. Nesse sentido, assentimos em que os escritos de Amílcar Cabral, como afirma Chabal, pouco diferiam dos de outros jovens cabo-verdianos contemporâneos seus.<sup>104</sup>

Segundo Chabal, em *Hoje e amanhã* Cabral reage aos horrores da Segunda Guerra Mundial expressando otimismo quanto ao futuro. Na avaliação de Chabal, o texto, longe de ser minimamente político, seria uma manifestação romântica sobre o confronto entre ditaduras e democracias, e sobre a *eterna tendência do homem de explorar e matar*.<sup>105</sup>

---

100 FERREIRA, Manuel, “O texto brasileiro na literatura caboverdiana”, in *Literaturas africanas de língua portuguesa: compilação das comunicações apresentadas durante o colóquio sobre literaturas dos Países Africanos de Língua Portuguesa em Julho de 1985*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp. 81-105.

101 *Ibidem*, p. 95.

102 CABRAL, Amílcar, “Apontamentos sobre poesia cabo-verdiana”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1952], p. 28.

103 SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 130.

104 CHABAL, Patrick, *op. cit.*, p. 33.

105 “*But the text in itself was not in the least political and tended in fact to be a romantic statement about the clash between dictatorships and democracies and about man’s eternal tendencies to exploit and kill*” (CHABAL, Patrick, *op. cit.*, p. 33.)

Ressalvamos que, diferentemente da descrição feita por Chabal, Amílcar Cabral não fala de uma eterna tendência do homem de explorar e matar. Vejamos o que Cabral diz:

E a guerra actual não é mais do que a concretização dessa luta de séculos, ou se não tanto, o acontecimento necessário – tristemente necessário – que porá termo ao conflito que teve início desde que o homem criou na sua existência a necessidade estúpida de usufruir do trabalho do seu semelhante.<sup>106</sup>

Do ponto de vista filosófico, há diferença entre dizer que os conflitos humanos iniciaram-se *desde que* o homem passou a usufruir do trabalho de outro homem e dizer que o homem tem uma tendência *eterna* a explorar e matar. Na primeira declaração, o conflito entre os homens inicia-se num momento histórico determinado: o da criação da necessidade de usufruir do trabalho alheio. Na segunda declaração, a exploração e o aniquilamento são acontecimentos naturais; a tendência a estas ações constitui característica inata, inalterável e infundável da natureza humana. A ideia que Cabral expressa neste trecho pode ser um indício do contato, direto ou indireto, com a concepção materialista dialética da história.<sup>107</sup> A esta concepção pode ter-se misturado a componente religiosa, denotada no emprego do termo “seu semelhante”. Outro fragmento que nos chama atenção neste trecho é “acontecimento necessário – tristemente necessário”, que indica um jovem Cabral tributário de certa visão determinista, ao atribuir “necessidades” à história. Esta visão não o abandonaria na vida revolucionária, como se vê no trecho abaixo, de 1966:

Mas se formos capazes de analisar com serenidade o fenómeno imperialista, não escandalizaremos ninguém ao termos de reconhecer que o imperialismo — que tudo mostra ser na realidade a fase última da evolução do capitalismo — foi uma *necessidade da história*, uma consequência do desenvolvimento das forças produtivas e das transformações do modo de produção, no âmbito geral da humanidade, considerada como um todo em movimento. Uma *necessidade*, como o são

---

106 CABRAL, Amílcar, “Hoje e amanhã”, in *Cabo Verde: reflexões e mensagens*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2015 [1944], pp. 28-29. Texto publicado no *Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, Lisboa, ano II, n. 11, 1949.

107 Assim Ciro Flamarion Cardoso (*op. cit.*, pp. 134-135) definiu *materialismo dialético e materialismo histórico*: “Materialismo dialético – Designação do marxismo visto como concepção global do mundo. O Materialismo Dialético tratou de unificar e sintetizar dois elementos antes separados, o materialismo filosófico e as ciências naturais, mediante uma visão da realidade que parte do problema do movimento, do desenvolvimento, ou mais exatamente do *auto-dinamismo do desenvolvimento mediante contradições dialéticas*. O universo é visto como sistema total composto de subsistemas ligados uns aos outros e que se afeta reciprocamente. As contradições, presentes em cada subsistema do mundo, provocam, através do choque dos contrários, o movimento, o desenvolvimento: no universo, os fenómenos e objetos surgem, se desenvolvem e desaparecem; a realidade está em perpétua e universal transformação, mas cada elemento qualitativamente novo que surge em função da resolução de uma contradição retém algumas das qualidades dos elementos contrários que entraram em luta e assim o geraram. (...) Materialismo histórico – Constitui a aplicação do *Materialismo Dialético* à explicação da organização e da mudança das sociedades humanas. Suas duas bases são: 1) o princípio *materialista* da primazia do ser social em relação à consciência social (...) 2) o princípio do *historicismo*: uma visão ou enfoque da sociedade radicalmente histórico, no sentido de vê-la como totalidade em constante processo de desenvolvimento mediante contradições dialéticas”.

no presente a libertação nacional dos povos, a destruição do capitalismo e o advento do socialismo.<sup>108</sup>

Se *Hoje e amanhã* apresenta descrições românticas sobre o futuro da humanidade, também contém passagens com alguma contundência. Cabral deve ter considerado o seu texto ousado, pois preferiu publicá-lo sob o pseudônimo Arlindo António, numa edição de 1949 do *Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, em Lisboa. Vivendo sob um Estado fortemente policial, Cabral pode ter temido uma recepção negativa às seguintes palavras: “Mas do caos surgirá um mundo novo e melhor. Está tão certo isto como é certo que o mundo precisa de uma remodelação: uma nova ordem que não é a nazi, nem a que alguns sonham e que há-de ser defendida por uma Polícia Internacional...”<sup>109</sup>

### 1.5 O caminho que o levou ao marxismo

Sobre a relação entre o projeto nacionalista de Amílcar Cabral e o marxismo, uma das teses difundidas na literatura é que Amílcar Cabral teria sido antes de mais nada um nacionalista e que, ao nacionalismo, posteriormente ter-se-ia juntado o marxismo.

Em 1983, Vasiliy Solodovnikov, cientista social da União Soviética, apontava a luta de libertação nacional como o caminho que levava Cabral ao marxismo-leninismo. Assim Solodovnikov descrevia esta aproximação:

A. Cabral chegou à compreensão e ao reconhecimento das verdades do marxismo-leninismo não através do estudo livresco, mas pela própria vida e luta contra o colonialismo e o imperialismo. A própria lógica da luta dos povos da Guiné e Cabo Verde contra o colonialismo e o imperialismo levou A. Cabral e os seus companheiros de luta revolucionária à compreensão do marxismo-leninismo enquanto base ideológica da luta de libertação nacional.<sup>110</sup>

Segundo essa perspectiva, Cabral já tinha enveredado pela luta anticolonialista quando interessou-se pela ideologia marxista. Note-se que o nacionalismo descrito por Solodovnikov como impulsor deste interesse tem como base geográfica os territórios da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. As outras análises que mencionaremos a seguir terão como referência o continente africano como um todo.

Chabal acredita numa primazia do nacionalismo sobre o marxismo no percurso de Cabral. Na sua narração biográfica, Amílcar Cabral aparece comprometido com a libertação da África já

---

108 CABRAL, Amílcar, “Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”, p. 247, grifo nosso.

109 CABRAL, Amílcar, “Hoje e amanhã”, in *Cabo Verde: reflexões e mensagens*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2015 [1944], p. 29. Texto publicado no *Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, Lisboa, ano II, n. 11, 1949.

110 SOLODOVNIKOV, Vasiliy, “Amílcar Cabral como teórico da revolução africana” in *Continuar Cabral – Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, 17-20 Jan. 1983, Praia. Odivelas: Grafedito/Prelo-Estampa, set. 1984, disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=007348#!420>>, acesso em: 17 Mar. 2018, p. 419.

nos anos 1940. Isto teria feito com que Cabral não fosse dos estudantes africanos mais ativos na esquerda oposicionista portuguesa, pois esta centrava esforços em derrubar o fascismo, e não o colonialismo.<sup>111</sup> Segundo Chabal, a sua preocupação com a libertação africana teria contrabalançado a influência do marxismo ortodoxo do PCP, de pouca utilidade para a causa da descolonização.<sup>112</sup>

Andrade, por sua vez, conta que Cabral e seus colegas estudam marxismo e militam em organizações democráticas portuguesas ao mesmo tempo que buscam conhecimentos sobre a cultura africana. As atividades de “salvaguarda da identidade” africana corresponderiam ao que Cabral chamou de “reafricanização dos espíritos”. Conforme o biógrafo angolano, estas atividades incluiriam “a assimilação do *new negro* americano, da *negritude* apreendida através da célebre antologia de Léopold Sédar Senghor, os contatos estabelecidos com a revista *Présence Africaine* e a procura de informações sobre a evolução dos combates políticos em África”.<sup>113</sup> Em meados dos anos 1950, teria ocorrido o rompimento “com a noção estática da reciprocidade de consequências entre a luta contra o fascismo e contra o colonialismo”.<sup>114</sup> Segundo Andrade, as primeiras análises políticas de Cabral contra a dominação colonial portuguesa, de 1957, sofriam de mimetismo ideológico e dogmatismo, não apreendendo corretamente a realidade social das “massas colonizadas”.<sup>115</sup> As elaborações teóricas dos anos seguintes corrigiriam estas falhas, numa releitura do marxismo. Após o Massacre de Pidjiguiti, em Bissau, em 1959, no qual trabalhadores africanos são mortos durante uma greve, ocorre o que Andrade chama de viragem decisiva: a passagem da mobilização da cidade para o campo, a preparação para a luta armada, e a aquisição de referências de guerra popular anti-imperialista.<sup>116</sup>

A análise de Andrade coincide com a do próprio Amílcar Cabral. No Seminário de Quadros de 1969, Cabral diz que, no começo, o movimento tentou organizar a luta de acordo com exemplos de outras terras, como os países europeus ou as colônias francesas na África. Por isso, mobilizavam os trabalhadores da cidade, organizavam greves, manifestações etc. Mas, estas formas de luta mostraram-se pouco proveitosas, diante da truculência do colonialismo português e da pouca força econômica dos meios urbanos na Guiné. Aos poucos, foram adaptando a organização à realidade

---

111 CHABAL, Patrick, *op. cit.*, pp. 40-42. Com relação à posição da esquerda portuguesa sobre a descolonização, em especial a posição dos comunistas portugueses, lembremos que somente em 1957 o PCP passa a defender a independência das colônias portuguesas incondicionalmente, isto é, independentemente da situação política em Portugal. Até então, este partido subordinava a descolonização a uma mudança política em Portugal, e argumentava que a imaturidade política poderia levar os povos coloniais à submissão a um outro imperialismo (SOUSA, Julião, *op. cit.*, pp. 117-120).

112 CHABAL, Patrick, *op. cit.*, pp. 40-42.

113 ANDRADE, Mário de, *op. cit.*, p. 53.

114 *Ibidem*, p. 57.

115 *Ibidem*, p. 90.

116 ANDRADE, Mário de, *op. cit.*, pp. 95-106.

local. O início da mobilização pela cidade, e não pelo campo, teria sido uma avaliação equivocada, incoerente com a realidade da Guiné sob domínio português. O Massacre de Pidjiguiti mostrou-lhes a necessidade de passar para o campo e preparar a luta armada.<sup>117</sup> De acordo com o relato de Cabral, a decisão de transferir a luta para o campo não foi uma aplicação do pensamento de Mao, pois nesta época ele nem sequer o conhecia.<sup>118</sup>

Sousa considera que não há evidências de que Cabral tenha se envolvido menos com a política portuguesa do que os seus companheiros, ou de que tenha sido menos influenciado ideologicamente pelo PCP do que os demais. Inicialmente, em meados dos anos 1940, Cabral e seu grupo se juntam à luta antifascista portuguesa, sem distinção da luta anticolonial, como reflexo da assimilação colonial. No final dos anos 1940, Cabral e os seus companheiros passam a ter um interesse especial por África, iniciando um lento e difícil processo de autonomização do grupo africano em relação às organizações portuguesas antifascistas. Em 1954, começam a surgir organizações anticolonialistas autônomas, reunindo africanos de diferentes possessões portuguesas.<sup>119</sup> Ainda assim, até o final dos anos 1950, é possível encontrar nacionalistas africanos engajados na política portuguesa – Amílcar Cabral, por exemplo, conta ter participado de manifestações nas ruas de Lisboa em apoio à candidatura oposicionista de Humberto Delgado, nas eleições portuguesas de 1958.<sup>120</sup>

Para Sousa, no início da mobilização, Cabral não tinha um conhecimento profundo da estrutura social da Guiné, não obstante os trabalhos de campo realizados naquele território, nomeadamente o Censo Agrícola de 1953-1954. A partir de 1963, Cabral faz análises mais aprofundadas da realidade guineense, aplicando o marxismo de forma crítica e corrigindo os erros iniciais.<sup>121</sup>

\*\*\*

Com a revisão bibliográfica a que procedemos acima, organizada por temas ou questões, assinalamos em que situação está a discussão acerca da relação de Amílcar Cabral com o marxismo.

---

117 Ver CABRAL, Amílcar, “Partir da realidade da nossa terra. Sermos realistas” in *Pensar para melhor agir – intervenções no Seminário de Quadros, 1969*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2014, pp. 82-106; e CABRAL, Amílcar, “Evolução e perspectivas da luta” in *Pensar para melhor agir*, pp. 221-251.

118 CABRAL, Amílcar, “Evolução e perspectivas da luta”, in *Pensar para melhor agir*, p. 229.

119 SOUSA, Julião, *op. cit.*, pp. 121-125.

120 Ver SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 124. Ver CABRAL, Amílcar, “A estrada larga da esperança” in *A luta criou raízes – intervenções, entrevistas, reflexões, artigos 1964-1973*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2018 [1966], pp. 193-204. Mensagem ao povo português na emissora *A voz da Liberdade*, Argel, 2 de julho de 1966.

121 SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 320.

Outros elementos da bibliografia específica aparecerão ao longo da tese, conforme os temas abordados.

## 2 RECONSTITUINDO INCERTEZAS: NACIONALISMO E MARXISMO NO AMÍLCAR CABRAL PRÉ-REVOLUCIONÁRIO (1948-1960)

Amílcar Cabral, nascido em 1924 na antiga Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau), criado em Cabo Verde, muda-se para Lisboa em 1945, a fim de cursar Agronomia. Na capital portuguesa, Cabral participa de atividades da oposição antifascista ao regime do Estado Novo.<sup>122</sup> Com outros estudantes africanos politizados, Cabral efetua aquilo que chamava de “reafricanização dos espíritos”<sup>123</sup> – a busca pelas raízes africanas e o interesse pela cultura e a história da África e dos negros.

Durante o curso de agronomia, envolve-se com a colega de turma Maria Helena de Ataíde Vilhena Rodrigues (1927-2005), uma portuguesa branca oriunda da região de Trás-os-Montes. De amigos, os dois passam a namorados. Casam-se no final de 1951, permanecendo juntos até 1966.

Amílcar passa as férias de 1949 em Cabo Verde, aproveitando a sua estada no arquipélago para escrever artigos na imprensa local, bem como para levar ao ar um programa de rádio, entre outras atividades.

Termina a parte curricular do curso de agronomia em 1950. Após realização de estágio e apresentação da tese de licenciatura, começa a trabalhar como engenheiro agrônomo em 1952, na Guiné. Na terra natal, planeja e executa o Recenseamento Agrícola da Guiné de 1953,<sup>124</sup> em parceria com a mulher e colega Maria Helena, experiência que lhe proporcionou conhecer todo o território guineense e os modos de vida dos seus habitantes. Cabral escreve artigos na imprensa guineense, tenta criar um clube de futebol, e convive com os elementos politicamente mais ativos da província.

Em 1955, deixa a Guiné, por motivo de doença, retornando a Lisboa, onde continua trabalhando como agrônomo, até abandonar definitivamente o espaço político português, no início de 1960. Durante este período, um destino profissional frequente é Angola. Os deslocamentos às

---

122 Cláudia Castelo assim define o Estado Novo português: “Regime político ditatorial, autoritário, conservador, católico e colonialista que vigorou em Portugal de 1933 a 1974. Surge na sequência do golpe militar de 28 de maio de 1926, que derrubou a Primeira República. Além da supressão da liberdade política, institui a censura e a polícia política. Até 1968, a sua figura de proa foi António de Oliveira Salazar, presidente do Conselho de Ministros, a quem sucedeu Marcelo Caetano.” CASTELO, Cláudia, “Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, Abr.-Jun. 2012, p. 404.

123 ANDRADE, Mário de, *Amílcar Cabral: ensaio de biografia política*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2014, p. 53.

124 Ver: CABRAL, Amílcar Lopes, “Recenseamento Agrícola da Guiné – estimativa em 1953”, *CasaComum.org*, [1956], disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_34143](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34143)>, acesso em: 13 Nov. 2018.

terras angolanas contribuem para o aprofundamento da formação política de Cabral, tendo em vista que, naquela colônia, a luta nacionalista encontrava-se mais organizada e avançada.<sup>125</sup>

Alegadamente, em 1956, Cabral funda em Bissau o Partido Africano da Independência (PAI), que futuramente passaria a chamar-se Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC); porém, como veremos, é possível e bastante provável que esta data não esteja correta, e que a fundação do partido tenha ocorrido depois disso.

Neste capítulo, seguimos o conselho de António Correia e Silva e nos debruçamos sobre Amílcar Cabral “nas vésperas de si próprio”. Aqui, interessa-nos mais “o projeto em gestação, o estaleiro desarrumado e a obra em construção do que o edifício pronto”.<sup>126</sup>

O Amílcar Cabral aqui estudado é um estudante universitário que inicialmente se percebe como português – um português cabo-verdiano, um português negro, mas um português. Tal foi o resultado da educação que recebeu na escola e na sociedade cabo-verdianas. Este Amílcar não sabia que devotaria a sua vida à Guiné onde nascera, mas já alimentava o sonho de dedicar-se à África. Não podia prever as circunstâncias em que lutaria e a forma que a sua luta tomaria.

Amílcar aplica-se ao estudo do marxismo, recepcionando novas ideias e desenvolvendo as suas próprias, sem saber que utilização faria destes conhecimentos mais tarde. Desde – pelo menos – o final dos anos 1940, Amílcar procura adotar uma visão de mundo materialista dialética. Assim é que o desenvolvimento mediante contradições vai explicar-lhe a formação do solo, que ele examina cientificamente na sua tese de licenciatura, e o movimento incessante da matéria estará por trás das ondas do mar, que ele observa romanticamente a bordo de um navio. Aquele Cabral apegado a conceitos marxistas como forças produtivas, modo de produção e estrutura econômica, já o encontraremos em meados dos anos 1950, escrevendo sobre agricultura na imprensa colonial guineense. Certa tendência ao esquematismo, que também caracterizou a forma como organizou e expressou os seus pensamentos, é encontrada até em cartas de amor escritas no período, como quando ele expõe as suas ideias de casamento com Maria Helena num modelo de tese, antítese e síntese. A primazia da base material no desenvolvimento dos fenômenos sociais será o seu pressuposto para compreender o problema do racismo, junto com a convicção de que as condições de existência e os fenômenos sociais podem ser alterados pela ação humana. A crítica – econômica, mas também moral – às injustiças sociais é identificada na fase pré-revolucionária, quando Cabral

---

125 SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral (1924-1973): vida e morte de um revolucionário africano*, Coimbra, Edição do Autor revista, corrigida e aumentada, 2016, p. 173.

126 SILVA, António Correia e, “Da publicação das cartas de Amílcar Cabral à sociologia do relacionamento amoroso inter-racial no contexto imperial português”, *Desafios*, Praia, n. 3, nov. 2016, pp. 9-32.

toma consciência dos problemas com que se defrontam o povo português e os povos colonizados do império português.

Essa aproximação não ocorre de maneira premeditada, em busca de uma metodologia mais ou menos útil para uma luta de libertação que ele não sabia que ocorreria, muito menos para agradar aliados que ele não poderia prever que teria. De modo geral, Cabral aproxima-se do marxismo para interpretar e transformar o mundo – prioritariamente, a parcela do mundo que ele julgava a mais necessitada da ação transformadora humana, e a que mais o fascinava naquela época: a África.

O campo socialista podia ter prestígio aos seus olhos e aos dos seus companheiros, mas uma entidade como a Organização das Nações Unidas (ONU) também merecia a sua confiança. E repare-se que a ONU em que Amílcar deposita as suas esperanças juvenis não tem o mesmo perfil da ONU na qual ele atuaria nos anos 1960 e 1970, quando as independências dos países africanos e asiáticos haviam alterado a correlação de forças em favor do anticolonialismo. Tratava-se de uma ONU recém-fundada, com a participação predominante de países europeus capitalistas, diversos deles ainda detentores de colônias.<sup>127</sup>

Amílcar deseja contribuir para a superação do racismo, e vê nas propostas marxistas um campo promissor para os seus intuitos. E, nisto, certamente não terá sido o único. No período que estudamos, outros pensadores africanos vão buscar no marxismo inspiração para a luta anticolonial e antirracista. Em 1954, na altura em que Cabral escrevia sobre agricultura africana, Cheikh Anta Diop (1923-1986) apoia-se no marxismo-leninismo para explicar o seu livro *Nations nègres et culture*. No prefácio, cita explicitamente Lênin para defender a conquista do poder como condição primária para o progresso e a modernidade da África, que não seriam possíveis dentro de um regime colonial.<sup>128</sup> Também cita Lênin para advogar que, assim como o proletariado deveria beneficiar-se de todo o conhecimento acumulado pela humanidade para criar a sua cultura, cada povo deveria assimilar os conhecimentos acumulados ao longo da sua história para desenvolver a sua cultura.<sup>129</sup> Diop compreende que o nacionalismo dos povos oprimidos era uma força transformadora, ao contrário do nacionalismo dos países dominantes,<sup>130</sup> e declara que qualquer um que se servisse do marxismo como guia de ação em terras africanas chegaria às mesmas conclusões que ele.<sup>131</sup>

---

127 Ver SANTOS, Aurora, *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970*, Lisboa, FCSH/UNL, 2014, Tese de Doutoramento, disponível em: <<https://run.unl.pt/handle/10362/13087>>, acesso em: 22 Dez. 2017.

128 DIOP, Cheikh Anta, “Preface”, in *Nations nègres et culture – de l’antiquité Nègre-Égyptienne aux problèmes culturels de l’Afrique noire d’aujourd’hui*, Paris, 1954, Éditions Africaines, p. 11.

129 *Idem*.

130 *Ibidem*, p. 13.

131 *Ibidem*, p. 14.

Amílcar está interessado pelo futuro da África, mas a realidade política de Portugal, onde vive em boa parte do período estudado, também consome as suas energias e a sua atuação. Está atento ao destino da humanidade, de uma forma geral; deseja superar a “exploração do homem pelo homem”, como ele diz num dos artigos publicados na imprensa guineense,<sup>132</sup> e como já dizia num texto juvenil escrito ainda em Cabo Verde.<sup>133</sup>

A descoberta e a valorização da(s) cultura(s) africana(s) vivenciadas no período estudantil conscientizam-no dos problemas da África, fazendo parte do processo de gestação do projeto independentista e de adesão aos ventos anticoloniais. Veremos que o jovem Amílcar atribui uma dimensão universalista às suas preocupações com a África. Esta compreensão o acompanhará na fase revolucionária, como ilustrado no discurso abaixo, proferido no Cairo, em 1961, na III Conferência dos Povos Africanos:

Não devemos esquecer que a revolução africana está ao serviço da paz e do progresso de toda a humanidade. Quando os povos africanos tiverem tomado nas suas mãos, explorarem e desenvolverem racionalmente todas as riquezas materiais e humanas da sua terra, terão contribuído decisivamente para a paz mundial, para o desaparecimento total do imperialismo. Terá sido também uma contribuição eficaz para o progresso da humanidade, porque nós também fazemos parte da humanidade e porque a liquidação do imperialismo em África, como condição de segurança para os povos amantes da paz, facilitará a emancipação social e política de amplas massas populares dos países imperialistas e colonialistas.<sup>134</sup>

Em 1948, Amílcar explicará a Helena que era o seu dever como ser humano, e não a sua naturalidade africana, que o impelia para a África. Em 1966, numa mensagem radiofônica dirigida aos democratas portuguesas residentes em Argel, declarará:

Se luto pela minha terra não é por ser preto ou africano. É porque sou homem e tenho a consciência de que os homens têm direito a uma vida digna, decente, de justiça em qualquer parte do mundo. Por isso lutei em Portugal, pela pátria portuguesa. Mas, tenham paciência, sou um indivíduo nascido em África, um africano. A África está a caminhar para a independência. Todos os países se tornaram independentes e é fundamental que o nosso país também progrida.<sup>135</sup>

Nos anos universitários, os problemas das colônias portuguesas são compreendidos por Amílcar e seus companheiros como parte dos problemas de Portugal, para cuja solução eles procuravam contribuir por meio da militância antifascista. Um projeto de libertação nacional

---

132 CABRAL, Amílcar, “Acerca da utilização da terra na África Negra”, in *Estudos agrários de Amílcar Cabral*, Lisboa, IICT, Bissau, INEP, 1988, pp. 241-249. Publicado originalmente no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, v. 9, n. 34, 1954, pp. 401-415.

133 CABRAL, Amílcar, “Hoje e amanhã”, in *Cabo Verde: reflexões e mensagens*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2015 [1944], pp. 28-29. Texto publicado no *Boletim da Casa dos Estudantes do Império*, Lisboa, ano II, n. 11, 1949.

134 CABRAL, Amílcar, “Uma crise de conhecimento”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1961], p. 227. Discurso proferido na III Conferência dos Povos Africanos, realizado no Cairo, de 25 a 31 de março de 1961.

135 CABRAL, Amílcar, “A estrada larga da esperança” in *A luta criou raízes – intervenções, entrevistas, reflexões, artigos 1964-1973*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2018 [1966], pp. 200-201. Mensagem ao povo português na emissora *A voz da Liberdade*, Argel, 2 de julho de 1966.

autônomo, compreendido enquanto tarefa dos africanos independentemente da situação de Portugal, é concebido num processo lento e até doloroso.

Dizemos doloroso porque não deve ter sido fácil, emocionalmente, o processo de divórcio da identidade portuguesa. Sair de um estágio emocional para outro, desfazer-se de vínculos sentimentais ou ter com eles novas relações, é sempre uma experiência dolorosa para o ser humano, ainda que a dor seja (ou possa ser) transitória. Doloroso, também, porque em parte decorrente da experiência do racismo. Na citada comunicação de 1966 aos democratas portugueses, Cabral lista a cor da sua pele como um dos motivos que lhe fizeram perceber que não era português:

nunca fui português, embora goste muito de Portugal e do povo português. Houve um tempo na minha vida em que estive convencido que era português porque assim me ensinaram em criança. Mas aprendi depois, pela situação do meu povo, pela história da África, *até pela cor da minha pele*, que não era português.<sup>136</sup>

O fragmento por nós grifado, à primeira vista, pode parecer destoante daquilo que Cabral defendeu ao longo da vida, já que, para ele, a cor da pele ou a origem étnica não poderia impedir que uma pessoa fizesse parte de uma nacionalidade ou comunidade. No entanto, o trecho fica mais compreensível se levarmos em conta que, nesta mensagem, Cabral lembra a socialização portuguesa recebida enquanto colonizado e a militância antifascista vivenciada em Lisboa ao lado da esquerda portuguesa. Ao retomar o percurso que o levara até ali, a experiência de viver em Portugal sob uma pele negra surge nas suas lembranças como parte de um processo de tomada de consciência sobre a sua identidade e a história da África. Ter uma pele branca ou negra não era definidor de uma identidade nacional, mas ter sido percebido como um elemento diferenciado e inferiorizado devido à sua cor foi um dos pontos de partida para que ele refletisse sobre a sua condição de português ou africano.

Maria Helena relatou a Patrick Chabal que, em inúmeras ocasiões, Cabral foi insultado nas ruas próximas à universidade por estar acompanhado dela, uma mulher branca. Contou também que, quando ele foi visitar Carlota (mãe de Helena) na sua aldeia em Chaves, antes de os dois se casarem, os habitantes do local recusavam-se a conversar com ele, e apenas falavam de Amílcar nas suas costas – a exceção foram as crianças, que ficaram encantadas pela presença de uma pessoa negra no vilarejo.<sup>137</sup>

---

136 CABRAL, Amílcar, “A estrada larga da esperança” in *A luta criou raízes – intervenções, entrevistas, reflexões, artigos 1964-1973*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2018 [1966], p. 200, grifo nosso. Mensagem ao povo português na emissora *A voz da Liberdade*, Argel, 2 de julho de 1966.

137 Depoimento de Maria Helena Rodrigues a CHABAL, Patrick, *Amílcar Cabral: revolutionary leadership and people's war*, London, Hurst, 1. reimp. 2002 com novo prefácio do autor (1. ed. 1983, Cambridge University Press), p. 36.

Apesar do relato de Maria Helena, Chabal enfatiza que Amílcar foi bem-aceito por professores e alunos brancos do Instituto Superior de Agronomia (ISA), devido à sua inteligência e nível cultural.<sup>138</sup> Segundo Chabal, os portugueses, que distinguiam claramente entre *africanos* e *cabo-verdianos*, percebiam Cabral como um cabo-verdiano, culturalmente próximo de Portugal; o fato de ser negro acabava por ter importância secundária para os portugueses.<sup>139</sup>

Discordando de Chabal, António Tomás recomenda não exagerar na integração que Amílcar vivenciou em Lisboa, lembrando que o racismo era profundamente enraizado na sociedade portuguesa que Cabral encontra nos anos 1940. O colonialismo, durante séculos, tinha na inferiorização do negro um dos seus pilares. A cultura de massas produzia e reforçava estereótipos negativos acerca do negro, enquanto setores acadêmicos ainda incutiam crenças pseudocientíficas acerca da inferioridade do homem negro.<sup>140</sup>

Amílcar sabia bem a força desses estereótipos, mesmo que por vezes conseguisse fazer piada deles. Em carta a Maria Helena de 15/8/1948, Amílcar escreve que tiraria um retrato de si próprio, “com cara de mau”, para que ela o mostrasse ao rapaz que a importunava naqueles dias de férias de verão: “Diz-lhe que sou antropófago, canibal”.<sup>141</sup> Alimentada pelo cinema, pelas histórias em quadrinhos e pela literatura, esta era uma imagem que frequentemente se fazia do negro nas sociedades europeias daqueles anos 1940 – imagem que tantos estragos fez na subjetividade de negros e brancos da época, como nos mostrou Frantz Fanon.<sup>142</sup>

Neste capítulo, falaremos sobre os sentimentos de cabo-verdianidade, pertencimento à nacionalidade portuguesa e atração pela África nutridos por Amílcar no final dos anos 1940. Abordaremos as organizações em que Cabral tomou parte, dos tempos de estudante em Lisboa até a fundação do PAI/PAIGC. Analisaremos a tese apresentada para a obtenção do título de engenheiro agrônomo em 1951, e acompanharemos os seus planos de mudar-se para a África após a formatura. Examinaremos alguns estudos agrários que Cabral publica na imprensa guineense nos anos 1950, e procuraremos identificar as fontes do seu pensamento antirracista. Por fim, apreciaremos um artigo escrito para uma revista portuguesa especializada em agricultura, publicado um pouco antes de Cabral deixar Portugal e passar a dedicar-se inteiramente à causa independentista da Guiné e de Cabo Verde.

---

138 CHABAL, Patrick, *op. cit.*, pp. 35-36.

139 *Ibidem*, p. 34.

140 TOMÁS, António, *O fazedor de utopias – uma biografia de Amílcar Cabral*, 2. ed., Lisboa, Tinta-da-China, 2008, pp. 60-61.

141 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *Cartas de Amílcar Cabral a Maria Helena: a outra face do homem*, Lisboa, Rosa de Porcelana, 2016, p. 124.

142 FANON, Frantz, *Pele negra, máscaras brancas*, tradução de Alexandre Pomar, Porto, Ed. A. Ferreira, s.d. [1952].

## 2.1 Cabo-verdianidade, Mundo Português e atração pela África

O artigo *Algumas considerações acerca das chuvas*, publicado em 1949 no boletim *Cabo Verde*, versa sobre o retorno das chuvas a Cabo Verde, após quatro anos de seca. Cabral considera este retorno um acontecimento de “significado transcendente” para Cabo Verde, onde a chuva “ultrapassa o mero significado meteorológico que poderá ter numa ou noutra terra, onde a sua ausência não implica a perda de vidas humanas”.<sup>143</sup> Primeiramente, fala da alegria e da esperança que as chuvas trazem para os habitantes do arquipélago, em sua vida cotidiana. De forma poética e emotiva, Cabral expressa a comoção que a chegada das chuvas provocou nos cabo-verdianos, como a seguir:

E os corações, dos novos aos velhos, pulsaram mais fortemente, sob a alegria daquela constatação. E nos olhos já baços do povo, alguns até cansados, secos de chorar as inevitáveis desgraças inerentes à crise, renasceu o brilho da vida, reflectindo a esperança que as chuvas trouxeram. E de localidade em localidade, de casa em casa, de bôca em bôca, uma frase, que se transformou no tema necessário de todas as conversas, correu o Arquipélago: “A chuva voltou! E vai chover de verdade, porque já houve cheias!” (Não importa agora analisar até onde esta afirmação está de acôrdo com a realidade científica).<sup>144</sup>

A seguir, num tom mais político e reivindicatório, menciona que o retorno das chuvas coincide com a entrada do novo governador de Cabo Verde. Manifesta esperança de que a nova administração traçará um plano de ação que garanta um bom ano agrícola para Cabo Verde, e, conseqüentemente, uma melhora das condições de vida da população das ilhas. Afirma que, para a consecução do plano, é fundamental “uma colaboração íntima entre as entidades responsáveis e o povo”, bem como a “elucidação, esclarecimento ou consciencialização do chamado ‘homem da rua’”.<sup>145</sup> Cabral situa Cabo Verde dentro da comunidade do “Mundo Português”. Em alguns trechos deste texto, emprega as expressões “povo cabo-verdiano” e “povo de Cabo Verde”, como a seguir:

Ditaram as palavras que ficam escritas, aquela mesma esperança que renasceu com as chuvas, que tomou côr no verde acalentador da vegetação herbácea que cobre os vales e os montes, e que, invadindo a alma, fortaleceu a fé no destino do *povo de Cabo Verde*. Destino que será traçado à custa do trabalho consciente, *dentro da comunidade do Mundo Português*, trilhando os caminhos do Ressurgimento e do Progresso.<sup>146</sup>

Termina o artigo de forma efusiva: “Para isso e por isso [o progresso] – todos lutarão. A Bem de Cabo Verde, pelo bom nome e pela glória de Portugal”.<sup>147</sup>

143 CABRAL, Amílcar, “Algumas considerações acerca das chuvas”, *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, ano 1, n.1, 1 Out. 1949, disponível em: <[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/CaboVerde/N01/CaboVerde\\_item1/P3.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/CaboVerde/N01/CaboVerde_item1/P3.html)>, acesso em: 27 Fev. 2018, p. 7.

144 *Ibidem*, p. 5. Note-se que a emoção pelo retorno da chuva foi tão forte que Cabral, um apaixonado pela ciência, até deixa em segundo plano a falta de cientificidade das afirmações populares...

145 *Ibidem*, p. 6.

146 *Ibidem*, p. 7, grifo nosso.

147 *Ibidem*, p. 7.

Entre 1949 e 1952, Cabral publica no boletim *Cabo Verde* uma série de cinco artigos intitulada *Em defesa da terra*, que se ocupa das questões agrárias de Cabo Verde, nomeadamente o problema da erosão do solo. Tal como o artigo *Algumas considerações acerca das chuvas*, a série *Em defesa da terra* tem caráter político e reivindicatório, além de técnico-científico. Ela também nos fornece elementos sobre os sentimentos nacionais e a evolução dos projetos políticos de Cabral. No primeiro texto da série, Cabral dirige-se ao público com a fórmula “nós, portugueses, cabo-verdianos” – uma forma de destacar o elemento cabo-verdiano dentro do “mundo português”, que ele cita na mesma frase:

a todo o espírito desejoso do bem do *povo caboverdeano* se imporá como necessidade premente a defesa da Terra. (...) E tal combate, em defesa da Terra, é possível com probabilidades de êxito, desde que seja conduzido com inteiro sentido das realidades que regem o fenómeno. Conseguiram-no já *outros povos* pelo emprego dos conhecimentos científicos ao serviço do bem-estar geral. (...) E nós, *portugueses, caboverdeanos*, iniciando o combate à erosão, defendendo a Terra e o Homem de Cabo Verde, elementos indubitavelmente essenciais dentro do *Mundo Português*, não faremos mais do que integrarmo-nos no grande movimento contra a erosão que se verifica na presente quadra da vida dos *Homens*.<sup>148,149</sup>

O texto tem como objeto a agricultura de Cabo Verde, mas nele Cabral também cita as experiências de outros povos e países, como os Estados Unidos e a África do Sul. Para Cabral, a defesa da terra cabo-verdiana faz parte da luta de todos os homens pela preservação da terra.

Poderíamos perguntar-nos se a forma como Cabral se refere a Portugal e Cabo Verde seria uma espécie de autocensura ou uma tática reivindicativa. Poderíamos imaginar que Cabral tivesse ideias independentistas para Cabo Verde no final da década de 1940, mas as escondesse ao escrever na imprensa colonial, uma vez que não seria possível defender abertamente a independência naquele regime. Como tática política, situar Cabo Verde como parte de Portugal seria uma forma de reivindicar melhorias para a colônia – já que Cabo Verde fazia parte de Portugal, que fosse tratado como tal, em igualdade com as regiões metropolitanas da nação.

Contudo, não acreditamos que se tenha tratado disso, mas que Cabral de fato compreendesse o destino de Cabo Verde atrelado ao de Portugal. É o que sugere a comparação entre o que ele publicava na imprensa colonial e o que ele escrevia no âmbito privado, bem como entre o que ele escrevia em 1949-1952 e o que escreveria no final dos anos 1950. Num órgão da imprensa colonial, Cabral não poderia falar abertamente em independência. Por isso, não encontraremos uma defesa do fim do colonialismo nem mesmo nos textos publicados no final dos anos 1950, quando ele já estava

---

148 CABRAL, Amílcar, “Em defesa da terra (I)”, in *Estudos agrários de Amílcar Cabral*, Lisboa, IICT, Bissau, INEP, 1988 [1949], p. 65, grifo nosso.

149 Ao leitor interessado, informamos que parte dos estudos agrários de Cabral pode ser acessada *online* na seguinte seção do Arquivo Amílcar Cabral mantido pela Casa Comum (Fundação Mário Soares): <[http://casacomum.net/cc/arquivos?set=e\\_2779](http://casacomum.net/cc/arquivos?set=e_2779)>. Acesso em: 2 Out. 2018.

comprometido com o anticolonialismo. Contudo, é de se notar a diferença entre a forma como se expressa em 1949 e como o faz em meados e fim dos anos 1950. Em 1949, Portugal era referido de forma calorosa e até glorificadora. Com o passar dos anos, o envolvimento na luta anticolonialista e o seu descobrir-se como africano corresponderão a uma linguagem de distanciamento afetivo para com Portugal. Também resultarão na compreensão da realidade das colônias portuguesas dentro do quadro africano, não do império português. O seguinte trecho de *Em defesa da terra (I)* indica o início do desenvolvimento desta perspectiva, que avançaria nos anos seguintes: “A erosão atingiu em Cabo Verde, como aliás *em muitas outras regiões da África*, aspectos gravíssimos”.<sup>150</sup>

Na esfera privada, encontramos elementos de que Amílcar inicialmente sentia a sua identidade cabo-verdiana como parte de uma identidade mais abrangente portuguesa. Esta concepção, chamada por alguns autores de protonacionalismo<sup>151</sup> e por outros de subnacionalismo,<sup>152</sup> terá sido dominante entre a intelectualidade cabo-verdiana das primeiras décadas do século XX.

Na correspondência trocada com Maria Helena Rodrigues, nos tempos de estudante em Lisboa, Amílcar fala de Cabo Verde com certa referência pátria, ao mesmo tempo que manifesta sentimentos de pertença a Portugal. Em carta de 1/4/1948, refere-se a ter-se encontrado em Lisboa com um “meu patrício”.<sup>153</sup> Observamos que “patrício” (usada na carta) e “povo” (empregada nos artigos) são palavras mais fortes politicamente que o gentílico “cabo-verdiano”, que poderia ser usado com uma conotação apenas regional. Em carta de 13/8/1948, fala em “cabo-verdianidade” – e explica: “o termo é extenso e nós é que inventamos”.<sup>154</sup> O uso da primeira pessoa – no singular, em “meu patrício”, e no plural, em “nós é que inventamos” – indica que há uma parte da sua identidade nacional de que uma portuguesa como Maria Helena (branca, de pais portugueses e nascida na metrópole) não compartilhava. Não obstante, a intenção de Cabral não é excluir Helena desta identidade, mas fazer com que ela passe a integrá-la: na carta de 13/8/1948, o tema da cabo-verdianidade aparece justamente porque Amílcar diz que Helena estava a tornar-se uma “cabo-verdiana”, que já começava a manifestar “uma certa cabo-verdianidade”.<sup>155</sup>

---

150 CABRAL, Amílcar, “Em defesa da terra (I)”, p. 65, grifo nosso.

151 Como LOPES, José Vicente, *Cabo Verde: as causas da independência*, Praia, Spleen, 2003.

152 FERNANDES, Gabriel, *Em busca da nação: notas para uma reinterpretção do Cabo Verde crioulo*, Florianópolis, EdUFSC, Praia, IBNL, 2006 *apud* CARVALHO, Maria Adriana, *O liceu em Cabo Verde, um imperativo de cidadania: 1917-1975*, Lisboa, FPCE/UL, 2009, Tese de Doutoramento, disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/969>>, acesso em: 21 Dez. 2017, p. 45.

153 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, p. 83.

154 *Ibidem*, p. 112.

155 *Idem*.

Em 10/4/1950, a propósito de ter ido assistir a um jogo (imaginamos que de futebol) entre Portugal e Espanha, escreve que nunca se supôs “tão português. (...) Se bem que desconfio que talvez tivesse sido ‘espírito clubista’. Em todo caso, se o meu vibrar foi de português, justifica-se: o cabo-verdiano é na realidade e até onde pode ser, obra portuguesa, português, portanto”.<sup>156</sup> Tanto o sentimento de cabo-verdianidade quanto o de pertencimento ao mundo português não são naturais e meramente espontâneos, mas histórica e socialmente construídos, e estão relacionados à educação que Amílcar recebeu no Liceu Gil Eanes, no Mindelo, ilha de São Vicente, Cabo Verde.<sup>157</sup>

Nesta altura, a sua ideia de libertação africana era ambígua e incipiente, próxima de um projeto político de igualdade entre os povos. Conforme Sousa, no final dos anos 1940, Cabral iniciava um longo processo de tomada de consciência quanto à distinção entre a luta antifascista portuguesa e a luta anticolonialista africana. Esta viragem ocorre graças ao contato com os movimentos Negritude e Pan-africanismo, à conjuntura mundial e à convivência com os nacionalistas angolanos em Lisboa.<sup>158</sup> As primeiras tentativas de autonomização do grupo de africanos politizados residentes em Lisboa diante da esquerda portuguesa resultam na criação do Centro de Estudos Africanos (CEA), em 1951. O PAIGC (inicialmente, com a sigla PAI) é fundado em meados ou no fim dos anos 1950.

## 2.2 Percorso organizativo: do CEA ao PAIGC

Cabral e outros futuros militantes anticolonialistas (Agostinho Neto, Mário de Andrade, Marcelino dos Santos, Vasco Cabral) envolvem-se na luta antifascista portuguesa em meados dos anos 1940, participando de organizações como a ala jovem do Movimento de Unidade Democrática (MUD Juvenil), influenciada pelo Partido Comunista Português (PCP).<sup>159</sup> Amílcar era bastante atuante na Casa dos Estudantes do Império (CEI), onde procurava influenciar e mobilizar os estudantes africanos em Portugal, em consonância com as orientações do MUD Juvenil.<sup>160</sup>

A CEI, instituição criada em 1944 para apoiar e congregar estudantes oriundos das diversas colônias do império, acabou por tornar-se um espaço de tomada de consciência anticolonial por

---

156 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, p. 291.

157 Ver SOUSA, Julião, *op. cit.*, parte I, cap. 2; COUTINHO, Ângela, *Os dirigentes do PAIGC: da fundação à rutura: 1956-1980*, Coimbra, IUC, 2017, parte I, cap. 3; e CARVALHO, Maria Adriana, *op. cit.*

158 SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 573.

159 COUTINHO, Ângela, *op. cit.*, p. 72.

160 SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 125.

parte de muitos dos seus membros, que viriam a fundar ou integrar movimentos de libertação nas suas terras. No caso do PAIGC, participaram da CEI Amílcar Cabral e Vasco Cabral, além de boa parte do corpo que Ângela Coutinho chama de “dirigentes cabo-verdianos de segunda geração”.<sup>161</sup>

Em 1966, assim Cabral lembrava-se dos seus anos em Lisboa:

Eu trabalhei no Alentejo e em Trás-os-Montes, conheço a vida do camponês português, as dificuldades, a fome e a falta de liberdade (...) Residi em Alcântara, frequentei o seu círculo republicano de trabalhadores, alguns dos quais ensinei a ler e a escrever e por isso fui ameaçado de prisão pela polícia política. (...) O facto é que eu e outros camaradas meus, antes de começarmos a lutar pelo nosso povo, lutámos pelo povo português. Alguns camaradas meus como o Vasco Cabral, Agostinho Neto e outros estiveram presos vários anos nas cadeias de Salazar, não por lutarem pela Guiné, Cabo Verde ou Angola, mas por lutarem pelo povo português. Eu fui chamado à Pide não por estar a lutar pela Guiné ou por Cabo Verde, mas porque assinei o documento do povo português contra a OTAN, contra o dinheiro que se ia gastar em material de guerra, enquanto o povo vive mal. (...) Irei mais longe, dizendo que foi em Portugal onde aprendi a lutar pela liberdade!<sup>162</sup>

Ao fim e ao cabo, fui fiel à Pátria portuguesa lutando ao lado do povo português contra o salazarismo, cantando o hino português nas ruas de Lisboa, abrindo brechas entre a polícia armada na rua Augusta aquando das eleições em que se candidatou o general Humberto Delgado. Lutei pela Pátria portuguesa sem ser português, e estou pronto a lutar hoje, se os amigos me pedirem para pegar em armas para lutar em Portugal.<sup>163,164</sup>

Conforme Silva, no pós-Guerra, o império português realiza algumas tímidas aberturas, entre elas um movimento de *deslocalização e realocização de sujeitos*, que permitiu a alguns indivíduos periféricos ocupar lugares que tradicionalmente não lhes eram prescritos pelo regime político vigente. É neste contexto que Amílcar Cabral torna-se o primeiro cabo-verdiano a conseguir uma bolsa de estudos universitários em Portugal durante o Estado Novo, em 1945.<sup>165</sup> Nos anos seguintes, chegariam a Lisboa, para cursar o ensino superior, Marcelino dos Santos, vindo de Moçambique, em 1947; e Mário de Andrade, oriundo de Angola, em 1948. Eduardo Mondlane, futuro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), chega a Lisboa em 1949, passando alguns meses na cidade, antes de mudar-se para os Estados Unidos.<sup>166</sup> Agostinho Neto passa a viver em Lisboa em 1949, tendo estado antes em Coimbra, onde iniciara em 1947 o curso de Medicina. De acordo com António Tomás, a chegada de Neto, bastante ativo politicamente, é um dos principais fatores para a politização do grupo.<sup>167</sup> Estes e outros estudantes africanos politizados passam a constituir um grupo próprio em Lisboa, com uma agenda política que se ia autonomizando

---

161 COUTINHO, Ângela, *op. cit.*, p. 260.

162 CABRAL, Amílcar, “A estrada larga da esperança” in *A luta criou raízes – intervenções, entrevistas, reflexões, artigos 1964-1973*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2018 [1966] pp. 196-197. Mensagem ao povo português na emissora *A voz da Liberdade*, Argel, 2 de julho de 1966.

163 *Ibidem*, p. 200.

164 Humberto Delgado foi candidato a presidente da República em 1958, sendo derrotado pelo candidato do regime, Américo Thomaz.

165 SILVA, António Correia e, *op. cit.*

166 SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 136.

167 TOMÁS, António, *op. cit.*, 2008, p. 70.

perante o conjunto da esquerda portuguesa. Em 1951, criam o CEA, do qual eram importantes dinamizadores alguns naturais de São Tomé e Príncipe – Francisco José Tenreiro, intelectual e funcionário público, e os membros da família Espírito Santo (Alda, Julieta e Guilherme), em cuja casa realizavam-se as reuniões do centro, com seminários acerca da realidade africana e da situação dos negros no mundo.<sup>168</sup> Os integrantes do CEA (inclusive Cabral) contribuem com textos não assinados na edição nº 14, de 1953, da revista pan-africana francesa *Présence Africaine*. Também em 1953, editam o primeiro *Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, organizado por Tenreiro e Andrade, e ilustrado por António Domingues.<sup>169</sup> Além disso, os estudantes do grupo de Cabral atuam no Clube Marítimo, realizando atividades culturais e alfabetizando os trabalhadores do mar (africanos e portugueses), na região portuária de Alcântara, em Lisboa – atividade considerada subversiva e passível de prisão pelas autoridades portuguesas.<sup>170</sup> Os trabalhadores embarcados colaboram para a comunicação dos universitários africanos com o exterior, levando e trazendo informações nas escalas nos portos africanos, bem como transportando livros proibidos pelo regime português, como a literatura marxista publicada no Brasil.<sup>171</sup>

Não obstante a atuação voltada para os interesses dos negros e dos africanos, buscando construir um caminho próprio para a sua emancipação, Cabral e outros africanos participaram da luta democrática portuguesa durante todo o tempo em que estiveram em Portugal. Segundo Sousa, estando no território metropolitano, era difícil afastar-se da política portuguesa e desvincular a luta dos povos africanos da luta antifascista portuguesa.<sup>172</sup>

Em 1954, é criado em Lisboa o Movimento Democrático das Colónias Portuguesas (MDCP), de curta duração, sob influência do MUD e do PCP.<sup>173</sup> Observamos que o próprio nome da entidade indica que não se tratava exatamente de um movimento anticolonial: utilizava a designação *democrática*, que era como se intitulava a oposição ao regime do Estado Novo. Assim, o nome sugere que o objetivo principal do MDCP seria organizar os militantes africanos na luta democrática portuguesa, segundo uma compreensão de que a libertação africana dependeria da derrubada do fascismo em Portugal.

Cabral não está presente na criação do MDCP, visto que, entre 1952 e 1955, encontra-se na Guiné-Bissau, trabalhando como agrônomo, acompanhado da mulher e colega Maria Helena. De

---

168 ANDRADE, Mário de, *op. cit.*, pp. 56-57; SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 135.

169 ANDRADE, Mário de, *op. cit.*, pp. 56-57.

170 SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 147.

171 ANDRADE, Mário de, *op. cit.*, p. 55; CHABAL, Patrick, *op. cit.*, p. 45.

172 SOUSA, Julião, *op. cit.*

173 *Ibidem*, p. 150.

qualquer maneira, segundo Sousa, neste período seria baixo o entusiasmo de Cabral por iniciativas de organização dos africanos sob influência da esquerda portuguesa. Em Bissau, tinha reservas quanto à participação de guineenses e cabo-verdianos nas atividades do grupo de democratas ou comunistas portugueses lá residentes, embora mantivesse um bom relacionamento com este grupo. Por volta de 1953, Cabral já tinha clareza sobre a separação entre a luta antifascista portuguesa e a luta anticolonialista africana, acreditando que os africanos deveriam ocupar-se do combate anticolonial, deixando a tarefa de derrotar o fascismo português para os próprios portugueses.<sup>174</sup>

Em 1957, em Paris, é fundada, com a participação de Cabral, uma organização que se intitula de *libertação nacional*, congregando os militantes das colônias portuguesas na África: o Movimento de Libertação Nacional das Colônias Portuguesas (MLNCP). Em 1958, em Lisboa, é criada uma organização com a designação *anticolonialista*, o Movimento Anticolonialista (MAC). O MAC passa a incentivar que os seus membros integrem ou criem organizações nacionalistas (partidos, movimentos ou frentes) nas colônias.<sup>175</sup>

Até aqui, temos analisado a atuação de Cabral no contexto dos estudantes africanos em Lisboa. Estes eram provenientes de diferentes colônias africanas, com prevalência de indivíduos angolanos. Contudo, Cabral não funda o PAIGC com jovens formados em universidades portuguesas, mas com homens cabo-verdianos e guineenses empregados na cidade de Bissau, a maioria sem diploma universitário e sem experiência migratória em Portugal.<sup>176</sup>

A generalidade da literatura refere-se ao 19 de Setembro de 1956 como a data de fundação do PAIGC, tendo como fonte os relatos dos próprios alegados fundadores do partido.<sup>177</sup> Sousa questiona tal datação, argumentando que não há referência ao PAI (Partido Africano da Independência, futuro PAIGC) antes de setembro de 1959. Além disso, Amílcar Cabral, apontado como líder do ato fundacional, encontrava-se em Angola desde agosto de 1956, ali permanecendo até pelo menos o primeiro trimestre de 1957, com a mulher e a filha – Maria Helena dava aulas no liceu, Amílcar trabalhava como engenheiro agrônomo. A indicação do ano de 1956 como o de fundação do partido estaria relacionada ao contexto regional, já que o governo do Senegal temia que o PAI da Guiné-Bissau e de Cabo Verde tivesse ligação com o PAI da Federação do Mali. Fundado em 1957, com pretensões pan-africanistas (libertação de toda a África sob dominação francesa) e base ideológica marxista-leninista, o PAI da Federação do Mali havia sido ilegalizado no Senegal.

174 SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 151; pp. 162-164.

175 *Ibidem*, pp. 177-184.

176 Ver COUTINHO, Ângela, *op. cit.*

177 Por exemplo, CHABAL, Patrick, *op. cit.*; ANDRADE, Mário, *op. cit.*; IGNATIEV, Oleg, *Amílcar Cabral, filho de África – narração biográfica*, Lisboa, Ed. Prelo, 1975.

Acrescentando o “GC” à sigla inicial, e alegando que o PAI guineense havia sido criado em 1956, antes do PAI malinês, tentava-se afastar os temores de que aquele fosse um ramo deste. Conforme Sousa, a indicação do ano de 1956 para a criação do PAIGC teria sido influenciada ainda pela decisão do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) de apresentar 1956 como o ano da sua fundação. De acordo com o historiador guineense, Cabral provavelmente fundou o PAI em setembro de 1959, em visita a Bissau. O ano de 1956 teria passado a ser indicado como o de fundação a partir de outubro de 1960, numa reunião partidária realizada em Dacar, capital senegalesa, quando também se começou a adotar a sigla PAIGC.<sup>178</sup>

Coutinho descreve os seis membros considerados fundadores do partido como *homens com carreiras de sucesso*, empregados em Bissau na administração pública (Amílcar Cabral, Aristides Pereira, Fernando Fortes e Júlio de Almeida) ou na principal empresa privada da Guiné, a Casa Gouvêia (Luís Cabral e Elysée Turpin). Quando da adesão ao partido, já eram casados e pais de família. Destes seis, apenas Amílcar tinha formação universitária. Outro membro da primeira geração de dirigentes do PAIGC com formação universitária – que, no entanto, não é referido como fundador – era o economista guineense Vasco Cabral. Com exceção de Turpin, todos os fundadores do PAIGC tinham frequentado o Liceu Gil Eanes, em Cabo Verde. Turpin, Luís Cabral e Amílcar Cabral eram guineenses; Pereira, Fortes e Almeida, cabo-verdianos.<sup>179</sup> O guineense Rafael Barbosa, dirigente da primeira geração do PAIGC, fundamental para a construção do partido no interior da Guiné, era auxiliar de construção civil.<sup>180</sup> Luís e Amílcar Cabral eram irmãos por parte de pai.

O grupo inicial de militantes do PAIGC também tinha familiaridade com o marxismo, pelo menos desde o princípio dos anos 1950, devido à convivência com elementos antifascistas portugueses (filiaados ao PCP ou próximos a ele) residentes em Bissau, dentre os quais se destacava a farmacêutica portuguesa Sofia Pombo Guerra. Aristides Pereira, Fernando Fortes, Luís Cabral, Abílio Duarte e Osvaldo Vieira eram alguns dos jovens que participavam de atividades em Bissau coordenadas por Pombo Guerra, por exemplo fazendo campanha para os candidatos da oposição ao regime nas eleições presidenciais e legislativas portuguesas de 1951, 1953 e 1958. Literatura comunista editada no Leste Europeu, romances de Jorge Amado e edições do jornal *Avante!* (veículo do PCP) eram as leituras de referência deste grupo, que também se informava por meio da audição de emissões radiofônicas dos países africanos e dos países socialistas.<sup>181</sup> Amílcar e Helena

---

178 SOUSA, Julião, *op. cit.*, pp. 189-209.

179 COUTINHO, Ângela, *op. cit.*

180 SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 199; 201.

181 *Ibidem*, pp. 162-164.

convivem com Pombo Guerra e integram-se às tertúlias promovidas por ela desde que chegam à Guiné, em 1952. Provavelmente, já saíram de Lisboa com indicações para procurarem-na em Bissau.<sup>182</sup>

Como nota Coutinho, os seis fundadores do PAIGC tinham o estatuto de cidadãos civilizados, compondo a pequena parcela da sociedade guineense que não era considerada indígena.<sup>183</sup> Na legislação portuguesa instituída em 1926,<sup>184</sup> reforçada em 1954<sup>185</sup> e revogada em 1961,<sup>186</sup> o indígena era definido como o indivíduo da Guiné, de Moçambique ou de Angola de “raça negra”, ou “dela descendente”, que não preenchesse os requisitos para a aquisição da condição de cidadão. Para ser considerado cidadão, o africano deveria comprovar ter renda própria e falar português corretamente, entre outros critérios. Note-se que os nativos cabo-verdianos, ao contrário dos guineenses, angolanos e moçambicanos, não estavam submetidos ao estatuto do indígena. Segundo Carlos Cardoso, no conjunto da população da Guiné Portuguesa, apenas 8.320 pessoas tinham o estatuto de civilizados em 1950. O censo de 1950 apontava uma população economicamente ativa (indígenas e não indígenas) de 143.005 indivíduos.<sup>187</sup> A população total da Guiné no período era de 510.777 pessoas.<sup>188</sup>

A existência de estatutos diferenciados para os membros de uma mesma sociedade causava dificuldades adicionais para a mobilização política. Havia limites para a interação entre “indígenas” e “civilizados”, como a proibição de que os primeiros permanecessem na zona urbana após as 18 horas.<sup>189</sup> Em 1954, Amílcar Cabral tenta fundar o Clube Desportivo de Bissau, que reuniria guineenses indígenas e não indígenas; porém, não obtém permissão das autoridades para tanto.<sup>190</sup>

---

182 SOUSA, Julião, *op. cit.*, p. 163.

183 COUTINHO, Ângela, *op. cit.*

184 PORTUGAL, Ministério das Colónias, Decreto nº 12.533/1926, *Diário do Governo*, Lisboa, 23 Out. 1926, série I, n. 237, pp. 1167-1670, disponível em: <<https://dre.pt/application/file/161616>>, acesso em: 24 Out. 2018.

185 PORTUGAL, Ministério do Ultramar, Decreto-Lei nº 39.666/1954, *Diário do Governo*, Lisboa, 20 Maio 1954, série I, n. 110, pp. 560-565, disponível em: <<https://dre.pt/application/file/635307>>, acesso em: 24 Out. 2018.

186 PORTUGAL, Ministério do Ultramar, Decreto-Lei nº 43.893/1961, *Diário do Governo*, Lisboa, 6 Set. 1961, série I, n. 207, pp. 1101-1103, disponível em: <<https://dre.pt/application/file/180951>>, acesso em: 24 Out. 2018.

187 CARDOSO, Carlos, “A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social, 1926-1973”, *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, Bissau, n. 4, Jul. 1992, p. 49, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_11341](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_11341)>, acesso em: 24 Out. 2018.

188 SECCO, Lincoln, *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*, São Paulo, Alameda, 2004, p. 73.

189 TOMÁS, António, *op. cit.*, p. 89.

190 SOUSA, Julião, *op. cit.*, pp. 164-169.

### 2.3 Interiorização do marxismo

A erosão do solo, preocupação da mencionada série *Em defesa da terra*, foi o tema eleito por Amílcar Cabral para o seu trabalho de conclusão de curso em Engenharia Agrônoma.<sup>191</sup> O objeto de seu estudo foi a região de Cuba, no Baixo Alentejo, Portugal, onde o estudante realizou atividades de estágio e pesquisa.

Trata-se de um trabalho de Engenharia bastante interdisciplinar. Em meio a equações matemáticas, gráficos e fotografias de gotas de chuva incidindo sobre a terra, encontramos conhecimentos de História, Economia e Filosofia. Além de elementos como a vegetação, o solo e o clima, Cabral analisa a ação do homem sobre a natureza, o regime de propriedade adotado, a influência da educação.

Neste trabalho, podemos perceber que as leituras marxistas de Cabral já influenciam a sua produção intelectual.<sup>192</sup> Desse modo Cabral disserta sobre o desenvolvimento do solo: “a meteorização é a ‘negação’ (relativa) da rocha. Agentes naturais destroem a sua estrutura, negam-na. A ‘negação’ (relativa) da meteorização corresponde ao desenvolver do corpo-solo. Dessa dupla negação resulta um novo ser – independente, natural e histórico.”<sup>193</sup> “O corpo natural solo constitui, na sua complexidade físico-químico-biológica, um todo em equilíbrio. Equilíbrio dinâmico, em que os constituintes são interdependentes. Equilíbrio realizado através de contradições, geradoras de sucessivas transformações.”<sup>194</sup> É de se notar em seu texto o diálogo entre o materialismo dialético e as ciências naturais, bem ao estilo de Friedrich Engels. Lembre-se que o jovem Amílcar aparece na caricatura do livro de final de curso carregando um livro do cofundador do marxismo (ver anexo).

Além do livro de Engels, no desenho Amílcar é representado portando um livro de Dostoievski (Fiodor Dostoievski, romancista russo, 1821-1881). Amílcar é desenhado utilizando óculos e vestindo equipamento de futebol, modalidade desportiva que praticava enquanto estudante. É retratado a chorar, e as suas lágrimas irrigam o arquipélago de Cabo Verde. A cabeça é proporcionalmente maior que o restante do corpo. Os traços de negritude (cabelo crespo, pele escura, lábios carnudos) são destacados. Amílcar carrega também um molho de chaves – seriam as

191 CABRAL, Amílcar, “O problema da erosão do solo. Contribuição para o seu estudo na região de Cuba (Alentejo)”, in *Estudos agrários de Amílcar Cabral*, Lisboa, IICT, Bissau, INEP, 1988, pp. 81-176. Relatório final do curso de engenheiro agrônomo, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1951, 133 pp., mimeografado.

192 Como já haviam notado ANDRADE, Mário, *op. cit.*; CHABAL, Patrick, *op. cit.*; e TOMÁS, António, *op. cit.*

193 CABRAL, Amílcar, “O problema da erosão do solo...”, p. 91.

194 *Idem.*

chaves da CEI? Acreditamos que as chaves representassem a sua atuação em associações estudantis. Os elementos da caricatura refletem a imagem que os seus colegas faziam dele: um jovem negro, intelectualizado, passional e politizado; com tendências à esquerda, interessado em literatura, mas também em esporte; preocupado com a sua terra de referência (Cabo Verde); atuante no associativismo estudantil.

Cabral entende a ciência como “uma criação do homem para todos os homens”,<sup>195</sup> surgida da necessidade de “lutar contra, conhecer e dominar os fenómenos naturais”.<sup>196</sup> A ciência deveria estar a serviço da humanidade, ou não teria razão de ser. A ciência pura seria um conceito vazio, pois cedo ou tarde se encontraria aplicação para os achados científicos.

José Neves situa a monografia de Cabral no contexto do desenvolvimento dos estudos agrários de Portugal da primeira metade do século XX. Segundo Neves, as ciências agrônomicas portuguesas passaram por um processo de sociologização ao longo do século XX, assumindo preocupações ecológicas, integrando-se ao campo da economia política, e contribuindo para o desenvolvimento da geografia agrária e da sociologia rural. Esta inclinação sociologizante terá se refletido na produção científica de Cabral. A sua monografia seria um dos exemplos da viragem ocorrida no campo da pedologia (estudo do solo), que adquire uma dimensão ecológica, preocupada não só com a terra, a fauna e a flora, mas também com os homens e as suas relações sociais.<sup>197</sup>

Cabral preocupava-se com a relação entre a exploração e a conservação da natureza. O coletivo deveria se sobrepôr ao individual, e seria necessário entender a terra como algo a ser conservado para as futuras gerações, em nome da preservação do próprio homem. Ele aponta que a estrutura concentradora da propriedade da terra no Alentejo seria uma das causas da erosão da terra, ao favorecer a busca predatória do lucro e afastar a preocupação com a conservação. Ademais, funcionaria como um desincentivo para que o camponês se preocupasse com o solo. Cabral acredita que seria maior o interesse em conservar o solo se este fosse “uma fonte de bem-estar e de progresso, não apenas para um reduzido número de indivíduos, mas para todos, nomeadamente para os que o trabalham”<sup>198</sup>.

Outro aspecto inter-relacionado com o problema da erosão seria a “educação do povo”. Por falta de conhecimento técnico, o trabalhador agrícola alentejano adotaria práticas nocivas ao solo.

---

195 CABRAL, Amílcar, “O problema da erosão do solo...”, p. 85.

196 *Ibidem*, p. 87.

197 NEVES, José, “Ideologia, ciência e povo em Amílcar Cabral”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 23 Mar. 2017, disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702017005000001>>, acesso em: 16 Maio 2017.

198 CABRAL, Amílcar, “O problema da erosão do solo...”, p. 154.

Ao trabalhador faltaria também instrução geral. Segundo as estatísticas oficiais, cerca de 76% dos trabalhadores agrícolas do distrito de Beja, onde se localiza Cuba, eram analfabetos em 1940.<sup>199</sup> Para que cada geração explorasse a terra sem comprometer “as necessidades, sempre crescentes, das gerações futuras”, seria necessária uma “educação esclarecida”, que visasse

a realização plena do homem, integrado no seu meio e no mundo, liberto de egoísmos impeditivos de uma acção consciente no sentido da realização do bem comum (...) É de notar-se, porém, que o problema da educação está intimamente ligado ao condicionamento sócio-económico da região ou regiões em que é debatido.<sup>200</sup>

Cabral inclui em sua tese uma “nota histórica” sobre o Alentejo e Portugal. Segundo Cabral, o panorama agrário do Alentejo é um produto da história de Portugal, e não das condições naturais do clima e do solo.<sup>201</sup> Ao discorrer sobre a dominação romana, a ocupação árabe, os Descobrimentos, a República, relacionando os fatos da história geral com os da história da agricultura, demonstra conhecer bem a história de Portugal. Não é para menos: além de ter ido à universidade em Portugal, recebeu em Cabo Verde, que então era uma possessão portuguesa, uma educação voltada para Portugal. Não obstante, a visão histórica que ele desenvolve na sua monografia difere da doutrinação recebida no liceu, baseada na glorificação de “santos e heróis”<sup>202</sup>. Cabral não fala da história de Portugal da forma tradicional, que daria destaque às dinastias monárquicas e a grandes acontecimentos isolados; a sua análise baseia-se na história econômica e política deste território, com ênfase não em indivíduos, mas nas classes sociais, em mais um ponto de confluência com o campo comunista. Todavia, não utiliza termos identificados com a tradição marxista – por exemplo, não utiliza “classes sociais”, mas “polos da estrutura social”, para falar de patrícios e plebeus, e de latifundiários e jornaleiros,<sup>203</sup> o que acreditamos ser uma forma de autocensura.

Para além da sua aplicação às ciências agrárias e à luta política, o interesse de Amílcar Cabral pela filosofia marxista chegava aos seus pensamentos mais íntimos e cotidianos no início dos anos 1950. Ao termos acesso às cartas de Amílcar a Maria Helena, verificamos que ele estava frequentemente a filosofar, intercalando abstrações e reflexões às declarações de amor e aos comentários sobre o dia a dia. Uma carta sem datação, mas provavelmente escrita em 1950 ou 1951, antes de Amílcar e Helena casarem-se (o que ocorreria em dezembro de 1951), ilustra esta mescla de filosofia, amor e vida prática. Na carta, Amílcar fala sobre os planos do casal de uma vida em

---

199 CABRAL, Amílcar, “O problema da erosão do solo...”, p. 154.

200 *Ibidem*, p. 155.

201 *Ibidem*, p. 122.

202 Ver CARVALHO, Maria Adriana, *op. cit.*, p. 290 *et seq.*

203 CABRAL, Amílcar, “O problema da erosão do solo...”, pp. 120-121.

comum, expondo o seu ponto de vista num modelo de tese, antítese e síntese. A *tese* era o desejo dos dois de viverem em comum. Para isso, necessitavam de “condições materiais mínimas”, existentes “em realidade”, e que houvesse uma “identidade de princípios”. A ânsia pela realização deste desejo aumentava a cada dia, causando a “subestimação das necessidades” materiais mínimas e declarando “guerra a todo o pensamento tendente a analisá-las”. Desse modo, a *antítese* era que a exaltação do desejo de viverem juntos tornava-se contrária a este objetivo comum. Cabral afirma: “impõe-se encontrar uma *síntese*”, que consistiria em “avaliar a possibilidade de condições materiais mínimas”; “realizar essas condições”; “destruir sistematicamente” as tendências à “exaltação do desejo” – “destruir as reações do instinto de conservação e do egoísmo, sempre prejudiciais a uma visão clara das realidades, indispensáveis à consecução do objetivo comum”; “localizar no tempo, nunca com caráter absoluto, a realização do objetivo tese, que, efetivado, é já uma síntese”; e, por fim, “forjar cada vez mais uma identidade de princípios”.<sup>204</sup>

Como se sabe, tese, antítese e síntese são conceitos do método dialético idealista hegeliano – por sua vez, herdeiro da filosofia grega –, o qual será reelaborado por Marx e Engels para a criação do método dialético materialista.<sup>205</sup> Neste trecho, de forma até inusitada, Cabral exercita o uso de conceitos filosóficos dialéticos, e também materialistas, ao estabelecer a existência de *condições materiais mínimas na realidade* para a consecução de um projeto de vida a dois.

Vê-se que Amílcar buscava administrar a sua vida pessoal de acordo com os princípios da racionalidade, do planejamento e do realismo. A sua relação com o outro, mesmo no campo amoroso, era vista como uma relação política, na qual a realização de objetivos comuns pressupunha a construção de uma identidade de princípios. Cabral procurava compreender a realidade de maneira dialética, o que é exemplificado pela escolha de apresentar o seu ponto de vista num esquema de tese, antítese e síntese. O uso desta linguagem confere humor à carta, pois não se espera que um namorado ou noivo fale sobre planos de casamento com a amada desta forma. Em outras cartas, a reflexão filosófica é mais sutil, e empresta beleza à mensagem, como neste trecho de carta enviada em 17/9/1952, a bordo de um navio rumo a Cabo Verde:

Tenho a certeza de que, se não enjoares, hás de gostar muito da viagem. Quando contemplo a beleza do mar, as maravilhas do pôr do sol em pleno oceano, imagino-te, penso-te pensando esta mesma beleza, esta mesma maravilha. *Hás de notar que o movimento constante do mar é o reflexo de um exemplo do movimento constante de tudo quanto existe.*<sup>206</sup>

---

204 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, p. 323, grifos de Amílcar Cabral.

205 Ver HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich, Dicionário Político do Marxists Internet Archive – Secção em Português, disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/h/hegel.htm>>, acesso em: 11 Maio 2018.

206 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, p. 337, grifo nosso.

## 2.4 Mudar o mundo, na África

Cartas enviadas em agosto de 1948 a Maria Helena mostram um Amílcar decidido a ir trabalhar na África após formado. O estudante defende com muita energia que a sua presença é necessária no continente, e que Helena deve acompanhá-lo e fazer parte deste projeto. Em 20/8/1948, Amílcar explica que não deseja ir para a África por motivos familiares, visto que Cabo Verde, onde moram a sua mãe e outros parentes, é a terra para onde ele prefere não ir:

É certo que também tenho uma família, na qual refulge toda a luz benévola e carinhosa que provém da minha Mãe, uma família que, dentro dos limites em que lhe posso ser útil, precisa de mim. Mas não é isso que me chama para África, tanto mais que, dia a dia, mais me convenço de que não irei para Cabo Verde. O que me chama, Lena, (tu sabe-o bem) são milhões de indivíduos que precisam do meu contributo na ingrata luta que têm travado com a Natureza e com os próprios homens. O que me chama é, afinal, a própria Humanidade, solicitando, melhor, exigindo que eu cumpra o meu dever de Homem.<sup>207</sup>

Sem especificar o país ou colônia para onde pretende ir, Amílcar diz que deseja servir à humanidade. Justifica a sua escolha pelo continente africano por ser o local do mundo e conter a parcela da humanidade que mais precisam de reforços na luta do homem. Não diz que vai para a África por ser negro ou africano, embora, quanto a nós, avaliemos que o seu plano estava relacionado com os vínculos afetivos que ele desenvolve quanto à África e ao mundo negro neste período.

A dimensão em que Amílcar pensa os problemas políticos e o seu papel como indivíduo é a dimensão da humanidade. “Humanidade” e seus cognatos são palavras que ele emprega bastante nas cartas: a professora Inocência Mata contou 26 utilizações do “termo-conceito” *humano*, e 14 de *humanidade*, “quase sempre com maiúscula”, na correspondência publicada.<sup>208</sup> Amílcar entende o seu relacionamento com Helena como a união de dois lutadores que procuram ser úteis à humanidade. Quando, em 1952, ela engravida da primeira filha do casal (Iva), Amílcar escreve que o bebê será mais um lutador:

Descubro-me às vezes a pensar nesse ente estranho, e pelo que sinto, calculo o que tu sentes. Deixá-lo vir ao mundo, o maroto. Mas que não conte muito conosco. Que nós somos um do outro e do Mundo. Compartilhará do nosso Amor, na condição de ser mais um reforço de nós dois. E que cresça depressa e viva a sua Vida, porque nós, mesmo quando velhinhos, teremos de viver a nossa vida, a nossa luta por um mundo melhor. Ele será mais um a lutar.<sup>209</sup>

Em 20/8/1948, Cabral explicava que só ficaria na metrópole após concluído o curso se realmente não pudesse ir para a África. Não pretendia passar toda a vida no continente africano, “no

207 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, pp. 136-137.

208 MATA, Inocência, “As cartas de Amílcar a Maria Helena como ‘documento expressivo’ na construção de uma narrativa coletiva”, in CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, p. 29.

209 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, p. 338. Carta de 17/9/1952.

sertão, longe dos grandes centros”, mas apenas viver lá durante uma parte da sua existência, “e dar, com toda a boa vontade de que for capaz, em todo o amor imenso que me anima, o meu esforço no sentido de fazer alguma coisa pelas gentes africanas, pelos homens, afinal.”<sup>210</sup> Existe na construção de Amílcar um reforço do caráter humano do africano, que o leitor talvez já tenha notado, ao frisar que fazer algo pelos africanos era fazer algo pelos seres humanos em geral. O mesmo tipo de reforço pode ser identificado no trecho destacado por nós a seguir:

E tudo me diz, Lena, tudo me diz que o meu posto de trabalho, pelo menos inicialmente, é lá [na África]. Lá, onde pouquíssimo ou nada ainda se fez. Lá, onde, apesar das cidades progressivas e belas do litoral, ainda há *milhões de seres (seres humanos, Lena)* que vivem em plena escuridão. Lá, onde a Técnica e a Ciência ainda são sombras, onde a Natureza rica em segredos, virgem de riquezas e de segredos, oferece àqueles que querem trabalhar e fazer alguma coisa pelos Homens, os motivos mais interessantes no que respeita à profissão que escolhemos.<sup>211</sup>

Repare-se que, inicialmente, Cabral fala em levar à África os frutos da técnica e da ciência, por meio do exercício da sua profissão. Neste momento, ainda não são mencionadas preocupações com a exploração da mão de obra africana nas colônias portuguesas – temas que, como veremos, ele abordará em trabalhos agrários publicados na Guiné e em Portugal, já após a experiência de trabalho como engenheiro na África.

Nos anos seguintes, a preocupação com a situação dos indígenas africanos e o desejo de alterar o estado das coisas aparecerão nas cartas enviadas a Maria Helena. Em carta de 31/10/1955, escrita de Catumbela, Angola, Cabral relata que o indígena angolano sofre uma “exploração dos diabos”; o que o “consola e anima é que isso tudo não vai tardar, vai acabar – oh se vai! – para a ressurreição da vida nestas paragens.”<sup>212</sup> Meses antes, em 30/8/1955, escrevendo a sua “1ª carta de Angola”, Cabral conta que o indígena de Angola vivia numa situação ainda pior que a do indígena da Guiné, “sim, da Guiné dita portuguesa”. O uso da expressão “dita portuguesa” revela a consciência anticolonial que Cabral tinha no período. Ele considera Luanda, “como cidade”, muito inferior a Dacar. “Luanda (...) é das coisas mais miseráveis que imaginar se pode em matéria de ambiente colonial.”<sup>213</sup>

Uma série de experiências fizeram de Cabral uma pessoa com conhecimentos empíricos privilegiados sobre o império português. Conhecia bem a capital Lisboa, cidade onde viveu, estudou, trabalhou e militou. Enquanto estudante, jogava futebol em torneios universitários, o que lhe permitiu conhecer cidades portuguesas importantes, como Coimbra. Por outro lado, também conhecia as regiões mais subdesenvolvidas do Portugal continental – o Alentejo, onde realizou o

---

210 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, p. 137. Carta de 20/8/1948.

211 *Ibidem*, p. 137, grifo nosso. Carta de 20/8/1948.

212 *Ibidem*, p. 378. Carta de 31/10/1955

213 *Ibidem*, p. 365.

seu estágio de engenharia agrônômica, e Trás-os-Montes, terra natal de Maria Helena. Em virtude da realização do censo agrícola de 1953, Cabral conhecia todo o território da Guiné-Bissau. Em 1955, passava a conhecer Angola, a mais importante parcela do ultramar português.

Comparando Portugal e as suas colônias com outros países e territórios que conhecia, ou de que tinha notícia, Cabral dava-se conta da grave situação de subdesenvolvimento do espaço político português. Em Luanda, Cabral testemunhou brancos e negros pobres, miseráveis. Na carta a Helena de 30/8/1955, ele assinalava que a quantidade de europeus pobres lá residentes era tão significativa que nem mesmo funções como conduzir táxis ou servir mesas em restaurantes eram exercidas pelos africanos. “Miséria de todos os tamanhos. Para brancos e pretos. Racismo do mais sujo, com sorriso nos lábios, só para os pretos.”<sup>214</sup> Tal comentário faz parte de um processo de tomada de consciência sobre as relações raciais no império português, no sentido de superar a ideologia de negação do racismo propagada pelo sistema. Nos finais dos anos 1940, Cabral demonstrava alimentar algumas crenças sobre a suposta ausência de racismo em Cabo Verde. Em carta de 4/9/1948, ele comenta uma foto sua em meio aos alunos e aos professores do Liceu Gil Eanes, onde estudara em São Vicente, com as seguintes palavras: “Há tantos miúdos pretos, mulatos, morenos, brancos (de todas as cores). É uma imagem fiel do que é Cabo Verde. Lá não se sabe o que é ‘ser desta ou daquela cor’. Lá o que interessa é o homem em si. Na fila dos professores verás outra afirmação desta verdade.”<sup>215</sup> Em 1953, em contribuição não assinada à revista *Présence Africaine*, Cabral considerava que “o racismo à portuguesa, diferente é certo, mas igualmente racismo, impõe limitações ao progresso económico e social das massas negras”.<sup>216</sup> Na fase de confrontação ao colonialismo português, a partir de 1960, Cabral denuncia o racismo da colonização portuguesa em África, inclusive no âmbito escolar. Nas colônias, poucas crianças africanas podiam frequentar as escolas oficiais destinadas à população branca. Quando isto ocorria, as crianças misturavam-se “inocentemente”, mas adentrando relações já “imbuídas de preconceitos e complexos”.<sup>217</sup> Cabral reconhece que, em Cabo Verde, os africanos diplomados podiam lecionar no ensino secundário, ao contrário do que se passava nas demais colônias portuguesas, onde apenas os europeus podiam dar

---

214 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, p. 365.

215 *Ibidem*, pp. 208-209.

216 CABRAL, Amílcar, “O papel do estudante africano”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013, p. 31. Publicado originalmente na *Présence Africaine*, Paris, n. 14, 1953, caderno especial *Les étudiants noirs parlent*.

217 CABRAL, Amílcar, “A verdade sobre as colônias africanas de Portugal”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013, p. 69. Texto publicado originalmente em inglês, sob o pseudônimo Abel Djassi, com o título *The facts about Portugal's African colonies*, Londres, Union of Democratic Control, Jun. 1960, prefácio de Basil Davidson.

aulas neste nível de ensino.<sup>218</sup> Contudo, de qualquer maneira, para Cabral, a educação colonial tinha um conteúdo essencialmente racista:

Toda a educação portuguesa deprecia a cultura e a civilização do africano. As línguas africanas estão proibidas nas escolas. O homem branco é sempre apresentado como um ser superior e o africano como um ser inferior. Os conquistadores coloniais são descritos como santos e heróis. As crianças africanas adquirem um complexo de inferioridade ao entrarem na escola primária. Aprendem a temer o homem branco e a ter vergonha de serem africanos.<sup>219</sup>

Vimos que, em 1948, Amílcar manifestava um desejo de ir trabalhar na África, sem especificar para qual país, mas preferindo não ir para Cabo Verde. Não obstante, devido às articulações que tinha com a sociedade cabo-verdiana, e às dificuldades em conseguir emprego como agrônomo onde quer que fosse, Cabral bem poderia ter contrariado os seus planos iniciais e começado a sua carreira de agrônomo no arquipélago, caso tivesse conseguido uma vaga. Em carta de 18/8/1950, Amílcar relata a Helena algumas movimentações em prol do seu futuro profissional, como os contatos com o presidente da Junta do Café, a fim de conseguir o cargo de delegado deste órgão em Cabo Verde.<sup>220</sup> Por sua vez, o professor Botelho da Costa estava empenhado em conseguir um subsídio na Junta de Investigações Coloniais (JIC)<sup>221</sup> para a realização de um trabalho por Amílcar (não se menciona qual seria o trabalho nem onde seria realizado). Por fim, no momento em que redigia esta carta de 18/8/1950, Cabral aguardava a resposta do governador de Cabo Verde a algum pedido seu.<sup>222</sup> Na carta seguinte, de 23/8/1950, ficamos a saber que as respostas recebidas tanto do professor quanto do governador foram negativas, ambos lamentando a falta de verba para os projetos de Cabral. “A ida a C. Verde está-se tornando duvidosa.”, avalia Cabral. “Vou tentar de tudo – o que não acontecerá é desistir.”<sup>223</sup>

Após a formatura, conseguir trabalho como engenheiro não foi fácil para Cabral. Este já havia concorrido a diversos concursos para trabalhar na África, antes de obter a colocação como engenheiro na Guiné em meados de 1952. Por trás das dificuldades em conseguir colocação profissional, poderia estar a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (Pide). Desde finais de 1950, a polícia política do regime salazarista acompanhava Amílcar Cabral, em virtude da sua participação, em Lisboa, de atividades de homenagem aos mortos na II Guerra Mundial e de oposição à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), realizadas pelos antifascistas portugueses.<sup>224</sup> O racismo também pode ter imposto dificuldades para Cabral na concorrência com

---

218 CABRAL, Amílcar, “A verdade sobre as colónias africanas de Portugal”, p. 72.

219 *Idem*.

220 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, pp. 302-303.

221 Sobre a JIC, ver CASTELO, Cláudia, *op. cit.*

222 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, pp. 302-303.

223 *Ibidem.*, p. 307.

224 SOUSA, Julião, *op. cit.*, pp. 127; 155-156.

candidatos brancos. Conforme Cabral denunciaria mais tarde, o colonialismo discriminava os trabalhadores e os funcionários negros.<sup>225</sup>

De acordo com o depoimento de Maria Helena Rodrigues a Patrick Chabal, a ambição de Cabral em 1949-1952 era ir para a Guiné; este falava em “voltar para casa”, “lutar lá”, aprender sobre “o seu país”.<sup>226</sup> Contudo, esta não era a forma como ele se expressava nas cartas do período publicadas até o momento. Primeiramente, a Guiné não é mencionada nas cartas até 1952. Em segundo lugar, nas cartas em que ele fala, de maneira ardente,<sup>227</sup> em ir para a África, não há uma referência à África como a sua casa, ou uma justificativa da sua ida para lá com base na sua negritude ou africanidade. Ir para a África era cumprir o seu “dever de Homem”.<sup>228</sup> Ter atenção aos problemas africanos ou lutar pela erradicação da desigualdade racial era uma tarefa de todos os seres humanos “conscientes”.<sup>229</sup> E esta tarefa estava intimamente ligada a proporcionar que os africanos também se beneficiassem dos frutos da “civilização”, criados pela “Ciência”, inclusive pelos “grandes cientistas negros”, como ele diz em carta de 29/8/1948.<sup>230</sup>

Cabral desloca-se para a Guiné com um espírito mais internacionalista do que nativista. É o que se depreende da carta escrita em 17/9/1952, a bordo de um navio para Cabo Verde, de onde após alguns dias ele partiria para a Guiné. O contexto de redação da carta é de esperança, confiança no futuro, entusiasmo pela nova etapa de vida que se iniciava. Cabral finalmente estava realizando o sonho de ter um trabalho na África. A sua esposa iria juntar-se a ele no novo endereço, como há muito ele sonhava e defendia. Além disso, ambos tornar-se-iam pais pela primeira vez, pois Helena estava grávida da pequena Iva. É, portanto, uma carta cheia de emoções e trechos românticos. Mas, curiosamente (ou não), o fato de começar a sua vida profissional na terra que o viu nascer não lhe desperta particular emoção; esta circunstância nem sequer é mencionada. A disposição com que ele se dirige a Guiné é de lutar “por um mundo melhor”. Inclusive, apesar do otimismo que dá tom à carta, Cabral declara que, se não houvesse condições de trabalho na Guiné, eles iriam para Angola. “Nós, Lena querida, nunca nos atrapalhamos, porque somos fortes, porque temos o nosso Amor

---

225 SOUSA, Julião, *op. cit.*, pp. 154-155.

226 Depoimento de Maria Helena Rodrigues a CHABAL, Patrick, *op. cit.*, p. 46. Trechos originais em inglês: “*his life's ambition was to go to Guinea (...) go back 'home' and fight there. (...) learn about his country*”.

227 Literalmente ardente – Amílcar diz que teve febre a noite inteira e o dia seguinte após escrever a primeira das cartas em que debate com Helena plano de ir para a África. “Eu creio que nunca escrevi uma carta que me tivesse esgotado tanto”, diz Amílcar. CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, p. 149.

228 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, p. 137.

229 Adjetivo empregado em carta de 28/8/1950. CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, p. 313.

230 *Ibidem*, p. 195

consciente, Amor de nós e do Mundo. Lutaremos sempre, sempre de cabeça erguida, seja onde for.”<sup>231</sup>

Uma vez na Guiné, Amílcar comunica a Helena, em 24/9/1952, as suas primeiras impressões acerca do lugar. Cabral escreve que aquela era “das terras mais belas” que já tinha visto. Está contente e satisfeito com o novo posto e ambiente de trabalho, e descreve a casa em que viveria com Helena como “simplesmente magnífica”. Cabral apaixona-se pela natureza exuberante da Guiné, que, ao contrário do que algumas “opiniões metafísicas podem apontar”, é convidativa ao trabalho e à “vivificação da vida”. Está convicto de que Helena vai gostar da Guiné, da “terra e dos povos, das coisas e das gentes.”<sup>232</sup> Um moderno utensílio doméstico enche-o de esperança com o futuro da sua vida, e até com o futuro da humanidade: “Num canto atrás de mim, uma geleira – sim, uma GELEIRA – na sua branca mudez, afirma simplesmente que tanto a Europa como a África têm o direito às benesses criadas pelo Homem”. Graças ao aparelho instalado na residência – que no Brasil conhecemos por geladeira, e em Portugal, por frigorífico –, Cabral já tinha “água gelada” e “fruta gelada”.<sup>233</sup>

## 2.5 Com os pés fincados na terra guineense

As possibilidades de mecanização da agricultura da Guiné são abordadas por Cabral num artigo de 1954.<sup>234</sup> Ele frisa a necessidade de as tecnologias serem adaptadas ao meio a que se destinam e a importância de se valorizar o saber do *indígena*. O agrônomo traz para a discussão a situação dos indígenas, num momento em que a legislação referente a estas pessoas seria reafirmada, com o já citado Decreto-Lei nº 39.666/1954.

De acordo com Cabral, para ser bem-sucedida, a mecanização deveria ser precedida de um profundo estudo científico do meio. A escolha de um trator, por exemplo, deveria ser feita levando-se em conta as características dos diferentes solos tropicais. Dever-se-ia evitar a degradação do solo tropical, que se torna vulnerável à erosão quando desprovido da cobertura vegetal.<sup>235</sup>

---

231 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, p. 338.

232 *Ibidem*, p. 348.

233 *Ibidem*, p. 350.

234 CABRAL, Amílcar, “A propósito da mecanização da agricultura da Guiné Portuguesa”, in *Estudos agrários de Amílcar Cabral*, Lisboa, IICT, Bissau, INEP, 1988, pp. 233-239. Publicado originalmente no *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Bissau, v. 9, n. 34, 1954, pp. 389-400.

235 *Ibidem*, pp. 234-235.

Cabral pondera que na Guiné não há escassez de mão de obra, mas que o agricultor indígena apresenta “certa ‘relutância em trabalhar por conta alheia’. Voluntariamente, trabalha por conta própria, integrado no complexo económico, social e cultural da sua comunidade”<sup>236</sup>. Acredita que a mecanização exigiria novas relações de trabalho: maiores salários, nível de vida mais elevado e maior especialização. “A máquina transforma o homem (...) O tractorista não se contentará com a ração de arroz, e exigirá regalias que o trabalhador braçal apenas sonhou”.<sup>237</sup>

Cabral faz uma caracterização das agriculturas indígena e não indígena praticadas na Guiné, apontando como principal diferença entre elas a propriedade da terra: a do indígena seria geralmente comunitária, e a do não indígena (europeu ou assimilado), privada. Quanto à técnica, as duas modalidades seriam bastante semelhantes, em virtude de ser o indígena a trabalhar em ambas. Conclui que a mecanização da agricultura do não indígena é uma questão sem grandes problemas, dependendo somente do capital do agricultor. O verdadeiro problema para a mecanização do campo guineense seria a agricultura do indígena, destituído de capital, e imerso em dificuldades para conciliar a produção de alimentos para a sua família com o atendimento aos imperativos económicos da metrópole portuguesa (produção de amendoim para exportação).<sup>238</sup>

Cabral lança muitas indagações ao leitor, chamando-o à reflexão sobre a realidade guineense. Ao longo deste artigo, faz uso de conceitos marxistas como “estrutura económica”, “forças produtivas” e “modo de produção”, e chega a expor uma definição de conceitos: “As forças produtivas, conjugadas com o modo de produção, de que, aliás, são determinantes, constituem a estrutura económica de uma dada região. A transformação, mais ou menos profunda, das forças produtivas implicará consequências, mais ou menos profundas, na estrutura económica”.<sup>239</sup>

Sobre as preocupações de Cabral com a agricultura e a natureza africana, cite-se que Ário de Azevedo e Botelho da Costa – professores de agronomia importantes na formação universitária de Cabral e apoiadores da sua atividade profissional como engenheiro<sup>240</sup> – tinham experiência de pesquisa e trabalho na África. A tese de licenciatura de Cabral traz em sua bibliografia alguns trabalhos destes professores relacionados ao solo e à agricultura africana e tropical. Lerenó Antunes Barradas, também citado como referência na tese, tem seu nome associado aos estudos agrários

---

236 CABRAL, Amílcar, “A propósito da mecanização...”, p. 237.

237 *Ibidem*, p. 236.

238 *Ibidem*, pp. 237-238.

239 *Ibidem*, p. 236.

240 Ver AZEVEDO, Ário Lobo de, “Amílcar Cabral agrónomo”, in *Continuar Cabral – Simpósio Internacional Amílcar Cabral* (17-20 Jan. 1983, Praia), Odivelas, Grafedito/Prelo – Estampa, Set. 1984, pp. 127-132, , disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=007348#!128>>, acesso em: 17 Mar. 2018.

portugueses sobre o continente africano. Portugal era um país colonialista que precisava produzir conhecimento científico sobre as áreas que colonizava.

Quando lemos que Héli Chatelian – missionário suíço que chegou a Luanda em 1885, autor de uma gramática de quimbundo e de uma coletânea de contos populares desta cultura – escrevera que “a abundância de provérbios, mitos e folclore kimbundu condensava ‘a experiência de séculos’ e reflectia ‘a alma da raça inteira’”<sup>241</sup>, indagamos se Cabral conheceria esta citação. Talvez se tenha inspirado nela ao afirmar que, para a boa adaptação da tecnologia à terra, seria indispensável conhecer a “sabedoria do agricultor indígena, acumulada através de séculos de labor nas terras da Guiné”<sup>242</sup>. Tendo ou não tido contato com este trabalho específico, certamente Cabral e seus companheiros do CEA estudaram muito da literatura deste gênero. No CEA, em outubro de 1951, Cabral conduziu um seminário sobre as vantagens e desvantagens do sistema agrícola itinerante afro-negro.<sup>243</sup> Este tema, aliás, fará parte das análises de outro artigo de 1954, de que trataremos a seguir.

## **2.6 A agricultura dos povos afro-negros: obra de seres humanos racionais e universais**

A mesma edição do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* que veiculou o artigo sobre a mecanização agrícola trouxe um artigo de Amílcar Cabral intitulado *Acerca da utilização da terra na África Negra*.<sup>244</sup> A escolha do tema indica que as referências africanas de Cabral já não se limitavam a Cabo Verde, à Guiné-Bissau e ao império colonial português de então, mas ao conjunto da África Negra. Cabral citará diversos povos, regiões, territórios e ecossistemas africanos: o Congo Belga, os iorubás, os bolokis, os diversos povos guineenses (fulas, mandingas, balantas), a Nigéria, Uganda, as áreas de savanas, florestas, montanhas etc.

Para caracterizar a agricultura africana, Cabral escreve que se deve estudar, além dos fatores mesológicos (ecológicos): a estrutura agrária da região – regime de propriedade e formas de exploração da terra; a interação com os fatores ideológicos e religiosos – o conceito que o indivíduo e a sociedade têm da terra; e os sistemas e as práticas de cultivo.<sup>245</sup>

---

241 CHATELIAN, Héli *apud* DIAS, Jill, “Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 1, 1984, p. 77.

242 CABRAL, Amílcar, “A propósito da mecanização...”, p. 235.

243 ANDRADE, Mário de, *op. cit.*, pp. 39-57.

244 CABRAL, Amílcar, “Acerca da utilização...”.

245 *Ibidem*, p. 244.

Essa abordagem tem a ver com o já mencionado processo de sociologização dos estudos agrários em Portugal, observado desde os anos 1920.<sup>246</sup> Também está relacionada com as mudanças no paradigma das ciências coloniais portuguesas no pós-II Guerra Mundial. Como nos explica Cláudia Castelo, até por volta do fim da II Guerra, a geodesia – ramo da ciência dedicado à medição das terras – era a principal área dos estudos coloniais portugueses, em função da sua importância na ocupação dos territórios colonizados e na comprovação dos direitos sobre eles. Também eram relevantes neste período a geologia, a botânica e a zoologia – auxiliares na rentabilização dos recursos naturais. A antropologia física deveria fornecer elementos para a administração das populações nativas e o melhor aproveitamento da sua mão de obra, e inicialmente não se dedicava às dimensões culturais e sociais dos povos colonizados. Quanto a outras áreas do conhecimento, o recurso a elas tornava-se dispensável para a exploração colonial portuguesa, uma vez que esta baseava-se fundamentalmente no trabalho forçado e nas culturas obrigatórias. Entretanto, conforme Castelo, a conjuntura mundial do pós-Guerra leva a uma reorientação na política colonial portuguesa. Isto, no campo das ciências coloniais, significou direcionar a pesquisa colonial à modernização e ao desenvolvimento econômico, bem como adicionar a ela preocupações com a promoção social das populações colonizadas. Começa a haver espaço para a investigação social aplicada, e mesmo para críticas aos aspectos mais gravosos do colonialismo. Não se verifica, todavia, um questionamento mais radical do colonialismo, com a defesa da autodeterminação dos povos, o que, segundo Castelo, ocorria não só em razão da falta de liberdade de expressão no Estado Novo, mas também por força das crenças no suposto excepcionalismo do colonialismo português (que seria mais ameno, fraterno etc.), nutridas por boa parte dos pesquisadores. Com a mudança de paradigma, o ramo das investigações coloniais que assistiria ao maior crescimento é, justamente, o das ciências agrárias, em especial nas duas últimas décadas do domínio colonial português.<sup>247</sup> É neste ambiente técnico-científico que Amílcar Cabral trabalha como engenheiro e produz os seus estudos agrários.

Entre as características físicas da África Negra, Cabral destaca o clima com temperaturas elevadas e chuvas abundantes. Para além de avaliar as consequências do calor e da umidade para o solo e a agricultura, Cabral associa este clima a doenças, tais como paludismo (malária), febre amarela e lepra. Afirma que, de maneira geral, o clima na África Negra é insalubre. Com esta afirmação, Cabral está, em parte, reproduzindo o senso comum europeu construído durante séculos

---

246 Ver NEVES, José, *op. cit.*

247 CASTELO, Cláudia, *op. cit.*

sobre a suposta insalubridade natural dos climas quentes. Dizemos “em parte” porque, apesar de considerar o clima da África Negra insalubre, ele também diz que mais importante que do que isso é “o complexo de limitações impostas, legal ou ilegalmente, pela situação dependente da maioria dos povos afro-negros”. Se o clima quente propicia o desenvolvimento de gérmenes e vetores, isto ocorre “ante o rudimentarismo das condições higiênicas”.<sup>248</sup>

Segundo Cabral, o clima da África Negra não facilita a utilização da terra; o solo pobre é de fácil destruição; e poucas das diversas espécies de plantas interessam à agricultura. Dentro deste quadro adverso é que “o afro-negro, transpondo a etapa colectora, cria a sua agricultura. Obra do homem, ela reflectirá, necessariamente, algo das características que o definem: a racionalidade e a sua condição universal.”<sup>249</sup> Tal afirmação da racionalidade e da universalidade do homem negro desafia os pressupostos ideológicos do colonialismo, que precisa afirmar a inferioridade do colonizado para justificar-se.

As considerações de Cabral a respeito da agricultura têm paralelos com as suas elaborações sobre a cultura da década de 1970. Em 1970, na Universidade de Siracusa, nos Estados Unidos, dirá que a cultura é a resultante da história de um povo “como a flor é a resultante de uma planta”. Conhecer a cultura de um povo seria conhecer as “sínteses dinâmicas” elaboradas por uma sociedade para solucionar os seus conflitos e problemas. Tal como a flor, a cultura seria portadora da capacidade de “fecundação do germe que garantirá a continuidade da história”.<sup>250</sup> Similarmente, falando sobre a agricultura na África Negra em 1954, Cabral dirá que as “características dessa agricultura servirão de pedra-de-toque para avaliar até que ponto, na África Negra, o homem, com os elementos à sua disposição, soube compreender a inter-relação solo-vida-clima e integrar-se nela conscientemente em busca do alimento indispensável à subsistência.”<sup>251</sup>

Cabral descreve alguns sistemas culturais desenvolvidos pelos africanos. Sobre eles, tem uma visão positiva: a cultura da bananeira em Uganda é “habilmente desenvolvida, conseguindo-se óptimos resultados, sem perigo para o solo”; o sistema de irrigação dos tchaggas de Kilimanjaro é “a todos os títulos notável”; os balantas da Guiné realizam um cultivo de arroz que, “para as condições económicas e técnicas do ambiente, se pode considerar plena de sucesso”<sup>252</sup>.

---

248 CABRAL, Amílcar, “Acerca da utilização...”, p. 242.

249 *Ibidem*, p. 244.

250 CABRAL, Amílcar, “Libertação nacional e cultura”, in *A arma da teoria – unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1970], p. 271.

251 CABRAL, Amílcar, “Acerca da utilização...”, p. 244.

252 *Ibidem*, p. 245.

Afirma que o sistema cultural mais característico da África Negra, e das zonas tropicais do globo, seria o sistema itinerante. Classifica-o como uma solução adequada ao meio, e lista uma série de vantagens desse sistema, sempre valorizando a sabedoria humana que o criou. Contudo, após expor as vantagens do sistema, passa a discutir as suas desvantagens. O sistema itinerante não poderia representar uma solução definitiva para a agricultura africana, pois seria incompatível com a produção de alimentos para grandes aglomerados populacionais, com altas densidades demográficas. Além disso, não permitiria a fixação do homem à terra, condição que, “ao que parece”, seria “essencial para o progresso de qualquer povo”<sup>253</sup>. Note-se que Cabral não adota uma postura malthusiana ou neomalthusiana,<sup>254</sup> contrária ao crescimento demográfico ou econômico. O que pretende é adequar a atividade agrícola às necessidades humanas. O advento do colonialismo europeu exacerba os inconvenientes do sistema itinerante e causa a devastação do solo africano. Mas Cabral não aponta só pontos negativos na entrada do europeu na África. A introdução de novas plantas e técnicas seriam pontos positivos, assim como a industrialização de algumas matérias-primas e os contatos entre indivíduos e culturas. Cabral defende que o sistema itinerante deve ser transformado, não eliminado. “Transformação e não eliminação pura e simples. Negação relativa e não absoluta. (...) aproveitar tudo quanto de positivo a experiência e a razão criaram.”<sup>255</sup>

Podemos observar um caráter reformista, ou mesmo revolucionário, na intervenção de Cabral, que busca explorar as possibilidades abertas pelo pós-II Guerra a fim de apresentar demandas por igualdade racial. O fim da II Guerra Mundial (1939-1945), com a derrota das forças aliadas sobre o nazismo, representa uma desmoralização do racismo. Em 1945, é criada a ONU, a qual, embora inicialmente não defenda o fim dos impérios coloniais, cobra das potências colonizadoras que zelem pelo desenvolvimento e pelo bem-estar dos territórios e das populações sob a sua responsabilidade.<sup>256</sup> Visando responder às pressões internacionais, Portugal efetua uma revisão constitucional em 1951, incorporando o Ato Colonial de 1930 à Constituição, e substituindo o termo “colónias” por “províncias ultramarinas”.<sup>257</sup> Portugal seria admitido na ONU em 1955, apresentando “a África portuguesa como uma parte orgânica de Portugal, por isso isenta das obrigações da Carta das Nações referentes aos territórios dependentes”,<sup>258</sup> tais como a transmissão de informações sobre estes territórios. O país realiza mudanças na orientação ideológica do

---

253 CABRAL, Amílcar, “Acerca da utilização...”, p. 247.

254 Referente a Thomas Malthus (1766-1834), economista e religioso britânico que propugnava a incompatibilidade do crescimento demográfico com as possibilidades de subsistência oferecidas pela natureza.

255 CABRAL, Amílcar, “Acerca da utilização...”, p. 248.

256 Ver SANTOS, Aurora, *A organização...*, cap. 2.

257 CASTELO, Cláudia, *op. cit.*, p. 396.

258 VILLEN, Patricia, *Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo*, São Paulo, Expressão Popular, 2013, p. 73.

colonialismo, com a adoção do lusotropicalismo como discurso oficial do Estado. Segundo o ideário lusotropicalista, teoria criada pelo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987), “os portugueses tinham uma capacidade especial de se unir aos trópicos por uma ligação de amor e não de interesse, e aí constituir sociedades multirraciais marcadas pela mestiçagem e pela interpenetração de culturas.”<sup>259</sup> Conforme Castelo, o lusotropicalismo, ao dar suposto apoio científico a antigas ideias sobre a especificidade da colonização portuguesa, penetra com facilidade no discurso das elites portuguesas e no senso comum português. Este discurso mostra-se “extremamente útil” para a política externa portuguesa, e também para a política interna, favorecendo a adesão da sociedade portuguesa à causa colonial.<sup>260</sup>

Internacionalmente, crescia o repúdio às práticas mais violentas do colonialismo, ao passo que as manifestações de racismo tornam-se cada vez mais condenáveis moralmente. A propaganda colonialista portuguesa passa a celebrar a alegada harmonia racial vigente naquilo que chama de *nação pluricontinental e plurirracial portuguesa* – isto é, uma só nação portuguesa espalhada em mais de um continente e formada por cidadãos de diferentes raças. Com a progressiva deslegitimação mundial do racismo e o propósito oficial do império português de mostrar-se plural e tolerante, abria-se espaço para demandas de igualdade racial.

É nesse sentido que podemos entender o inflamado discurso antirracista de Cabral, que declara que “as condições materiais da existência criaram novas concepções em relação à vida dos homens”, abrindo caminho para “uma vida em que a justiça e a fraternidade quebram algemas dos preconceitos e das conveniências”, sem “diferenças baseadas no conceito subjectivo de raças – sejam elas quais forem as suas vestes”.<sup>261</sup>

Ao final do artigo, Cabral lista seis caminhos para a evolução da agricultura africana.<sup>262</sup> As suas proposições, se por um lado eram condizentes com o espírito progressista da conjuntura mundial e com o discurso que Portugal esforçava-se por adotar, por outro eram contraditórias com a real natureza do colonialismo. Nisso residia a tática das lutas reivindicativas realizadas dentro da legalidade colonial: uma cobrança de coerência entre o discurso colonial, de harmonia, e a prática colonial, de discriminação. É o que mostra Marcelo Bittencourt ao chamar atenção para o uso da imprensa desportiva em Angola como instrumento de luta política nos anos 1950 e 1960. Segundo Bittencourt, ao combaterem privilégios, ainda que com base em argumentos coloniais, os

---

259 CASTELO, Cláudia, *op. cit.*, p. 396.

260 *Idem.*

261 CABRAL, Amílcar, “Acerca da utilização...”, pp. 248-249.

262 *Ibidem*, p. 249.

articulistas acabavam por questionar a própria ordem colonial, transformando o discurso colonial oficial numa arma reivindicatória.<sup>263</sup>

Uma das propostas de Cabral era aplicar os recursos da África Negra no próprio continente. Ora, o objetivo de um sistema colonial – e, na altura em que Cabral escrevia, quase toda a África Negra estava submetida ao colonialismo – é gerar excedente econômico para a metrópole, não para a colônia. Outra proposta, mais radical ainda, era estabelecer uma estrutura agrária que não permitisse “a exploração desordenada e gananciosa da terra; (...) a *exploração do homem pelo homem*”,<sup>264</sup> o que era contraditório não só com o colonialismo, mas com o sistema capitalista como um todo. Em outro item da lista, Cabral postula ser necessário “fomentar o desenvolvimento cultural do afro-negro, o que exige que se tire o máximo partido da sua própria cultura e das dos outros povos”.<sup>265</sup> Tal proposta estava distante da prática do sistema colonial português, que pouco se ocupava da educação e da cultura das populações colonizadas. Quando o fazia, era segundo uma concepção de que o europeu, detentor de cultura, transmite-a ao africano, que não a detém. A educação colonial era vista como uma dádiva de uma civilização superior aos povos inferiores, e, sendo assim, os colonizados que a recebiam deveriam ser gratos por ela.<sup>266</sup> A formulação de Cabral, além de asseverar que os africanos tinham cultura, coloca-a em pé de igualdade com as culturas dos outros povos, considerando-a tão proveitosa quanto as demais. Após listar as suas propostas, Cabral finaliza o artigo dizendo que a evolução da agricultura na África Negra tem como condição primária

que os frutos dos trabalhos do afro-negro sirvam verdadeiramente o afro-negro. Só nessas circunstâncias (e nas condições históricas da actualidade) poderá a agricultura, aliada a outros ramos da produção, permitir ao afro-negro um desenvolvimento progressivo, de maneira a servir a humanidade, trabalhando de mãos dadas com os outros povos do mundo.

Essa forma de encerrar o artigo é atraente estética e politicamente, denotando que o articulista tem intimidade com o uso das palavras para encantar e convencer. O estado de espírito que o encerramento do artigo provoca no leitor é de esperança e motivação. As expressões “servir a humanidade” e “do mundo” dão grandiosidade ao trabalho do agricultor afro-negro. “Frutos dos

---

263 BITTENCOURT, Marcelo, “Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola”, in MELO, Victor Andrade de, BITTENCOURT, Marcelo, NASCIMENTO, Augusto (Org.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010. Apesar de a Guiné colonial ter constituído uma realidade diferente de Angola, e de o futebol não ser o mesmo que as ciências agrárias, acreditamos ser pertinente a menção ao estudo de Bittencourt, em virtude das semelhanças entre a atuação de Cabral e a dos reformistas e anticolonialistas angolanos. Lembre-se ainda que, nos anos 1950, Cabral trabalhava em missões e brigadas de investigação colonial em Angola, aproveitando estes deslocamentos para colaborar com a luta anticolonialista angolana.

264 CABRAL, Amílcar, “Acerca da utilização...”, p. 249, grifo nosso.

265 *Idem*.

266 CARVALHO, Maria Adriana, *op. cit.*, p. 301.

trabalhos” é uma escolha que traz mais beleza e calor ao texto do que possíveis alternativas (resultados, ganhos). “Progressivo” reforça o sentido de “desenvolvimento”, ambas as palavras estando relacionadas aos conceitos de modernidade, evolução e melhoria. Particularmente, a expressão “de mãos dadas” forma uma imagem de fraternidade, colaboração e igualdade entre os povos, e de aproximação corpórea e espiritual entre os indivíduos. A última frase do parágrafo é uma afirmação do pertencimento do africano ao conjunto humano, e da contribuição que o africano poderia dar a este conjunto em condições de igualdade. A conclusão do artigo, ao ecoar os ideais pan-africanistas da emancipação do negro e da sua integração efetiva à comunidade humana, lembra-nos um trecho do prefácio de *Nations nègres et culture*, de Diop:

Evidencia-se, então, que somente a existência de Estados Africanos Independentes federados no seio de um governo central democrático, das costas líbias do Mediterrâneo ao Cabo, do Oceano Atlântico ao Oceano Índico, permitirá aos africanos se desenvolverem plenamente e mostrarem toda a sua capacidade nos diferentes domínios da criação, fazerem-se respeitados – até mesmo amados –, acabar com todas as formas de paternalismo, virar uma página da filosofia, fazer progredir a humanidade, tornando possível uma confraternização entre os povos, que será muito mais fácil de se estabelecer entre Estados independentes num mesmo nível, e não mais entre dominantes e dominados.<sup>267</sup>

Diop, que escrevia no espaço político francês, falava abertamente da independência africana, algo que Cabral não poderia fazer no contexto português. Mas, a ideia comum dos dois é que a emancipação e a igualdade seriam o caminho pelo qual os africanos poderiam colaborar para o progresso da humanidade.

## 2.7 Formação do ideário antirracista

O ideário antirracista de Amílcar Cabral é influenciado pelas correntes dos movimentos africanistas com que ele tem contato nos anos universitários. Lembremos que, em 1949, Cabral toma conhecimento do movimento Negritude, por meio da *Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache*, organizada no ano anterior por Léopold Sédar Senghor.<sup>268</sup> Assim Cabral transmite a Maria Helena, em 8/1/1949, o fascínio que tal publicação lhe provoca:

---

267 DIOP, Cheikh Anta, *op. cit.*, p. 10, tradução livre. Trecho original: “*Il devient donc clair que c’est seulement l’existence d’États Africains Indépendants fédérés au sein d’un Gouvernement central démocratique, des côtes libyques de la Méditerranée au Cap, de l’Océan Atlantique à l’Océan Indien, qui permettra aux Africains de s’épanouir pleinement et de donner toute leur mesure dans les différents domaines de la création, de se faire respecter – voire aimer – de tuer toutes les formes de paternalisme, de faire tourner une page de la philosophie, de faire progresser l’humanité en rendant possible une fraternisation entre les peuples qui deviendra alors d’autant plus facile qu’elle s’établira entre États indépendants au même degré et non plus entre dominants et dominés.*”

268 A antologia é publicada em Paris, em 1948, pelas Presses Universitaires de France (PUF), com prefácio de Jean-Paul Sartre. Senghor, intelectual, poeta e político, seria presidente do Senegal de 1960 a 1980.

Coisas que nem sonhava, poesias maravilhosas escritas por negros de todas as partes do mundo francês, poesias falando da África, dos escravos, dos homens, da vida e das aspirações dos homens. Sublime... infinitamente humano... Muito me traz este livro e, entre muito, a certeza de que o Negro, o tão explorado Negro, está acordando em todo o mundo. E não é um acordar egoísta, como tantos de que fala a História. Não. Um acordar universal, de braços abertos para todos os Homens de boa vontade. Sem ódio, mas com amor, um amor como só a escravidão pode alicerçar na alma de um ser humano. Porque, como diz Jean-Paul Sartre, “*la négritude n’est pas un état, est amour*”.<sup>269</sup>

Outra fonte de influência para as elaborações de Cabral sobre a igualdade racial é a produção da ONU sobre o assunto, entidade cujas atividades e publicações ele acompanha pelo menos desde 1948. A ONU goza de elevado prestígio e confiança por parte de Cabral, que a associa a alguns dos valores pelos quais ele mais prezava, como a ciência, a educação e a não discriminação racial.

Uma amostra da confiança que Amílcar depositava na ONU é o trecho de uma carta de 29/8/1948, em que ele alertava Helena para que tivesse cuidado com as notícias dos jornais, que muitas vezes eram falsas, devido a “interesses em jogo”. Dá como exemplo uma notícia falsa de que o Conselho Econômico e Social da ONU teria emitido um parecer contrário ao casamento entre indivíduos de cor ou religião diferentes. Amílcar diz não ter acreditado na notícia ao lê-la num diário, porquanto naquele conselho trabalhavam “dos maiores pensadores da atualidade”. Qual não foi a sua surpresa, alguns dias depois o conselho veio a público desmentir a notícia publicada.<sup>270</sup>

Em carta de 28/8/1950, Amílcar transcreve, em francês, trechos do artigo do antropólogo norte-americano Alfred Métraux, publicado no *Le Courrier*, jornal da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em que Métraux afirma que o racismo se alimenta de noções cientificamente falsas e de dogmas irracionais. Amílcar conta que a mesma edição trazia “uma declaração feita pelos maiores sábios na matéria, acerca do racismo”, os quais concluíam que características genéticas não explicam as diferenciações entre povos ou grupos étnicos, mas sim a história cultural de cada grupo. Os especialistas afirmavam que os homens tinham natureza idêntica, e que a personalidade e o caráter não eram reflexo da raça. Para Amílcar, esta era “a voz da Ciência e da verdade”.<sup>271</sup>

A Unesco também é mencionada no artigo de Amílcar Cabral *A propósito da educação*, publicado em junho de 1951 no boletim *Cabo Verde*.<sup>272</sup> Neste artigo, Cabral defende que a educação

269 ANDRADE, Mário, *op. cit.*, pp. 43-44. Essa carta de Cabral a Maria Helena é uma daquelas de que só se conhecem os fragmentos publicados por Mário de Andrade, não constando da coletânea publicada pela editora Rosa de Porcelana.

270 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, p. 195. Nessa carta, à qual voltaremos adiante, Cabral discorre sobre a situação na África do Sul.

271 *Ibidem*, p. 312.

272 CABRAL, Amílcar, “A propósito da educação”, *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, ano 2, n. 21, Jun. 1951, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_44504](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_44504)>, acesso em: 23 Jan. 2018.

é a base fundamental para a emancipação do homem, e que todos os seres humanos, independentemente da cor, devem ter um mínimo de instrução, sem a qual não poderia haver uma coletividade educada. Cabral lista os fins que a educação deveria perseguir, segundo os técnicos da Unesco, no sentido de promover o desenvolvimento individual de homens e mulheres, bem como o desenvolvimento coletivo de uma dada sociedade. Recordemos que o Estado Novo – tanto os seus líderes quanto os segmentos da sociedade que o apoiavam – tinha um discurso e uma prática fortemente obscurantistas e antieducacionais, não só para as colônias, mas também para a metrópole.<sup>273</sup> O artigo de Cabral, escrito em réplica a um artigo de José Lopes, combatia uma concepção de educação desconectada dos problemas sociais, e baseada nos valores da hierarquia, do temor e da obediência – valores apreciados pelo Estado Novo, e que Cabral associava à “psicologia do homem-servo”.<sup>274</sup> A linha argumentativa de Cabral neste artigo é situar as suas ideias – de ilustração, emancipação e igualdade racial – no campo da modernidade, com o uso repetido do advérbio *hoje* no início de frases ou orações, como a seguir: “Hoje numa colectividade educada, ninguém se admira ou pasma de ver uma criança, ‘mesmo’ *de raça africana, de côr preta*, que lê ou escreve uma carta”.<sup>275</sup> As ideias contrárias à educação defendida por Cabral são situadas no passado, como no trecho em que ele utiliza a expressão “Longe vai o tempo” para introduzir ideias com as quais não concorda, empregando no parágrafo a seguir o advérbio “Hoje” para apresentar a sua concepção de educação.<sup>276</sup> A Unesco seguramente fazia parte deste mundo moderno com que Cabral se identificava, e aparecia no artigo como um elemento conferidor de autoridade, por ser uma organização de prestígio internacional, da qual Portugal aspirava fazer parte.

Nas leituras marxistas que fazia no período, Cabral também vai buscar inspiração para as suas formulações antirracistas. Não encontramos, nos escritos pré-revolucionários de Cabral, citações diretas a Marx, Engels ou Lênin. Tampouco Amílcar menciona, nas cartas publicadas, possuir ou ler obras destes autores. Isto pode ser explicado pelo ambiente repressivo vigente em Portugal; se bem que, em carta de 10/10/1955 enviada a Maria Helena,<sup>277</sup> Amílcar comenta estar lendo *Os Subterrâneos da Liberdade*, romance de Jorge Amado – leitura oficialmente proibida pelo regime, mas, possivelmente, não muito perseguida na prática.<sup>278</sup>

273 O leitor pode encontrar provas disto ao longo do trabalho de CARVALHO, Maria Adriana, *op. cit.*

274 CABRAL, Amílcar, “A propósito da educação”, p. 25.

275 *Idem.* Grifo de Cabral para indicar os trechos transcritos do artigo de José Lopes.

276 *Idem.*

277 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, pp. 372-374.

278 Por exemplo, num jornal escolar da cidade do Porto de 1953, encontramos um estudante (José Augusto Seabra) citando Jorge Amado e Graciliano Ramos como autores brasileiros que influenciaram a literatura portuguesa a buscar no povo o público e o assunto para os seus escritos. Aparentemente, o jovem articulista liceal não se preocupava com a circunstância de estar a citar alguns autores proibidos pelo regime. A começar pelo título – *Para*

Sem embargo, algumas das suas formulações sobre o racismo no período 1948-1950 dão indícios de que Cabral estava habituado a ler e debater ideias deste campo político-filosófico, aplicando conceitos do materialismo histórico às suas teorizações. Em 15/4/1949, Amílcar diz a Maria Helena:

Não é a existência de uma raça ou de um grupo étnico ou do que quer que seja que define ou condiciona o comportamento de um agregado humano. Não. São, isso sim, o meio social e os problemas resultantes da reacção a esse meio e as reacções dos próprios homens envolvidos. Tudo isso define o seu comportamento. Dito de outra maneira: um grupo de homens – seres humanos – comporá uma “raça” ou “grupo étnico” ou outra coisa, na medida em que enfrentam problemas comuns e lutam por aspirações comuns.<sup>279</sup>

Nesse trecho, Cabral rejeita uma explicação biologizante e naturalizante para os comportamentos humanos. Ele considera que os indivíduos, os grupos e as relações humanas são produtos da história humana, produzida pelos próprios seres humanos ao responderem os desafios colocados pelo meio em que vivem. Ainda, seria a lida e a luta em comum os elementos a darem coesão aos agrupamentos humanos.

Em outra carta, de 25/4/1948, Cabral declara que os preconceitos nascem “de condições criadas pelo próprio homem”.<sup>280</sup> Isto é, as ideias, os preconceitos, não surgem de forma inata na subjetividade das pessoas, mas resultam de uma realidade em que o homem é a principal força criadora.

Em 29/8/1948, Amílcar responde a uma carta de Helena sobre a situação da África do Sul. Àquela altura, o país africano instaurava o *apartheid*, e Helena envia a Amílcar um recorte de jornal com tal notícia. A questão da África do Sul preenche quase oito das dez laudas manuscritas por Amílcar, que narra o histórico das relações raciais no país e descreve as forças políticas envolvidas naquela conjuntura.<sup>281</sup> Num trecho desta carta, Amílcar assevera que a situação na África do Sul compreende-se “tendo em vista a base de todos os conflitos humanos: a razão económica.” Ele explicava: para os brancos da África do Sul, não era conveniente que “os filhos dos negros, evoluídos, instruídos,” se tornassem concorrentes dos seus filhos “na luta pela vida”. Desejavam manter a posição de mando para o branco, e de servidão para o negro; de acesso à “civilização” para os brancos, de “condições primitivas” para os negros.<sup>282</sup>

---

*um conceito humano de cultura* –, o texto do então estudante português assemelha-se em muito com os escritos cabralinos. Ver SEABRA, José Augusto, “Para um conceito humano de cultura”, *O mensageiro – jornal académico do Liceu de Dom Manuel II*, n. 11, 1953, p. 6, disponível em: <[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Omensageiro/N11/N11\\_item1/P6.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Omensageiro/N11/N11_item1/P6.html)>, acesso em: 19 Maio 2018.

279 Fragmento reproduzido em ANDRADE, Mário, *op. cit.*, p. 45.

280 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, p. 91.

281 *Ibidem*, pp. 193-206.

282 *Ibidem*, p. 195.

Dois anos depois, em 28/8/1950, novamente estimulado por um recorte de jornal enviado por Helena, Amílcar escreve sobre incidentes de discriminação racial ocorridos no Brasil: Katherine Dunham, bailarina, negra, tivera a sua entrada negada num hotel em São Paulo, o mesmo ocorrendo a Joe Louis, campeão de boxe, igualmente negro.<sup>283</sup> Uma das considerações que Amílcar faz nesta carta é que o problema do racismo não seria solucionado por meio de leis (normas jurídicas) como as que eram propostas no Brasil naquele momento.<sup>284</sup> Cabral argumentava que a existência de legislação antirracista em muitos estados norte-americanos não impedia que o negro fosse “linchado ou escorraçado” naquele país. Em Portugal, prosseguia Amílcar, apesar de a Constituição ser “dos mais belos documentos da igualdade dos homens”, o negro era afastado do Exército, da Marinha, da Magistratura e de outros órgãos. De acordo com Amílcar, a legislação do gênero pouco mais fazia do que ameaçar os racistas com menor poder econômico. Concluía Cabral: “Outras serão as [leis] que hão de extirpar de vez e para sempre o preconceito – e essas terão de corresponder a uma alteração profunda do complexo económico-social do Mundo, base, afinal, dos preconceitos.”<sup>285</sup>

A defesa de que é na realidade socioeconômica que se deve intervir para se conseguirem mudanças profundas na forma de se relacionar dos seres humanos é uma proposta fundamental do comunismo marxista. Para Marx, a tarefa de que os comunistas devem ocupar-se é *transformar o mundo*. E transformar o mundo é, essencialmente, modificar a vida terrena dos homens, a vida econômica, material e real do mundo existente.<sup>286</sup> Outras correntes filosóficas materialistas haviam afirmado que as circunstâncias materiais condicionavam a ação humana; a novidade do marxismo é defender que as circunstâncias podem ser e são transformadas pela ação humana.<sup>287</sup> Cabral articula estas ideias ao afirmar que os preconceitos originam-se de circunstâncias materiais criadas pelos homens e que podem ser alteradas por estes.

Embora os primeiros marxistas, Marx e Engels, pouco ou nada tenham elaborado acerca do problema do racismo, Cabral conseguiu extrair da filosofia proposta por estes autores princípios que lhe pareceram úteis para a causa antirracista: supremacia do elemento histórico sobre o biológico;

---

283 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.* pp. 312-313.

284 Calculamos que Cabral se referisse à Lei Afonso Arinos, aprovada no ano posterior, 1951. Ainda em vigor no Brasil, esta lei penaliza atos resultantes de preconceitos de raça e de cor. Ver: BRASIL, Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1390-3-julho-1951-361802-normaatualizada-pl.html>>, acesso em: 23 Nov. 2018.

285 CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *op. cit.*, p. 313.

286 Ver, entre outros, MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, *Feuerbach. Oposição das Concepções Materialista e Idealista – capítulo primeiro de A Ideologia Alemã*, tradução de Álvaro Pina, Lisboa, Avante, 1982 [1845-1846], disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/>>, acesso em: 19 Abr. 2018.

287 Ver MARX, Karl, *Teses sobre Feuerbach*, tradução de Álvaro Pina, Lisboa, Avante, 1982 [1845], disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>, acesso em: 16 Maio 2017.

centralidade da análise e da ação no ser humano; sustentação econômica e material da realidade; e necessidade de transformar a realidade.

Sustentamos que Amílcar não poderia desenvolver as ideias filosóficas externadas nessas cartas sem contato com a literatura marxista. Conquanto seja possível que pessoas ou grupos de pessoas tenham ideias semelhantes, em épocas e locais diferentes, sem terem tido contato umas com as outras, para que isto ocorra é preciso que estejam sob condições e influências semelhantes. Ora, a gênese das ideias do marxismo remete à filosofia alemã do século XIX, articulando correntes do materialismo, do idealismo e da dialética. Cabral recepciona as teorizações marxistas no contexto da circulação destas ideias nos locais por onde andou.

## 2.8 Um nacionalista africano dentro do aparelho colonial português

Na *Nota Prévia* do artigo *A agricultura na Guiné – algumas notas sobre as suas características e problemas fundamentais*,<sup>288</sup> publicado na revista lisboeta *Agros* em 1959, Cabral afirma *ser guineense*. O que hoje pode parecer evidente – aliás, já na nota prévia Cabral utiliza o advérbio “evidentemente”<sup>289</sup> –, uma vez que Amílcar nasceu e lutou na Guiné, nem sempre o foi. Tendo deixado a Guiné em 1932, aos 8 anos de idade, só retorna à terra natal vinte anos depois, em 1952, como engenheiro agrônomo. Cabo Verde, onde crescera, tinha sido uma referência patriciana mais forte até então. O artigo apresentado na *Agros* terá por base os dados observados em três anos de exercício como agrônomo na Guiné (1952-1955), em especial os resultados do recenseamento agrícola de 1953 efetuado por Cabral e Maria Helena Rodrigues.

Adotando a nomenclatura oficializada pelo regime português em 1951, Cabral abandona o termo “colônias” e emprega “territórios que constituem o Ultramar Português”.<sup>290</sup> Não utiliza o termo *colonialismo*, que ainda usava em 1954, como a seguir: “o colonialismo introduz em África um novo sistema de produção (...) Mantém, contudo, o sistema itinerante (...) Das contradições criadas resulta que, dia a dia, se acentua a devastação da terra africana”.<sup>291</sup> Em 1959, Cabral descreve o mesmo processo, mas evitando o termo “colonialismo”: “Houve na agricultura

---

288 CABRAL, Amílcar, “A agricultura na Guiné – algumas notas sobre as suas características e problemas fundamentais” in *Estudos agrários de Amílcar Cabral*, Lisboa, IICT, Bissau, INEP, 1988, pp. 525-535. Publicado originalmente na revista *Agros*, Lisboa, v. 43, n. 4, 1959, pp. 335-350.

289 “Evidentemente, o facto de, além de ser guineense, ter estado na Guiné durante três anos, como agrônomo (...)”, CABRAL, Amílcar, “A agricultura na Guiné...”, p. 525.

290 *Ibidem*, p. 525.

291 CABRAL, Amílcar, “Acerca da utilização...”, p. 248.

guineense uma transformação do modo de produção, à qual não se fez corresponder uma alteração das técnicas culturais. Resultou daí uma contradição que se vem manifestando na destruição da terra cultivável, pelo agravamento progressivo dos defeitos do sistema itinerante”.<sup>292</sup> Em 1959, já eram independentes o Gana (1957) e a Guiné-Conacri (1958), entre outros países africanos. O clima de condenação ao colonialismo aumentava, e a palavra que o designava adquiria carga de denúncia. A edição que recebeu a contribuição de Cabral era toda dedicada à agricultura ultramarina portuguesa, em sintonia com o uso da investigação colonial, em especial no campo das ciências agrárias, como instrumento para a preservação do império português.

Na primeira menção à diversidade cultural da população guineense, Cabral se referirá a “‘povos’ ou ‘raças’” da Guiné.<sup>293</sup> Após essa primeira citação, utilizará apenas o termo povos, sempre entre aspas. O que estes povos teriam de idêntico é que todos se dedicavam à agricultura e estavam sujeitos à mesma “situação político-social”<sup>294</sup> – nas entrelinhas, esta situação era a submissão ao colonialismo. A forma de explorar a agricultura, contudo, apresentava variações: diferentes costumes, instrumentos de trabalho, relações de produção e de propriedade, espécies cultivadas etc.

Além de descritivo, o texto é reivindicativo. Cabral critica a burocracia dos Serviços Agrícolas, que não serve o agricultor indígena, “o elemento essencial da economia da Guiné”. Aponta a ausência de investigação e experimentação; de assistência técnica; e de técnicos. Cabral afirma que, exceto pelo fornecimento de parte das sementes de amendoim ao agricultor indígena, “não existe o menor vestígio de assistência técnica agrícola na Guiné.”<sup>295</sup> Em outra passagem, Cabral enuncia:

Os “povos” da Guiné são agricultores. Dessa realidade vive a Guiné: do trabalho daqueles que, secular e socialmente anônimos, com base na tradição e no conhecimento empírico do meio, cultivam a terra e são, por isso mesmo, o elemento essencial da economia guineense. *A agricultura, a tantas vezes apoucada agricultura do indígena, não é apenas a base da economia guineense: é a própria economia da Guiné.* Sem ela, nem alimentação, nem comércio, nem indústria.<sup>296</sup>

Mais do que um louvor ao trabalho do indígena, este trecho contém uma análise crítica ao empreendimento colonial português na Guiné, assentado quase exclusivamente na exploração do indigenato, sem introdução de mudanças na estrutura da economia guineense. Não obstante a realização de alguns investimentos em infraestrutura social e econômica a partir da metade da década de 1940,<sup>297</sup> a ação colonial portuguesa na Guiné continuava limitada à exploração do

---

292 CABRAL, Amílcar, “A agricultura na Guiné...”, p. 533.

293 *Ibidem*, p. 526.

294 *Idem*.

295 *Ibidem*, p. 534.

296 *Ibidem*, p. 526, grifo nosso.

297 Ver CARDOSO, Carlos, *op. cit.*, p. 50 *et seq.*

trabalho tradicional do indígena. Anos mais tarde, a incapacidade de Portugal desenvolver social e economicamente as suas colônias seria duramente criticada por Cabral em fóruns internacionais e em palestras internas do PAIGC.

Numa altura em que estava comprometido com a luta anticolonial, às vésperas de disputar e conquistar a liderança do movimento de libertação nacional da Guiné-Bissau e de Cabo Verde,<sup>298</sup> Cabral faz uma lista de propostas bastante contraditórias, ou até inconciliáveis, com a natureza do colonialismo, como a valorização do preço dos produtos agrícolas no mercado e a instalação local de indústrias de transformação destes produtos.<sup>299</sup>

No final, dirigindo-se ao público especializado da revista *Agros*, Cabral apela aos engenheiros agrônomos para que não traíam “um princípio ético fundamental da sua profissão: *o de que devem trabalhar afincadamente, contra todos os obstáculos, pela elevação do nível de vida das populações rurais.*”<sup>300</sup>

Embora os conteúdos sejam semelhantes, o texto de 1959 sobre a Guiné tem um tom menos efusivo que o de 1954 sobre a África Negra. Isto talvez denote menos esperança e menor investimento emocional na luta dentro da legalidade. Incutir certas ideias na sociedade portuguesa era importante, mas confrontar o colonialismo, se preciso com armas, parecia-lhe a via que efetivamente garantiria a libertação dos povos africanos.

---

298 Ver SOUSA, Julião, *op. cit.*, parte I, cap. 5.

299 CABRAL, Amílcar, “A agricultura na Guiné...”, p. 535.

300 *Idem*, grifo do autor.

### 3 O LUGAR DAS IDEOLOGIAS NO CONTEXTO INTERNACIONAL EM QUE AMÍLCAR CABRAL LUTOU (1960-1973)

Neste capítulo, examinaremos o ambiente internacional em que Amílcar Cabral dirigiu a luta do PAIGC, desde 1960, quando começa a denunciar internacionalmente o colonialismo português, até 1973, quando morre. Mais do que recapitular alguns fatos e eventos que impactaram a luta pela independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, propomos fazer uma análise do lugar das ideologias nas relações internacionais do período no que se refere à libertação das colônias portuguesas.

A rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética – a Guerra Fria, 1945-1991 – foi um traço marcante nas relações internacionais do período estudado. Cumpre saber como o conflito entre as duas maiores potências mundiais poderá ter influenciado uma questão tão periférica internacionalmente como a luta do PAIGC. Sabemos que os Estados Unidos e os principais países capitalistas foram os maiores apoiadores do colonialismo português, sem os quais Portugal não teria conseguido fazer uma guerra colonial que durou treze anos e abrangeu três teatros (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau). Também sabemos que a União Soviética foi a principal aliada do PAIGC, fornecendo-lhe material bélico, treinamento e auxílios diversos. Outros países socialistas (Tchecoslováquia, Cuba, China), além dos países africanos (Guiné-Conacri, Marrocos, Argélia, Senegal), deram importantes contribuições ao PAIGC. Na fase final da luta, países nórdicos (Suécia, Finlândia, Dinamarca e Noruega) declararam o seu apoio à luta do PAIGC e passaram a fornecer-lhe assistência. Indagamos qual teria sido o processo que culminou nessa conformação de apoios.

Para António Tomás, o apoio dos países comunistas aos movimentos de libertação se explica pela partilha de uma mesma matriz teórica, pois tanto uns quanto outros teriam buscado inspiração em revolucionários como Karl Marx, Lênin e Mao Tsé-Tung. Por sua vez, a falta de reconhecimento dos governos ocidentais a movimentos como o PAIGC teria sido devida, em grande parte, à sua fama enquanto organizações comunistas.<sup>301</sup>

Conquanto seja preciso atentar para as contendas entre socialismo e capitalismo que rodearam a luta anticolonial, outros fatores devem ser levados em conta na posição das diferentes forças internacionais. Em especial, é de se assinalar que a falta de apoio dos governos dos países capitalistas aos movimentos de libertação não resultou de uma avaliação de que os seus militantes e

---

301 TOMÁS, António, *O fazedor de utopias – uma biografia de Amílcar Cabral*, 2. ed., Lisboa, Tinta-da-China, 2008, pp. 246-248.

dirigentes fossem todos comunistas irremediáveis, ou de que a independência conduziria necessariamente ao socialismo.

Olhemos para os Estados Unidos, a superpotência econômica, militar, política e cultural por excelência. O país, com interesses econômicos em todo o globo, e relações políticas com o mais variado número de atores internacionais, concorria ao mais alto nível com a União Soviética. No Ano da África, 1960, o presidente Dwight Eisenhower, atendendo a um pedido do Reino Unido, orienta a delegação americana na ONU a abster-se de votar na Resolução da Descolonização, contrariando os planos americanos iniciais de votar favoravelmente. No ano seguinte, John Kennedy tomará posse como presidente americano, decidido a apoiar a descolonização africana. Chegará a tomar atitudes ousadas para pressionar Portugal a descolonizar. Se não avançou ainda mais, não foi por associar a independência ao comunismo. Ao contrário, o seu apoio à emancipação africana fazia parte de uma estratégia de contenção do socialismo e dos soviéticos. O que o deterá será a importância estratégica de Portugal, dono de uma importante base aérea em Lajes, no arquipélago dos Açores. E, dessa forma, podemos dizer que a questão se envolve com a Guerra Fria, visto que dos Açores partiam aviões americanos para atuações políticas e militares importantes na disputa com a União Soviética.

Estados europeus influentes como o Reino Unido e a França ajudarão Portugal a combater os movimentos de libertação, a resistir às pressões americanas ou a escapar de sanções na ONU. Fazem-no raramente por preocupação com o comunismo ou por disputa de espaço com a União Soviética. A França se preocupa com a maior penetração americana na África, em detrimento da europeia. Lembremos que, quando o problema colonial português começa a ganhar visibilidade internacional – em 1961, com as rebeliões em Angola –, o Reino Unido e a França ainda estavam às voltas com os seus próprios processos de descolonização. Quando desfazem os seus grandes impérios, ficando apenas com alguns pequenos territórios ultramarinos, o sentimento de solidariedade senhorial continua operante nas suas relações com Portugal. Interesses econômicos e políticos diversos, pressão da opinião pública doméstica e laços com os novos países africanos também influenciarão as posições dos governos europeus, ora no sentido de acirrar o apoio a Portugal, ora no sentido de atenuá-lo.

Estados Unidos, Reino Unido e França por vezes referem-se a Portugal como um *velho amigo*. O Brasil considera-o um *país-irmão*. O caso brasileiro é interessante por ilustrar o peso de fatores ideológicos para além do conflito socialismo-capitalismo na questão da descolonização africana. Foi sobretudo a vulnerabilidade ao argumento lusotropicalista, baseado em mistificações sobre a história das relações raciais no Brasil, que levou o país a apoiar o colonialismo português na

África. Para as elites dirigentes brasileiras, condenar a presença portuguesa na África seria condenar a própria história do Brasil. O discurso da diplomacia portuguesa tocava sentimentos de identidade nacional muito profundos na subjetividade das elites políticas brasileiras, como a crença de que o Brasil era uma democracia racial, e de que esta era a grande contribuição do Brasil (e de Portugal) ao mundo. Ao contrário do que muitos brasileiros podem imaginar, o comportamento do Brasil não se explica pelo anticomunismo da Ditadura Militar brasileira (1964-1985); primeiramente, porque as vacilações em condenar o colonialismo português iniciam-se antes do golpe militar; em segundo lugar, porque, após o golpe, o posicionamento do Brasil continuará a ser ditado pelos laços afetivos, históricos e étnicos com Portugal, muito mais que pelo anticomunismo. Motivações econômicas acabam ficando em segundo plano até 1973, quando a Crise do Petróleo começa a obrigar o Brasil a rever o seu posicionamento.

Os países africanos, na sua maior parte, prestam solidariedade à luta do PAIGC. Junto com os asiáticos, constituem a maioria internacional que condena o colonialismo português na ONU. Países como Gana, Marrocos e Argélia oferecem bases para treinamento militar na preparação para a guerra. Na Argélia, o partido tem um importante escritório. A República da Guiné (Guiné-Conacri) é a retaguarda e a sede do PAIGC na guerra de libertação. O Senegal, com o sucesso da luta, acaba por apoiar e reconhecer o PAIGC. A OUA, por meio do seu Comitê de Libertação, fornece auxílio financeiro, porém de forma irregular.

Bastante significativa é a ajuda dos países dirigidos por partidos comunistas. A China é dos primeiros países a ajudar o PAIGC, a partir de 1960. No entanto, a relação deste país com o PAIGC será acidentada, com os chineses retirando o apoio durante certo período (1966-1969), em razão de o PAIGC ser apoiado também pela União Soviética.<sup>302</sup> Desde o final da década de 1950, as relações da China com a União Soviética encontravam-se deterioradas, devido a divergências quanto aos rumos do socialismo e do movimento comunista internacional. O PAIGC recebe apoio dos países socialistas do Leste Europeu a partir de 1961, com a Tchecoslováquia assumindo a dianteira do apoio nos primeiros anos, e a União Soviética contribuindo mais pesadamente a partir de 1964-1965. A então jovem Revolução Cubana auxilia o PAIGC desde 1965, e a partir de 1966, na sequência da Conferência Tricontinental de Havana, envia instrutores militares para a guerrilha, além de profissionais de saúde. Cada regime comunista terá a sua própria estratégia política e as suas motivações particulares para atuar na África. Mas, de um modo geral, os países socialistas desejam novos amigos e uma conjuntura internacional mais favorável à sua existência. A China

302 Sobre a relação da China com o PAIGC no contexto da cisão sino-soviética e da Guerra Fria, ver SOUSA, Julião, “Amílcar Cabral, the PAIGC and the relations with China at the time of the Sino-Soviet split and of anti-colonialism – discourses and praxis”, *The International History Review*, 8 Jan. 2020, disponível em: <<https://doi.org/10.1080/07075332.2019.1695139>>, acesso em 14 Jan. 2020.

precisava de aliados para obter legitimação e conquistar o seu assento na ONU; a União Soviética pretendia ampliar a sua influência global; e Cuba interessava-se por enfraquecer os Estados Unidos, protegendo assim o seu próprio regime.

Mais: os valores da solidariedade internacional eram operantes nas decisões de funcionários e dirigentes dos Estados socialistas, que acreditavam que era o seu dever apoiar movimentos de libertação anticolonialistas. No caso de Cuba, diríamos que certo sentimento de africanidade, de valorização das raízes africanas na formação social cubana, também terá sido ideologicamente mobilizador na sua atuação em África. Ou os cubanos não teriam batizado a sua maior intervenção no continente africano – em Angola, 1975, contra as forças do *apartheid* sul-africano – de *Operação Carlota*, em homenagem a uma mulher africana morta em combate contra a escravidão em Cuba.

Os fluxos afetivos, intelectuais e políticos entre Antilhas e África foram muito intensos no século XX. Cabral era tudo menos indiferente a esta relação. Em Havana em 1966, ele apela à partilha do passado histórico, da experiência da escravidão e dos traços culturais entre africanos e cubanos, num discurso que arrebatou o regime de Fidel:

Repetindo o caminho outrora doloroso e trágico dos nossos antepassados (nomeadamente da Guiné e Angola) que foram transplantados para Cuba como escravos, viremos hoje como homens livres, como trabalhadores conscientes e como patriotas cubanos, para exercer uma actividade produtiva nesta sociedade nova, justa e multirracial; para ajudar a defender com o nosso sangue as conquistas do povo de Cuba. Mas viremos também para reforçar tanto os laços históricos, de sangue e de cultura que unem os nossos povos ao povo cubano, como essa desconcentração mágica, essa alegria visceral e esse ritmo contagioso que fazem da construção do socialismo em Cuba um fenómeno novo à face do mundo, um acontecimento único e, para muitos, insólito.<sup>303</sup>

Ao pensar no ambiente internacional em que Cabral lutou, é preciso considerar o carácter extremamente periférico da Guiné, de qualquer ângulo que se analise a questão. O problema das colónias portuguesas era periférico na conjuntura mundial, e, dentro deste problema, as atenções estavam voltadas para Angola, a mais importante colónia portuguesa na África; depois, para Moçambique; e só em terceiro lugar para a Guiné. No contexto microrregional, a Guiné-Bissau tinha diminuta relevância em comparação aos seus vizinhos Senegal e Guiné-Conacri. Com o avançar da guerra, o problema das colónias portuguesas passou a ser compreendido dentro do contexto político da África Austral, uma vez que as colónias de Angola e Moçambique eram vizinhas dos regimes de supremacia branca da Rodésia e da África do Sul. E, neste enquadramento, o problema que mais atraía atenção internacional era o *apartheid* sul-africano. Assim, politicamente a Guiné estava inserida numa região da qual o país nem sequer participa fisicamente. De Cabo Verde menos ainda se falava internacionalmente, por não ter havido guerra no arquipélago.

---

303 CABRAL, Amílcar, “Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”, p. 241.

As posições dos países capitalistas quanto aos movimentos de libertação buscarão atender aos seus próprios interesses. Muitas vezes, votos a favor ou contra o colonialismo português nas Nações Unidas terão como motivações questões não diretamente relacionadas a interesses nas colônias portuguesas, mas ao desejo de votar conforme os alinhamentos regionais de que os países faziam parte, garantir um bom ambiente para os seus negócios, manter um bom relacionamento com Portugal, se possível sem prejudicar as relações com os países africanos.<sup>304</sup>

Outro ponto importante para equacionarmos o lugar das ideologias no processo em análise é a existência de múltiplos movimentos de libertação num mesmo território africano disputando o reconhecimento e o apoio internacional. Veremos que Cabral mobilizará elementos ideológicos nas suas primeiras aproximações com a União Soviética, a fim de vencer a concorrência com movimentos rivais. Do lado capitalista, isto também tem implicações analíticas. Por exemplo, o argumento de que os Estados Unidos não apoiaram os movimentos de libertação por considerá-los de orientação comunista mostra-se frágil, quando verificamos que havia a possibilidade de escolher (para não dizer *criar*) organizações mais compatíveis com a sua visão de mundo e os seus objetivos. Com efeito, como veremos, os Estados Unidos auxiliarão líderes e organizações em Angola e Moçambique; mas este apoio ficava aquém das necessidades dos movimentos, da capacidade financeira da superpotência e do auxílio que esta fornecia a Portugal.

Narrar e analisar eventos e processos importantes em torno da luta liderada por Amílcar Cabral: iniciemos a nossa tarefa por 1960, ano da primeira onda de independências africanas.

### **3.1 O Ano da África e a Magna Carta da Descolonização (1960)**

A História registraria 1960 como o Ano da África nas Nações Unidas. Neste ano, 17 países africanos conquistam a independência política e são admitidos como Estados-membros da ONU, entre eles o Senegal, a Nigéria, Camarões, o Congo-Brazzaville e o Congo-Kinshasa. Em 1957, Gana já havia obtido a sua independência do Reino Unido, e, em 1958, a Guiné-Conacri havia proclamado a sua emancipação perante a França. Já eram membros da ONU, desde a fundação da entidade, em 1945, o Egito, a Libéria, a Etiópia e a África do Sul. Em 1956, Marrocos foi admitido, tal como o Sudão e a Tunísia. De 1961 a 1965, a ONU ganharia mais dez novos Estados-membros africanos, como a Argélia (1962) e o Quênia (1963).<sup>305</sup>

---

304 Para uma análise dos processos que resultaram nas votações sobre o colonialismo português na ONU, ver SANTOS, Aurora, *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970*, Lisboa, FCSH/UNL, 2014, Tese de Doutoramento, disponível em: <<https://run.unl.pt/handle/10362/13087>>, acesso em: 22 Dez. 2017.

305 SANTOS, Aurora, *A organização...*, anexo I.

Em 14 de dezembro de 1960, é aprovada a Resolução nº 1514 (XV) – Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, conhecida como a Magna Carta da Descolonização. Aprovada com 89 votos favoráveis, e nenhum voto contrário, a declaração estabelecia que a sujeição de povos à dominação estrangeira negava direitos humanos fundamentais, contrariava a Carta das Nações Unidas, e impedia a paz e a cooperação mundiais.<sup>306</sup> Nove países decidem abster-se: Estados Unidos, Reino Unido, França, Portugal, África do Sul, Bélgica, Espanha, Austrália e República Dominicana.<sup>307</sup> Portugal, que não reconhecia ter colônias, avalia que a condenação ao colonialismo não merecia a sua oposição. Assim, decide não votar contra o projeto de resolução, preferindo a abstenção.<sup>308</sup> Os Estados Unidos, cuja delegação na ONU trabalhara durante meses para suavizar a proposta de resolução, a fim de votar favoravelmente a ela, acabam por abster-se. Isto ocorre porque o presidente Eisenhower resolve atender a um apelo de última hora do primeiro-ministro britânico, Harold Macmillan.<sup>309</sup> O Brasil, que ao longo da luta por independência das colônias africanas portuguesas seria um dos aliados mais fiéis a Portugal, neste momento vota favoravelmente à descolonização.<sup>310</sup>

O debate sobre a descolonização havia sido inscrito na agenda da ONU por iniciativa de Nikita Khrushchev. Após a morte de Joseph Stalin, em 1953 – seu antecessor no comando da União Soviética –, Khrushchev vê no apoio dos novos Estados independentes uma forma de escapar do isolamento diplomático, aproveitando a nova correlação de forças na ONU.<sup>311</sup> A atuação soviética na ONU em 1960 será enérgica, hostil aos países capitalistas, devido à decepção de Khrushchev quanto às possibilidades de competição pacífica com o capitalismo. Em maio de 1960, os soviéticos tinham abatido um avião U-2 estadunidense que fazia espionagem em território soviético – esta atitude ousada dos americanos chocou e indignou os soviéticos. Além disso, em 1960, ocorria a Crise do Congo, com a derrubada do primeiro-ministro eleito Patrice Lumumba, num golpe apoiado pela Agência Central de Inteligência (CIA) americana.<sup>312</sup>

O bloco afro-asiático apresenta um projeto de resolução fortemente influenciado pelas conclusões da Conferência de Bandung, realizada em 1955 na Indonésia. A União Soviética

306 DECLARATION on the granting of independence to colonial countries and people, New York, 14 Dec. 1960, disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/1514\(XV\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1514(XV))>, acesso em: 21 Jun. 2018.

307 SANTOS, Aurora, *A organização...*, p. 108.

308 *Idem*.

309 SCHNEIDMAN, Witney, *Confronto em África – Washington e a queda do império colonial português*, tradução de Nuno Bon de Sousa, com apresentação de Frank C. Carlucci e introdução de Leonardo Mathias, Lisboa, Tribuna da História, 2005, pp. 34-35.

310 DÁVILA, Jerry, *Hotel Trópico – o Brasil e o Desafio da Descolonização Africana, 1950-1980*, tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne, São Paulo, Paz e Terra, 2011, pp. 120-121.

311 SANTOS, Aurora, *A organização...*, p. 106.

312 Ver TELEPNEVA, Natalia, *Our sacred duty: the Soviet Union, the liberation movements in the Portuguese colonies, and the Cold War, 1961-1975*, Londres, LSE, 2014, Tese de Doutorado apresentada à London School of Economics and Political Science, pp. 35-36.

apresenta emendas ao projeto afro-asiático, bem como uma proposta de resolução alternativa, pretendendo fixar uma data-limite para a concessão de independência a todos os territórios coloniais. Consideradas radicais pelo bloco afro-asiático, que naquele momento desejava aprovar uma declaração de princípios, as proposições soviéticas recebem pouca adesão. Os líderes africanos e asiáticos ressentiam-se da atuação soviética, pois entendiam que a descolonização estava sendo usada para fins de propaganda pró-soviética, num enquadramento da questão dentro da Guerra Fria que eles não desejavam. Por fim, é o projeto afro-asiático que é aprovado na ONU, tornando-se a histórica Resolução nº 1514.<sup>313</sup>

Sobre a posição da China Comunista (República Popular da China), lembremos que, em 1960, o país continental não participava da ONU. O lugar da China era ocupado pela República da China, sediada em Taiwan, ilha onde se haviam refugiado os membros do Kuomintang, partido derrotado na Revolução Chinesa de 1949. Somente em 1971, a República Popular da China assumiria a representação chinesa na ONU.

Mesmo nessa posição de fragilidade internacional – ou, justamente, para se livrar dela –, a China realiza agitação e propaganda comunista na África Negra, desde o final dos anos 1950, e apoia movimentos africanos de libertação. Em 1960, recebe militantes do PAIGC e do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) para treinamentos militares.<sup>314</sup> Neste ano, a China e a União Soviética haviam estabelecido representações diplomáticas em Conacri, onde estavam instalados o PAIGC e o MPLA.<sup>315</sup>

### **3.2 Angola arde – o colonialismo português sob ataque (1961)**

Em 1961, alguns episódios fazem com que a questão colonial portuguesa adquira repercussão internacional. Em 22 de janeiro, Henrique Galvão, opositor ao regime do Estado Novo, sequestra o navio português Santa Maria, declarando como uma das suas reivindicações a autodeterminação para as colônias portuguesas na África. Os meios de comunicação internacionais noticiam o ato, dando visibilidade à questão colonial portuguesa.<sup>316</sup> O sequestro ocorre no primeiro dia de governo do presidente americano Kennedy. Longe de ser casual, a coincidência de data havia sido calculada por Galvão e seu parceiro Humberto Delgado, os quais também tinham em conta a proximidade da subida ao poder do presidente brasileiro Jânio Quadros. Kennedy não condena o

---

313 SANTOS, Aurora, *A organização...*, pp. 107-108.

314 SOUSA, Julião, “A cisão sino-soviética e as suas implicações nos movimentos de libertação das antigas colônias portuguesas de África”, in VIEIRA, Cristina *et al.* (Coord.), *Portugal-África: mitos e realidades vivenciais e artística*, Covilhã, UBI, 2012, p. 223.

315 *Ibidem*, p. 221.

316 SANTOS, Aurora, *A organização...*, p. 119.

sequestro, e a sua reação neutra é recebida como uma afronta por Portugal, que protesta junto ao embaixador americano em Lisboa. A este é lembrado que o acordo sobre a utilização da base aérea dos Açores pelos americanos estava para expirar em 1962.<sup>317</sup>

Kennedy tem uma postura favorável à descolonização, elegendo o apoio à autodeterminação como um fundamento da sua política externa. Ainda como senador, em 1957, Kennedy criticara o presidente Eisenhower por sua postura neutra diante da guerra da França na Argélia. Kennedy propugnava uma solução negociada que levasse à autodeterminação da Argélia.<sup>318</sup> Na avaliação do presidente Kennedy, apoiar a construção de Estados africanos independentes era a melhor forma de conter a expansão comunista e soviética no continente e atrair os dirigentes das novas nações para a área de influência americana.

Em janeiro, semanas antes do sequestro do navio Santa Maria, povos angolanos submetidos ao cultivo obrigatório de algodão haviam se revoltado na região da Baixa do Cassange, na província de Malanje. Embora a revolta tenha sido reprimida pela força militar portuguesa por meio de um massacre,<sup>319</sup> os acontecimentos não receberam grande repercussão internacional.<sup>320</sup>

A data de 4 de fevereiro de 1961 é considerada o início da Guerra Colonial portuguesa, quando centenas de angolanos tomam de assalto as prisões da cidade de Luanda, pretendendo libertar presos políticos. Os assaltos recebem a cobertura dos meios de comunicação estrangeiros, que estavam em Angola aguardando a anunciada chegada de Henrique Galvão no navio Santa Maria.<sup>321</sup> Galvão, no entanto, com o apoio da Marinha Americana, rumo para o Brasil.<sup>322</sup> O recém-empossado presidente Quadros, propugnador da Política Externa Independente, concede asilo político a Galvão, sob protestos das autoridades portuguesas.<sup>323</sup> Os assaltos às cadeias são retaliados pelas forças portuguesas com novas matanças e perseguições em Angola, desta vez sob a atenção da mídia internacional.<sup>324</sup>

Em 15 de março de 1961, a União dos Povos de Angola (UPA) lança ataques no Norte de Angola. Com catanas (facões) e outros armamentos rudimentares, os rebeldes matam indiscriminadamente homens, mulheres e crianças, europeus e africanos. Em depoimento recente, pouco antes de morrer, Holden Roberto (1923-2007), dirigente máximo da UPA à época da rebelião, afirma que a violência popular – que ele classifica como uma reação à opressão colonial – fugiu ao

---

317 SCHNEIDMAN, Witney, *op. cit.*, p. 47.

318 *Ibidem*, p. 44.

319 Ver FURTADO, Joaquim, “O ano que marca a história”, in *A guerra*. Produção: RTP. Lisboa, Correio da Manhã, 2007. Série documental, episódio 7, 1 DVD (66 min.).

320 SANTOS, Aurora, *A organização...*, p. 120.

321 *Ibidem*, p. 119.

322 SCHNEIDMAN, Witney, *op. cit.*, p. 48.

323 DÁVILA, Jerry, *op. cit.*, p. 49.

324 SANTOS, Aurora, *A organização...*, p. 120.

controle da organização. O ataque havia sido orientado por Frantz Fanon (1925-1961), célebre teórico martinicano, dirigente da Frente de Libertação Nacional (FLN) argelina, e apoiador da UPA.<sup>325</sup> Os meios militares portugueses, e mesmo elementos civis armados, respondem ao ataque matando africanos tidos como suspeitos, cujas cabeças eram arrancadas e exibidas pelos portugueses em Angola.<sup>326</sup>

Os acontecimentos não são plenamente noticiados em Portugal e nas suas colônias. Lembrando-se hoje dos fatos do passado, Álvaro Silva Tavares, governador-geral de Angola em 1960-1961, conta que foi orientado a não falar ou deixar falar sobre os incidentes durante 24 horas, pois Salazar não queria que o ataque da UPA repercutisse e chegasse à ONU.<sup>327</sup>

Mas, aqueles dias de março de 1961 marcariam a entrada definitiva da discussão sobre as colônias portuguesas na ONU. Em 15 de março de 1961, no Conselho de Segurança (CS) da ONU, os Estados Unidos votam favoravelmente à proposta de resolução sobre a crise em Angola apresentada por Libéria, Ceilão e República Árabe Unida (Estado formado por Egito e Síria). Num raro momento de convergência, a União Soviética e os Estados Unidos votam favoravelmente à resolução. Todavia, a proposta não é aprovada, devido à abstenção de seis países, inclusive o Reino Unido e a França.<sup>328</sup>

Mesmo sem resultar na aprovação de uma resolução, a atitude ousada dos Estados Unidos faz estremecer as relações com Portugal. Além de desagradar aos governantes portugueses, a postura anticolonialista americana aguça o nacionalismo imperial da população portuguesa, assim como os sentimentos antiamericanos. Na sequência do voto americano, colonos portugueses em Angola vão às ruas em protesto, chegando a atirar o carro do cônsul americano à Baía de Luanda. Em Lisboa, também ocorrem manifestações de defesa do ultramar português, onde se leem faixas provocatórias aos americanos, dizendo-lhes que libertem o Alasca e devolvam a América para os índios.<sup>329</sup>

Submetido à pressão internacional, Portugal faz da sua intransigência perante a questão colonial uma importante arma de defesa. Adicionalmente, faz algumas reformas na sua política ultramarina, designadamente a revogação do Estatuto do Indígena, em 1961. Contudo, Portugal não aceita discutir qualquer proposta de autodeterminação para os territórios africanos sob o seu controle, nem para o curto prazo, nem para o longo prazo. Utiliza a base aérea nos Açores como um

---

325 Depoimento de Holden Roberto a FURTADO, Joaquim, “Angola, dias de morte”, in *A guerra*. Produção: RTP. Lisboa, Correio da Manhã, 2007. Série documental, episódio 1, 1 DVD (54 min.).

326 Ver FURTADO, Joaquim, “Massacres contra chacinas”, in *A guerra*. Produção: RTP. Lisboa, Correio da Manhã, 2007. Série documental, episódio 3, 1 DVD (57 min.).

327 Depoimento de Álvaro Silva Tavares a FURTADO, Joaquim, “Angola, dias de morte”, 2007.

328 SCHNEIDMAN, Witney, *op. cit.*, pp. 49-50.

329 Ver FURTADO, Joaquim, “Angola, dias de morte”, 2007.

eficaz meio de responder às pressões dos Estados Unidos. Aproxima-se da França e da Alemanha Ocidental, países simpáticos à causa portuguesa – na avaliação de Witney Schneidman, a França desejava manter a África ligada à Europa e limitar a presença americana no continente, enquanto a Alemanha Ocidental seria sensível ao argumento anticomunista e, além disso, estaria alheia à pressão anticolonialista afro-asiática, por não ser membro da ONU.<sup>330</sup>

Os opositores declarados do colonialismo português eram os países africanos e asiáticos, fortemente anticolonialistas, bem como os países socialistas. Os eventos em Angola chamam atenção de Khrushchev, que passa a ver as colônias portuguesas como um dos pontos de disputa de influência entre os blocos socialista e capitalista. Os movimentos de libertação das colônias portuguesas receberão uma atenção da União Soviética que, embora menor que a dispensada ao Oriente Médio ou ao Vietnã, será decisiva para o esforço independentista africano. Datam de 1961 os primeiros pacotes de auxílios soviéticos, tchecoslovacos e búlgaros para o MPLA; em 1961, a Tchecoslováquia começa a fornecer armas ao PAIGC; e, em 1963, os soviéticos começariam a apoiar a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo).<sup>331</sup> Ainda em 1961, o PAIGC consegue assistência técnica e bolsas de estudo da Alemanha Oriental; e em 1962 e 1963, contribuições financeiras da União Soviética.<sup>332</sup> No lado adversário, Portugal utilizava armamento estadunidense contra os africanos, não obstante as intenções de Kennedy de apoiar a independência africana.<sup>333</sup>

### **3.3 No meio do oceano havia uma base aérea: Açores, uma pedra no caminho anticolonialista de Kennedy (1961-1963)**

Lisboa vai utilizar a dependência dos Estados Unidos ante a base aérea dos Açores para amparar a sua posição irredutível quanto à autodeterminação das suas colônias africanas. Quando os Estados Unidos, principalmente sob o governo Kennedy, pressionam ou confrontam a política colonial portuguesa, Portugal ameaça ou retalia a superpotência com a negação do acesso à base açoriana.

A conexão entre a política colonial portuguesa e a utilização americana da base dos Açores não começa nos anos 1960. Em 1943, durante a II Guerra Mundial, Portugal condiciona o uso da base dos Açores pelos Estados Unidos à assinatura de um compromisso de respeito à soberania portuguesa em todas as suas colônias. De acordo com Schneidman, foi principalmente por deter o controle sobre esta base que Portugal tornou-se membro fundador da Organização do Tratado do

---

330 SCHNEIDMAN, Witney, *op. cit.*, p. 80.

331 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, p. 64.

332 *Ibidem*, pp. 91-93.

333 SCHNEIDMAN, Witney, *op. cit.*, pp. 62-64.

Atlântico Norte (OTAN) em 1949. A questão colonial portuguesa também aparece na celebração de acordo de 1951 entre Estados Unidos e Portugal, para uso da base dos Açores por cinco anos, em tempos de paz ou guerra. Quando da assinatura do convênio, os governos dos dois países estabeleceram em notas secretas que Portugal receberia autorização americana imediata para usar equipamento da OTAN em qualquer colônia em caso de necessidade.<sup>334</sup>

A base dos Açores era vital para um país de atividades políticas e bélicas tão intensas quanto os Estados Unidos. Ali, os Estados Unidos abasteceram os aviões que levaram tropas americanas para o Líbano, em 1958, e para Berlim, em 1961. Tropas das Nações Unidas com destino ao Congo, em 1960 e 1961, também pararam nos Açores. Segundo Schneidman, “No início dos anos 60, cerca de 75% dos aviões militares americanos para a Europa e para o Médio Oriente faziam escala na base das Lajes.”<sup>335</sup>

O regime português usará o seu mais valioso trunfo na sua mais cara bandeira: a defesa do ultramar português. Em janeiro de 1962, sentindo-se abandonado pelos aliados ocidentais quando da tomada de Goa pelos indianos – em dezembro de 1961, a União Indiana ocupa Goa, antiga colônia portuguesa naquele país –,<sup>336</sup> Salazar nega autorização aos aviões da ONU para aterrissarem ou reabastecerem-se nos Açores.<sup>337</sup>

Em outubro de 1962, ocorre a Crise dos Mísseis em Cuba, episódio que foi o mais perto que a Guerra Fria chegou de um conflito direto entre as duas superpotências nucleares. Em situação de presumível desespero, os Estados Unidos solicitam a Portugal acesso ilimitado aos Açores em caso de guerra contra a União Soviética. Em Washington, Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros português, diz ao seu congênere estadunidense, o secretário de Estado Dean Rusk, que não pode responder ao pedido sem antes consultar Lisboa. Rusk, aflito, insiste na pressão a Nogueira, que lembra calmamente da difícil situação que Portugal vive há mais de dois anos sem maiores preocupações dos seus aliados.<sup>338</sup> No último dia de 1962, o acordo então vigente sobre os Açores expira oficialmente. Isto aumentará a vulnerabilidade dos Estados Unidos perante Portugal, pois durante nove anos os americanos usarão as instalações de Lajes mediante autorizações diárias.<sup>339</sup>

---

334 SCHNEIDMAN, Witney, *op. cit.*, p. 42.

335 *Ibidem*, p. 67.

336 Ver SANTOS, Aurora, *A organização...*, pp. 157-163.

337 SCHNEIDMAN, Witney, *op. cit.*, p. 66-67

338 *Ibidem*, p. 73

339 *Ibidem*, p. 74.

### 3.4 Uma boa dose de lirismo e mistificações – o comportamento do Brasil (1961-1969)

Jânio Quadros toma posse como presidente do Brasil em 31 de janeiro de 1961, cargo ao qual renunciará sete meses depois, em 25 de agosto de 1961. Anuncia uma nova Política Externa Independente, propondo o não alinhamento automático com os Estados Unidos, a revisão das relações com Portugal e o apoio à descolonização.<sup>340</sup>

Durante o mandato de Jânio, é aprovada a Resolução nº 1603, da XV Sessão da Assembleia Geral da ONU, em 20 de abril de 1961, que apela a Portugal para que realize reformas em Angola, com o propósito de implementar o estabelecido na Resolução nº 1514 (resolução sobre a independência das colônias), e cria um subcomitê para acompanhar a situação angolana.<sup>341</sup> A resolução é aprovada com 73 votos favoráveis. Só dois países declaram votos contrários – a Espanha, que ainda tinha colônias na África, mas ao contrário de Portugal já começava a prestar informações sobre elas, e a África do Sul, que não se importava em desagradar a maioria afro-asiática, tendo em vista que o regime do *apartheid* já lhe atraía a rejeição irremediável deste bloco.<sup>342</sup> O Brasil foi um dos nove países a se absterem, após Jânio ter mudado várias vezes de opinião sobre o seu voto, exigindo uma dedicação adicional da diplomacia portuguesa.<sup>343</sup>

Jerry Dávila reconstitui a vacilação de Jânio nesta votação a partir das memórias de Mário Gibson Barboza, publicadas pelo próprio diplomata, e de Afonso Arinos, organizadas pelo filho do eminente político, diplomata e intelectual brasileiro.<sup>344</sup>

Afonso Arinos conta que, enquanto ministro das Relações Exteriores de Jânio, prepara com o presidente uma minuta anticolonialista, e instrui o delegado brasileiro na ONU, Ciro de Freitas Vale, a votar favoravelmente à proposta afro-asiática sobre Angola. No entanto, o embaixador brasileiro em Lisboa, Francisco Negrão de Lima, defensor da política colonial portuguesa, age em conluio com o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Marcelo Mathias, repassando ao presidente brasileiro, por telegrama, o pedido de Mathias para que o Brasil se abstinisse. Mathias argumenta que a resistência do governo português objetivava fundar em Angola uma civilização luso-africana que garantisse a convivência de todos, sem exclusão dos elementos portugueses da sociedade angolana. Segue-se que o embaixador português, Manuel Rocheta, reúne-se com Jânio

340 DÁVILA, Jerry, *op. cit.*, p. 49.

341 THE SITUATION in Angola, New York, 20 Apr. 1960, disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/1603\(XV\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1603(XV))>, acesso em: 15 Jun. 2018. As resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas podem ser acessadas em: <<http://www.un.org/en/sections/documents/general-assembly-resolutions/>>.

342 SANTOS, Aurora, *A organização...*, p. 133.

343 *Ibidem*, p. 132.

344 GIBSON BARBOZA, Mário, *Na diplomacia, o traço todo da vida*, 2. ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2002 *apud* DÁVILA, Jerry, *op. cit.*, pp. 125-127; e ARINOS FILHO, Afonso, *Diplomacia independente: um legado de Afonso Arinos*, São Paulo, Paz e Terra, 2001 *apud* DÁVILA, Jerry, *op. cit.*, pp. 125-127.

em Brasília, convencendo-o a mudar o voto do Brasil para uma abstenção, segundo o relato de Gibson. Um inconformado Afonso Arinos ouve a confirmação presidencial da mudança de voto. Jânio diz ao ministro Arinos que chegou a *chorar* quando Rocheta descreveu a difícil posição que o Brasil estava criando para Portugal.<sup>345</sup>

A informação de que Jânio teria chorado ao ouvir a exposição de Rocheta indica a sua suscetibilidade à argumentação e à abordagem portuguesa, de forte teor sentimental e ideológico. Rocheta certamente terá falado – como o fez Mathias – de democracia racial, integração racial, civilização luso-africana, etc.

Esses eram valores em que Jânio acreditava, nos quais baseava a própria defesa que fazia do anticolonialismo. Em artigo de 1961 à revista *Foreign Affairs*, Jânio defendia a adoção de uma posição anticolonialista pelo Brasil, inclusive quanto ao colonialismo português. Segundo Jânio, esta posição seria coerente com o caráter mestiço da nação brasileira. Ele acreditava que o país era “o exemplo mais bem-sucedido de coexistência e integração racial que a história já conheceu”, estando apto a “dar às nações do continente negro um exemplo da ausência total de preconceito racial”.<sup>346</sup> Desse modo, a justificativa do anticolonialismo de Jânio era uma ideologia que, ao fim e ao cabo, tornava-o vulnerável ao discurso colonialista português – e que, além disso, não correspondia à realidade, pois as desigualdades raciais do Brasil eram (e são) imensas, com os brancos concentrando o poder político e econômico, e a população negra e indígena sofrendo toda sorte de privações e discriminações.

Com a saída prematura de Jânio, que renuncia em agosto de 1961, o próximo presidente brasileiro a ter de se posicionar sobre o pleito independentista africano é João Goulart. Jango, como era conhecido, seria destituído pelo golpe militar de 1º de Abril de 1964. Antes disso, sob a sua presidência, o Brasil vota favoravelmente a duas resoluções contra o colonialismo português aprovadas na ONU: a Resolução nº 1699, de 19/12/1961, e a Resolução nº 1742, de 30/1/1962. Porém, o país opta pela abstenção nas votações das resoluções nºs 1807 e 1819, aprovadas na ONU em dezembro de 1962. Um ano depois, em dezembro de 1963, abstém-se na votação da Resolução nº 1913.<sup>347</sup>

As abstenções em dezembro de 1962 vieram na sequência de conversas realizadas em agosto daquele ano entre o embaixador brasileiro em Portugal, Negrão de Lima, e o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Franco Nogueira. Na ocasião, o Brasil fora seduzido pela proposta de uma Comunidade Luso-Brasileira, com facilidades econômicas para o país sul-americano nas colônias

---

345 DÁVILA, Jerry, *op. cit.*, pp. 126-127.

346 QUADROS, Jânio, “Brazil’s New Foreign Policy”, *Foreign Affairs*, v. 40, n. 1, 1961, pp. 19-27 *apud* DÁVILA, Jerry, *op. cit.*, pp. 50-51.

347 DÁVILA, Jerry, *op. cit.*, pp. 120-121.

portuguesas.<sup>348</sup> Quanto à abstenção de dezembro de 1963, o Estado brasileiro explicaria a posição assumida na XVIII Sessão da Assembleia Geral da ONU em relatório lido pelo senador Antônio Carlos Konder Reis, em nome dos senadores que estiveram na ONU como observadores. O relatório foi publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 16 de maio de 1964, já após o golpe militar.<sup>349</sup> No item 41 do relatório, o Brasil explicará que seguirá firme na defesa do princípio anticolonialista; contudo, no caso de Portugal, optará pelo caminho da “persuasão”, não da “agressão”, conduzindo a questão “convenientemente”. Entre os fatores a serem levados em consideração no trato da questão colonial portuguesa, em primeiro lugar está a “vinculação histórica, étnica e afetiva com Portugal”. O segundo fator listado é a importância dos territórios portugueses na África para a segurança nacional brasileira. O terceiro ponto a se considerar é a situação econômica dos países africanos após a independência. Em quarto e último lugar, aventa-se a perspectiva de o Brasil expandir-se economicamente na Europa por intermédio de Portugal.<sup>350</sup>

É de se observar que o primeiro fator é o único que se apresenta operativo e coerente com o comportamento demonstrado pelo Brasil diante do problema. A evocação à segurança nacional brasileira, listada no segundo fator, deve ser entendida como um esforço de vincular a questão colonial à Guerra Fria e à ameaça comunista. Quanto ao terceiro, não consta que os países recém-independentes ou os povos em luta contra o colonialismo tenham pedido a opinião do Brasil, ou de qualquer outro país, sobre a sua situação econômica. Por fim, ao que tudo indica, as perspectivas econômicas mencionadas no quarto ponto não se concretizaram: dez anos depois, em janeiro de 1974, Gibson Barboza concluirá, em carta enviada ao presidente Emílio Médici (1969-1974), para apreciação pelo Conselho de Segurança Nacional, que o apoio brasileiro ao colonialismo português representava um ônus à economia nacional, principalmente no setor de importação de petróleo, não tendo trazido qualquer dividendo econômico ou político para o país latino-americano.<sup>351</sup>

Aliás, já desde a década de 1950, no governo de Getúlio Vargas, o Brasil apoiava o colonialismo na África em prejuízo da sua própria economia, por razões ideológicas. Segundo Letícia Pinheiro, a lusofilia e a aliança com o bloco ocidental anticomunista falavam mais alto que a concorrência representada pelo colonialismo na África em produtos como o cacau e o café. O colonialismo na África também fazia concorrência ao Brasil no setor de recepção de investimentos estrangeiros, uma vez que as colônias africanas gozavam de políticas preferenciais de assistência econômica e técnica. Mesmo assim, o desejo de manter a coesão no bloco anticomunista, bem como a lealdade a Portugal e a outros países ocidentais, fazem o Brasil de Vargas atuar a favor das

---

348 SANTOS, Aurora, *A organização...*, p. 203.

349 *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 16 Maio 1964, disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais>>, acesso em: 21 Jun. 2018, pp. 1193-1201.

350 *Ibidem*, p. 1196, item 41.

351 DÁVILA, Jerry, *op. cit.*, pp. 204-206.

potências coloniais na ONU.<sup>352</sup> E, já que fizemos este recuo no tempo, lembremos que em 1960, no governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil, embora tenha votado favoravelmente à Resolução da Descolonização, absteve-se de apoiar a autodeterminação da Argélia, e votou contra a Resolução nº 1542, que obrigava Portugal a prestar informações sobre as suas colônias.<sup>353</sup>

Após o golpe militar, como observa Pinheiro, à tradicional estima do Brasil por Portugal soma-se a afinidade política entre dois regimes autoritários.<sup>354</sup> A partir daí, verificam-se por parte do Brasil apenas votos contrários ou abstenções às resoluções aprovadas contra o colonialismo português na ONU. Em 1966, o chanceler Juracy Magalhães envia, em ofício secreto, instruções ao embaixador brasileiro designado para Lisboa, Carlos Silvestre de Ouro Preto. Para além de exaltar as relações luso-brasileiras e o papel que os portugueses tiveram na construção do Brasil, Magalhães diz a Ouro Preto que questionar o colonialismo português equivaleria a condenar a obra portuguesa no Brasil.<sup>355</sup>

Em 1967, o Brasil chegará a realizar exercícios conjuntos com a Marinha portuguesa na costa angolana – um grau de comprometimento muito elevado do Brasil com o colonialismo português. Os exercícios ocorrem às vésperas da posse presidencial do general Artur da Costa e Silva (1967-1969), que declara que o seu governo daria total apoio a Portugal na ONU. No Rio de Janeiro, as diplomacias de Argélia, Gana, Senegal e Egito protestam veementemente ao chefe de gabinete do Itamaraty, Pio Correia. Este, um fiel aliado de Portugal, não dá importância às reclamações dos diplomatas africanos. Na sequência, os embaixadores de Senegal e Gana enviam uma declaração à imprensa expressando as suas preocupações. Por conta deste ato completamente razoável e legítimo, são tachados de “inexperientes” pelo chanceler brasileiro Juracy Magalhães; de “péssimos” e “inexperientes” pelo jornal *O Globo*; e de “imatuross” e “desrespeitosos” pelo *Jornal do Brasil*. O escritor Rubem Braga sai em defesa dos africanos no *Diário de Notícias*, criticando a atitude do Brasil diante do colonialismo português. Na África, o episódio repercute, com a imprensa da Zâmbia e da Nigéria defendendo os diplomatas africanos e criticando o Brasil. O resultado da pressão dos “inexperientes” diplomatas africanos é que o Brasil recusa novos convites de Portugal para exercícios navais conjuntos. Em 1969, o chanceler Gibson Barboza, visando dissuadir o presidente Médici de autorizar novos exercícios conjuntos, por conta dos prejuízos diplomáticos que eles causariam, apela para a lógica da Guerra Fria, alegando que as manobras poderiam levar a

---

352 PINHEIRO, Letícia, “‘Ao vencedor, as batatas’: o reconhecimento da independência de Angola”, *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 39, 2007, pp. 83-120, disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2562>>, acesso em: 23 Jun. 2018.

353 *Ibidem*, p. 87.

354 *Ibidem*, p. 88.

355 DÁVILA, Jerry, *op. cit.*, pp. 156-157.

que os países africanos cedessem bases navais à União Soviética. Assim, os exercícios, com os quais a Marinha brasileira já tinha concordado, são cancelados.<sup>356</sup>

### 3.5 Combinando com os russos (1960-1964)

Ao assumir a direção da União Soviética em 1953, Khrushchev tem um interesse renovado pelo Terceiro Mundo, devido aos frutos que ele poderia colher para a sua liderança política, a diplomacia soviética e a construção do socialismo. O surgimento de novos países independentes era visto como uma oportunidade para a União Soviética oferecer assistência e, assim, conquistar novos aliados. Como explica Natalia Telepneva, apoiar a descolonização era uma forma de Khrushchev adquirir prestígio no exterior e, “por tabela”, também dentro de casa. A atuação socialista no Terceiro Mundo proporcionava, ainda, oportunidades de carreira para jovens quadros comunistas, muitas vezes provenientes de repúblicas soviéticas periféricas, o que também fortalecia a base doméstica de apoio ao governo. Além disso, a adesão de diversos líderes nacionalistas ao marxismo parecia indicar que a construção do socialismo no Terceiro Mundo tinha boas chances, num momento em que estas pareciam escassas no Primeiro Mundo. Aos olhos de Khrushchev, um pequeno esforço no mundo colonial poderia fazer avançar a revolução socialista mundial.<sup>357</sup> O engajamento soviético nas lutas do Terceiro Mundo entusiasma tanto os quadros mais antigos, formados no espírito da III Internacional, quanto os quadros jovens, ansiosos por uma revitalização na sociedade soviética.<sup>358</sup>

As rebeliões de Angola de 1961 chamam atenção das forças internacionais para a dominação portuguesa em África. Khrushchev, naquele momento bastante disposto à competição com os Estados Unidos, vê as colônias portuguesas como objeto de disputa com o arqui-inimigo capitalista. É em 1961 que o PAIGC e o MPLA começam a receber a contribuição efetiva (armas, recursos financeiros, bolsas de estudo) do Leste Europeu. Na maior parte do tempo, os movimentos nacionalistas das colônias portuguesas não serão uma preocupação pessoal de Khrushchev (ou do seu sucessor, Leonid Brezhnev), tampouco uma prioridade do alto escalão socialista; conquistarão, sim, os corações e as mentes dos quadros intermediários engajados na solidariedade à África, que advogarão pela sua causa dentro do aparelho estatal socialista. Obter a simpatia dos responsáveis pelas políticas para a África era uma tarefa fundamental para os líderes dos movimentos de libertação, e passava por alguns atributos ou atitudes inerentes à atividade diplomática – cortesia, inteligência, carisma, credibilidade, seriedade etc. Deixar uma impressão positiva ajudava a criar

---

356 DÁVILA, Jerry, *op. cit.*, pp. 165-169.

357 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, pp. 26; 31-32.

358 *Ibidem*, p. 32.

vínculos pessoais com o estafe socialista que eram importantes para o atendimento das demandas dos movimentos. E nada melhor para deixar uma boa impressão junto a dedicados quadros comunistas do que uma sólida formação marxista e uma visão de mundo compatível com os objetivos do socialismo. O perfil ideológico acabava por ser um elemento importante na avaliação dos dirigentes dos movimentos de libertação por parte dos quadros intermediários socialistas, que mais facilmente desenvolviam simpatia por um dirigente africano que lhes parecesse ter uma orientação político-ideológica progressista. Ao mesmo tempo, ter um perfil ideológico conceituado positivamente poderia salvar o relacionamento de um dirigente ou movimento com o bloco socialista quando outros fatores iam mal.

As relações de Amílcar Cabral com o bloco soviético iniciam-se em 1960, quando, a fim de preparar a luta armada, Cabral sai em busca de apoio internacional. Marrocos e Gana serão os primeiros países a fornecer armas, munição e treinamento militar ao PAIGC. A China ministrará treinamento militar a componentes do partido em agosto de 1960 e janeiro 1961.<sup>359</sup> A luta armada na Guiné seria iniciada em janeiro de 1963, após dois anos e meio de preparação, e de tentativas infrutíferas de fazer Portugal dialogar. Instalado em 1960 em Conacri, capital da República da Guiné, vizinha da futura República da Guiné-Bissau, Cabral contactará diplomatas e jornalistas soviéticos,<sup>360</sup> a par de agentes dos serviços de inteligência tchecoslovacos.<sup>361</sup>

Mário de Andrade, então presidente do MPLA, também está instalado em Conacri na altura. Ele e outros nacionalistas africanos das colônias portuguesas já tinham contato com comunistas do Leste Europeu e da China desde meados dos anos 1950. Antes de se tornarem dirigentes do MPLA, da Frelimo e do PAIGC, os jovens Agostinho Neto, Mário de Andrade, Marcelino dos Santos e Vasco Cabral, entre outros, estiveram em congressos e festivais juvenis realizados em Moscou, Bucareste, Varsóvia ou Pequim, entre 1953 e 1959.<sup>362</sup> Amílcar Cabral não é listado entre os participantes destas reuniões nos países governados pelos comunistas – neste período, trabalhava como agrônomo na Guiné Portuguesa e em Angola.

Eventos internacionais constituíam uma oportunidade de contato entre as diplomacias dos países comunistas e as organizações nacionalistas africanas. Um exemplo disso foi a Conferência de Bandung, o célebre fórum anticolonialista afro-asiático reunido em 1955 na Indonésia. Conforme assinala Sousa, antes da Conferência de Bandung, nem a China nem a União Soviética tinham representações diplomáticas instaladas na África.<sup>363</sup> Na conferência, o chanceler chinês Chu En Lai

---

359 SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral (1924-1973): vida e morte de um revolucionário africano*, Coimbra, Edição do Autor revista, corrigida e aumentada, 2016, pp. 325-326.

360 SOUSA, Julião, “A cisão...”, pp. 221-222.

361 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, p. 59.

362 SOUSA, Julião, “A cisão...”, p. 225.

363 *Ibidem*, p. 219.

conhece o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, e, logo a seguir, a China inaugura uma representação no Cairo, capital do Egito. Entre 1953 e 1958, o Egito recebe US\$ 510 milhões da União Soviética, o que o colocava no topo da assistência soviética.<sup>364</sup> No final da década de 1950, a China e a União Soviética penetrarão politicamente nas diversas regiões do continente africano.

Segundo Telepneva, com base nos arquivos do Leste Europeu, a primeira visita de Amílcar Cabral à Rússia teria ocorrido em março de 1961.<sup>365</sup> Sousa, por sua vez, com base em documentação constante dos arquivos da Fundação Mário Soares, menciona que Cabral esteve em Moscou em agosto de 1960, a caminho da China.<sup>366</sup> De fato, em correspondência trocada entre Cabral e os soviéticos em 1960 e 1961, menciona-se rápida passagem de Cabral por Moscou em 1960 (box 1). Mesmo considerando-se que a maior parte da documentação concernente à atuação do bloco socialista na descolonização africana ainda esteja sob sigilo nos arquivos do Leste Europeu,<sup>367</sup> talvez não seja de se espantar que esta visita não tenha gerado registros do lado dos anfitriões. Da leitura da correspondência, deduz-se que a visita de 1960 foi pouco proveitosa: Cabral falou com poucas pessoas em Moscou, e a visita por si só não sanou problemas de relacionamento com a embaixada soviética em Conacri, que continuava a reconhecer representantes de movimentos rivais ao PAIGC.

#### BOX 1

#### **Quatro cartas trocadas entre Amílcar Cabral e o Comitê Soviético de Solidariedade Afro-Asiática (1960-1961)**

1) CABRAL, Amílcar, [Carta], 1960 Set. 26, Conacri, a Valentin Ivanov, [Datilografada], 1960, 2 f., acessível em *CasaComum.org*, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_39194](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39194)>, acesso em: 2 Jul. 2018.

Trata o destinatário por “tu”, forma que expressa intimidade. Responde ao convite para ir à União Soviética, dizendo que a visita seria de muita importância para luta de libertação; todavia, não poderá fazer a visita em outubro, devido à sua presença ser necessária em África. Queixa-se de que o Comitê de Solidariedade concedeu bolsas de estudo ao Movimento de Libertação dos Territórios sob Dominação Portuguesa (MLTSDP), e de que a embaixada soviética em Conacri continua a reconhecer apenas os dirigentes desta organização, Belarmino Gomes e Luiz da Silva. Ao comentar que Belarmino partiu para Moscou, pergunta-se se este não teria estado em Moscou no momento em que Cabral estava com Ivanov – em Moscou? Pensamos que sim. O final da carta tem forte apelo ideológico. Cabral diz que o PAI (Partido

364 SOUSA, Julião, “A cisão...”, p. 219.

365 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, p. 85.

366 SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral...*, p. 326.

367 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, p. 20.

Africano da Independência) continuará lutando até a vitória total contra o colonialismo português e o imperialismo, sempre vigilantes contra os africanos *oportunistas* que querem se aproveitar da luta do povo. Notemos que, nos meios comunistas, “oportunista” é provavelmente a palavra que expressa o mais baixo nível de avaliação política, sendo empregada por Lênin para referir-se a adversários dentro do movimento operário com os quais nenhum tipo de conciliação seria possível.<sup>1</sup> Cabral declara que a independência deve ser um passo conseqüente para a construção da via da justiça e do progresso, em amizade com todos os povos, em particular com aqueles que não querem mais a *dominação do homem pelo homem* na sua terra. Assim, Cabral expressa preferência por manter laços especiais com os países socialistas, os quais, segundo as teorizações comunistas, teriam iniciado a transição para uma sociedade sem classes, sem a dominação do homem pelo homem. Despede-se com saudações fraternais do camarada Amílcar Cabral. Observamos que Cabral procura estabelecer uma relação de proximidade afetiva com o destinatário da sua carta, o que é indicado pela linguagem amistosa empregada (*tu, Caro camarada, teu camarada*). Busca também ressaltar uma relação de identidade política com o destinatário, como quando diz que Ivanov, ao falar com Belarmino, pode constatar que este não tem compromisso com a luta de libertação. Desse modo, Cabral cria dois campos opostos: num deles está Belarmino, cuja falta de seriedade seria patente; noutro, juntos, estão Cabral e Ivanov, pessoas sérias e capazes de discernir a desonestidade de Belarmino.

2) SOUKHANOV, Lev, [Carta], 1960 Nov. 4, Moscou, a Amílcar Cabral, [Datilografada], 1960, 1 f., acessível em *CasaComum.org*, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_39201](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39201)>, acesso em: 2 Jul. 2018.

*Lamenta não ter encontrado Cabral em sua rápida passagem por Moscou.* Espera poder encontrá-lo numa visita mais longa. Menciona ser o responsável pelos territórios africanos sob dominação portuguesa no Comitê de Solidariedade. Solicita material sobre as colônias portuguesas, para que possa escrever um livreto a respeito delas. Diz que vários artigos sobre a situação nas colônias portuguesas já haviam sido produzidos, para difusão pela imprensa e pelo rádio. Afirma que a opinião do comitê sobre Belarmino Gomes e Luiz da Silva é a mesma que Cabral expressou na carta a Valentin Ivanov (item 1). É interessante observarmos que os soviéticos já tinham interesse nas colônias portuguesas antes da eclosão das rebeliões em Angola, tendo designado um quadro para acompanhar a questão, e já produziam material de propaganda sobre estes territórios.

3) CABRAL, Amílcar, [Carta], 1960 Jan. 8 [1961 Jan. 8], Conacri, a Lev Soukhanov, [Datilograda], 1960 [1961], 1 f., acessível em *CasaComum.org*, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_39203](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39203)>, acesso em: 2 Jul. 2018.

Embora a carta esteja datada como sendo de 1960, trata-se certamente de um equívoco, muito comum no início dos anos, que consiste em pôr o ano anterior, por hábito. O documento é seguramente de janeiro de 1961, escrito em resposta à carta do item 2. Temos dúvida se a carta foi enviada na versão que consta do arquivo, ou se o documento era um mero rascunho, tendo em vista que além do equívoco no ano há uma correção à mão sobre o nome do destinatário: risca-se Valentin Ivanov, escreve-se Lev Soukhanov. Na carta, *Cabral lamenta não ter encontrado Soukhanov na sua rápida estada em Moscou*. Lamenta ainda ter recebido a carta de 4 de novembro apenas em 27 de dezembro. Diz que é do interesse da sua luta que o povo soviético saiba o que se passa nas colônias portuguesas. Envia alguns documentos sobre estes territórios. Espera poder falar mais sobre a situação nas colônias pessoalmente, numa futura visita.

4) CABRAL, Amílcar, [Carta] 1961 Jan. 8, Conacri, ao Secretário Geral do Comité Soviético de Solidariedade Afro-Asiática, [Datilografada], 1961, 2 f., acessível em *CasaComum.org*, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_39196](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39196)>, acesso em: 2 Jul. 2018.

A data constante no cabeçalho desta carta é a que julgamos correta também para a carta do item 3. Cabral confirma visita à União Soviética, a ser realizada na segunda quinzena de janeiro ou na primeira quinzena de fevereiro de 1961, conforme a disponibilidade dos anfitriões.

Elaboração da autora.

Nota: 1 Ver, por exemplo, LENINE, Vladimir Ilitch, *O Estado e a revolução*, [1918], disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm>>, acesso em: 3 Jul. 2018, ou LENINE, Vladimir Ilitch, *O oportunismo e a falência da II Internacional*, [1916], disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/01/falencia.htm>>, acesso em: 3 Jul. 2018. Ver também: OPORTUNISMO, Dicionário Político do Marxists Internet Archive – Secção em Português, disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/o/oportunismo.htm>>, acesso em: 3 Jul. 2018.

Obs.: As cartas estão redigidas em francês.

Na Rússia em março de 1961, Cabral causou uma boa impressão aos soviéticos. Segundo relatório soviético, durante as visitas a Moscou e Leningrado, Cabral criticou a política americana na África, mostrou interesse pelos feitos da União Soviética e rejeitou o conceito de socialismo africano – para Cabral, apenas existiria socialismo científico que levasse em consideração as características de cada país. O autor não identificado do relatório, citado por Telepneva, escreve que Cabral parecia sincero. Não se menciona pedido de auxílio, para além de uma solicitação de literatura marxista. Não se sabe quem recebeu Cabral na Rússia, tampouco se a visita foi conduzida pelo Comité de Solidariedade Afro-Asiático ou pelo Ministério das Relações Exteriores.<sup>368</sup>

---

368 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, pp. 85-86.

De acordo com Telepneva, a Tchecoslováquia foi o primeiro país do Pacto de Varsóvia a ajudar o PAIGC, sendo as suas contribuições maiores que as da União Soviética nos primeiros anos de guerra. Os tchecoslovacos forneciam armas ao PAIGC desde 1961, enquanto da União Soviética só se encontram registros de fornecimento de armas a partir de 1965.<sup>369</sup> Parte da literatura, como Sousa e Dhada, especula se a União Soviética não teria hesitado em apoiar o PAIGC por desconfiança quanto à orientação pró-chinesa do partido, dada a lógica de competição que pautava a atuação dos dois países na África, e diante dos apoios iniciais da China ao movimento.<sup>370</sup> Sousa menciona ainda o difícil relacionamento do líder do PAIGC com a embaixada soviética em Conacri.<sup>371</sup> Por seu turno, Telepneva não encontrou, nos arquivos do Leste Europeu, evidências de preocupação com a China para explicar por que a União Soviética não iniciou a assistência ao PAIGC em 1961. Conforme a historiadora russa, isto provavelmente ocorreu em virtude da divisão de tarefas dentro do Pacto de Varsóvia, na qual os tchecoslovacos seriam a vanguarda no apoio à África.<sup>372,373</sup>

Em 13 de agosto de 1961, em Conacri, Cabral recebe a notícia de que fora aprovado em Praga, capital da Tchecoslováquia, um pacote de assistência ao PAIGC constituído de armas, treinamento e dinheiro. O responsável por lhe comunicar as boas-novas é Miroslav Alter, agente da StB, o serviço de inteligência tchecoslovaco. Em troca de apoio, Cabral compromete-se a transmitir à StB informações sobre a situação política na África e os movimentos de libertação. A partir desta data, Cabral constará no quadro de agentes da StB sob o codinome Sekretar.<sup>374</sup> O recrutamento de Cabral havia sido proposto por Miroslav Alter ao Ministério do Interior tchecoslovaco em 21 de junho de 1961. Ao defender o alistamento de Cabral, Alter afirmava ter desenvolvido uma relação muito próxima com o secretário-geral do PAIGC, que já lhe passava informações sobre a situação na Guiné-Bissau e a atuação americana na África. As condições para a libertação da Guiné-Bissau eram promissoras, uma vez que a vizinha Guiné-Conacri franqueava o transporte de armas pela fronteira. Alter explicava que Cabral possivelmente seria o líder do país após a independência, o que poderia ser explorado para fins de implementação de uma política de influência.<sup>375</sup> Observe-se que membros de partidos comunistas não podiam ser arregimentados pela

---

369 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, p. 106; p. 145.

370 Ver SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral...*; e DHADA, Mustafah, *Warriors at work – how Guinea was really set free*, Niwot, University Press of Colorado, 1993.

371 SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral...*, p. 326.

372 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, pp. 88-89.

373 O Pacto de Varsóvia era uma aliança militar entre países socialistas do Leste Europeu (União Soviética, Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polónia e Tchecoslováquia), similar à OTAN (que reunia os Estados Unidos, o Canadá e países da Europa Ocidental).

374 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, pp. 89-90.

375 *Ibidem*, pp. 86-87.

KGB (agência de inteligência soviética), mas líderes de movimentos de libertação, sim<sup>376</sup> – deduzimos que a StB seguisse o mesmo princípio, tendo em vista que atuava em consonância com os serviços de inteligência soviéticos.

A proposta de assistência ao PAIGC, enviada em julho de 1961 pelo ministro das Relações Exteriores tcheco-slovaco a Antonín Novotný, secretário-geral do Partido Comunista Tcheco-slovaco e presidente do país, vinha acompanhada de uma nota com elogios a Cabral, que teria uma filosofia política alinhada com a do governo tcheco-slovaco. Segundo a nota, Cabral rejeitava a noção de socialismo africano e a tese da inexistência de classe operária na África, e demonstrava profundos conhecimentos de marxismo-leninismo, adquiridos como ativista político em Portugal, onde tinha conhecido comunistas portugueses.<sup>377</sup>

A afinidade político-ideológica era importante no relacionamento com os países socialistas. Mas é preciso frisar que os dirigentes e os funcionários desses países *não* consideravam que as lideranças das organizações africanas fossem comunistas. Aqueles seguiam uma definição estrita de comunista como membro de partido comunista. Os líderes de movimentos de libertação eram referidos como sendo mais ou menos progressistas, exercendo uma influência positiva ou negativa na África, estando mais próximos da União Soviética ou dos Estados Unidos, tendo ou não uma formação marxista. Ao longo da sua relação com o Leste Europeu, Cabral seria avaliado positivamente em todos estes quesitos. Igualmente importantes seriam os sucessos militares do PAIGC e a sua reputação enquanto organização coesa e bem dirigida. Além disso, tudo indica que Amílcar Cabral tinha uma personalidade excepcionalmente carismática e sedutora, que o ajudava a ter boas relações pessoais com indivíduos de diversas orientações políticas ou filosóficas.

Mesmo não considerando dirigentes como Amílcar Cabral ou Agostinho Neto comunistas, a avaliação do seu perfil político-ideológico e os laços com o movimento comunista internacional foram fatores relevantes na determinação do apoio soviético às organizações por eles dirigidas. Contemos um episódio referente ao MPLA que ilustra esta relevância.

A Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 25 de maio de 1963 em Adis Abeba, capital da Etiópia, reconhece em 13 de julho de 1963 a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) como o único movimento legítimo a combater pela autodeterminação e a independência de Angola. A FNLA, sucessora da UPA, era presidida por Holden Roberto, e havia formado o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE). Um comitê e um fundo financeiro de apoio aos movimentos de libertação tinham sido criados na OUA. A fim de destinar os recursos de forma racional e evitar a proliferação de movimentos num mesmo território, a OUA apelava pela unidade

---

376 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, p. 90.

377 *Ibidem*, p. 88.

dos movimentos. Quando não fosse possível a criação de frentes com os movimentos existentes em cada território, a OUA deveria escolher qual movimento estaria mais capacitado para receber a sua ajuda. Após a realização da primeira missão de Bons Ofícios da entidade, a FNLA é escolhida como representante de Angola, em detrimento do MPLA.<sup>378</sup>

Em abril de 1964, Agostinho Neto viaja a Moscou em busca de apoio para reanimar as atividades militares do MPLA, como parte dos esforços para reverter a decisão da OUA, visto que um dos critérios mais importantes para receber o apoio africano era o sucesso na condução da guerra. Na Rússia, Neto é informado de que Khrushchev havia recentemente decidido, sem consultar o Departamento Internacional do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), que a União Soviética deveria seguir o posicionamento dos países africanos, reconhecendo o GRAE/FNLA, e não o MPLA. A reunião é conduzida por Dmitriy Shevlyagin, do Departamento Internacional, que diz que o reconhecimento ocorreria no dia seguinte.<sup>379</sup>

Petr Yevsyukov, funcionário do Departamento Internacional presente na reunião, resolve ajudar Neto a reverter a decisão de Khrushchev, que punha em causa a própria sobrevivência do MPLA. Ele não era dos maiores apoiadores de Neto, mas tinha se comprometido com o MPLA, e via a decisão de apoiar Roberto como um equívoco e uma traição.<sup>380</sup> Responsável no Departamento Internacional por lidar com os movimentos de libertação das colônias portuguesas, Yevsyukov acreditava na inevitabilidade da descolonização e no dever internacionalista dos países socialistas de apoiar os movimentos de libertação.<sup>381</sup> Yevsyukov era um dos apoiadores mais entusiasmados de Amílcar Cabral dentro do aparelho estatal soviético,<sup>382</sup> mas não era tão próximo de Agostinho Neto. Contudo, não hesita em apoiar Neto quando o seu opositor era Holden Roberto. Certamente terá pesado na avaliação negativa de Roberto a sua fama de anticomunista, os laços com os Estados Unidos e as acusações de conduzir uma luta fratricida contra o MPLA.<sup>383</sup> Yevsyukov aconselha Neto a procurar Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, figura de elevado prestígio em Moscou. Cunhal intercede em favor do MPLA, e a decisão de Khrushchev é revertida.<sup>384</sup> Em episódio da série documental *A Guerra* exibido em 2007, Roberto já havia revelado que a União Soviética estava prestes a reconhecer o GRAE, e não o fez por intervenção de Cunhal.<sup>385</sup>

---

378 SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral...*, p. 277-278.

379 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, pp. 120-121.

380 *Ibidem*, p. 121.

381 *Ibidem*, p. 71.

382 *Ibidem*, p. 93.

383 Ver SCHNEIDMAN, Witney, *op. cit.*, cap. I.

384 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, p. 121.

385 Depoimento de Holden Roberto a FURTADO, Joaquim, "A Guiné, depois de Angola", in *A guerra*. Produção: RTP. Lisboa, Correio da Manhã, 2007, série documental, episódio 8, 1 DVD (70 min.).

Quem também sai em defesa de Neto e do MPLA é Oleg Nazhestkin, mais um funcionário do médio escalão soviético comprometido com a libertação africana – este, bastante afeiçoado a Neto, e um dos seus principais advogados no Estado soviético. Em junho de 1964, Nazhestkin, funcionário da KGB, critica Roberto em seus informes analíticos sobre Angola, pela sua decisão de admitir na FNLA setores dissidentes do MPLA.<sup>386</sup>

Segundo Telepneva, o fim da aproximação da União Soviética à FNLA viria de mais um capítulo da Crise do Congo: Holden Roberto alia-se a Moïse Tshombe, indicado como primeiro-ministro do Congo-Kinshasa em julho de 1964. Tshombe, um dos mentores do assassinato de Patrice Lumumba, era um terrível desafeto dos soviéticos. O PCUS – já sob a liderança de Brezhnev, dado que Khrushchev havia sido deposto dois meses antes – não perdoa esta aliança e, em 16 de dezembro de 1964, o seu jornal oficial, o *Pravda*, torna público o veredicto de condenação política de Holden Roberto.<sup>387</sup>

### 3.6 O Ocidente e Portugal se abraçam (1964-1968)

A tentativa de aproximação da FNLA à União Soviética ocorre depois da morte de John Kennedy, assassinado em 22 de novembro de 1963. A partida de Kennedy representa um declínio na atuação anticolonialista dos Estados Unidos. Líderes nacionalistas como Holden Roberto e Eduardo Mondlane (dirigente da Frelimo) terão menor acolhida na Casa Branca, e buscarão variar as suas fontes de apoio internacional, aproximando-se do campo socialista. Funcionários norte-americanos empenhados na libertação africana também terão o seu espaço reduzido na nova administração.<sup>388</sup> O sucessor de Kennedy, Lyndon Johnson, tinha pouco interesse em assuntos internacionais, e menos ainda na política africana. Para Johnson, a política americana na África era uma forma de obter o apoio dos eleitores afro-americanos, em especial dos grupos de defesa dos direitos civis. Estes, todavia, não tinham o colonialismo português como um dos seus temas prioritários.<sup>389</sup> Durante a gestão Johnson, a Casa Branca vai concentrar-se em alguns poucos temas internacionais, como a Guerra do Vietnã, Cuba, a proliferação nuclear, as relações com a Europa, os esforços para impedir que a China fosse admitida na ONU. A instável situação política do Congo praticamente monopolizará a pouca atenção dispensada pelos americanos à África.<sup>390</sup>

---

386 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, p. 121.

387 *Ibidem*, p. 122.

388 SCHNEIDMAN, Witney, *op. cit.*, pp. 103-104.

389 *Ibidem*, pp. 119-120; p. 131.

390 *Ibidem*, p. 111.

Nas relações dos Estados Unidos com Portugal, o tema da descolonização acabava por ficar em último plano, diante das variadas demandas que os americanos apresentavam aos portugueses. Ao mesmo tempo que tinha de convencer Portugal a ser mais aberto à autodeterminação das colônias, o embaixador americano em Lisboa, George Anderson, estava incumbido de uma série de tarefas importantes para os interesses norte-americanos: obter permissão para instalar o LORAN-C (um equipamento de navegação) em território português; convencer Portugal a não reconhecer a República Popular da China; renovar o acordo para a utilização da base dos Açores; e conseguir autorização para abrir um novo consulado em Moçambique.<sup>391</sup> No exercício das suas funções, Anderson, que havia sido nomeado um pouco antes da morte de Kennedy, acaba por desenvolver simpatia por Salazar, e deixa-se convencer pelas políticas coloniais do regime.<sup>392</sup> Para obter sucesso nos seus encargos, o embaixador propõe a Washington que aprove pedidos de compras de armas de Lisboa, conseguindo para Portugal metralhadoras de baixo calibre, em 1964.<sup>393</sup> Assim, podemos observar que a pessoa designada para persuadir Portugal da posição americana sobre a descolonização torna-se, na prática, um advogado das demandas armamentistas portuguesas dentro do Estado americano. Anderson sugere ainda que os Estados Unidos retomem o programa de ajuda militar a Portugal, suspenso desde 1961. O programa não é retomado, mas Portugal, por ser membro da OTAN, continua utilizando material de guerra estadunidense na África, inclusive aviões.<sup>394</sup>

Em outubro de 1965, os Estados Unidos apresentam pela última vez um plano de descolonização a Portugal, o Plano Anderson. Portugal rejeita o plano, no início de 1966, com a alegação de que não levaria mais do que seis meses para que as propostas americanas conduzissem ao caos nas colônias.<sup>395</sup> A rejeição do plano marca o fim das tentativas estadunidenses de pressionar Portugal a conceder a autodeterminação às suas colônias. Avaliou-se que os esforços eram inúteis, diante da intransigência dos governantes portugueses. Ademais, a situação em Angola parecia contida, e a economia portuguesa, mais integrada à Europa, apresentava crescimento.<sup>396</sup>

Alterações na dinâmica da Guerra Fria também impactam o modo como os Estados Unidos lidavam com o problema colonial português. A competição entre os Estados Unidos e a União Soviética havia motivado Kennedy a pressionar Portugal a descolonizar. Mas, após a resolução da Crise dos Mísseis, em outubro de 1962, o relacionamento entre as duas superpotências entra numa fase de *détente*, isto é, de relaxamento, suavizando o ímpeto americano de lutar pela influência

---

391 SCHNEIDMAN, Witney, *op. cit.*, pp. 106-107.

392 *Ibidem*, 106-108.

393 *Ibidem*, p. 107.

394 *Ibidem*, p. 107-108.

395 *Ibidem*, p. 116.

396 *Ibidem*, p. 117.

sobre a África.<sup>397</sup> Em agosto de 1963, é celebrado o Acordo de Moscou, com a proibição de testes nucleares, o que também age no sentido de alívio das tensões.<sup>398</sup>

Para muitos funcionários e dirigentes americanos, após os primeiros anos da década de 1960, a África já não parecia um campo de batalha entre o bloco comunista e o mundo capitalista; portanto, não haveria necessidade de conter a influência soviética no continente por meio do apoio americano à independência.<sup>399</sup> Esta era uma avaliação equivocada, pois o investimento político dos soviéticos na África, mesmo não sendo prioritário, cresce significativamente a partir de meados dos anos 1960. Os soviéticos pareciam perceber que o seu interesse na África era subestimado pelo mundo capitalista – em maio de 1970, Yuri Andropov, então presidente da KGB, defendia que o momento era propício para um aumento do envolvimento na África, justamente porque os especialistas ocidentais não achavam que os soviéticos fariam uma ofensiva no continente.<sup>400</sup>

De outra forma, a crise política no Congo, a proclamação da República Popular do Zanzibar em 1964, entre outros acontecimentos na África, fortaleciam em alguns setores americanos e europeus a ideia de que o domínio colonial português – assim como a supremacia dos brancos na África do Sul – era uma prevenção eficaz contra a ameaça comunista e a instabilidade política. Em sua propaganda, Portugal se apresentava como um defensor dos valores do Ocidente, contra o barbarismo comunista ou africano. Discordâncias de aliados quanto a este argumento eram vistas com desconfiança. Uma das queixas que Franco Nogueira apresenta a Anderson em fevereiro de 1964, quando este tenta obter autorização para a instalação do LORAN-C em Portugal, era que Mennen Williams (secretário de Estado adjunto americano para a África) havia dito recentemente num discurso no Canadá que o comunismo não tinha base de apoio na África.<sup>401</sup> Em maio de 1970, Marcelo Caetano, chefe do governo português,<sup>402</sup> diz ao secretário de Estado americano William Rogers que a transferência de poder para os movimentos de libertação significaria um perigo para a civilização e conduziria à implantação do comunismo, representando também uma ameaça para a África do Sul e a Rodésia. Rogers responde que o perigo da penetração comunista na África havia diminuído em comparação ao passado, mas tem a delicadeza de enfatizar que a administração americana compreendia o ponto de vista de Caetano e valorizava a relação com Lisboa.<sup>403</sup>

---

397 SANTOS, Aurora, *A organização...*, p. 203.

398 *Ibidem*, p. 231.

399 SCHNEIDMAN, Witney, *op. cit.*, p. 131.

400 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, pp. 188-189.

401 SCHNEIDMAN, Witney, *op. cit.*, p. 111.

402 Em 1968, António Salazar adoece gravemente, sendo substituído por Marcelo Caetano na presidência do Conselho de Ministros de Portugal. Caetano fica no cargo até 25 de Abril 1974, quando é derrubado pela Revolução dos Cravos.

403 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, p. 187.

Enquanto alguns dos setores mais influentes do governo Johnson abrandavam as pressões sobre Portugal, otimistas com as possibilidades de o país europeu manter o seu domínio na África, a CIA preocupava-se com a continuação da Guerra Colonial. Em maio de 1964, dez anos antes da Revolução dos Cravos, esta agência temia que o desagrado com a guerra poderia convencer os militares a afastar Salazar.<sup>404</sup> Segundo Schneidman, estas avaliações de inteligência não chegavam ao topo da administração Johnson, pois os funcionários mais importantes do Departamento de Estado não desejavam dificultar a relação Washington-Lisboa com pressões a Portugal. Mesmo assim, em fevereiro de 1964, o Conselho de Segurança Nacional americano concluía que a independência de Angola era inevitável, “como no caso da Argélia”, e que o prolongamento da guerra só tornaria a luta por independência mais “violenta, racista e infiltrada pelo comunismo”; os Estados Unidos deparar-se-iam com uma Angola independente “caótica, radical e antiocidental”.<sup>405</sup> Graças a esta avaliação, os vínculos existentes entre os Estados Unidos e as organizações Frelimo e GRAE/FNLA são preservados, mesmo que modestamente, da sanha antiafricana de certos setores da administração americana.<sup>406</sup>

Em meados dos anos 1960, os laços econômicos dos Estados Unidos com Portugal fortaleciam-se. Entre 1963 e 1968, Portugal recebeu dos Estados Unidos US\$ 33 milhões em auxílio militar e mais US\$ 54,9 milhões em auxílio econômico.<sup>407</sup> Em 1968, o comércio dos Estados Unidos com Angola chegaria a US\$ 100 milhões (mais que duplicando em comparação a 1963), e, com Moçambique, a US\$ 28 milhões. Mais de trinta empresas estadunidenses atuavam nestas duas colônias no final dos anos 1960.<sup>408</sup>

Em 1964, Portugal celebrou acordos bilaterais com a França e a Alemanha Ocidental, por meio dos quais conseguiu material de guerra como aviões a jato, helicópteros, fragatas e submarinos. Em contrapartida, os franceses receberam permissão para construir uma estação de detecção de mísseis nos Açores, e os alemães, para instalar uma base aérea em Beja, no Alentejo.<sup>409</sup>

Boa parte dos países africanos conquista a independência nos primeiros anos da década de 1960, tornando o problema das colônias portuguesas uma situação excepcional. Em 1962, a Espanha passa a considerar a descolonização inevitável, aceitando a discussão sobre a independência da Guiné Equatorial. Nesse mesmo ano, a França desiste da ação militar na Argélia e aceita conceder a independência ao país africano. Dessa forma, a posição de Portugal – que não

---

404 SCHNEIDMAN, Witney, *op. cit.*, p. 109.

405 *Idem.*

406 *Ibidem*, p. 110.

407 *Ibidem*, p. 147.

408 *Idem.*

409 *Ibidem*, p. 148.

descoloniza nem aceita discutir esta hipótese – torna-se ainda mais singular.<sup>410</sup> Na ONU, verifica-se a partir de 1963 uma tendência a discutir-se a situação das colônias portuguesas juntamente com o problema do *apartheid* na África do Sul. Os discursos anticolonialistas ressaltavam que as duas realidades eram parte de um problema maior de manutenção do domínio branco na África, e evidenciavam a conexão entre *apartheid*, racismo e colonialismo. Não obstante, o drama das colônias portuguesas jamais receberia a mesma visibilidade internacional que o *apartheid* sul-africano. E, como observa Santos, as resoluções aprovadas na ONU contra Portugal, embora fossem semelhantes àquelas referentes à África do Sul, eram menos severas.<sup>411</sup>

A Holanda seria um dos países que mais argumentariam a favor do colonialismo português na ONU no período de 1965-1967.<sup>412</sup> O Reino Unido, mesmo após a eleição do governo do Partido Trabalhista em 1964, continuava hesitante em criticar Portugal publicamente, interessado no uso da base dos Açores e no apoio português em caso de conflito com a Rodésia.<sup>413</sup> Note-se que, no geral, os países que apoiavam Portugal não o faziam de maneira aberta, mas de um modo discreto, para não ficarem associados com o colonialismo português. Este não era o caso da África do Sul, cujo apoio a Portugal foi sempre notório.<sup>414</sup>

Empresas da Bélgica, da França, da Alemanha Ocidental e dos Estados Unidos, entre outros países, atuam em diversos setores econômicos de Angola e Moçambique, como o setor financeiro e os setores de exploração de diamantes e petróleo. A presença de investimentos estrangeiros nas colônias é recorrentemente denunciada na ONU pelos anticolonialistas africanos, que, sobretudo a partir de 1965, associam a cooperação econômica internacional à relutância portuguesa em implementar as resoluções da entidade.<sup>415</sup>

Para Lincoln Secco, a importância cada vez maior do capital estrangeiro nas colônias portuguesas nos anos 1960 evidenciava que Portugal se alimentava das colônias apenas porque outros também se beneficiavam.<sup>416</sup> Este aumento contraditava o próprio conceito de colônia, pois esta deveria ser uma economia complementar à da metrópole.<sup>417</sup> Conforme Secco, nos anos 1960, quer pela economia, quer pelas ideias, Portugal tornava-se cada vez menos Atlântico e mais europeu. Com a Revolução dos Cravos (1974), o país acabaria por inserir-se num espaço-tempo europeu. Mas exatamente do “elo mais fraco” do Portugal Atlântico – as colônias africanas –, diz

---

410 SANTOS, Aurora, *A organização...*, p. 198.

411 *Ibidem*, p. 238.

412 *Ibidem*, p. 259.

413 *Idem*.

414 *Ibidem*, *passim*.

415 *Ibidem*, cap. V.

416 SECCO, Lincoln, *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*, São Paulo, Alameda, 2004, pp. 88-89.

417 *Ibidem*, p. 92.

Secco, vinham a contestação armada e as ideias que desencadeariam a crise e dariam a Portugal “um caráter atlântico uma derradeira vez.”<sup>418</sup>

### 3.7 Enquanto isso, no Palácio do Kremlin (1964-1969)...

Em 13 de outubro de 1964, Khrushchev é convidado a afastar-se das suas funções pela cúpula do PCUS, que o acusa de uma série de erros na condução da União Soviética, tanto em assuntos domésticos quanto internacionais. Khrushchev decide não resistir à remoção forçada, e é substituído por Brezhnev. Recentemente, foi tornado público o relatório preparado pelo Presidium do Comitê Central do PCUS para caso Khrushchev resistisse à proposta de afastamento.<sup>419</sup> O documento faz severas e variadas críticas à forma como Khrushchev dirigia a União Soviética e o PCUS. No que se refere à África, Khrushchev é acusado de praticar uma política que não observava o caráter de classe e a filiação política dos líderes que recebiam os auxílios, dando ajuda a países independentes sem nenhuma contrapartida para a União Soviética.<sup>420</sup> É lembrado que a Guiné-Conacri de Sékou Touré, apesar dos auxílios recebidos da União Soviética, não autorizou o pouso de aviões soviéticos com destino a Cuba.<sup>421</sup>

A orientação do governo soviético seguinte será investir no Terceiro Mundo apenas onde houvesse boas perspectivas para o socialismo. A União Soviética passaria a ser mais seletiva com os seus parceiros na África e exigiria maiores contrapartidas para prover auxílio. Ao contrário do que se poderia imaginar, isto não representou uma diminuição do apoio aos movimentos de libertação africanos das colônias portuguesas, mas, antes, uma expansão considerável. Após a subida de Brezhnev ao poder, a União Soviética aumenta expressivamente o auxílio ao PAIGC e ao MPLA, passando a fornecer armas pesadas para estes movimentos.<sup>422</sup> Ainda em outubro de 1964, logo após a saída de Khrushchev, o PCUS aprova a construção de um centro secreto de treinamento militar na Ucrânia, especialmente voltado para estrangeiros, após um pedido de Cabral pela ampliação dos programas de treinamento.<sup>423</sup> Entre outras coisas, o suporte aos movimentos de libertação era entendido pela União Soviética como uma forma de obter prestígio na esquerda mundial, e de

---

418 SECCO, Lincoln, *op. cit.*, p. 58.

419 A destituição de Khrushchev e a sua substituição por Brezhnev são narradas por TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, pp. 128-133. O relatório contendo as críticas do PCUS a Khrushchev está disponível em: <<http://www.on-island.net/History/1964.htm>>, acesso em: 16 Jul. 2018. O documento está em russo, mas é possível lê-lo em português graças às modernas ferramentas de tradução dos navegadores.

420 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, p. 130.

421 *Idem.*

422 *Ibidem*, p. 141.

423 *Idem.*

responder às críticas vindas do movimento comunista internacional – principalmente de Cuba e da China – de que a liderança soviética tinha abandonado a revolução.<sup>424</sup>

A partir de 1964, podemos dizer que a conjuntura mundial está bastante convidativa para que os movimentos de libertação inclinem-se à esquerda. Por um lado, os principais países capitalistas, cada vez mais comprometidos com Portugal, não conseguiam dar um apoio efetivo à libertação das colônias portuguesas. Por outro lado, os países socialistas do Leste Europeu não só aumentavam o seu apoio, mas também o vinculavam à afinidade ideológica e à lealdade política para com os objetivos do bloco socialista. É nesta altura que vemos Eduardo Mondlane, homem de convicções liberais, voltar-se para o Leste Europeu e adotar um discurso pró-socialista. Mondlane foi um líder visto sempre com muita desconfiança pelos soviéticos, pelo fato de ser apoiado pelos Estados Unidos, e por não ter a inclinação política marxista que outros líderes africanos tinham. De acordo com Telepneva, a Frelimo, organização por ele dirigida, conseguiu conquistar e manter o apoio da União Soviética graças à presença de Marcelino dos Santos no movimento, um marxista convicto,<sup>425</sup> que os soviéticos consideravam garantir um rumo progressista à organização.<sup>426</sup> Mesmo assim, na sequência da saída de Khrushchev, a União Soviética expande o auxílio ao MPLA e ao PAIGC, mas não à Frelimo, devido às conexões de Mondlane com os americanos.<sup>427</sup> Porém, desiludido com a falta de apoio do Ocidente, Mondlane volta-se cada vez mais para os países socialistas, dando um rumo à esquerda para o seu discurso e para a atuação da Frelimo. Os funcionários dos países socialistas acompanham estas transformações e, como resultado, o apoio destes países à Frelimo cresce. Em 1966, num relatório tcheco-slovaco, os dirigentes da Frelimo são descritos como *peçoas sérias*; Mondlane é definido como – vejam só – um *liberal progressista*.<sup>428</sup> Um pouco antes de ser assassinado em 1969, Mondlane declarava que a Frelimo era mais socialista, progressista e revolucionária do que nunca, caminhando cada vez mais na direção de um socialismo do tipo marxista-leninista.<sup>429</sup>

Segundo Telepneva, por volta de 1966, Amílcar Cabral consolida-se como um dos aliados africanos em que Moscou e Praga mais confiavam. Russos e tchecos consideravam-no uma influência altamente positiva para os líderes dos países africanos e dos movimentos de libertação. A

---

424 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, p. 133.

425 Aparentemente, Marcelino não só era marxista como continua sendo. Pesquisando na internet, encontramos uma entrevista concedida em 2012 em que ele lamenta que Moçambique tenha abandonado o socialismo e passado ao capitalismo. Ver: PONGOANE, Simião, “Marcelino dos Santos não perdoa aos ‘traidores’ Joana Simião e Urias Simango”, *Voz da América*, Maputo, 14 Dez. 2012, disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/marcelino-frelimo/1507858.html>>, acesso em: 17 Jul. 2018.

426 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, p. 105; p. 128; p. 281.

427 *Ibidem*, p. 133.

428 *Ibidem*, p. 173.

429 *Ibidem*, pp. 172-173.

StB elege Cabral como o seu mediador em alguns episódios da política africana.<sup>430</sup> Apesar do diminuto tamanho da Guiné e de Cabo Verde, a União Soviética e a Tchecoslováquia ajudam pesadamente o PAIGC, em grande medida devido a acreditarem que Cabral era fortemente influenciado pelo socialismo científico.<sup>431</sup>

Cabral impressiona o ministro do Interior tcheco-slovaco, Josef Kudrna, com quem se encontra em maio de 1966. Kudrna aprova a tática de Cabral de não falar abertamente da União Soviética, mas trabalhar em prol do socialismo. Para Kudrna, o PAIGC, pelo seu realismo e organização, era um exemplo para a África. O Partido Comunista Tcheco-slovaco, muito otimista quanto às possibilidades de vitória do movimento de libertação, aprova significativos aportes militares e humanitários para o PAIGC.<sup>432</sup>

### **3.8 A arma da teoria, os engenhos da diplomacia (1966-1968)**

O apoio do Leste Europeu se torna especialmente importante para o PAIGC a partir de 1966, quando a China decide unilateralmente cortar o auxílio ao movimento.<sup>433</sup> Conforme Sousa, a China deixa de fornecer armas, treinamento militar e dinheiro ao PAIGC e a outros movimentos de libertação devido à posição de neutralidade quanto ao conflito sino-soviético adotada por eles na Conferência Tricontinental de Havana, realizada em janeiro de 1966, e no Congresso de Escritores Afro-Asiáticos, realizado na província chinesa de Yeahan, também em 1966.<sup>434</sup> Outro fator que faz sobressair a contribuição do Leste Europeu em meio aos demais apoiadores é que a contribuição dos países africanos diminuiu muito no período, por conta dos diversos golpes de Estado ocorridos na região entre 1965 e 1966, que tiram ao PAIGC importantes aliados.<sup>435</sup> Estas alterações na conjuntura africana e mundial fazem Cabral repensar as relações exteriores do PAIGC a partir de 1968.<sup>436</sup>

A partir de 1966, devido aos progressos conseguidos pelo PAIGC na luta militar e diplomática, o Senegal não tem outro remédio senão reconhecer o partido, passando a permitir-lhe a fixação de combatentes, o trânsito de material, e a assistência de doentes e feridos.<sup>437</sup> Sem embargo, o apoio do Senegal, vizinho da futura Guiné-Bissau ao norte, jamais teria a dimensão do apoio

---

430 Como nos planos da StB e da KGB para tentar reverter o golpe sofrido por Kwame Nkrumah no Gana, em 1966.

Ver TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, pp. 150-157.

431 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, p. 107; p. 281.

432 *Ibidem*, p. 143.

433 SOUSA, Julião, “A cisão...”, p. 230.

434 *Idem*.

435 SOUSA, Julião, “A cisão...”, p. 235; SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral...*, pp. 466-467.

436 Ver SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral...*, parte II, cap. 5.

437 *Ibidem*, pp. 358-359.

recebido pela Guiné-Conacri, vizinho ao sul, república que servia de retaguarda para o PAIGC. Para Cabral, defender a República da Guiné, presidida por Sékou Touré, era defender a própria luta do PAIGC.<sup>438</sup>

Lembremos que Senghor, presidente do Senegal no período, era de inclinação anticomunista, e a sua relutância inicial em apoiar o PAIGC é creditada à suspeita de que Amílcar Cabral fosse comunista. Além disso, Senghor era contrário à luta armada, e apoiava grupos não armados opositores do PAIGC.<sup>439</sup>

Em 1969, a China propõe retomar o apoio ao PAIGC, sob a condição de que o contingente cubano presente na Guiné abandonasse o terreno, o que Cabral não aceita. Segundo Sousa, apesar da influência do pensamento de Mao na ação do PAIGC, Cabral desde muito cedo convenceu-se de que o relacionamento com a China seria muito difícil, devido às ingerências e às condicionalidades que os chineses pretendiam impor.<sup>440</sup>

Assim como a China, a Albânia – país socialista, porém opositor à União Soviética – pretendia condicionar a ajuda ao PAIGC a uma tomada de posição contrária ao revisionismo soviético.<sup>441,442</sup> No entanto, os movimentos de libertação não assumiam este tipo de postura com relação a questões externas à sua luta, embora manifestassem solidariedade a outros povos oprimidos. O apoio da China ao PAIGC seria retomado entre 1969 e 1970.<sup>443</sup>

Na Conferência Tricontinental de Havana, de 1966, Cabral faz o seu mais célebre discurso, conhecido como *A arma da teoria*,<sup>444</sup> que impressiona fortemente os delegados presentes. É fundamentalmente a partir daí que Amílcar Cabral notabiliza-se como um importante teórico do anticolonialismo e do anti-imperialismo. O seu discurso é muito bem apreciado pelo mundo socialista. Os cubanos acham-no brilhante, e expandem o seu auxílio ao PAIGC.<sup>445</sup>

Durante a Conferência Tricontinental, na sequência do discurso do líder guineense, Fidel Castro conversa longamente com Cabral, prometendo-lhe enviar instrutores militares e médicos para a Guiné. De Cuba, a partir de 1966 e até o final da guerra, em 1974, vieram os únicos

---

438 CABRAL, Amílcar, “Os caminhos da traição” in *A luta criou raízes – intervenções, entrevistas, reflexões, artigos 1964-1973*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2018 [1971], pp. 58-78. Análise da agressão portuguesa à Guiné-Conacri, em 22 de Novembro de 1970, na reunião do Conselho Superior da Luta de Agosto de 1971.

439 DHADA, Mustafah, *op. cit.*, p. 234.

440 SOUSA, Julião, “A cisão...”, p. 233.

441 *Ibidem*, p. 234.

442 No movimento comunista, *revisionismo* corresponde a um posicionamento de abandono da revolução, e a um afastamento das práticas, métodos e ideias marxistas.

443 SOUSA, Julião, “A cisão...”, p. 235.

444 CABRAL, Amílcar, “Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”.

445 GLEIJESES, Piero, “The first ambassadors: Cuba’s contribution to Guinea-Bissau’s war of independence”, *Journal of Latin American Studies*, v. 29, n.1, Feb, 1997, pp. 45-88. Ver também os depoimentos dos combatentes cubanos ouvidos em EL-TAHRI, Jihan, *Cuba: uma odisseia africana*. Produção: Temps Noir. Paris, Arte France; Lisboa, Midas Filmes, 2007. Documentário. 1 DVD (190 min.).

estrangeiros admitidos pelo PAIGC como combatentes na Guiné. Cabral desejava que o próprio povo guineense e cabo-verdiano realizasse a luta de libertação, constituindo a participação cubana uma exceção, devido à necessidade de pessoal militar qualificado. A par da ajuda militar, Cuba envia médicos e enfermeiros para a guerra de libertação. O país latino-americano vinha ajudando o PAIGC desde 1965, após um encontro de Che Guevara com Cabral em Conacri, em janeiro daquele ano. Por meio da Operación Triángulo, em abril de 1965, Cuba manda alimentos, armas e medicamentos para o movimento de libertação. Em julho de 1965, 31 cabo-verdianos viajam para Cuba a fim de receber treinamento militar, visando à preparação para a luta armada em Cabo Verde. Todavia, devido à falta de condições geográficas, e até políticas, para a insurreição armada no arquipélago, o partido desiste do projeto. Os cabo-verdianos treinados em Cuba passam a lutar na Guiné-Bissau a partir de 1967.<sup>446</sup>

O discurso em Havana também repercute positivamente entre os soviéticos, principalmente por defender que durante a luta de libertação os movimentos deveriam criar uma vanguarda revolucionária, para evitar que o país sucumbisse ao neocolonialismo após a independência.<sup>447</sup> Assim, o prestígio de Cabral e do PAIGC está em altíssimo nível, em virtude não só das vitórias do partido na luta armada, mas também das elaborações teóricas do seu líder.

Amílcar tinha consciência do prestígio que ele e a sua organização vinham conquistando no mundo. Em julho de 1968, Cabral estava em Argel, capital da Argélia, país africano fundamental no apoio aos movimentos de libertação, para participar de uma reunião do Comitê de Libertação da OUA. Conforme trechos de postais enviados de lá por Amílcar à sua segunda mulher, Ana Maria Cabral<sup>448</sup>: “Nós somos muito bem conceituados, admirados, perante todos”, diz Cabral em 17 de Julho de 1968.<sup>449</sup> “O Bouteflika [Abdelaziz Bouteflika, então ministro do Exterior argelino] fez um dos maiores elogios já dirigidos ao nosso PAIGC e (vá lá) a mim. Os camaradas estão todos radiantes. A nossa delegação é a vedeta desta coisa. Parece que este é o condão do PAIGC”, dizia ele no dia seguinte.<sup>450</sup> “O nosso PARTIDO subiu tão alto no quadro africano (e mundial) que tenho medo das responsabilidades que pesam sobre os nossos ombros”, declara à mulher em 19 de julho.<sup>451</sup>

---

446 GLEIJESES, Piero, *op. cit.*

447 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, p. 149.

448 Ana Maria Cabral, nascida na Guiné em 1941, foi mulher de Amílcar desde 1966 até a morte deste em 1973. É dirigente da Fundação Amílcar Cabral em Cabo Verde.

449 CABRAL, Ana Maria; ELÍSIO, Filinto; SOUTO, Márcia (Org.), *Itinerários de Amílcar Cabral*, Lisboa, Rosa de Porcelana, 2018, p. 42.

450 *Ibidem.*, p. 44.

451 *Ibidem.*, p. 46.

### 3.9 O peso do racismo, o poder do dinheiro, a força da solidariedade internacional (1968-1972)

De acordo com Santos, uma série de fatores explica o apoio dos países ocidentais ao colonialismo português. Um deles foi a existência, nas elites destes países, de concepções racializadas acerca dos povos colonizados.<sup>452</sup>

A influência do racismo na condução das políticas internacionais fica clara, por exemplo, quando pensamos no apoio decidido que Portugal recebe de Richard Nixon, presidente americano entre 1969 e 1974. Schneidman cita o racismo como uma das razões para o desinteresse da administração Nixon pela África e para a sua lealdade a Portugal diante dos problemas de Angola e Moçambique. A Casa Branca sob a gestão Nixon é descrita como um ambiente em que o presidente e os seus colaboradores fazem “piadas” e comentários que demonstram ignorância e preconceito quanto à África e aos negros.<sup>453</sup> No mandato de Nixon, a África está praticamente ausente da política externa americana. Outros assuntos consomem as energias americanas naquele momento – a retirada do Vietnã, a retomada das relações diplomáticas com a China, a aproximação à União Soviética. As nações africanas recém-independentes, longe de entusiasmarem Nixon e os seus conselheiros mais próximos, provocam-lhes desânimo. Além disso, permanecia a avaliação da administração Johnson de que a África já não era um ponto estratégico na disputa com o campo socialista.<sup>454</sup>

Nixon assegura aos governantes portugueses que a sua administração não pressionará o colonialismo português. O presidente americano aprecia a firmeza de Portugal na defesa do seu império colonial, e acredita que a continuidade do domínio português é uma proteção contra a influência comunista e a desordem na África Austral.<sup>455</sup> Optando por uma política de aproximação e colaboração com os regimes de minoria branca da região, em 1970, os americanos abrandam os embargos de armamento à África do Sul e a Portugal, autorizando a venda de equipamentos para estes países.<sup>456</sup> A decisão de intensificar as relações com tais regimes resulta sobretudo das vultosas atividades econômicas dos Estados Unidos na região. Os investimentos americanos na África do Sul em 1969 perfaziam US\$ 1 bilhão (mil milhões),<sup>457</sup> e, como já vimos, os negócios americanos nas colônias portuguesas eram crescentemente expressivos no final dos anos 1960, embora não tão volumosos como os na África do Sul.

---

452 SANTOS, Aurora, *A organização...*, p. 367.

453 SCHNEIDMAN, Witney, *op. cit.*, p. 165.

454 *Ibidem*, cap. III.

455 *Ibidem*, pp. 163-164.

456 *Ibidem*, p. 173.

457 *Ibidem*, p. 170.

Relatórios de inteligência americanos alertavam para a difícil situação que Portugal vivia na guerra, com o aumento das revoltas em Angola (apesar dos problemas de unidade e organização das guerrilhas angolanas) e a ampliação das frentes de batalha da Frelimo em Moçambique. A campanha militar do PAIGC, que impunha sérias dificuldades às tropas portuguesas na Guiné-Bissau, geralmente não era objeto de atenção dos analistas americanos. Desconhecendo estes alertas, ou desconsiderando-os, Nixon não acreditava que os africanos fossem capazes de desestabilizar o regime português e conquistar os seus objetivos por meio da luta armada.<sup>458</sup>

Ao nosso ver, essa crença na incapacidade dos movimentos africanos vencerem ou ameaçarem os portugueses pode estar relacionada a juízos de valor racializados, como a crença na superioridade dos brancos em relação aos negros. Parece-nos que juízos de valor desta natureza, com a subestimação do inimigo, terão condicionado a atuação de Portugal ao longo da Guerra Colonial. A guerrilha da Guiné-Bissau terá sido particularmente subestimada, sem receber a devida atenção das autoridades portuguesas até meados de 1968.

De acordo com Sousa, em 1968, Amílcar Cabral reformula as relações exteriores do PAIGC, buscando superar o impasse militar em que a guerra na Guiné se encontrava por meio da ação diplomática. Cabral objetiva conquistar novos aliados, a fim de obter uma situação jurídica internacional favorável à independência da Guiné-Bissau. Além de reforçar as relações com o campo anti-imperialista (Estados socialistas, movimento operário internacional, movimentos de libertação), o PAIGC procura estabelecer ou intensificar as relações com o Ocidente – não só com organizações da sociedade civil, mas também com os governos destes países. Assim é que em 1970, em visita a Washington, Cabral consegue ser ouvido por uma subcomissão do Congresso dos Estados Unidos. Em 1968, a Suécia do social-democrata Olof Palme torna-se o primeiro país ocidental a apoiar o PAIGC, reconhecendo-o como o legítimo representante dos povos da Guiné e de Cabo Verde, e fornecendo-lhe auxílio financeiro e humanitário. Outros três países nórdicos – Finlândia, Dinamarca e Noruega – fazem o mesmo a partir de 1971.<sup>459</sup>

Segundo Telepneva, embora não se saiba ao certo o que Moscou pensava do apoio nórdico aos movimentos de libertação (além do PAIGC, os nórdicos apoiavam a Frelimo e o MPLA), aparentemente os soviéticos não tinham nenhuma objeção a esta colaboração. De modo geral, os soviéticos recomendavam que os movimentos de libertação buscassem apoio no Ocidente. O próprio Comitê de Solidariedade soviético mantinha relações com militantes de organizações anticolonialistas europeias.<sup>460</sup>

---

458 SCHNEIDMAN, Witney, *op. cit.*, pp. 171-172.

459 SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral...*, pp. 468-474.

460 TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, pp. 191-193.

Entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, observa-se um crescimento da condenação da opinião pública internacional ao colonialismo. Este é um período em que questões do Terceiro Mundo – como a Guerra do Vietnã, a Revolução Cubana, o *apartheid* sul-africano e a libertação das colônias portuguesas – despertam o interesse entusiasmado dos jovens europeus.<sup>461</sup> O PAIGC, desde 1964, tinha relações com as diversas organizações anticolonialistas que proliferavam na Europa, na África e na América do Norte.<sup>462</sup> A partir de 1966, numerosos jornalistas, escritores e cineastas de todo o mundo são convidados a visitar as áreas controladas pelo PAIGC (regiões libertadas).<sup>463</sup> O material produzido nestas visitas – reportagens, livros, filmes, fotografias – contribui para divulgar internacionalmente a luta conduzida pelo PAIGC.

Assinalemos, em jeito de parêntesis, que, além de conscientizar o público internacional acerca da situação dos povos em luta, a circulação de jornalistas nas zonas libertadas também constituía oportunidades de recolha de elementos de inteligência por parte de governos,<sup>464</sup> ou mesmo oportunidades de infiltração e sabotagem por parte de organizações secretas,<sup>465</sup> como hoje começamos a saber.

Diferentemente do que ocorria noutras partes do mundo, o sentimento de condenação moral do colonialismo não prospera no conjunto da sociedade portuguesa. Conforme Santos, a ausência de liberdades democráticas impediu o debate público sobre a descolonização. Além disso, o nacionalismo nutrido pela generalidade da população portuguesa tinha na existência de colônias um elemento fundamental, servindo de apoio ao governo português para resistir à reprovação internacional.<sup>466</sup>

Como recorda Arlindo Barbeitos, ex-combatente do MPLA, a sociedade italiana foi uma das que mais deram apoio à libertação das colônias portuguesas.<sup>467</sup> Segundo depoimento de Joaquim Chissano, dirigente da Frelimo, na Itália formou-se um amplo movimento de solidariedade, abrangendo desde a democracia cristã até os comunistas.<sup>468</sup> Barbeitos classifica as relações dos movimentos de libertação com o Partido Comunista Italiano (PCI) como “estupendas”, lembrando que o MPLA tinha acordos com hospitais de Bolonha em localidades governadas pelo PCI.<sup>469</sup>

461 Ver, por exemplo, BOSGRA, Sietse, “A influência dos movimentos de libertação na opinião pública europeia” in *Continuar Cabral – Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, 17-20 Jan. 1983, Praia. Odivelas: Grafedito/Prelo-Stampa, Set. 1984, pp. 573-581, disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=007348#!576>>, acesso em: 18 Set. 2018.

462 SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral...*, p. 472.

463 *Ibidem*, p. 464.

464 Como no caso soviético – TELEPNEVA, Natalia, *op. cit.*, p. 137.

465 Ver SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral...*, parte II, cap. 6.

466 SANTOS, Aurora, *A organização...*, p. 368.

467 Depoimento de Arlindo Barbeitos a FURTADO, Joaquim, “A guerra diplomática”, in *A guerra*. Produção: RTP. Lisboa, Público; Levoir, 2017. Série documental, episódio 23, 1 DVD (aprox. 73 min.).

468 Depoimento de Joaquim Chissano a FURTADO, Joaquim, “A guerra diplomática”, 2017.

469 Depoimento de Arlindo Barbeitos a FURTADO, Joaquim, “A guerra diplomática”, 2017.

Justamente na península itálica ocorre um episódio fundamental para a ampliação do apoio internacional à independência das colônias portuguesas, constituindo um momento de viragem: o encontro do Papa Paulo VI com Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos, em 1º de julho de 1970, no Vaticano. Os nacionalistas africanos encontravam-se em Roma em virtude da Conferência Internacional de Solidariedade com os Povos das Colônias Portuguesas, realizada de 27 a 29 de junho por iniciativa de centrais sindicais italianas e outras entidades. Aproveitando o ensejo, a militante italiana Marcella Glissanti consegue marcar um encontro entre os nacionalistas e o líder máximo do catolicismo.<sup>470</sup>

O encontro dos líderes nacionalistas com o papa repercute nos meios de comunicação internacionais, representando uma grandiosa vitória para os movimentos de libertação. Óscar Monteiro, ex-combatente da Frelimo, considera a recepção pelo papa como “o ponto mais avançado” atingido pela diplomacia dos movimentos de libertação. Ele ressalta o valor simbólico da audiência com o papa, já que a Igreja Católica “tinha sido por muito tempo utilizada como a justificação moral da colonização. A ideia da civilização realizada via Igreja Católica (...) neste momento fica sem justificação”.<sup>471</sup> A recepção pelo papa também representa um importante movimento de transposição dos limites da Guerra Fria. Nas palavras de Sérgio Vieira, ex-combatente da Frelimo: “A caução moral que o papa nos dá de algum modo nos ajudar a desmistificar essa inserção do nosso combate dentro da bipolarização da Guerra Fria”.<sup>472</sup>

Portugal protesta ao Vaticano, e chama de volta a Lisboa o seu embaixador na Santa Sé. Alguns dias depois, o Vaticano envia a Portugal uma nota afirmando que o encontro com os dirigentes dos movimentos de libertação não teve nenhum significado político, e que o papa os recebeu apenas na qualidade de cristãos. Na televisão, Marcelo Caetano fala aos portugueses sobre o caso, manifestando que o país tinha ficado “profundamente chocado com a notícia (...) de que o papa teria recebido (...) três chefes do terrorismo que perturba a vida das nossas províncias ultramarinas”. Caetano lamenta a demora do Vaticano em dar explicações sobre o ocorrido, a qual atribui à burocracia comum a todos os Estados. Diante da explicação da Santa Sé de que o encontro não teve conteúdo político e não significava uma interferência em assuntos internos de Portugal, Caetano conclui que o episódio noticiado nos principais jornais do mundo, embora tenha causado profunda perplexidade e dor à nação portuguesa, não passou de exageros publicitários dos quais os “terroristas” procuravam tirar partido.<sup>473</sup>

---

470 TOMÁS, António, *op. cit.*, pp. 248-250.

471 Depoimento de Óscar Monteiro a FURTADO, Joaquim, “A guerra diplomática”, 2017.

472 Depoimento de Sérgio Vieira a FURTADO, Joaquim, “A guerra diplomática”, 2017.

473 *Conversa em Família*, Lisboa, RTP 1, 7 Jul. 1970. Série Televisiva. Episódio de 7 Jul. 2007. Vídeo *online* (9 min.).

Disponível em: <<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conversa-em-familia-8/>>.

No início dos anos 1970, o número de sessões sobre as colônias portuguesas aumenta nos principais órgãos da ONU, inclusive no CS. Em 1972, pela primeira vez, uma resolução contra Portugal é aprovada por unanimidade no CS, com os Estados Unidos e o Reino Unido, aliados de Portugal, subscrevendo um chamado à negociação e à cessação das operações militares, e afirmando o direito inalienável à autodeterminação e à independência de Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, e Moçambique.<sup>474,475</sup>

Temas bastante embaraçosos acerca das guerras coloniais portuguesas são discutidos na ONU e incluídos nas suas resoluções, tais como: ataques aos Estados independentes vizinhos às colônias portuguesas (como o Senegal e a Guiné-Conacri); uso de substâncias químicas, nomeadamente o napalm; bombardeamento de aldeias, matança indiscriminada de civis e destruição de propriedades; colaboração com os regimes de minoria branca da África do Sul e da Rodésia; e tratamento aos prisioneiros de guerra inferior ao estabelecido na Convenção de Genebra de 1949.<sup>476</sup>

Os dias de Portugal também estão mais difíceis na OTAN, em cujas reuniões ministeriais a Holanda, a Noruega e a Dinamarca atacam Portugal por utilizar armas da entidade na Guerra Colonial. Neste período, a Alemanha Ocidental, um antigo aliado, deixa de vender armas da OTAN para Portugal.<sup>477</sup>

Em fevereiro de 1972, ocorre a primeira reunião do CS (ONU) no continente africano, em Adis Abeba, na qual Amílcar Cabral é ouvido. Nesta reunião, Salim A. Salim, tanzaniano, presidente do Comité de Libertação da OUA, propõe o envio de uma missão da ONU às zonas libertadas do PAIGC na Guiné. Em abril de 1972, uma missão da ONU visita o interior da Guiné, constatando a existência de regiões libertadas administradas pelo PAIGC. O relatório da missão é uma contundente vitória para as forças lideradas por Cabral, ao reconhecer o PAIGC como o único e legítimo representante dos povos da Guiné e de Cabo Verde, e ao concluir que Portugal já não tinha o controle efetivo de vastas regiões guineenses.<sup>478</sup> Na nossa opinião, o envio desta missão foi a mais grave derrota sofrida por Portugal na luta pela manutenção da sua soberania sobre os seus territórios coloniais.

Assim, com um ambiente internacional cada vez mais convencido de que o PAIGC controlava a maior parte do território da Guiné-Bissau, exercendo funções típicas de Estado,

---

474 Ver SANTOS, Aurora, “Um elevado grau de deterioração: 1971-1974”, in *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1960-1974*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 2017, pp. 245-316.

475 Ver RESOLUTION 322 (1972) of 22 November 1972, 22 Nov. 1972, disponível em: <<http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/1972.shtml>>, acesso em: 19 Set. 2018.

476 SANTOS, Aurora, “Um elevado...”.

477 SCHNEIDMAN, Witney, *op. cit.*, p. 185.

478 SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral...*, pp. 502-503; SANTOS, Aurora, “Um elevado...”, pp. 267-268.

faltando-lhe apenas reconhecimento internacional, Cabral estava a um passo de declarar a independência da Guiné-Bissau no ano seguinte, 1973.

### 3.10 O ano da morte de Amílcar Cabral (1973)

Amílcar Cabral é assassinado em 20 de Janeiro de 1973, quando voltava para casa com a mulher, Ana Maria, após uma recepção na embaixada da Polónia em Conacri. O autor dos disparos fatais, Inocêncio Cani, era um membro do PAIGC que há muito tempo estava insatisfeito com a liderança de Cabral. Em 1971, Cani já havia sido julgado e preso por corrupção pelo tribunal de guerra do PAIGC, tendo sido anistiado um pouco tempo depois. Nem toda documentação referente ao assassinato encontra-se disponível em arquivo. Muito provavelmente, às dissidências e aos problemas internos do PAIGC juntaram-se os interesses dos serviços secretos portugueses de eliminar fisicamente Cabral, possivelmente com a participação de organizações internacionais de extrema-direita que atuavam à margem dos Estados nacionais.<sup>479</sup>

Cabral é assassinado antes de ser proclamada, unilateralmente, a independência da República da Guiné-Bissau, em 24 de Setembro de 1973, na Madina do Boé, no interior do novo país. A independência guineense é debatida na ONU de 26/10/1973 a 2/11/1973, resultando na Resolução nº 3061 (XXVIII), de 2/11/1973, aprovada com 93 votos a favor, 7 contra e 30 abstenções. Portugal, África do Sul, Espanha, Reino Unido, Estados Unidos, Brasil e Grécia foram os países que, não surpreendentemente, votaram contra a resolução. Entre as abstenções, destaque-se a da França, importante país ocidental, cuja posição foi influenciada pela presença do presidente senegalês Léopold Senghor em Paris no momento da votação. Israel, que tradicionalmente votava com a maioria afro-asiática, opta pela abstenção, a pedido dos Estados Unidos. Também se abstêm os países nórdicos, o Japão e a maioria dos países latino-americanos.<sup>480</sup> A resolução aprovada considera ilegal a presença de forças militares portuguesas na República da Guiné-Bissau, condenando fortemente as políticas do governo português, e demandando que este parasse de violar a soberania e a integridade territorial da República da Guiné-Bissau, bem como cessasse as agressões contra o povo guineense e cabo-verdiano.<sup>481</sup> Como observa Santos, embora a resolução não constituísse um reconhecimento formal da independência da Guiné, mas uma saudação a ela, na prática o documento significava um reconhecimento implícito. Foram adotadas as posições defendidas por Amílcar Cabral, segundo o qual a situação da Guiné era comparável à de um Estado

---

479 SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral...*, parte II, cap. 6.

480 SANTOS, Aurora, “Um elevado...”, pp. 297.

481 Ver RESOLUTION 3061 (XXVIII) of 2 November 1973, 2 Nov. 1973, disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/281/33/IMG/NR028133.pdf>>, acesso em: 3 Dez. 2018.

independente com algumas áreas ocupadas por forças estrangeiras. É sancionado também o projeto de unidade entre a Guiné e Cabo Verde, ao considerar-se o arquipélago como parte integrante e inalienável do território nacional do povo guineense e cabo-verdiano.<sup>482</sup>

Um ano antes, em discurso de 8/11/1972, Rui Patrício – ministro português dos Negócios Estrangeiros entre 1969 e 1974 – fazia a seguinte declaração à nação portuguesa: “Não estamos isolados no mundo. Os países mais conscientes, mais responsáveis e mais evoluídos têm a maior simpatia pela nossa causa e pelo estreitamento das relações com Portugal. As resoluções das Nações Unidas nada significam no mundo contemporâneo.”<sup>483</sup>

Rui Patrício estava enganado. De fato, a ONU pouco podia fazer de efetivo contra Portugal, e um punhado de países capitalistas ricos, apoiadores de Portugal, tinha mais poder político e econômico que a maioria afro-asiática constituída na ONU. Todavia, não se pode dizer que as resoluções da ONU tenham tido importância nula no ambiente que se criou em torno da luta anticolonial.

Como pondera Santos, por um lado a ONU falhou em pôr fim à guerra colonial e fazer com que Portugal cumprisse as resoluções da entidade. Por outro lado, teve êxito em internacionalizar a questão colonial portuguesa e legitimar os movimentos de libertação, bem como em formular e difundir as normas sobre autodeterminação que acabaram por prevalecer na descolonização portuguesa, inclusive nas colônias onde não ocorreu luta armada (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe).<sup>484</sup>

Além das dificuldades nas batalhas diplomáticas e bélicas, é de se assinalar a falta de coesão com que as elites portuguesas – coloniais e metropolitanas – chegam ao início dos anos 1970. Fragmentadas, com projetos irrealistas, reféns das suas próprias mistificações, elas não conseguem elaborar um plano objetivo e unificador para tentar manter o seu domínio sobre as antigas colônias. Assistindo às considerações feitas contemporaneamente por portugueses descontentes com o processo de descolonização, depreendemos que, até hoje, entre estes setores (antigos colonos, militares, diplomatas, políticos), não há concordância sobre onde residiram os erros; quais territórios poderiam ter sido mantidos sob domínio das antigas elites brancas; e de que forma esta manutenção poderia ter sido conseguida (independência sob hegemonia branca, autonomia dentro do Estado português, anexação a Portugal, federação com Portugal ou outros países). No caso das

---

482 SANTOS, Aurora, “Um elevado...”, pp. 295; 298-299.

483 Discurso de 8/11/1972 de Rui Patrício exibido em FURTADO, Joaquim, “Capitães em movimento”, in *A guerra*. Produção: RTP. Lisboa, Público; Levoir, 2017. Série documental, episódio 39, 1 DVD (aprox. 73 min.).

484 SANTOS, Aurora, *A organização...*, pp. 371-373.

propostas de federação, não se verifica consenso a respeito de quais Estados poderiam juntar-se às antigas colônias (Portugal, África do Sul, Brasil).<sup>485</sup>

O ano de 1973 foi um ano sensível na história internacional, devido à Crise do Petróleo, cujas consequências políticas e econômicas impactaram diversos países. Em protesto ao apoio dos Estados Unidos a Israel na Guerra do Yom Kippur – em outubro daquele ano, contra o Egito e a Síria –, os países árabes aumentam o preço do petróleo e impõem embargos no fornecimento do produto. Portugal é um dos países que sofrem com o descontentamento dos árabes, por ter permitido que os Estados Unidos utilizassem a base dos Açores para ajudar Israel na guerra.<sup>486</sup> Os países árabes e africanos unem-se, com estes apoiando o isolamento de Israel, e aqueles interrompendo o fornecimento de petróleo para a África do Sul, Portugal e seus aliados.<sup>487</sup> Tal conjuntura era desfavorável aos interesses do colonialismo português e favorável aos dos movimentos de libertação, cuja causa independentista ganhava uma força inestimável com a possibilidade de usar o petróleo como instrumento de barganha.

O Terceiro Mundo, com o relançamento do Movimento dos Países Não Alinhados, encontrava-se mais coeso, enquanto os Estados Unidos viam a sua influência política decrescer, devido à derrota na Guerra do Vietnã.

É em 1973 que o árabe e o chinês tornam-se línguas oficiais da ONU, somando-se ao inglês, ao francês, ao russo e ao espanhol.<sup>488</sup>

A independência de Cabo Verde seria proclamada em 5 de Julho de 1975. Guiné-Bissau e Cabo Verde seriam governados conjuntamente pelo mesmo partido, o PAIGC, num projeto unitarista que duraria até 1980.<sup>489</sup>

---

485 Ver FURTADO, Joaquim, “Capitães em movimento”, 2017; e FURTADO, Joaquim, “Independência súbita”, in *A guerra*. Produção: RTP. Lisboa, Público; Levoir, 2017. Série documental, episódio 37, 1 DVD (aprox. 73 min.).

486 SANTOS, Aurora, “Um elevado...”, p. 293.

487 PINHEIRO, Leticia, *op. cit.*, p. 91.

488 Ver RESOLUTION 3191 (XXVIII) of 18 December 1973, 18 Dec. 1973, disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/3191\(XXVIII\)&Lang=E&Area=RESOLUTION](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/3191(XXVIII)&Lang=E&Area=RESOLUTION)>, acesso em: 4 Dez. 2018.

489 Cf. LOPES, José Vicente, *Cabo Verde: os bastidores da independência*, Praia, Instituto Camões, 1996.

#### 4 CABRAL REVISITADO (1968-1972)

Neste capítulo, vamos retomar algumas das discussões iniciadas na *Revisão bibliográfica* (capítulo 1), com o intuito de equacionar o lugar do marxismo no pensamento e na ação de Amílcar Cabral. Traremos ao debate os elementos de contexto em que Cabral elabora e exprime o seu pensamento, de forma complementar ao capítulo anterior.

Os textos abordados neste capítulo foram produzidos por Cabral entre 1968 e 1972,<sup>490</sup> fase em que o seu partido buscava novos apoiadores, visando à preparação da independência.<sup>491</sup> Isto passava por procurar apoiadores nos países ocidentais, além do apoio dos Estados africanos e dos países socialistas, exigindo um reforço do discurso de neutralidade. O objetivo era conquistar o apoio de indivíduos e organizações ocidentais e, se possível, os governos dos seus países. No Ocidente, em termos de apoio de Estados nacionais, como já referimos no capítulo 3, apenas os países nórdicos apoiaram o PAIGC, o que passou a ocorrer neste estágio final da luta.

Desse modo, vemos nessa fase um esforço de Cabral – representante máximo do PAIGC – para produzir um discurso de propaganda que apelasse a alguns valores comuns entre as sociedades a que se dirigia e o movimento a que pertencia. Ademais, as sucessivas vitórias dos países anticolonialistas na ONU forneciam fartos elementos para uma propaganda cada vez mais apoiada na legalidade internacional.

Ao mesmo tempo, esta é a fase em que Cabral elabora alguns dos seus textos teóricos mais conotados como marxistas pelos estudiosos. Na mesma viagem aos Estados Unidos em que maneja com perícia a política de não alinhamento, Cabral faz um discurso sobre a cultura na Universidade de Siracusa<sup>492</sup> em que, longe de utilizar uma linguagem neutra, prende-se até “demasiadamente na leitura (...) ‘esquemática’ das relações de modo de produção, forças produtivas e meio de produção”, como observa Gustavo Rolim.<sup>493</sup> Todavia – nota Rolim – Cabral faz um uso criativo e original das possibilidades do marxismo, pois “foge (...) de esquematismos quando inverte e dispõe de seu modo estes conceitos para adaptá-los à realidade de seu povo”.<sup>494</sup> Segundo Rolim, ao analisar a cultura, Cabral, assim como Fanon, demonstrou ter capacidade de fazer aquilo “que Lênin

---

490 Com exceção das menções d’*A arma da teoria*, de 1966.

491 SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral (1924-1973): vida e morte de um revolucionário africano*, Coimbra, Edição do Autor revista, corrigida e aumentada, p. 468 *et seq.*

492 CABRAL, Amílcar, “Libertação nacional e cultura”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1970], p. 277. (Obras escolhidas, vol. 1: *A arma da teoria*). Conferência de 20/2/1970 na Universidade de Siracusa.

493 ROLIM, Gustavo Koszeniewski, “Revolução e cultura no pensamento de Frantz Fanon e Amílcar Cabral”, in MACEDO, José Rivair (Org.), *O pensamento africano no século XX*, São Paulo, Outras Expressões, 2016, p. 196.

494 *Idem.*

colocou como uma definição do marxismo: realizar uma análise concreta de uma situação concreta.”<sup>495</sup>

Também é nesse estágio da luta, mais precisamente em 1969, que ocorre o Seminário de Quadros do Partido, ministrado por Cabral. Segundo Julião Sousa, Cabral realiza o seminário como forma de superar a crise e as críticas que a sua liderança sofria no partido, na tentativa de conquistar o apoio dos membros mais jovens.<sup>496</sup>

Consoante Patrícia Gomes, é certo que o PAIGC estruturava-se segundo o princípio da direção coletiva.<sup>497</sup> Também é certo que Amílcar Cabral não era o único membro do partido a falar em instâncias internacionais – Ângela Coutinho, ao listar algumas mulheres importantes na história do PAIGC, lembra-nos que Dulce Almada, por exemplo, interveio na ONU em nome dos cabo-verdianos.<sup>498</sup>

Cabral discursava nas instâncias internacionais enquanto representante do PAIGC – ou, ainda, da CONCP, como no caso do discurso *A arma da teoria* proferido em Havana, em 1966, em que Cabral se pronunciou na condição de líder de um movimento pertencente a esta organização.<sup>499</sup> Não obstante o caráter coletivo da sua atuação, coube ao indivíduo Cabral escolher as palavras e as estratégias utilizadas para se desincumbir destas tarefas. E digamos que *A arma da teoria*, entre outros textos, ilustram como o gênio individual sobressaía na sua atuação como dirigente.

No caso das falas no Seminário de Quadros de 1969, Cabral expressava as suas opiniões próprias, por vezes mostrando divergências com as posições de outros membros do partido. Por exemplo, como assinala Coutinho, é por meio destas falas que ficamos a saber que, “de entre os militantes do partido, alguns pensavam que após a independência se devia utilizar o trabalho forçado, nomeadamente obrigando os camponeses a cultivar certos produtos”.<sup>500</sup>

Escolhemos como fio condutor da primeira seção deste capítulo uma audiência concedida por Cabral em fevereiro de 1970 no Congresso Norte-Americano, ocasião em que foi confrontado com algumas questões embaraçosas da Guerra Fria. Outros textos do período intercalam a análise. A segunda seção do capítulo aborda o socialismo africano, estudando as ideias e as posições de Cabral no âmbito desta tendência política.

---

495 *Ibidem*, p. 195.

496 SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral...*, p. 406.

497 GOMES, Patrícia, *Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973) – organização do Estado e relações internacionais*, Torino, L’Harmattan, 2010, pp. 77-78.

498 COUTINHO, Ângela, *Os dirigentes do PAIGC: da fundação à rutura: 1956-1980*, Coimbra, IUC, 2017, p. 101.

499 CABRAL, Amílcar, “Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”.

500 COUTINHO, Ângela, *op. cit.*, p. 186.

#### 4.1 Do contexto ao discurso, das circunstâncias às escolhas

Em 26 de fevereiro de 1970, Amílcar Cabral consegue ser ouvido no Subcomitê sobre a África da Comissão de Assuntos Estrangeiros do Congresso Norte-Americano, em Washington.<sup>501</sup> A audiência faz parte dos esforços empreendidos pelo PAIGC desde o final dos anos 1960 para conquistar apoios no Ocidente, visando reunir condições para a proclamação da independência da Guiné-Bissau. Assim, o secretário-geral do PAIGC parte em busca do apoio da *grande nação americana*.<sup>502</sup>

Charles Diggs Jr., congressista do estado de Michigan pelo Partido Democrata, presidente do subcomitê, dirigia a audiência. Diggs, um experiente militante pelos direitos civis dos afro-americanos, e bastante dedicado aos assuntos africanos, conduziu os trabalhos de maneira simpática a Cabral. Afora Diggs, que era negro, os demais congressistas interpelantes no debate eram brancos: Frank Morse, representante de Massachusetts, do Partido Republicano; Edward Derwinski, de Illinois, também republicano; e Jonathan Bingham, democrata de Nova Iorque.<sup>503</sup> Somente Derwinski era hostil à causa do PAIGC; Morse era simpático, e Bingham, mais ainda.

Amílcar Cabral, ao discursar em espaços internacionais, costumava apelar aos princípios do público a que se dirigia, buscando estabelecer os pontos em comum entre o projeto do PAIGC e os valores de determinada sociedade – ou conjunto de sociedades, no caso de reuniões multilaterais. Assim, no Congresso estadunidense, declara que o PAIGC estava seguindo o exemplo da luta por independência do povo norte-americano, e defende que o pleito do seu partido baseava-se nos mesmos princípios fundamentais da Constituição dos Estados Unidos. Cabral argumenta que a maior parte da nação americana estava ao lado do PAIGC contra a dominação colonial, e que os “sagrados interesses” (“*sacred interests*”) do seu povo não estavam em contradição com os dos Estados Unidos, nem mesmo com os de Portugal.<sup>504</sup>

501 Ver REPORT on Portuguese Guinea and the Liberation Movement, Washington, 1970, *CasaComum.org*, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_84252](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84252)>, acesso em: 23 Fev. 2018. (Publicação pelo Sub-Comité da África, Comité dos Negócios Estrangeiros, Câmara dos Representantes, Congresso dos Estados Unidos da América, Washington, D.C., de audição de Amílcar Cabral de 26 de Fevereiro de 1970).

502 *Great American nation* – expressão utilizada por Amílcar Cabral em telegrama enviado ao congressista Charles Diggs Jr. Ver: CABRAL, Amílcar, [Telegrama], 1970 Mar. 11, Conacri, a Charles Diggs, [Datilografado], 1970, 1 f., disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_34630](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34630)>, acesso em: 5 Dez. 2017.

503 As biografias resumidas dos referidos congressistas podem ser encontradas nas seguintes seções do *site* do Biographical Directory of the United States Congress: DIGGS, Charles Cole, Jr., disponível em: <<http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=D000344>>; MORSE, Frank Bradford, disponível em: <<http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=M001009>>; DERWINSKI, Edward Joseph, disponível em: <<http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=d000269>>; BINGHAM, Jonathan Brewster, disponível em <<http://bioguide.congress.gov/scripts/biodisplay.pl?index=B000472>>, acesso em: 11 Dez. 2018. Sobre Diggs, ver também DIGGS, Charles Coles, Jr., History, Art & Archives of US House of Representatives, disponível em: <[https://history.house.gov/People/Listing/D/DIGGS,-Charles-Coles,-Jr--\(D000344\)/](https://history.house.gov/People/Listing/D/DIGGS,-Charles-Coles,-Jr--(D000344)/)>, acesso em: 11 Dez. 2018.

504 REPORT..., p. 2.

O mesmo tipo de tática discursiva seria adotado em outros discursos internacionais de Cabral. Na sua intervenção perante a IV Comissão da Assembleia Geral da ONU, em outubro de 1972, Cabral identifica a luta do PAIGC como uma luta de toda a humanidade, pelos princípios da ONU e da legalidade internacional.<sup>505</sup> Reproduzindo trechos de um discurso que havia proferido na IV Comissão em 12 de dezembro de 1962, Cabral diz que os combatentes da Guiné e de Cabo Verde eram os combatentes anônimos da causa da ONU. Cada companheiro que morria pela libertação do país estava a dar a vida pelos ideais da ONU, expressos na Carta da entidade e nas suas resoluções, em especial na Resolução sobre a Descolonização.<sup>506</sup> Em outra passagem do discurso de 1972, Cabral lança um apelo especial ao Brasil. Cabral menciona a luta pela independência do país, lembrando que “D. Pedro, príncipe de Portugal, mas ligado ao povo brasileiro, gritou, nas margens do rio Ipiranga, com os seus companheiros de luta, ‘independência ou morte!’ Este grito de rebelião ficou na história sob o nome de ‘grito do Ipiranga’”.<sup>507</sup> Um apoio do Brasil naquele momento seria extremamente útil para o PAIGC, tendo em vista a importância simbólica do Brasil no discurso de propaganda português, bem como o peso e a representatividade do país no cenário internacional. A referência à independência do Brasil é feita novamente em novembro de 1972, quando Cabral envia, por intermédio de Léopold Senghor, um telegrama ao presidente Médici, pedindo o apoio brasileiro e declarando que os militantes do PAIGC eram continuadores do “Grito do Ipiranga”, sobre cujas bases se criou “a grande Nação brasileira”.<sup>508</sup>

Ainda no discurso de 1972 na ONU, Cabral declara que aqueles que apoiam Portugal não conseguiriam impedir a independência da Guiné e de Cabo Verde, e que a posição dos Estados que apoiavam Portugal não coincidia “com os sentimentos da maioria dos povos desses Estados”. Segundo Cabral, o povo da Guiné e de Cabo Verde estaria pronto para, “um dia”, compreender as posições assumidas por estes Estados, e estaria aberto para uma “cooperação sã ao serviço de uma vida de paz e progresso para o nosso povo e no interesse também dos seus próprios povos.” Cabral não se esquece de agradecer aos apoiadores do PAIGC: os países africanos, os países socialistas e os países nórdicos, além das organizações independentes de países diversos.<sup>509</sup>

No Congresso norte-americano, em fevereiro 1970, Cabral procura uma convergência com os valores e os interesses deste país, buscando colocar as suas demandas de uma maneira não confrontativa, frisando que elas eram amparadas pelo direito internacional e não eram contrárias aos

---

505 CABRAL, Amílcar, “O povo da Guiné e Cabo Verde perante a ONU”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1972], p. 223-238. (Obras escolhidas, vol. 2: A prática revolucionária). Intervenção perante a IV Comissão da Assembleia Geral da ONU (XXVII Sessão) em outubro de 1972.

506 *Ibidem*, p. 227.

507 *Ibidem*, pp. 237-238.

508 DÁVILA, Jerry, *Hotel Trópico – o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*, tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne, São Paulo, Paz e Terra, 2011, p. 200.

509 CABRAL, Amílcar, “O povo da Guiné e Cabo Verde...”, p. 238.

interesses dos Estados Unidos ou da OTAN.<sup>510</sup> Para o PAIGC, interessava que os Estados Unidos impedissem que Portugal utilizasse armas americanas na África, e que descontinuassem o apoio político que davam ao colonialismo português. Cabral coloca a questão com delicadeza, dizendo que lamentava o uso por Portugal de armas americanas da OTAN, mas frisando que *lamentar* este uso não era *acusar* os Estados Unidos.<sup>511</sup> Cabral ressalta que Portugal, um país atrasado e subdesenvolvido, não conseguiria guerrear na África sem ajuda exterior.<sup>512</sup>

Os temas abordados por Cabral na sua intervenção perante o subcomitê africano do Congresso estadunidense foram aqueles mais frequentes na propaganda do PAIGC do período: defesa de que o PAIGC tinha libertado dois terços do território da Guiné; de que o partido tinha instalado estruturas sociais e administrativas nas porções controladas; e de que a situação da Guiné era comparável à de um Estado independente ocupado por forças estrangeiras em algumas regiões. Cabral denuncia a incapacidade de Portugal desenvolver social e economicamente os territórios colonizados, e justifica que a luta armada fora adotada como via de luta devido à impossibilidade de se utilizarem meios pacíficos, uma vez que o Estado português reprimia as manifestações dos africanos com massacres.<sup>513</sup>

Após a exposição inicial de Cabral, os congressistas Diggs e Morse fazem algumas perguntas a Cabral, as quais constituem uma oportunidade de este falar mais sobre a luta do PAIGC.<sup>514</sup> Morse alude ao apoio da África do Sul a Portugal, e ao uso de armamento francês obtido via OTAN por Portugal.<sup>515</sup> Assim como as questões de Diggs e Morse, as perguntas e os comentários de Bingham favorecem a argumentação de Cabral. Bingham pede que as resoluções mais recentes da ONU sobre a luta de libertação das colônias portuguesas sejam anexadas à ata da audiência, ressaltando que elas haviam sido aprovadas na Assembleia Geral por maiorias muito largas. É ainda Bingham que toca em algumas questões delicadas para a política internacional americana, como o uso de napalm nas guerras coloniais portuguesas em África. Bingham pede para ver fotos de africanos queimados por napalm, e quer saber se a origem das bombas utilizadas é americana. Cabral responde que, embora as bombas não contivessem indicação de onde foram fabricadas, toda a informação constante nelas estava em inglês, e que especialistas ingleses afirmavam que haviam sido fabricadas nos Estados Unidos.<sup>516</sup> Note-se que o tema do napalm, devido ao uso desta arma pelos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, era altamente sensível para os

---

510 REPORT..., p. 5.

511 *Ibidem*, p. 2.

512 *Ibidem*, p. 4.

513 *Ibidem*, pp. 3-4.

514 *Ibidem*, pp. 9-11.

515 *Ibidem*, p. 11.

516 *Ibidem*, pp. 14-15

americanos, causando reações fortes no público internacional e constringendo os Estados Unidos quando mencionado na ONU.<sup>517,518</sup>

Bingham declara que apoiava as posições de Cabral e que, no seu trabalho no Congresso e na ONU, há muito tempo se opunha a que os Estados Unidos fornecessem armas ou qualquer tipo de assistência a Portugal.<sup>519</sup>

Diferentemente, o congressista Derwinski demonstra estar ao lado dos colonialistas portugueses e contra o movimento de libertação. As suas perguntas tentam encontrar contradições nas falas de Cabral, e, principalmente, apontar laços do PAIGC com o campo socialista. Cabral saiu bem das questões colocadas, conseguindo dar respostas coerentes com o projeto do PAIGC, dentro de uma estratégia de não alinhamento. A maior parte das perguntas de Derwinski gira em torno de temas da Guerra Fria, e é neles que nos vamos concentrar.

Derwinski alude ao discurso de Cabral em homenagem aos cem anos do nascimento de Lênin, em cerimônia na União Soviética, no qual Cabral declara apoiar *movimentos de libertação na Ásia*. Derwinski quer saber quais movimentos seriam estes – mais especificamente, se o PAIGC apoiava o Vietcong, que então enfrentava os Estados Unidos e o governo sul-vietnamita no Vietnã. Cabral responde que sim, o PAIGC apoiava a luta do povo sul-vietnamita e o Vietcong.<sup>520</sup> Apesar de a pergunta ser espinhosa, Cabral não tinha como responder nada diferente disso, pois assumidamente a posição do seu partido era de solidariedade a este movimento. No Seminário de Quadros do PAIGC, Cabral orientava os seus militantes a jamais terem medo de dizer abertamente que o partido apoiava “o povo do Vietnam em luta contra o imperialismo americano”.<sup>521</sup> Cabral não podia esperar por apoio ao movimento que dirigia se ele mesmo não apoiasse outros movimentos de libertação.

Quando indagado por Derwinski sobre um oficial cubano capturado pelos portugueses nas forças do PAIGC, conforme mostrado pela imprensa ocidental, Cabral responde que apenas havia médicos cubanos trabalhando em seu país, e que aquele oficial cubano estava lá unicamente para visitar estes médicos. Cabral alega que não havia cubanos combatendo nas terras guineenses.<sup>522</sup>

---

517 SANTOS, Aurora, *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970*, Lisboa, FCSH/UNL, 2014, Tese de Doutoramento, pp. 293-294.

518 Sobre o uso de napalm nas guerras coloniais portuguesas, ver ARAÚJO, António de, SILVA, António Duarte, “O uso de napalm na Guerra Colonial – quatro documentos”, *Relações Internacionais* [online], 2009, n. 22, pp. 121-139, Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992009000200009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992009000200009&lng=pt&nrm=iso)>, acesso em: 22 Jun. 2018.

519 REPORT..., p. 15.

520 *Ibidem*, p. 12.

521 CABRAL, Amílcar, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior: 3 - No plano internacional”, *CasaComum.org*, [1969], p. 16, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_84157](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84157)>, acesso em: 22 Jan. 2018.

522 REPORT..., p. 12.

Derwinski enfatiza que o PAIGC recebia ajuda, inclusive na forma de armamento, da União Soviética e de outros países socialistas, como a Tchecoslováquia e a China. Pergunta qual era a extensão das contribuições socialistas no armamento do partido, e qual era a sua posição acerca da cisão sino-soviética. Colocando a questão no campo das hipóteses, indaga se Cabral implantaria um governo ou Estado socialista caso conseguisse a independência.<sup>523</sup>

Quanto à extensão das contribuições socialistas, Cabral responde que eram menores do que gostaria. Sobre os conflitos e as ideologias de outros países, Cabral diz que o seu movimento não se envolvia neles, apenas se concentrava na independência do seu país. Pedindo licença, Cabral faz um comentário ligeiramente ácido: se Portugal, que era membro da OTAN e recebia armas americanas e alemãs, declarava expressamente não aceitar a ideologia da OTAN, por que o PAIGC deveria aceitar ideologias estrangeiras? Cabral não define como seria o Estado a ser construído após a independência, alegando que os africanos do seu país não gostavam de rótulos; o que desejavam era democracia, paz, progresso e justiça social. Se alguém quisesse classificá-los como socialistas, capitalistas ou outro nome, isto não era responsabilidade deles.<sup>524</sup>

Uma das perguntas feitas por Derwinski que não versavam sobre temas da Guerra Fria referia-se ao tribalismo. O congressista menciona que, na Guiné Portuguesa, o tribalismo era um problema, assim como em quase todos os países africanos. Segundo relatórios, algumas tribos da Guiné não participavam da luta do PAIGC e mantinham-se leais às forças portuguesas. Derwinski questiona até que ponto o PAIGC era um movimento de base tribal, sem representatividade nacional. Em resposta, Cabral fala do esforço do partido em reunir todas as tribos, grupos étnicos e populações na luta. Diz que, embora inicialmente os indivíduos da etnia fula não tenham aderido à luta, aos poucos o partido ia conquistando este grupo.<sup>525</sup>

Na nossa avaliação, a pergunta de Derwinski sobre o tribalismo visava lançar o descrédito sobre a luta do PAIGC, mostrando-a como frágil, bem como fomentar o desânimo sobre a situação dos países africanos independentes, salientando os conflitos étnicos. Implicitamente, Derwinski reforçava a tese do regime português de que a sua presença na África era uma fonte de estabilidade num continente perturbado por conflitos.

A abordagem de Derwinski é uma amostra de quais temas eram mais aproveitáveis para fins de propaganda contra os movimentos de libertação, no âmbito das relações internacionais do mundo capitalista. Vínculos com países e organizações socialistas (União Soviética, Cuba, Vietcong) vinham em primeiro lugar, de modo explícito. De forma mais sutil, também se buscava

---

523 REPORT..., pp. 12-13.

524 *Idem*.

525 *Ibidem*, p. 14.

descredibilizar a capacidade de mobilização e autogoverno dos africanos, como na pergunta sobre o tribalismo.

Por sua vez, ao abordar questões ideológicas, Bingham o faz de modo a facilitar uma resposta de Cabral coerente com a posição de não alinhamento. Bingham pergunta se Cabral ligava para a ideologia de quem lhe fornecia as armas, e se aceitaria armas de quaisquer fontes. Cabral declara que aceitaria armas de qualquer lado, sem se importar com a ideologia dos apoiadores.<sup>526</sup>

Similarmente a Bingham, Morse indaga se o movimento tinha alguma base ideológica, ao que Cabral responde que sim – a ideologia era o nacionalismo, a independência e o desenvolvimento.<sup>527</sup> Morse comenta que Eduardo Mondlane recebia apoio dos Estados Unidos, e que mesmo após a sua morte a organização que ele dirigia (a Frelimo) continuava a receber apoio de organizações privadas americanas. Entendemos esta alusão como uma forma de Morse ressaltar que os movimentos de libertação também tinham vínculos com o Ocidente. Morse questiona se o PAIGC também recebia ajuda americana. O desejo de evidenciar que mesmo o PAIGC tinha vínculos com os Estados Unidos é demonstrado quando, após Cabral responder que não recebia apoio americano, Morse acrescenta: “Digo, apoio privado” (“*I mean private support*”). Neste caso, Cabral responde que sim, algumas organizações americanas (comitês de solidariedade e sindicatos) prestavam auxílio humanitário ao PAIGC.<sup>528</sup>

Note-se que não são objeto de discussão na audiência do Congresso algumas questões teóricas sobre as quais os estudiosos do pensamento e da ação de Cabral têm-se debruçado desde os anos 1970 até hoje. Cabral fez diversos discursos examinando a natureza do imperialismo, alguns deles em países ocidentais, como a Finlândia.<sup>529</sup> No entanto, Derwinski, o mais interessado em explorar os vínculos esquerdistas de Cabral, não discute o conteúdo destas teorizações. Em certo ponto do debate, faz uma provocação sobre o termo “imperialismo”, dizendo que, para o movimento de libertação, a imprensa ocidental era “imperialista” (“*imperialistic*”).<sup>530</sup> Provavelmente, para Derwinski, a palavra era meramente um chavão anticolonial ou socialista sem grande significado. Mais significativa era a amplitude que o movimento estava ou não conseguindo. Visitar a União Soviética, ainda que fazendo discursos públicos moderados, por si só poderia ser utilizado como argumento de que o movimento estava comprometido com o comunismo. Ministrando uma conferência numa universidade americana, ou falar num comitê na Itália ou na Suécia, ainda

---

526 REPORT..., p. 15.

527 *Ibidem*, pp. 10-11.

528 *Ibidem*, p. 10.

529 CABRAL, Amílcar, “Portugal é imperialista?” in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1971], pp. 239-242 (Obras escolhidas, vol. 2: A prática revolucionária). Extrato de uma conferência proferida em Helsínquia, Finlândia, em 20 de outubro de 1971.

530 REPORT..., p. 13.

que o conteúdo político e filosófico fosse marxista, era um sinal de prestígio e amplitude do movimento.

Diggs, o mediador da audiência, apoiante dos movimentos de libertação africana, menciona que Cabral estava nos Estados Unidos em virtude de ter sido convidado pela Universidade de Siracusa para dar a primeira palestra do ciclo de homenagens a Eduardo Mondlane.<sup>531</sup> Esta alusão atribui prestígio ao dirigente do PAIGC, transmitindo uma imagem de homem intelectualizado, ouvido pelo público universitário do país mais desenvolvido do mundo. O discurso de Cabral em Siracusa contém algumas citações que também associam o campo anticolonial à intelectualidade. Cabral faz uma referência aos estudos africanistas de Basil Davidson, historiador britânico que militava em solidariedade à independência das colônias portuguesas. No mesmo parágrafo, Cabral cita um verso de Agostinho Neto, dirigente do MPLA e poeta.<sup>532</sup> A concepção de cultura exposta por Cabral em Siracusa é baseada no marxismo, como a generalidade da literatura tem assinalado.<sup>533</sup> Conforme Cabral:

A cultura, tal como a história, é necessariamente um fenómeno em expansão, em desenvolvimento. Mais importante ainda é ter em consideração o facto que a característica fundamental de uma cultura é a sua íntima ligação, de dependência e reciprocidade, com a realidade económica e social do meio, com o nível de forças produtivas e o modo de produção da sociedade que a cria.<sup>534</sup>

Cabral não podia entrar legalmente na França, nem mesmo para participar de eventos da Unesco, em razão de este país ter proibido a presença de Cabral em seu território desde 1966.<sup>535</sup> Todavia, atendendo a um convite da Unesco, Cabral envia uma comunicação para ser lida na Reunião de Peritos sobre Noções de Raça, Identidade e Dignidade da entidade, em julho de 1972.<sup>536</sup> Conquanto Cabral não pudesse estar presente fisicamente no encontro, a participação do dirigente do PAIGC, por meio da leitura do texto, era um importante passo na campanha pela criação do Estado da Guiné e de Cabo Verde. A atuação em agências especializadas da ONU era resultado de uma progressiva legitimação dos movimentos de libertação enquanto representantes dos povos e territórios colonizados. No início dos anos 1970, o conceito de autodeterminação avançava de forma acelerada na ONU, com os movimentos de libertação tendo o seu estatuto como personalidades jurídicas cada vez mais elevado.<sup>537</sup>

---

531 REPORT..., p. 15.

532 CABRAL, Amílcar, “Libertação nacional e cultura”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1970], p. 277. (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria). Conferência de 20/2/1970 na Universidade de Siracusa.

533 Ver, entre outros, TOMÁS, António, “Cabral and the postcolony: postcolonial readings of revolutionary hopes”, *Postcolonial Studies*, v. 19, n. 1, p. 22-36, 2016; e BOCKEL, Alain, “Amílcar Cabral, marxiste africain”, *Ethiopiennes*, Dakar, n. 5, 1976, disponível em: <<http://ethiopiennes.refer.sn/spip.php?article391>>, acesso em: 16 Maio 2017.

534 CABRAL, Amílcar, “Libertação nacional e cultura”, p. 277.

535 SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral...*, p. 504.

536 CABRAL, Amílcar, “O papel da cultura na luta pela independência”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1972], pp. 283-298. (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria).

537 SANTOS, Aurora, “Um elevado grau de deterioração: 1971-1974”, in *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1960-1974*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 2017, p. 279.

No texto apresentado na Unesco em julho de 1972, Cabral repete e desenvolve algumas das ideias expostas em Siracusa. São dois textos teoricamente densos, nos quais não se encontram algumas das palavras de ordem mais comuns na propaganda do PAIGC do início dos anos 1970. Cabral não se ocupa de propagandear que, com dois terços do território controlados pela guerrilha, a situação da Guiné era similar à de Estado independente. Não obstante, a simples ocupação do espaço da Unesco pelo PAIGC já era, na prática, uma afirmação da condição semiestatal da Guiné. Após a missão da ONU na Guiné em abril de 1972, o movimento de libertação ia-se consolidando na arena internacional como o “único e autêntico representante” dos povos e dos territórios da Guiné e de Cabo Verde,<sup>538</sup> enquanto Portugal retirava-se ou era excluído de alguns órgãos multilaterais. Em 1972, Portugal deixava de ser membro da Unesco, só voltando a participar da entidade em setembro de 1974, após o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau. Cabral certamente atribuía enorme importância aos temas debatidos na reunião de peritos da Unesco, mas, além disso, a sua participação na discussão era importante para o prestígio do movimento e para a campanha independentista.

Indagamo-nos por que Cabral proferiu discursos teóricos inspirados no marxismo mesmo perante plateias ocidentais, como ele fez na Universidade de Siracusa, nos Estados Unidos, até utilizando algumas expressões tipicamente associadas a este campo político, como “burguesia”, “imperialismo”, “modo de produção”, “forças produtivas” etc. Para responder a esta pergunta, devemos ter em mente que o conteúdo destas elaborações tinha relevância diminuta nas relações internacionais dos países capitalistas. Estes pouco se ocupavam do PAIGC, um assunto muitíssimo periférico nas suas agendas políticas. E o pouco de que se ocupavam passava bem longe das questões levantadas por Cabral em suas teorizações. Um discurso feito em homenagem a Lênin na União Soviética poderia ser usado como arma de propaganda contrassubversiva, menos pelas teorizações que continha, e mais pelo fato de ser sobre o Lênin, na União Soviética.

O PAIGC tinha uma relação estável e leal com o bloco soviético. Particularmente, como vimos, Amílcar Cabral compromete-se com a Tchecoslováquia desde a preparação da luta armada, em 1961, num grau que, muito provavelmente, nem sequer os seus companheiros de partido sabiam. Ainda assim, o PAIGC consegue manter uma posição de não alinhamento que seria útil para o reconhecimento da proclamação da independência da República da Guiné-Bissau. Esta posição é conseguida graças à habilidade político-diplomática de Cabral, que transitava com maestria em diferentes espaços políticos, e à sua ótima relação com o Leste Europeu. Os comunistas do Pacto de Varsóvia confiavam em Cabral e não exigiam que ele defendesse abertamente o socialismo e a União Soviética. No Congresso norte-americano, Cabral assevera que a condição para que o PAIGC

---

538 *Ibidem*, pp. 267-280.

recebesse ajuda do exterior era não haver nenhuma condição.<sup>539</sup> Podemos considerar esta declaração verdadeira, desde que a complementemos: não poderia haver nenhuma condição que estorvasse a luta de libertação. A China desejava exclusividade e apoio incondicional; a pequena Albânia gostaria de exigir condenações públicas do revisionismo soviético.<sup>540</sup> Estas condições não poderiam ser atendidas. Por sua vez, os objetivos do bloco soviético – angariar prestígio internacional; recolher informações no terreno africano; desmoralizar, indiretamente, o capitalismo; propagandear, implicitamente, os valores do socialismo – eram mais fáceis de compatibilizar com uma postura não alinhada. Não se pedia a tomada de posições públicas em questões não diretamente relacionadas à luta do PAIGC, como a cisão sino-soviética ou a própria Guerra Fria.

Mesmo com o apoio socialista, o PAIGC consegue construir uma imagem de independência política no âmbito diplomático. Conforme observava o jornalista britânico Larry Heizerling, em artigo de maio de 1972: “Apesar da sua ideologia marxista e da sua substancial dependência do auxílio militar soviético, diplomatas ocidentais de categoria elevada, colocados em África, concordam que Cabral é a imagem de um chefe popular, independente, cuja causa está para além da discussão.”<sup>541</sup>

Em 1975, Ítalo Zappa, chefe do Departamento de Ásia, África e Oceania do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, explicava num artigo que, malgrado o apoio declarado dos países socialistas, o PAIGC havia sabido evitar comprometer-se excessivamente com a “extrema-esquerda”.<sup>542</sup> Avaliações deste gênero teriam sido um dos fatores a explicar por que o reconhecimento do Brasil à independência da Guiné-Bissau, dois meses antes ao de Portugal, não constituíra motivo de queixa nos setores mais conservadores do país sul-americano, não obstante a orientação ideológica do PAIGC.<sup>543</sup>

Havia alguns limites que Cabral não poderia ultrapassar para manter um posicionamento não alinhado e minimamente independente. Não era conveniente declarar-se comunista ou capitalista, nem definir se pretendia implantar um Estado socialista ou capitalista após a independência. Uma definição pelo lado comunista teria como consequência afastar o apoio ocidental, com o qual Cabral contava para proclamar a independência e reconstruir o país após a guerra. Também complicaria a situação militar, uma vez que um posicionamento explicitamente comunista poderia ser utilizado

---

539 REPORT..., p. 18. “*I can assure you that the condition for the help we receive from any people is that there must be no conditions at all.*”

540 SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral...*, p. 486.

541 HEIZERLING, Larry, *Evening Star*, Londres, 20 Maio de 1972 *apud* SOUSA, Julião, *Amílcar Cabral...*, p. 488.

542 ZAPPA, Ítalo, “O Brasil e a África Subssária”, *Segurança e Desenvolvimento*, ano XXIV, n. 158, p. 38 *apud* PINHEIRO, Letícia, “‘Ao vencedor, as batatas’: o reconhecimento da independência de Angola”, *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 39, 2007, p. 93, disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2562>>, acesso em: 23 Jun. 2018.

543 PINHEIRO, Letícia, *op. cit.*, p. 93.

como justificativa para uma escalada na violência empregada no conflito. Ainda, como já aventado por Patrick Chabal, uma hipotética definição pelo socialismo daria ensejo a novos pedidos de definições, desta vez acerca do modelo de socialismo que se pretendia implantar, o que, se respondido, poderia ser entendido como um julgamento a outras experiências em andamento no mundo.<sup>544</sup>

De outro modo, uma negação mais veemente do socialismo não repercutiria bem entre os seus principais aliados, os países socialistas. Cabral asseverava que a luta do PAIGC era pela independência, pelo desenvolvimento e pelo progresso da Guiné e do Cabo Verde, e não pela instauração do comunismo. Contudo, quando perguntado se era marxista ou comunista, Cabral não respondia diretamente à pergunta; preferia dizer que não gostava de rótulos. Nos Estados Unidos, Cabral explica que, para o regime português, todos os que eram favoráveis à libertação das colônias eram comunistas.<sup>545</sup> Num debate na Universidade de Londres, em 1971, ao ser perguntado sobre a influência do marxismo-leninismo na guerra da Guiné, Cabral afirma que desejava nunca mais ver o seu povo explorado novamente. E, se algum observador decidisse que isto era marxismo, ou que não era marxismo, a responsabilidade não era dos membros do movimento, pois eles mesmos não gostavam destas classificações. Segundo Cabral, a ideologia era importante para a luta, mas não deveria ser vista como uma religião.<sup>546</sup>

Ainda que negasse o rótulo de marxista, Cabral por vezes inseria em seu discurso – a depender do público – algumas teorizações que não comprometiam a sua imagem no Ocidente, mas que continham princípios valorizados pela União Soviética. No referido debate em Londres, após recusar definir-se como marxista, Cabral acrescenta:

Mas temos absoluta certeza de que devemos criar e desenvolver, na nossa situação particular, a solução para o nosso país. Acreditamos que as leis que governam a evolução de todas as sociedades humanas são as mesmas. A nossa sociedade está desenvolvendo-se do mesmo modo que as outras sociedades do mundo, de acordo com o processo histórico; mas temos de entender claramente qual estágio a nossa sociedade alcançou. Marx, quando criou o marxismo, não era membro de uma sociedade tribal; penso que não há necessidade de sermos mais marxistas que Marx, ou mais leninistas do que Lênin na aplicação das suas teorias.<sup>547</sup>

Amílcar Cabral não seria inquirido, numa subcomissão do Congresso americano, se achava que os traços gerais que conduzem o desenvolvimento histórico eram os mesmos em todas as

---

544 CHABAL, Patrick, *Amílcar Cabral: revolutionary leadership and people's war*, London, Hurst, 1. reimpr. 2002 com novo prefácio do autor (1. ed. 1983, Cambridge University Press), p. 181.

545 REPORT..., pp. 17-18. De fato, notamos que, de forma geral, o regime português e os seus apoiantes costumavam empregar a palavra “comunista” para designar genericamente os opositores às suas políticas.

546 CABRAL, Amílcar, “A question and answer session held in the University of London, 27th October 1971” in *Our people are our mountains*, introdução de Basil Davidson, Nottingham, Russell Press, 1971, p. 21.

547 *Ibidem*, p. 22, tradução nossa. No original: “*But we are absolutely sure that we have to create and develop in our particular situation the solution for our country. We believe that the laws governing the evolution of all human societies are the same. Our society is developing in the same way as other societies in the world, according to the historical process; but we must understand clearly what stage our society has reached. Marx, when he created Marxism, was not a member of a tribal society; I think there's no necessity for us to be more Marxist than Marx or more Leninist than Lenin in the application of their theories*”

sociedades humanas. Tampouco isto seria objeto de algum relatório que porventura se fizesse sobre a Guiné-Bissau num órgão governamental de um país capitalista. Mas, como vimos no capítulo 3, estas questões eram importantes para o bloco socialista. No relatório soviético sobre a visita de Cabral à Rússia, em março de 1961, consta que ele rejeitava o conceito de socialismo africano, e acreditava existir apenas socialismo científico que levasse em conta as particularidades de cada país. O relatório também diz que as declarações de Cabral *pareciam sinceras*,<sup>548</sup> o que é indicativo da importância que as convicções político-filosóficas tinham naquele Estado. Em documento de julho de 1961, enviado pelo ministro das Relações Exteriores tcheco-slovaco para o presidente do país – correspondência política do mais alto escalão, portanto –, novamente o alinhamento político-filosófico é referido.<sup>549</sup>

Tanto nos países socialistas, quanto no âmbito da esquerda internacional, Cabral construiu uma reputação de teórico original e consistente. A formulação e a formação eram assuntos de que se ocupava com afinco. Em meio à guerra de libertação, promove o Seminário de Quadros do PAIGC de 1969. Uma das aulas que ministra chama-se *Unidade e luta* – que, aliás, era o lema do partido. Cabral explica, em linguagem simples, os princípios dialéticos da unidade e da contradição (luta). Para explicar o que é unidade, dá exemplos concretos e acessíveis à realidade dos ouvintes, como um time de futebol formado por diferentes jogadores, ou um balaio com diferentes frutas. Para ensinar o que é luta, Cabral recorre à cadeira em que estava sentado:

Luta é uma condição normal de todos os seres do mundo. Todos estão em luta (...) eu estou sentado nesta cadeira; o meu corpo todo está a fazer uma força sobre o soalho (...) há aqui uma luta silenciosa entre a força que eu exerço sobre o soalho e a força do solo que me mantém em cima, que não me deixa passar.<sup>550</sup>

Antes de discorrer sobre a luta do PAIGC no plano internacional, primeiro ensinava aos seus camaradas o que era o colonialismo e a dominação imperialista, e para isso explicava o processo do surgimento do capital e do capitalismo na Europa. Cabral ensinava como as sociedades humanas tinham se desenvolvido até ser criado o capitalismo, explicando a origem da divisão do trabalho, da propriedade privada e da família. Os modos de produção que se sucederam na história seriam o comunismo primitivo, a escravatura, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo.<sup>551</sup> Ora, isto é um curso básico de teoria marxista.

O trabalho ideológico do PAIGC tinha uma orientação marxista, principalmente a partir do final dos anos 1960. No programa do trabalho ideológico do partido de 1971-1972, há o projeto de

---

548 TELEPNEVA, Natalia, *Our sacred duty: the Soviet Union, the liberation movements in the Portuguese colonies, and the Cold War, 1961-1975*, Londres, LSE, 2014, Tese de Doutorado apresentada à London School of Economics and Political Science, disponível em: <<http://etheses.lse.ac.uk/3081/>>, acesso em: 9 Mar. 2018, pp. 85-86.

549 *Ibidem*, p. 88.

550 CABRAL, Amílcar, “Unidade e luta”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1969], pp. 137-152. (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria).

551 CABRAL, Amílcar, “Para a melhoria...”

se editar o *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx, “adaptado à compreensão dos camaradas do Partido”. Também se planejava editar uma brochura explicando o que é materialismo histórico-dialético, e o que é idealismo e metafísica.<sup>552</sup>

A sua propaganda contra o colonialismo português era produzida com cuidado analítico, resultando em alguns vaticínios que se mostrariam verdadeiros, como este, de 1971:

(...) o General Spínola, governador militar de Bissau [Guiné-Bissau], agora clama que não só vai levar o nosso povo à autodeterminação sob a bandeira portuguesa, mas também vai criar uma revolução social no país. Isso é muito estranho, porque em Portugal é ilegal falar em “revolução social”. Nem sequer se pode usar a palavra “social”, ela é considerada uma palavra perigosa. E “revolução” – ainda mais terrível! Mas, seria muito bom para nós se *Portugal* tivesse uma revolução social. Isto significaria que a nossa independência seria concedida de bom grado, e nós não teríamos de lutar por ela. Então, sugerimos ao General Spínola que volte para o país dele e crie uma revolução social lá. Ele poderia aproveitar e desenvolver a economia de Portugal – é uma das mais atrasadas da Europa.<sup>553</sup>

Efetivamente, dois anos depois, em agosto de 1973, o general António Spínola deixaria a Guiné-Bissau, por divergências com a cúpula do regime português. Em 1974, juntar-se-ia ao Movimento das Forças Armadas (MFA), tornando-se um dos líderes da Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974), que derrubou o regime fascista em Portugal.<sup>554</sup>

Ainda em 1971, Cabral refletia sobre como Portugal, um dos países menos desenvolvidos da Europa, conseguia enfrentar três guerras coloniais na África havia dez anos. Segundo Cabral, era precisamente devido ao seu subdesenvolvimento que Portugal insistia em manter as suas colônias: Portugal não podia descolonizar, porque, dada a fragilidade da sua economia, não poderia praticar neocolonialismo, competindo com outras potências capitalistas.<sup>555</sup>

Cabral também abordava os aspectos psicológicos e culturais desta insistência. Para as classes dominantes portuguesas, era difícil adaptar-se à realidade, em razão da sua psicologia subdesenvolvida, da qual derivariam todas as suas teorias de multirracismo, não racismo, multicontinentalismo e lusotropicalismo. Toda a cultura portuguesa estaria impregnada destes valores, oriundos das condições econômicas de Portugal,<sup>556</sup> mas difundidos há tanto séculos que

---

552 PROGRAMA do trabalho ideológico, 1971-1972, CasaComum.org, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_39970](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39970)>, acesso em: 17 Mar. 2018.

553 CABRAL, Amílcar, “A question and answer session...”, tradução nossa. No original: “(...) *General Spínola, military governor of Bissau, is now claiming not only that he will lead our people forward to self-determination under the Portuguese flag, but also that he will create a social revolution in the country. That’s very strange, because in Portugal it’s illegal to talk about ‘social revolution’. You can’t even use the word ‘social’, it’s considered a dangerous word. And ‘revolution’ – much more terrible! Now it would be very nice for us if Portugal had a social revolution. That would mean our independence would be granted willingly and we shouldn’t have to fight for it. So we suggest General Spínola goes back to his own country and creates a social revolution there. He could also develop the Portuguese economy while he’s about it – it’s one of the most backward in Europe.*”

554 Sobre a Revolução dos Cravos, ver SECCO, Lincoln, *op. cit.*

555 CABRAL, Amílcar, “A question and answer session...”, p. 14; e CABRAL, Amílcar, “A brief report on the situation of the struggle in Guiné (January-August 1971)”, in *Our people are our mountains*, introdução de Basil Davidson, Nottingham, Russell Press, 1971, p. 28.

556 CABRAL, Amílcar, “A question and answer session...”, p. 14.

muitas vezes careciam de qualquer motivação econômica evidente.<sup>557</sup> A mentalidade imperialista das classes dominantes portuguesas, assim como a ignorância, os preconceitos e o nacionalismo estreito de amplas parcelas da população portuguesa seriam o resultado de séculos de doutrinação sobre a superioridade europeia e a inferioridade africana, e das mistificações sobre a missão civilizadora de Portugal.<sup>558</sup>

Observe-se que, quando Cabral criticava Portugal, tinha o cuidado de distinguir entre as classes dominantes e o povo. Procurava deixar claro que não considerava o povo português seu inimigo, e que esperava poder trabalhar em cooperação com Portugal após a independência. Para Cabral, o povo português também era vítima do regime fascista e sofria com a Guerra Colonial. Ao afirmar que Portugal era subdesenvolvido e atrasado, frisava que isto não era culpa do povo português, mas das classes dominantes.<sup>559</sup>

Essas teorizações eram muito caras a Cabral, e retomam algumas preocupações – tais como a relação entre a cultura e a economia – que, como vimos, atraíram Cabral desde a juventude.

#### 4.2 Socialismo africano

Para Devés-Valdés, o socialismo africano foi a mais importante tendência de pensamento da África ao sul do Saara no segundo terço do século XX – no dizer de Devés-Valdés, o terço das grandes escolas e das grandes figuras, a época clássica do pensamento sul-saariano. Esta ampla tendência de pensamento, elaborada entre 1955 e 1970, reuniria, entre outros, Kwame Nkrumah, Julius Nyerere, Senghor, Touré e, “parcialmente, A. Cabral.”<sup>560</sup> Embora tenham acolhido elementos do marxismo, vários representantes desta escola defiram-se como “não marxistas”. Por sua vez, pensadores como Fanon, Samir Amin ou Abdulrahman Mohamed Babu, ao assumirem o marxismo, teriam sido socialistas que produziram pensamento na África, mas não poderiam ser situados no campo do socialismo africano. Este campo “corrige, revisa, em vários sentidos, tanto a ideologia marxista como os modelos de socialismo real”.<sup>561</sup>

A amplitude dessa tendência também é destacada por Eduardo dos Santos, que considera o socialismo africano, de certo modo, como um subproduto da política de não alinhamento, associando-o à reivindicação de uma ideologia africana autônoma.<sup>562</sup> Consoante E. Santos, havia

---

557 CABRAL, Amílcar, “A brief report...”, p. 29.

558 *Ibidem*, p. 28.

559 CABRAL, Amílcar, “A question and answer session...”, p. 14.

560 DEVÉS-VALDÉS, Eduardo, *O pensamento africano sul-saariano: conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e o asiático (um esquema)*, São Paulo, Clacso, 2008, p. 126.

561 *Ibidem*, pp. 126-129.

562 SANTOS, Eduardo dos, *Ideologias políticas africanas*, Lisboa, CEPS, 1968, pp. 150-153.

uma preocupação de líderes africanos – como Nyerere, Ben Bella, Modibo Keita, Touré, Senghor, Mamadou Dia, Tom M'Boya – em diferenciar a sua proposta política daquela do socialismo científico marxista.<sup>563</sup> E. Santos ressalta que cada ideólogo do socialismo africano interpretava-o com um sentido diferente.<sup>564</sup> O conceito poderia ser considerado uma doutrina filosófica por alguns (como Senghor), ou uma base para uma ação revolucionária por outros (como Touré).<sup>565</sup>

Devés-Valdés caracteriza o socialismo africano como muito mais “humanista” do que “econômico”, em comparação ao socialismo marxista. “Dito de outra maneira, a insistência no desenvolvimento da justiça, da igualdade é a que marca; pelo contrário, o desenvolvimento das forças produtivas é pouco acentuado.”<sup>566</sup>

Diferentemente, E. Santos considera que o que mais atraía os líderes africanos na direção do socialismo era o desejo de promover o desenvolvimento econômico dos seus países, sobretudo por meio da planificação econômica.<sup>567</sup> Enquanto a planificação econômica, a cooperação internacional e o cooperativismo eram instrumentos apreciados pelos adeptos do socialismo africano, a abolição da propriedade privada dos meios de produção não era tão interessante, devido à falta de bens a socializar e à necessidade de atração de capitais privados e estrangeiros. Isto explicaria a existência de empresas capitalistas nas experiências socialistas africanas.<sup>568</sup> Assinalemos que a convivência com a propriedade privada dos meios de produção não é inédita nas experiências socialistas, até naquelas levadas a cabo por partidos comunistas. É o caso da China contemporânea, de algumas fases da União Soviética (mesmo na época de Lênin), e, em pequena escala, nos anos recentes, em Cuba.

Conforme Devés-Valdés, duas ideias frequentes na tendência do socialismo africano eram a negação da existência de luta de classes na África; e a afirmação de um socialismo ancestral no continente, que deveria inspirar as experiências futuras. Os socialistas africanos consideravam as contradições internas das sociedades africanas (conflitos entre classes ou grupos) menores que as contradições externas com o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo. Por seu turno, a ideia de que as sociedades africanas tinham raízes socialistas é antiga no pensamento africano, podendo ser encontrada em elaborações anteriores ao período do socialismo africano.<sup>569</sup>

O anticapitalismo, elemento que caracteriza os ideários socialistas como um todo, adquiriu na África uma forte associação com a luta contra o imperialismo e o colonialismo, formas nas quais

563 SANTOS, Eduardo dos, *op. cit.*, p. 133.

564 *Ibidem*, p. 134

565 *Ibidem*, p. 155

566 *Ibidem*, pp. 126-127.

567 *Ibidem*, pp. 133-135.

568 *Ibidem*, pp. 135-136.

569 DEVÉS-VALDÉS, Eduardo, *op. cit.*, pp. 126-128.

o capitalismo se manifestou no continente, diz Devés-Valdés, citando Senghor.<sup>570</sup> Acrescentaríamos o racismo como mais um elemento que o pensamento socialista africano habitualmente associa ao capitalismo, ao colonialismo e ao imperialismo, como no discurso a seguir, de Nkrumah:

Tenho certeza de que a luta contra o imperialismo, o neocolonialismo e a opressão racial, juntamente com a tarefa de construir o socialismo, sejam os instrumentos para enfrentar as forças de exploração, tanto interna quanto externa. Pan-africanismo e socialismo são organicamente complementares: um não pode realizar-se sem o outro.<sup>571</sup>

Qual era a posição de Amílcar Cabral e do PAIGC sobre a tendência do *socialismo africano*? Repisemos que esta entidade procurava não interferir e mesmo não opinar sobre os rumos de outros países e organizações. Além de que a assunção de posições públicas prejudicaria as relações exteriores do movimento de libertação, tal atitude poderia danificar a unidade interna do partido, tirando o foco da militância na bandeira da independência nacional e gerando disputas quanto a modelos e correntes do socialismo. Em 1969, em aula do Seminário de Quadros, após passar em revista a conjuntura africana e as relações do partido com os países do continente, Cabral frisa:

Os camaradas reparem bem na minha conversa. Eu não classifico nenhum governo, se é de direita ou de esquerda, socialista ou capitalista, fascista ou liberal, militar ou civil. Isso não nos interessa nada na terra dos outros, é com eles, com a sua gente. A classificação dos países africanos, para nós, é a seguinte: tal governo ajuda ou não ajuda os movimentos de libertação? É ou não é a favor da libertação da África agora, já, para acabar com o colonialismo e o racismo? É a favor? Então esse é nosso companheiro. É contra? Então é companheiro dos tucas [colonialistas portugueses], camaradas. É só isso, nada mais.<sup>572</sup>

Como mencionamos há pouco, Touré e Senghor tinham visões diferentes acerca do socialismo africano; embora o PAIGC dependesse mais fortemente do regime da Guiné-Conacri, onde estava sediado, era essencial manter um bom relacionamento com o Senegal, país que também apoiava a luta do partido. Segundo conferenciava Cabral, em 1969, aos quadros do partido: “Temos de fazer tudo, todas as concessões necessárias, sem trair o nosso Partido e o nosso povo, para termos as melhores relações possíveis com os nossos vizinhos, a República da Guiné e a República do Senegal.”<sup>573</sup> Desse modo, também no plano microrregional era mais conveniente manter uma posição de não assunção de denominações político-ideológicas.

Nas suas relações exteriores, o PAIGC agradecia o apoio dos países africanos à sua luta e saudava as conquistas dos novos Estados da região, bem como manifestava solidariedade com outros movimentos de libertação, sem entrar no mérito das escolhas políticas que faziam ou dos

---

570 DEVÉS-VALDÉS, Eduardo, *op. cit.*, p. 127.

571 NKUMAH, Kwame *apud* VILLEN, Patricia, *Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo*, São Paulo, Expressão Popular, 2013, p. 39.

572 CABRAL, Amílcar, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior: 1 - A nossa guerra perante o Governo português. 2 - Em África”, *CasaComum.org*, [1969], p. 31, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_84156](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84156)>, acesso em: 14 Jan. 2020.

573 *Ibidem*, p. 14.

modelos socioeconômicos adotados. Era também nestes termos que Cabral fazia avaliações críticas sobre os rumos da libertação da África, na perspectiva da eliminação do colonialismo (ou do neocolonialismo) e do racismo. Nos seus discursos dirigidos para o público dos países africanos, também notamos a ênfase no diálogo e na busca de valores em comum com os ouvintes.

O discurso proferido por Cabral em janeiro de 1968, em Dacar, no VI Congresso da União Progressista Senegalesa (UPS), ilustra esses elementos. Nele, Cabral agradece o apoio do governo e do povo senegalês à luta do PAIGC, e saúda as conquistas da república senegalesa no âmbito econômico e social. Justifica o recurso do PAIGC à luta armada – diferente do caminho tomado pelo Senegal para a sua independência perante a França – devido à violência da repressão colonial portuguesa e à indisponibilidade de Portugal para a negociação.<sup>574</sup> Salientemos que este era um ponto de divergência entre Senghor e o PAIGC, visto que o primeiro não aceitava a luta armada como forma de superar o colonialismo. Cabral utiliza alguns conceitos do pensamento de Senghor (“personalidade africana”, “civilização universal”) para fundamentar esta escolha, dizendo que o povo que representava “foi forçado a pegar em armas – todos os tipos de armas – para defender a nossa dignidade de africanos, o nosso direito inalienável a dispor de nós mesmos, a ter a nossa própria história e a reforçar a contribuição da personalidade africana ao desenvolvimento da ‘civilização do universal’.”<sup>575</sup> Finalmente, Cabral enaltece o papel que tiveram, na sua tomada de consciência política e na sua “reafricanização”, os poemas e os ensaios de Senghor, e conclui o seu discurso com alguns versos deste.<sup>576</sup>

Dado que o objetivo do PAIGC era obter o apoio (moral, material e político) do maior número possível de países africanos, e que entre estes países encontravam-se as mais variadas linhas políticas, não seria desejável imiscuir-se nas discussões acerca das suas escolhas. Por isso, dificilmente encontraríamos declarações públicas de Cabral emitindo juízos sobre os ideólogos e as experiências do socialismo africano. Porém, como já aludimos, consta num relatório soviético e noutro tcheco-slovaco a informação de que Cabral rejeitava o conceito de socialismo africano, preferindo a ideia do socialismo científico adaptado às características de cada país. Seria esta informação coerente com a visão de mundo exprimida por Cabral? Vejamos.

Num encontro com militantes do movimento negro estadunidense em outubro de 1972, em Nova Iorque, Cabral fala em adaptar “leis universais e científicas” à realidade do país em que se luta:

Nós baseamos a nossa luta nas realidades concretas do nosso país. Apreciamos as experiências e as conquistas de outros povos e estudamo-las. Mas a revolução ou a luta de libertação nacional é

---

574 CABRAL, Amílcar, “Saudação ao 6º Congresso da União Progressista Senegalesa (UPS) in *A luta criou raízes – intervenções, entrevistas, reflexões, artigos 1964-1973*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2018 [1968], pp. 247-254.

575 *Ibidem*, p. 252.

576 *Ibidem*, p. 254.

como um vestido que deve ser moldado para cada corpo. Evidentemente, há certas leis gerais ou universais, mesmo leis científicas para quaisquer condições, mas a libertação nacional tem de ser levada a cabo de acordo com as condições específicas de cada país.<sup>577</sup>

Cabral conta aos ativistas afro-americanos que, devido à ausência de montanhas, as condições geográficas da Guiné eram diferentes das que constavam nos manuais de guerrilha, o que exigiu adaptação dos ensinamentos das experiências de outros povos ao caso guineense. Os fatores históricos também geravam necessidades de ajustes: comparando a luta do povo vietnamita com a do guineense, por exemplo, notava-se que aqueles lutavam há séculos enquanto nação contra invasores estrangeiros, ao passo que a nação que o PAIGC pretendia erigir começara a lutar e a se formar contemporaneamente.<sup>578</sup>

Cabral atribui um caráter científico aos ensinamentos provenientes das lutas de libertação, afirmando que

todas as formas de lutas de libertação obedecem a um grupo de leis. A aplicação destas leis a um certo caso depende da natureza do caso. Pode ser que todas estas leis sejam aplicáveis, pode ser que apenas algumas ou uma só o seja, isso depende. Nas ciências aprende-se que a água ferve a 100 °C. É uma lei. Naturalmente, na condição de estarmos a falar em graus centígrados – isto é uma especificação. O que significa que se a medida for em graus fahrenheit não é a mesma coisa. Mas, também, isto só se verifica ao nível do mar. Quando se sobe as montanhas esta lei já não é verdadeira. Newton e muitos outros defenderam a lei da gravidade, mas Einstein demonstrou que isso nem sempre é a verdade. É a mesma coisa no que se refere ao caráter científico da luta de libertação.<sup>579</sup>

Neste encontro, Cabral admite a influência das experiências revolucionárias chinesa e vietnamita na luta do PAIGC, e relata ter lido Mao Tsé-Tung pela primeira vez em 1960. Segundo Cabral: “As leis gerais são muito simples. Por exemplo, o desenvolvimento da luta armada num país onde a maioria, se não a totalidade, da população é camponesa, implica que tenha de se fazer a luta como na China, no Vietname ou no meu país.”<sup>580</sup>

Essa menção de Cabral à China e a Mao ocorre numa fase de reatamento das relações do PAIGC com o gigante asiático, as quais passaram por uma crise no período de 1966 a 1969. Conforme Sousa, a partir de 1969-1970, a China volta a apoiar o PAIGC, no contexto das mudanças empreendidas na política externa chinesa, visando recuperar-se das perdas diplomáticas sofridas nos anos anteriores.<sup>581</sup> O auxílio da China é citado na fala de Cabral, assim como o apoio da totalidade dos países africanos, e da União Soviética, que respondia pela ajuda mais volumosa.<sup>582</sup>

---

577 CABRAL, Amílcar, “Unindo as lutas” in *A luta criou raízes – intervenções, entrevistas, reflexões, artigos 1964-1973*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2018, [1972], p. 322. Encontro organizado pelo Africa Information Service (AIS), entre Amílcar Cabral e militantes de organizações do movimento negro estadunidense, realizado em 20 de outubro de 1972 em Nova Iorque.

578 *Ibidem*, p. 323.

579 *Ibidem*, p. 332.

580 *Ibidem*, pp. 332-333.

581 SOUSA, Julião, “Amílcar Cabral, the PAIGC and the relations with China at the time of the Sino-Soviet split and of anti-colonialism – discourses and praxis”, *The International History Review*, 8 Jan. 2020.

582 CABRAL, Amílcar, “Unindo as lutas”, p. 330.

Um dos participantes do debate pergunta como era a formação ideológica da militância do PAIGC em Conacri, bem como pede a opinião de Cabral sobre a transição do semifeudalismo para o socialismo em sociedades coloniais. Sobre a transição socialista, Cabral responde:

Se há marxistas aqui eles sabem que Marx disse que o capitalismo criou todas as condições para o socialismo. As condições foram criadas mas nunca ultrapassadas. Mesmo assim é muito difícil. Esta é mais uma razão para as sociedades tribais feudais ou semifeudais darem o salto para o socialismo – mas não é um problema de salto. É um processo de desenvolvimento.<sup>583</sup>

A seguir, utiliza o seu tradicional discurso de negação de rótulos, declarando que ter ideologia não significa definir-se como comunista, socialista ou outra orientação. “Nós não estamos preocupados com rótulos. Estamos preocupados com o conteúdo da coisa”. Explica que o seu movimento quer o fim da exploração, seja a exploração efetuada por brancos, seja por negros, e que, para poder transitar-se de uma situação de exploração para outra de justiça, progresso e igualdade de oportunidades, primeiramente era necessário criar-se um Estado.<sup>584</sup>

De se notar que, no caso de Cabral, o não alinhamento resultou numa rejeição a qualquer classificação que extrapolasse a causa da libertação nacional. Assim como não se definiu como marxista ou não marxista, tampouco se declarou (ao menos publicamente) adepto ou não adepto do conceito de socialismo africano. Cabral não chegou a ser chefe de Estado, ao contrário de alguns dos principais pensadores africanos da sua geração, ao lado dos quais costuma ser citado.

A ligação entre opressão racial, capitalismo, colonialismo e imperialismo, a que nos referimos anteriormente, também é estabelecida por Cabral. Na introdução do debate com os movimentos negros norte-americanos, em 1972, Cabral diz:

Em nossa opinião – baseada não em fantasias mas numa profunda análise das condições reais de existência da humanidade e da divisão das sociedades – o racismo é o resultado de certas circunstâncias. Não é eterno em nenhuma latitude do globo. É o resultado de condições históricas e econômicas. (...) Ao combater o racismo, não faremos progressos se combatermos as pessoas. O que temos de combater são as causas do racismo. Se um ladrão assaltar a minha casa e eu tiver uma arma, não vou disparar contra a sua sombra. Tenho de disparar contra o bandido. Muitas pessoas perdem energia e esforços e fazem sacrifícios a combater sombras. Temos de combater a realidade material que produz a sombra.<sup>585</sup>

Tendo em vista a luta em que estava envolvido e o público a que se dirigia, não erraremos ao afirmar que a realidade material a que Cabral se refere era o capitalismo e a dominação imperialista.

Cabral discordava de que os negros nos Estados Unidos vivessem uma situação colonial, pois, para ele, esta situação se caracterizava por certos fatores, como a descontinuidade de territórios. Lembra que certa vez conversou com Eldridge Cleaver, militante dos Panteras Negras, e que, embora tenham concordado em diversos pontos, haviam discordado quanto a isso.<sup>586</sup>

---

583 CABRAL, Amílcar, “Unindo as lutas”, p. 334.

584 *Ibidem*, pp. 333-334.

585 *Ibidem*, p. 322.

586 *Ibidem*, p. 323.

No projeto de Cabral, não se defende um retorno a uma África ancestral, tampouco uma modernização que não aproveitasse os aspectos positivos da cultura tradicional africana. Como observa Patricia Villen, embora Cabral apontasse as massas populares como a única entidade capaz de produzir cultura e fazer história, isto não significava “uma idealização da cultura popular ou mesmo uma defesa do retorno aos costumes tradicionais”.<sup>587</sup> Segundo Villen, “a teoria da cultura de Cabral remete sempre ao princípio da assimilação crítica”, em que uma “*nova cultura*” seria criada a partir da cultura africana, mas sem desprezo das contribuições de outros povos.<sup>588</sup> Nos estudos agrários cabralinos, já encontramos esta concepção de desenvolvimento.<sup>589</sup>

De acordo com Cabral, o desenvolvimento – cultural, econômico, histórico – significa a superação das fases anteriores, e não a destruição (ou, inversamente, a retomada) destas. No Seminário de Quadros do PAIGC de 1969, debatendo planos para a Guiné e Cabo Verde após a independência, o dirigente afirma que o partido deve combater propostas extremistas. Por um lado, não concorda que se devesse manter a agricultura tradicional, sem inovações e melhorias, baseada apenas nos costumes dos grupos étnicos, como defendiam alguns companheiros de partido; por outro lado, rejeita as propostas de outros camaradas de abandonar a agricultura em favor da implantação da indústria pesada.<sup>590</sup> Para Cabral, a agricultura seria, por muito e muito tempo, a principal atividade do sonhado país independente, e só a partir dela poderia ser aberto um caminho para a indústria pesada no futuro.<sup>591</sup> Cabral rejeita também a ideia da adoção do trabalho forçado e das culturas obrigatórias no país independente.<sup>592</sup> Segundo Cabral, “na linguagem de hoje em dia”, a proposta de se abandonar a agricultura em prol da indústria pesada é classificada como “desvio para a esquerda”, enquanto a proposta de não modernizar a agricultura seria um “desvio para a direita.” Ele esclarece: “Isso não quer dizer que o meio é melhor. Há muita gente que julga que o que está no meio é que é bom, mas não é verdade, a coisa boa está em saber juntar dum lado e doutro para andar para frente. (...) não é ficar no meio, no meio não se pode fazer nada”.<sup>593</sup>

Vimos que Devés-Valdés caracterizou o socialismo africano como uma escola que dava pouca ênfase ao desenvolvimento das forças produtivas. Isto certamente não se aplica a Cabral, uma vez que “forças produtivas”<sup>594</sup> era, possivelmente, o conceito marxista que ele mais utilizava. No

---

587 VILLEN, Patricia, *op. cit.*, p. 177.

588 *Ibidem*, p. 168.

589 Ver o capítulo 2 desta tese, em especial a seção 2.6.

590 CABRAL, Amílcar, “Análise dos tipos de resistência: 2 - Resistência económica”, *CasaComum.org*, [1969], disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_84160](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84160)>, acesso em: 22 Jan. 2018, p. 22.

591 *Ibidem*, p. 10.

592 *Ibidem*, pp. 21-22.

593 *Ibidem*, p. 22.

594 “De modo simplificado, é usual considerar que a expressão ‘forças produtivas’ designa o conjunto formado pelas *técnicas* (instrumentos, ‘modos de fazer’, etc.) e pelos *trabalhadores*, em uma dada estruturação sócio-histórica.”

discurso *A arma da teoria*, há nada menos do que 29 empregos desta expressão. A título de comparação, neste discurso há 17 utilizações de “luta de classes”; sete de “modo de produção”; e apenas uma de “relações sociais” (e nenhuma de “relações de produção”).<sup>595</sup> No texto sobre cultura apresentado em Siracusa, Cabral emprega “forças produtivas” onze vezes; “modo de produção”, seis vezes; e “luta de classes”, apenas uma vez.<sup>596</sup> Além de utilizada em grande quantidade, a expressão “forças produtivas” tem um lugar qualitativamente destacado no pensamento de Cabral. Nestes dois textos, Cabral afirma que existe libertação nacional apenas quando as forças produtivas nacionais são libertadas de qualquer domínio estrangeiro, bem como sentencia que o nível das forças produtivas era o verdadeiro e permanente motor da história. Ainda, Cabral usa o termo “libertação nacional” 57 vezes em *A arma da teoria*, e 14 vezes em *Libertação nacional e cultura*.<sup>597</sup>

Alexis Wick elogia a proposta de Cabral de descentralizar radicalmente a administração da Guiné após a independência, espalhando os ministérios pelo país, sem que uma cidade ocupasse a função de capital. Para Wick, a rejeição à ideia de capital de Estado provava que Cabral não se submetia a “critérios simplistas”, oriundos de um modelo de “modernidade produtivista, centralizada e autoritária”, que, conforme visão de mundo de Wick, seria “europeu”. Consoante Wick, esta rejeição também estaria relacionada a uma oposição de Cabral ao “mito da industrialização imposta como principal fator de progresso”, já que o líder guineense preconizava a melhoria das condições de vida das populações por meio da agricultura.<sup>598</sup>

Para nós, a objeção de Cabral à eleição de uma capital se explica pelo seu juízo acerca das relações sociais nas cidades guineenses – Bissau, por excelência. De modo mais amplo, também pode estar relacionada a uma avaliação de que uma fase histórica capitalista ou burguesa era dispensável para um país recém-saído do colonialismo.

A opinião de Cabral sobre as cidades guineenses era parecida com a de Fanon sobre os meios urbanos dos países subdesenvolvidos, sobretudo as suas cidades capitais: um local de vícios e corrupção, sede de uma pequena-burguesia inútil e improdutiva. Conforme Fanon, se, nos países desenvolvidos, o capitalismo e a cidade burguesa tinham o seu arrojo e cumpriram o seu “papel

---

CARDOSO, Ciro Flamarion, *Uma introdução à história*, 9. ed., São Paulo, Brasiliense, 1992, p. 132.

595 CABRAL, Amílcar, “Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”, pp. 239-256.

596 CABRAL, Amílcar, “Libertação nacional e cultura”, pp. 267-282.

597 CABRAL, Amílcar, “Libertação nacional e cultura”; CABRAL, Amílcar, “Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”.

598 WICK, Alexis, “A nação no pensamento de Amílcar Cabral” in LOPES, Carlos (Org.), *Desafios contemporâneos da África – o legado de Amílcar Cabral*, tradução de Roberto Leal, São Paulo, Ed. Unesp, 2012, p. 96.

histórico”, ao proporcionarem desenvolvimento econômico, nos países subdesenvolvidos estas realidades praticamente só continham aspectos negativos.<sup>599</sup>

Para Cabral, por mais que no meio rural também se verificassem elementos negativos, o campo continha aspectos muito mais positivos que a cidade, a partir dos quais, em contato com a ciência e com as contribuições de outros povos, poderia ser construída uma nova sociedade e uma nova cultura. Assim Cabral ponderava os aspectos positivos e negativos do campo e da cidade na Guiné:

Enquanto nas nossas cidades se foram desenvolvendo costumes estrangeiros, uns bons e outros maus, com tendência para se aproveitarem mais os maus, como alcoolismo, prostituição, banditismo, aldrabice, roubos, etc., no nosso mato a vida é mais pura, embora lá também haja gente que rouba. (...) Devemos evitar que todas as impurezas das cidades venham para o mato e procurar trazer para as cidades o que de bom possa existir no mato. Claro que no mato também há coisas más, como fazer sacrifícios, bater nas crianças, etc., mas menos do que nas cidades. É medonha a maneira como se bate nas crianças na nossa terra. Temos de combater isso e trabalhar para fazer progredir nosso campo cada dia mais, tanto no plano cultural como nos outros planos.<sup>600</sup>

Some-se a isso que Cabral considerava o colonialismo português e as suas cidades coloniais especialmente atrasados, em relação a outros impérios coloniais. Para Cabral, Portugal, um país subdesenvolvido, sequer era imperialista, mas sim um país colonialista atrelado ao imperialismo, dependente há séculos da Inglaterra, e intermediário da exploração que os países imperialistas faziam nas colônias portuguesas.<sup>601</sup> No Seminário de Quadros de 1969, Cabral compara o desenvolvimento econômico promovido por ingleses e franceses nas suas possessões africanas com o atraso da colonização portuguesa, e conclui que os portugueses “não fizeram nada (...) absolutamente nada” pelo desenvolvimento da Guiné e de Cabo Verde, tendo estado “a brincar” durante o seu domínio sobre estas regiões. Cabral lamentava que os portugueses nem ao menos tivessem construído um porto digno deste nome em Bissau ou em São Vicente.<sup>602</sup>

Se Cabral se ressentia da ausência de infraestruturas físicas para o desenvolvimento da Guiné e de Cabo Verde, Fanon as desejava para unir concretamente a África: “Eis o que eu queria: grandes linhas, grandes canais de navegação através do deserto. Forçar o deserto, negá-lo, juntar a África, criar o continente.”<sup>603</sup>

---

599 Ver FANON, Frantz, “Desventuras da consciência nacional” in *Os condenados da Terra*, tradução de Serafim Ferreira, Lisboa, Ulissea, [1961], disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/fanon/1961/condenados/03.htm>>, acesso em: 29 Jan. 2020.

600 CABRAL, Amílcar, “Resistência cultural” in *Pensar para melhor agir – intervenções no Seminário de Quadros, 1969*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2014 [1969], pp. 194-195.

601 CABRAL, Amílcar, “Portugal é imperialista?”, pp. 239-242.

602 CABRAL, Amílcar, “Partir da realidade da nossa terra. Ser realistas” in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1969], p. 160.

603 FANON, Frantz, “Esta África futura” in *Em defesa da Revolução Africana*, tradução de Isabel Pascoal, Luanda: INALD; Lisboa: Sá da Costa, 1980 [1961], p. 217, disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/fanon/1969/defesa/27.htm>>, acesso em 29 Jan. 2020.

Fanon argumentava a favor da descentralização “extrema” do poder político nos países subdesenvolvidos, com a instalação dos dirigentes do partido governante na zona rural:

Num país subdesenvolvido, os membros dirigentes do partido têm de fugir da capital como da peste. Devem residir, com exceção de alguns, nas regiões rurais. Deve evitar centralizá-lo todo na grande cidade. Nenhuma recusa de tipo administrativo pode legitimar essa efervescência de uma capital já superpovoada e superdesenvolvida em relação com as restantes nove partes do território. O partido deve ser descentralizado até ao extremo.<sup>604</sup>

Para Fanon, no passado, o capitalismo e a burguesia haviam cumprido um papel historicamente importante nos países ricos. Contudo, nos países subdesenvolvidos, a “etapa burguesa” da história não se justificaria, porque neles a burguesia “literalmente, não serve para nada.”<sup>605</sup> A burguesia dos países subdesenvolvidos seria uma “burguesia de funcionários”<sup>606</sup> e de intermediários, sem aptidão para a indústria e a inovação.<sup>607</sup> Conforme Fanon:

A burguesia nacional orienta-se desde o princípio para actividades de tipo intermediário. A base do seu poder reside no seu sentido do comércio e do pequeno negócio, na sua aptidão para suportar as incumbências. Não é o seu dinheiro que funciona, mas o seu sentido dos negócios. Não investe, não pode realizar essa acumulação do capital necessária para a eclosão e o desenvolvimento de uma autêntica burguesia. Neste ritmo, seriam precisos séculos para criar um embrião de industrialização.<sup>608</sup>

Cabral faz avaliações parecidas, ao afirmar que “o capital imperialista ficou longe de cumprir nos nossos países a missão histórica desempenhada pelo capital nos países de acumulação.”<sup>609</sup> Os setores revolucionários da pequena-burguesia colonial seriam capazes de dirigir a luta de libertação nacional; contudo, para não sucumbirem às suas “tendências naturais de emburguesamento”, traíndo a revolução e conduzindo o país ao neocolonialismo, deveriam “suicidar-se como classe”.<sup>610</sup> Também para Cabral, a burguesia nos países saídos do colonialismo tenderia a ser uma “burguesia burocrática e de intermediários do ciclo das mercadorias”.<sup>611</sup>

Com essas considerações podemos entender por que Cabral dizia, no referido debate em 1972 com militantes do movimento negro norte-americano, que as sociedades tribais feudais ou semif feudais tinham razões para transitar para o socialismo sem passar pelo capitalismo. Uma fase burguesa na história de um país pós-colonial conduziria ao neocolonialismo e ao subdesenvolvimento. Mas, como Cabral observava, a transição não era uma questão de salto, e sim de desenvolvimento. O desenvolvimento, por sua vez, deveria ser conduzido sem extremismos.

---

604 Ver FANON, Frantz, “Desventuras da consciência nacional”, p. 180.

605 *Ibidem*, pp. 170-171.

606 *Ibidem*, p. 174.

607 *Ibidem*, p. 149.

608 *Ibidem*, p. 175.

609 CABRAL, Amílcar, “Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”, p. 247.

610 *Ibidem*, pp. 254-255.

611 *Ibidem*, p. 254.

A prioridade de Cabral à agricultura não significa que ele não tivesse como meta, a longo prazo, a industrialização da Guiné e de Cabo Verde. Apenas, segundo o seu modo de ver, em economias como a guineense e a cabo-verdiana, a agricultura seria a atividade principal por muito tempo, até que a partir dela se pudesse realizar a industrialização.

Wick emprega inúmeras vezes os termos “europeu” e “Europa” para explicar as ideias de Fanon e Cabral.<sup>612</sup> Entretanto, novamente recorreremos a Devés-Valdés para apontar duas tendências do “pensamento ‘terceiro-mundista’” que influenciaram os intelectuais africanos da geração de Cabral e Fanon: o cepalismo latino-americano<sup>613</sup> e o marxismo maoísta.<sup>614</sup> O pensamento desenvolvimentista latino-americano certamente influenciou Fanon, como se depreende da leitura do seu capítulo *Desventuras da consciência nacional*, no livro *Os condenados da Terra*, e talvez tenha influenciado Cabral. Por seu turno, a ênfase na agricultura e nos camponeses tem conexão – por paralelo e por influência – com o pensamento de Mao.

Senghor, ao defender que a agricultura deveria ser o setor prioritário no recebimento de investimentos, escreve que Mao compreendeu a importância de valorizar o meio agrícola,

ultrapassando, neste domínio, o ensinamento de Marx. O erro dos russos foi de negligenciar os camponeses e a agricultura. Mao Tsé-Tung não renovou o erro. Apoiou-se nos camponeses: a sua revolução foi, antes de tudo, uma revolução rural. Mesmo nos países desenvolvidos, desprezar a agricultura em proveito unicamente da indústria é introduzir um desequilíbrio e travar a elevação do nível de vida, sem falar no perigo de descontentar os camponeses, que são, na maior parte dos casos, a classe mais numerosa. E os nossos países são sobretudo agrícolas.<sup>615</sup>

Senghor observa que “os camponeses, que Marx considerava como quase impermeáveis ao fomento revolucionário e voltados ‘à estupidez da vida rural’, desmentiram o juízo nos países subdesenvolvidos.”<sup>616</sup>

Por fim, nesta seção que visa dialogar com as ideias do socialismo africano, assinalamos que, em Cabral, revisar e reconsiderar o lugar da luta de classes na teoria marxista não resultou numa negação de que existisse luta de classes em África. A principal contribuição de Cabral neste debate foi afirmar que a luta de classes é o motor da história apenas durante um período da história da humanidade. Antes do surgimento das classes sociais e do conflito entre elas, e após a abolição deste fenômeno, o nível das forças produtivas seria a força motriz do processo histórico. Cabral recusa a ideia de que a ausência da luta de classes implicasse que uma sociedade não tivesse

---

612 WICK, Alexis, *op. cit.*

613 Cepalino: referente à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). São autores desta escola de pensamento o economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986) e o brasileiro Celso Furtado (1920-2004), entre outros.

614 DEVÉS-VALDÉS, Eduardo, *op. cit.*, p. 175.

615 SENGHOR, Léopold, *Nation et voie Africaine du socialisme*, Paris, Présence Africaine, 1961, p. 85 *apud* SANTOS, Eduardo, *op. cit.*, pp. 167-168.

616 SENGHOR, Léopold, *op. cit.*, pp. 49-50 *apud* SANTOS, Eduardo, *op. cit.*, p. 158.

história. Segundo Cabral, numerosos agrupamentos na África, na Ásia e nas Américas não conheciam a divisão em classes antes do domínio colonial, mas nem por isso eram sociedades fora da história. Igualmente, para Cabral, os seres humanos, após a liquidação da luta de classes, por meio do socialismo, continuariam a produzir história:

A eternidade não é coisa deste mundo, mas o homem sobreviverá às classes e continuará a produzir e a fazer história, porque não pode libertar-se do fardo das suas necessidades, das suas mãos e do seu cérebro, que estão na base do desenvolvimento das forças produtivas.<sup>617</sup>

---

617 CABRAL, Amílcar, “Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”, p. 245.

## CONCLUSÃO

Neste trabalho, buscamos contribuir para o debate sobre Amílcar Cabral e o marxismo de forma contextualizada, sem analisar as formulações e as posições cabralinas de forma desconectada da realidade histórica. Foram analisados os contatos com este campo no que se refere à assimilação e à interpretação da teoria marxista; à incorporação desta teoria ao seu pensamento e à sua ação; e às relações que manteve com países e organizações comunistas.

Entre os resultados da nossa investigação, encontramos que, nos 1940 e 1950, Cabral estava, sim, bastante interessado na teoria marxista, ao contrário do que afirmava Patrick Chabal, e conforme já defendiam outros autores, como Mário de Andrade e Julião Sousa. Neste trabalho, pela análise das recém-publicadas cartas enviadas por Amílcar à sua primeira companheira, Maria Helena, bem como de outras fontes referentes ao Amílcar pré-revolucionário, reunimos elementos para afirmar que este interesse influenciava as suas concepções políticas e filosóficas de forma profunda e abrangente, chegando aos seus pensamentos mais íntimos, tendo alterado a sua visão de mundo. Vimos que, até mesmo em cartas de amor, Cabral procurava aplicar, de modo experimental, os princípios do materialismo dialético.

A teoria marxista não é recepcionada e desenvolvida por Cabral para um projeto nacionalista premeditado e uma conjuntura internacional antevista, mas para a compreensão e a transformação da realidade de modo geral. O desenvolvimento dos seus sentimentos e projetos nacionalistas ocorre concomitantemente a este contato, e influenciado também por ideologias africanas do século XX, como a Negritude e o pan-africanismo, e pelas elaborações e promessas da ONU. De influenciado, Cabral passaria à condição de influenciador: deixou a sua contribuição tanto na história do marxismo como na do pensamento africano do século XX, e na evolução do conceito de autodeterminação da ONU.

Não localizamos um momento de rompimento de Cabral com o campo marxista no decorrer da luta nacionalista. Residindo em Lisboa, Cabral participa dos movimentos de oposição ao regime do Estado Novo. Inicialmente, a situação dos povos africanos das colônias portuguesas é compreendida por Cabral como parte da problemática portuguesa. Em meados de 1950, Cabral amadurece a sua consciência anticolonialista, passando a conceber a libertação das colônias portuguesas como uma luta autônoma em relação ao quadro político português. Mas, nem por isso deixa de conviver intelectualmente com os ativistas portugueses de Bissau, filiados ou influenciados pelo PCP. Futuramente, durante a luta de libertação, as conexões com estes grupos seriam úteis no relacionamento com o movimento comunista internacional. O contato com o pan-africanismo, desde meados dos anos 1950, e com anticolonialistas da África e da Ásia, sobretudo a partir do

início dos anos 1960, diversifica as referências teóricas de Cabral, inclusive no campo marxista. É quando Cabral passa a estudar as experiências de guerra popular de outros povos, designadamente do Vietnã e da China. Cabral continua a teorizar com instrumental marxista nos anos 1950, 1960 e 1970, fosse na imprensa colonial guineense, fosse no PAIGC ou em comunicações internacionais.

A rejeição de rótulos por Cabral deve ser compreendida menos pela sua personalidade, e mais pela conjuntura internacional. Ao menos, como expusemos ao longo desta tese, não era conveniente para o PAIGC (e para numerosas organizações e países do Terceiro Mundo) a assunção de certas posições no conflito da Guerra Fria. A imagem de independência construída pelo PAIGC explica-se pela habilidade diplomática de Cabral, pelo respeito aos limites da Guerra Fria e pelo bom relacionamento com a União Soviética.

A condição periférica do império português e da situação da Guiné resultou numa visibilidade menor da luta do PAIGC, apesar dos esforços e dos sucessos diplomáticos do partido. Não obstante, a menor atenção do mundo capitalista à luta da Guiné acabou por ter também aspectos positivos, e deve ser listada como um dos fatores a explicar a imagem de independência construída por Cabral. De certo modo, o PAIGC beneficiou-se da desatenção que os seus territórios reclamados recebiam do mundo capitalista (e mesmo do aparelho de guerra português, durante os primeiros anos de conflito), em contraste com o vivo interesse que o partido e o seu carismático líder angariavam no mundo socialista e na esquerda internacional (comunista e não comunista).

O conteúdo marxista das formulações de Cabral não pode ser atribuído apenas ao apoio da União Soviética e de outros países socialistas. Cabral adquire familiaridade com a ideologia marxista antes da luta armada – não podemos asseverar se desde Cabo Verde ou se a partir da mudança para Portugal –, e utiliza o instrumental marxista de forma própria, original. Estes elementos eram externados no seu discurso tanto nos países capitalistas, quanto nos socialistas, ou internamente no PAIGC. Além do apoio comunista, os elementos do marxismo nas suas elaborações devem-se às suas convicções pessoais e ao prestígio que o socialismo marxista tinha nos meios anticolonialistas.

O discurso feito por Amílcar Cabral em Havana, em 1966, é uma elaboração ousada, ao afirmar que a luta de classes não é o motor permanente da história. Segundo Cabral, ela é-o a partir do momento em que se instala. Mas, antes e depois disso, os indivíduos e os agrupamentos humanos fizeram e farão história, sendo o verdadeiro motor permanente da história o *nível das forças produtivas*. Para Cabral, afirmar que sem luta de classes não há história seria considerar que numerosas sociedades africanas e de outros continentes viviam fora da história antes da dominação colonialista e imperialista.<sup>618</sup> Com todo o seu arrojo, o discurso é bem recebido nos meios

---

618 CABRAL, Amílcar, “Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”.

socialistas e anti-imperialistas. As ideias que lá estão desenvolvem algumas teses que há décadas eram muito caras ao pan-africanismo e ao anti-imperialismo: no caso do primeiro, a afirmação da historicidade da África anteriormente à presença europeia; no caso do segundo, a relevância da questão nacional e da aliança entre as classes para a libertação dos povos oprimidos. Este discurso pode ser revisitado nesta perspectiva em futuras análises.

Acreditamos que discutir as relações do marxismo com a luta anticolonial não pode ser um “tabu”. O marxismo tem sido um importante campo de elaboração e ação política desde o seu surgimento, em meados do século XIX. No caso da luta anticolonialista, é de se lembrar que Lênin foi o primeiro propugnador em nível internacional da autodeterminação como um direito de todos os povos, não só dos europeus, no início do século XX.<sup>619</sup> Muito se fala da influência do marxismo na África no século XX, mas por vezes se encontra resistência à realização de estudos nesta temática, para além da afirmação genérica da existência de uma relação entre século XX africano e marxismo.

As ligações do bloco socialista com a luta do PAIGC e de outros movimentos de libertação das colônias portuguesas não deslegitimam a causa anticolonial, nem explicam a falta de apoio dos países capitalistas a esta causa. Como vimos, uma conjuntura multifatorial – envolvendo interesses econômicos, estratégicos e políticos – levou à configuração dos apoios efetivamente verificados. No campo ideológico, tiveram relevo outros fatores além do embate entre capitalismo e socialismo, como o lusotropicalismo, no caso brasileiro. O peso do racismo e da herança colonial e imperialista, no caso das decisões de governantes e funcionários europeus e estadunidenses, também há de ser considerado, e fica para nós como um dos temas que gostaríamos de estudar mais. Por ora, o exame das posições do Brasil ajuda-nos a compreender a complexa interação entre os fluxos de ideias que atuaram nos processos estudados. Por sua vez, a inclusão de uma seção sobre o socialismo africano foi um importante exercício para situar Cabral na geração de que fez parte.

Cabral não foi um marxista por conta da “fraseologia” que utilizava desde a juventude, embora o uso de certos termos seja indicativo do contato (e até do entusiasmo) com determinada literatura. Foi-o porque se movimentou dentro deste campo para fazer aquilo que Marx definiu ser o objetivo da sua teoria: transformar o mundo. Reconhecê-lo não implica desmerecer a sua criatividade como pensador e militante. Cabral foi engenhoso na adaptação das táticas de guerrilha e mobilização popular à realidade da Guiné; na condução da política externa e da propaganda internacional do movimento de libertação, num contexto extremamente complicado e dinâmico, sempre a exigir novas soluções; na reflexão sobre questões teóricas e práticas que inquietavam os movimentos negros e as nações africanas do seu tempo.

---

619 Ver SANTOS, Aurora, *A organização...*, p. 67.

Cabral foi um homem do seu tempo, no sentido de que lutou com as referências e sob as circunstâncias da sua época, dedicando a vida àquilo que considerava ser o principal desafio do seu tempo: a emancipação política, econômica e cultural da África. Foi também um homem para além do seu tempo,<sup>620</sup> na medida em que sonhou com um mundo e uma África transformados, com novos desafios. Fez parte de uma geração de vigorosos intelectuais africanos do século XX, que retiraram as máximas consequências dos seus pensamentos e convicções.

Para Cabral, todos os aspectos da realidade tinham sempre um lado positivo e outro negativo. O que tornava o discurso de Cabral tão mobilizador política e afetivamente era a sua capacidade de extrair, do conjunto de valores dos seus interlocutores, aquilo que continha maior potencial transformador. O discurso de Cabral era construído numa interação entre os seus próprios valores, os valores dos povos da sua terra e os dos povos das diversas terras do mundo. “Vês como o mundo é bonito”, dizia Cabral ao seu filho (enteado) Raul num postal enviado de Marrocos, “como as gentes são variadas – mas todas humanas? Verás um dia, meu filho.”<sup>621</sup> Esta frase não corresponde somente ao simples desejo de que o filho viajasse por muitas terras e conhecesse muitas gentes. Em se tratando de Cabral, interpretamos esta mensagem como a esperança – esperança militante – de que as gerações futuras vivessem num mundo de *amanhã*, em que a beleza humana prevalecesse nas *sínteses dinâmicas* do desenvolvimento.

Pode-se dizer, não sem razão, que esta tese fez um balanço preponderantemente positivo da atuação de Cabral. *Hagiografia* – palavra que significa, literalmente, *biografia de santo* – foi um termo com que nos deparamos diversas vezes na bibliografia passiva cabralina, sendo empregado pelos analistas para se referirem a esta ou àquela biografia sobre Cabral. Ao nosso ver, a perspectiva hagiográfica não se caracteriza por um balanço histórico eventualmente favorável às escolhas de um líder político, mas por abordagens em que um “herói” surge sem conexão nem paralelo com nada que existe no mundo, fruto apenas da sua genialidade inexplicável. Insuficiências e equívocos nas elaborações e nas atitudes de Cabral, que certamente existiram, seriam porventura mais bem compreendidos numa análise que incluísse o período pós-colonial, recorte não abrangido pela nossa investigação. Deixemos este exercício para possíveis futuros estudos. Mas, adiantamos que esta tarefa é complexa e desafiadora. Por um lado, há limites em associar sucessos ou insucessos do pós-independência a um indivíduo que não viveu para ver esta fase. Por outro lado, é plausível considerar que as ideias e as opções de um líder político produzam efeito para depois da sua morte. Por enquanto, espera-se que este estudo, buscando responder questões pendentes na bibliografia,

---

620 Expressão com que Oscar Oramas caracteriza Cabral em ORAMAS, Oscar, *Amílcar Cabral: para além do seu tempo*, 2. ed., Praia, Ed. Uni-CV, 2014 [1998].

621 CABRAL, Ana Maria; ELÍSIO, Filinto; SOUTO, Márcia (Org.), *Itinerários de Amílcar Cabral*, Lisboa, Rosa de Porcelana, 2018, p. 118. Cartão-postal sem datação, enviado entre 1966 e 1972, por Amílcar ao menino Raul.

revisando algumas incoerências nela encontradas, e atualizando e dando prosseguimento a algumas análises, tenha sido útil para a produção de conhecimento sobre o tema em discussão.

ANEXO

**Caricatura de Amílcar Cabral no livro de curso de Agronomia (1949)**



Autor: José Carlos Sousa Veloso (1926-2014).

Fonte: Livro de Curso do Instituto Superior de Agronomia, Licenciatura de 1945-46, Lisboa, 1949, Fundação Mário Soares, DAC/Documentos Amílcar Cabral, Iva Cabral – Caricatura de Amílcar Cabral da autoria de Sousa Veloso, imagem n. 19, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_42994](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_42994)>, acesso em: 1 Fev. 2020.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1 FONTES

#### 1.1 Textos de Amílcar Cabral (inclui coletâneas de cartas)

CABRAL, Amílcar, [Carta], 1960 Set. 26, Conacri, a Valentin Ivanov, [Datilografada], 1960, 2 f., disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_39194](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39194)>, acesso em: 2 Jul. 2018.

CABRAL, Amílcar, [Carta], 1960 Jan. 8, Conacri, a Lev Soukhanov, [Datilograda], 1960, 1 f., disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_39203](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39203)>, acesso em: 2 Jul. 2018.

CABRAL, Amílcar, [Carta] 1961 Jan. 8, Conacri, ao Secretário Geral do Comité Soviético de Solidariedade Afro-Asiática, [Datilografada], 1961, 2 f., disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_39196](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39196)>, acesso em: 2 Jul. 2018.

CABRAL, Amílcar, [Carta memorando], 1964 Maio 26, Conacri, a Nikita Khrouchtchev, [Datilografada], 1964, 12 f., disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_39187](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39187)>, acesso em: 5 Dez. 2017.

CABRAL, Amílcar, [Telegrama], 1970 Mar. 11, Conacri, a Charles Diggs, [Datilografado], 1970, 1 f., disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_34630](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34630)>, acesso em: 5 Dez. 2017.

CABRAL, Amílcar, [Carta], 1970 Dez. 16, Conacri, ao Comité Central do Partido Comunista Português, [Datilografado], 1970, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_34631](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34631)>, acesso em: 5 Dez. 2017.

CABRAL, Amílcar, “A agricultura na Guiné – algumas notas sobre as suas características e problemas fundamentais” in *Estudos agrários de Amílcar Cabral*, Lisboa, ICT, Bissau, INEP, 1988 [1959], pp. 525-535.

CABRAL, Amílcar, “A brief report on the situation of the struggle in Guiné (January-August 1971)”, in *Our people are our mountains*, introdução de Basil Davidson, Nottingham, Russell Press, 1971, pp. 25-40.

CABRAL, Amílcar, “A estrada larga da esperança” in *A luta criou raízes – intervenções, entrevistas, reflexões, artigos 1964-1973*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2018 [1966], pp. 193-204. Mensagem ao povo português na emissora *A voz da Liberdade*, Argel, 2 de julho de 1966.

CABRAL, Amílcar, “A Guiné e as Ilhas de Cabo Verde face ao colonialismo português”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1961], pp. 75-88. (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria).

CABRAL, Amílcar, “A propósito da educação”, *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, ano 2, n. 21, Jun. 1951, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_44504](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_44504)>, acesso em 23 Jan. 2018.

CABRAL, Amílcar, “A propósito da mecanização da agricultura da Guiné Portuguesa”, in *Estudos agrários de Amílcar Cabral*, Lisboa, IICT, Bissau, INEP, 1988 [1954], pp. 233-239.

CABRAL, Amílcar, “A question and answer session held in the University of London, 27th October 1971” in *Our people are our mountains*, introdução de Basil Davidson, Nottingham, Russell Press, 1971, pp. 11-23.

CABRAL, Amílcar, “A verdade sobre as colónias africanas de Portugal”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1960], pp. 63-73. (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria).

CABRAL, Amílcar, “Acerca da utilização da terra na África Negra”, in *Estudos agrários de Amílcar Cabral*, Lisboa, IICT, Bissau, INEP, 1988 [1954], pp. 241-249.

CABRAL, Amílcar, “Algumas considerações acerca das chuvas”, *Cabo Verde: Boletim de Propaganda e Informação*, ano 1, n.1, 1 Out. 1949, disponível em: <[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/CaboVerde/N01/CaboVerde\\_item1/P3.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/CaboVerde/N01/CaboVerde_item1/P3.html)>, acesso em: 27 Fev. 2018.

CABRAL, Amílcar, “Análise dos tipos de resistência: 2 - Resistência económica”, [1969], *CasaComum.org*, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_84160](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84160)>, acesso em: 22 Jan. 2018.

CABRAL, Amílcar, “Apontamentos sobre poesia cabo-verdiana”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1952], pp. 25-29.

CABRAL, Amílcar, “As leis portuguesas de dominação colonial”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1961], pp. 89-115. (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria).

CABRAL, Amílcar, “Breve análise da estrutura social da Guiné ‘portuguesa’”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1964], pp. 117-126.

CABRAL, Amílcar, “Breve análise da estrutura social das Ilhas de Cabo Verde”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1964], pp. 127-130. (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria).

CABRAL, Amílcar, “Breve análise da estrutura social da Guiné ‘portuguesa’ e das Ilhas de Cabo Verde: notas complementares”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1969], pp. 131-136. (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria).

CABRAL, Amílcar, “Combattants anonymes de la cause de l'ONU”, [Extracto da declaração de Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, perante a IV Comissão da Assembleia Geral da ONU], 12 Dez. 1962, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_39856](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39856)>, acesso em: 23 Jan. 2018.

CABRAL, Amílcar, “Em defesa da terra (I)”, in *Estudos agrários de Amílcar Cabral*, Lisboa, IICT, Bissau, INEP, 1988 [1949], pp. 63-65.

CABRAL, Amílcar, “Evolução e perspectivas da luta”, [1969], *CasaComum.org*, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_84153](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84153)>, acesso em 13 Nov. 2018.

CABRAL, Amílcar, “Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1966], pp. 239-256. (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria).

CABRAL, Amílcar, “Hoje e amanhã”, in *Cabo Verde: reflexões e mensagens*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2015 [1944], pp. 27-30.

CABRAL, Amílcar, “Homenagem a Kwame Nkrumah”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1972], pp. 233-237. (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria).

CABRAL, Amílcar, “Introduction”, in DAVIDSON, Basil, *Révolution en Afrique – la libération de la Guinée Portugaise*, Paris, Seuil, 1969.

CABRAL, Amílcar, “Libertação nacional e cultura”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1970], pp. 267-282. (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria).

CABRAL, Amílcar, “Nem toda a gente é do Partido”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1969], pp. 193-202. (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria).

CABRAL, Amílcar, “O nosso povo, o governo português e a ONU”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1962], pp. 215-221. (Obras escolhidas, vol. 2: A prática revolucionária).

CABRAL, Amílcar, “O desastre da assistência e outros factos”, in *Cabo Verde: reflexões e mensagens*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2015 [1949], pp. 31-34.

CABRAL, Amílcar, “O papel do estudante africano”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1953], pp. 31-33.

CABRAL, Amílcar, “O papel da cultura na luta pela independência”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1972], pp. 283-298. (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria).

CABRAL, Amílcar, “O povo da Guiné e Cabo Verde perante a ONU”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1972], p. 223-238. (Obras escolhidas, vol. 2: A prática revolucionária).

CABRAL, Amílcar, “O problema da erosão do solo. Contribuição para o seu estudo na região de Cuba (Alentejo)”, in *Estudos agrários de Amílcar Cabral*, Lisboa, IICT, Bissau, INEP, 1988 [1951], pp. 81-176.

CABRAL, Amílcar, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior: 1 - A nossa guerra perante o Governo português. 2 - Em África”, *CasaComum.org*, [1969], disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_84156](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84156)>, acesso em: 14 Jan. 2020.

CABRAL, Amílcar, “Para a melhoria do nosso trabalho no plano exterior: 3 - No plano internacional”, [1969] *CasaComum.org*, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_84157](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84157)>, acesso em: 22 Jan. 2018.

CABRAL, Amílcar, “Partir da realidade da nossa terra. Ser realistas” in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1969], pp. 153-172. (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria).

CABRAL, Amílcar, “Portugal é imperialista?” in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1971], pp. 239-242. (Obras escolhidas, vol. 2: A prática revolucionária).

CABRAL, Amílcar Lopes, “Recenseamento Agrícola da Guiné – estimativa em 1953”, [1956], *CasaComum.org*, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_34143](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34143)>, acesso em: 13 Nov. 2018.

CABRAL, Amílcar, “Regresso” [1949], in OSÓRIO, Oswaldo (Org.), [s.d.], *Emergência da poesia em Amílcar Cabral: 30 poemas*, Praia, Grafedito, Lisboa, CasaComum.org, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_34139](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_34139)>, acesso em: 10 Maio 2017.

CABRAL, Amílcar, “Resistência cultural” in *Pensar para melhor agir – intervenções no Seminário de Quadros, 1969*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2014 [1969], pp. 187-202,

CABRAL, Amílcar, “Saudação ao 6º Congresso da União Progressista Senegalesa (UPS) in *A luta criou raízes – intervenções, entrevistas, reflexões, artigos 1964-1973*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2018 [1968], pp. 247-254.

CABRAL, Amílcar, “Speech made at a mass meeting in Central Hall, London 26th October 1971” in *Our people are our mountains*, introdução de Basil Davidson, Nottingham, Russell Press, 1971, pp. 3-9.

CABRAL, Amílcar, “Uma crise de conhecimento”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1961], pp. 225-228. (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria).

CABRAL, Amílcar, “Uma luz fecunda ilumina o caminho da luta: Lénine e a luta de libertação nacional”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1970], pp. 257-265. (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria).

CABRAL, Amílcar, “Unidade e luta”, in *Unidade e luta*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2013 [1969], pp. 137-152. (Obras escolhidas, vol. 1: A arma da teoria).

CABRAL, Amílcar, “Unindo as lutas” in *A luta criou raízes – intervenções, entrevistas, reflexões, artigos 1964-1973*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2018 [1972], pp. 319-337.

CABRAL, Ana Maria; ELÍSIO, Filinto; SOUTO, Márcia (Org.), *Itinerários de Amílcar Cabral*, com textos introdutórios de Filinto Elísio e Márcia Souto; Jorge Carlos Fonseca; António Guterres; José Maria Pereira Neves; Guilherme d’Oliveira Martins; Aurora Almada e Santos, Lisboa, Rosa de Porcelana, 2018.

CABRAL, Iva; SOUTO, Márcia; ELÍSIO, Filinto (Org.), *Cartas de Amílcar Cabral a Maria Helena: a outra face do homem*, com textos introdutórios de Márcia Souto e Filinto Elísio; Pedro Pires; Inocência Mata; e Calos Lopes, Lisboa, Rosa de Porcelana, 2016.

MENSAGEM dirigida pelo camarada Amílcar Cabral ao Congresso da UGEAN, em Rabat, Rabat, Ago. 1963, *CasaComum.org*, disponível em: <<http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10193.001.005>>, acesso em: 5 Dez. 2017.

PLANO geral do texto de Amílcar Cabral sobre a resistência política, económica, cultural e armada, *CasaComum.org*, s.d, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_39971](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39971)>, acesso em: 17 Mar. 2018.

## 1.2 Outros documentos e textos

BRASIL, Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951, disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1390-3-julho-1951-361802-normaatualizada-pl.html>>, acesso em: 23 Nov. 2018.

DECLARATION on the granting of independence to colonial countries and people, New York, 14 Dec. 1960, disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/1514\(XV\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1514(XV))>, acesso em: 21 Jun. 2018.

*Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 16 Maio 1964, disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/diarios/PublicacoesOficiais>>, acesso em: 21 Jun. 2018, pp. 1193-1201.

PORTUGAL, Ministério das Colónias, Decreto nº 12.533 de 1926, *Diário do Governo*, Lisboa, 23 Out. 1926, série I, n. 237, pp. 1167-1670, disponível em: <<https://dre.pt/application/file/161616>>, acesso em: 24 Out. 2018.

PORTUGAL, Ministério do Ultramar, Decreto-Lei nº 39.666/1954, *Diário do Governo*, Lisboa, 20 Maio 1954, série I, n. 110, pp. 560-565, disponível em: <<https://dre.pt/application/file/635307>>, acesso em: 24 Out. 2018.

PORTUGAL, Ministério do Ultramar, Decreto-Lei nº 43.893/1961, *Diário do Governo*, Lisboa, 6 Set. 1961, série I, n. 207, pp. 1101-1103, disponível em: <<https://dre.pt/application/file/180951>>, acesso em: 24 Out. 2018.

PROGRAMA do trabalho ideológico, 1971-1972, *CasaComum.org*, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_39970](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39970)>, acesso em: 17 Mar. 2018.

REPORT on Portuguese Guinea and the Liberation Movement, Washington, 1970, *CasaComum.org*, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_84252](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_84252)>, acesso em: 23 Fev. 2018. (Publicação pelo Sub-Comité da África, Comité dos Negócios Estrangeiros, Câmara dos Representantes, Congresso dos Estados Unidos da América, Washington, D.C., de audição de Amílcar Cabral de 26 de Fevereiro de 1970).

RESOLUTION 3061 (XXVIII) of 2 November 1973, 2 Nov. 1973, disponível em:  
<<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/281/33/IMG/NR028133.pdf>>,  
acesso em: 3 Dez. 2018.

RESOLUTION 3191 (XXVIII) of 18 December 1973, 18 Dec. 1973, disponível em:  
<[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/3191\(XXVIII\)&Lang=E&Area=RESOLUTION](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/3191(XXVIII)&Lang=E&Area=RESOLUTION)>, acesso em: 4 Dez. 2018.

RESOLUTION 322 (1972) of 22 November 1972, 22 Nov. 1972, disponível em:  
<<http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/1972.shtml>>, acesso em: 19 Set. 2018.

SEABRA, José Augusto, “Para um conceito humano de cultura”, *O mensageiro – jornal académico do Liceu de Dom Manuel II*, n. 11, 1953, p. 6, disponível em: <[http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Omensageiro/N11/N11\\_item1/P6.html](http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Omensageiro/N11/N11_item1/P6.html)>, acesso em: 19 maio 2018.

SOUKHANOV, Lev, [Carta], 1960 Nov. 4, Moscou, a Amílcar Cabral, [Datilografada], 1960, 1 f., disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_39201](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_39201)>, acesso em: 2 Jul. 2018.

THE SITUATION in Angola, New York, 20 Apr. 1960, disponível em:  
<[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/1603\(XV\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/1603(XV))>, acesso em: 15 Jun. 2018.

## **2 BIBLIOGRAFIA**

### **2.1 Bibliografia específica**

#### 2.1.1 Livros

ANDRADE, Mário Pinto de, *Amílcar Cabral: ensaio de biografia política*, Praia, Fundação Amílcar Cabral, 2014.

CHABAL, Patrick, *Amílcar Cabral: revolutionary leadership and people's war*, London, Hurst, 1. reimp. 2002 com novo prefácio do autor (1. ed. 1983, Cambridge University Press).

CONTINUAR CABRAL – Simpósio Internacional Amílcar Cabral. 17-20 jan. 1983, Praia.  
Odivelas: Grafedito/Prelo – Estampa, set. 1984. 705 p.

IGNATIEV, Oleg, *Amílcar Cabral, filho de África – narração biográfica*, Lisboa, Editora Prelo, 1975.

LOPES, Carlos (Org.), *Desafios contemporâneos da África – o legado de Amílcar Cabral*, tradução de Roberto Leal, São Paulo, Ed. Unesp, 2012.

ORAMAS, Oscar, *Amílcar Cabral: para além do seu tempo*, 2. ed., Praia, Ed. Uni-CV, 2014 [1998].

SOUSA, Julião Soares, *Amílcar Cabral (1924-1973): vida e morte de um revolucionário africano*, Coimbra, Edição do Autor revista, corrigida e aumentada, 2016.

TOMÁS, António, *O fazedor de utopias – uma biografia de Amílcar Cabral*, 2. ed., Lisboa, Tinta-da-China, 2008.

VILLEN, Patricia, *Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo*, São Paulo, Expressão Popular, 2013.

#### 2.1.2 Artigos de periódicos e capítulos de livros

ANJOS, José Carlos Gomes dos, *Fontes populares do discurso revolucionário de Amílcar Cabral* in MACEDO, José Rivair (Org.), *O pensamento africano no século XX*, São Paulo, Outras Expressões, 2016, pp. 229-259.

BLACKKEY, Robert, “Fanon and Cabral: a contrast in theories of revolution for Africa”, *The Journal of Modern African Studies*, v. 12, n. 2, 1974, pp. 191-209.

BOCKEL, Alain, “Amílcar Cabral, marxiste africain”, *Ethiopiennes*, Dakar, n. 5, 1976, disponível em: <<http://ethiopiennes.refer.sn/spip.php?article391>>, acesso em: 16 Maio 2017.

CHILCOTE, Ronald, “Cabral in the historical context of his epoch: the implications of his theory of class and class struggle” in *Continuar Cabral – Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, 17-20 jan.

1983, Praia. Odivelas: Grafedito/Prelo-Estampa, Set. 1984, pp.153-169, disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=007348#!154>>, acesso em: 27 Fev. 2018.

DAVIDSON, Basil, “Sobre o nacionalismo revolucionário: o legado de Cabral”, in *Continuar Cabral – Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, 17-20 Jan. 1983, Praia. Odivelas: Grafedito/Prelo-Estampa, Set. 1984, p. 85, disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=007348#!84>>, acesso em: 17 Mar. 2018.

IDAHOSA, Pablo Luke Ehioze, “Going to the people: Amílcar Cabral’s materialist theory and practice of culture and ethnicity”, *Lusotopie*, n. 9, 2º semestre de 2002, pp. 29-58, disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/luso\\_1257-0273\\_2002\\_num\\_9\\_2\\_1506](http://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2002_num_9_2_1506)>, acesso em 13 Mar. 2018.

LUKE, Timothy, “Cabral’s marxism: an African strategy for socialist development”, *Studies in comparative communism*, v. XIV, n. 4, Winter 1981, pp. 307-330.

NEVES, José, “Ideologia, ciência e povo em Amílcar Cabral”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 23 Mar. 2017, disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-59702017005000001>>, acesso em: 16 Maio 2017.

PEREIRA, Aristides, “O perfil de Cabral e a actualidade do seu pensamento” in *Continuar Cabral – Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, 17-20 Jan. 1983, Praia. Odivelas: Grafedito/Prelo-Estampa, set. 1984, disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=007348#!34>>, acesso em: 17 Mar. 2018, p. 47.

ROLIM, Gustavo Koszeniewski, “Revolução e cultura no pensamento de Frantz Fanon e Amílcar Cabral”, in MACEDO, José Rivair (Org.), *O pensamento africano no século XX*, São Paulo, Outras Expressões, 2016, pp. 167-198.

SILVA, António Correia e, “Da publicação das cartas de Amílcar Cabral à sociologia do relacionamento amoroso inter-racial no contexto imperial português”, *Desafios*, Praia, n. 3, nov. 2016, pp. 9-32.

SOUSA, Julião, “Amílcar Cabral, the PAIGC and the relations with China at the time of the Sino-Soviet split and of anti-colonialism – discourses and praxis”, *The International History Review*, 8 Jan. 2020, disponível em: <<https://doi.org/10.1080/07075332.2019.1695139>>, acesso em 14 Jan. 2020.

SOUSA, Julião Soares, “O fenómeno tribal, o tribalismo e a construção da identidade nacional no discurso de Amílcar Cabral”, in TORGAL, Luís Reis, PIMENTA, Fernando Tavares, SOUSA, Julião Soares (Coord.), *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 161-172.

TOMÁS, António, “Cabral and the postcolony: postcolonial readings of revolutionary hopes”, *Postcolonial Studies*, v. 19, n. 1, p. 22-36, 2016.

WICK, Alexis, “A nação no pensamento de Amílcar Cabral” in LOPES, Carlos (Org.), *Desafios contemporâneos da África – o legado de Amílcar Cabral*, tradução de Roberto Leal, São Paulo, Ed. Unesp, 2012, pp. 69-105.

## **2.2 Bibliografia geral**

### 2.2.1 Livros e teses

ALEXANDRE, Valentim, *Origens do Colonialismo Português Moderno (1822-1891)*, vol. III, Lisboa, Sá da Costa, 1979.

CARDOSO, Ciro Flamarion, *Uma introdução à história*, 9. ed., São Paulo, Brasiliense, 1992.

CARVALHO, Maria Adriana Beirão Gonçalves Sousa, *O liceu em Cabo Verde, um imperativo de cidadania: 1917-1975*, Lisboa, FPCE/UL, 2009, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação (História da Educação) apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/969>>, acesso em: 21 Dez. 2017.

COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel, *Os dirigentes do PAIGC: da fundação à rutura: 1956-1980*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, disponível em: <<https://run.unl.pt/handle/10362/65404>>, acesso em 10 Fev. 2020.

DÁVILA, Jerry, *Hotel Trópico – o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*, tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne, São Paulo, Paz e Terra, 2011.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo, *O pensamento africano sul-saariano: conexões e paralelos com o pensamento latino-americano e o asiático (um esquema)*, São Paulo, Clacso, 2008, disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/valdes/index.html>>, acesso em 14 Jan. 2020.

DHADA, Mustafah, *Warriors at work – how Guinea was really set free*, Niwot, University Press of Colorado, 1993.

FANON, Frantz, *Em defesa da Revolução Africana*, tradução de Isabel Pascoal, Luanda: INALD; Lisboa: Sá da Costa, 1980 [1952-1961], disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/fanon/1969/defesa/index.htm>>, acesso em: 14 Jan. 2020.

FANON, Frantz, *Os condenados da Terra*, tradução de Serafim Ferreira, Lisboa, Ulissea, [1961], disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/fanon/1961/condenados/index.htm>>, acesso em: 17 Mar. 2018.

FANON, Frantz, *Pele negra, máscaras brancas*, tradução de Alexandre Pomar, Porto, Ed. A. Ferreira, s.d. [1952].

GADDIS, John Lewis, *História da Guerra Fria*, tradução de Gleuber Vieira, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2006.

GOMES, Patrícia, *Os fundamentos de uma nova sociedade: o P.A.I.G.C. e a luta armada na Guiné-Bissau (1963-1973) – organização do Estado e relações internacionais*, Torino, L'Harmattan, 2010.

HO, Chi Minh, *Escritos (1919-1954)*, tradução de Gabriel Duccini *et al.*, São Paulo, Raízes da América, 2016, v. 1.

HO, Chi Minh, *Escritos (1954-1969)*, tradução de Gabriel Duccini *et al.*, São Paulo, Raízes da América, 2016, v. 2.

LENIN, Vladimir Ilitch, *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, São Paulo, Expressão Popular, 2012.

LENINE, Vladimir Ilitch, *O Estado e a revolução*, [1918], disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm>>, acesso em: 3 Jul. 2018.

LENINE, Vladimir Ilitch, *O oportunismo e a falência da II Internacional*, [1916], disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/01/falencia.htm>>, acesso em: 3 Jul. 2018.

LOPES, José Vicente, *Cabo Verde: as causas da independência*, Praia, Spleen, 2003.

LOPES, José Vicente, *Cabo Verde: os bastidores da independência*, Praia, Instituto Camões, 1996.

LOSURDO, Domenico, *Marx e o balanço histórico do século XX*, São Paulo, Anita Garibaldi, 2015.

MARX, Karl, *Teses sobre Feuerbach*, tradução de Álvaro Pina, Lisboa, Avante, 1982 [1845], disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>>, acesso em: 16 Maio 2017.

MARX, Karl, *O 18 do Brumário de Louis Bonaparte*, tradução de Maria Teresa de Sousa, 2. ed., Coimbra, Centelha, 1975 [1852].

SANTOS, Aurora A. V. Almada e, *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970*, Lisboa, FCSH/UNL, 2014, Tese de Doutoramento em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, disponível em: <<https://run.unl.pt/handle/10362/13087>>, acesso em: 22 Dez. 2017.

SANTOS, Aurora Almada e, *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1960-1974*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 2017.

SANTOS, Eduardo dos, *Ideologias políticas africanas*, Lisboa, CEPS, 1968.

SCHNEIDMAN, Witney W., *Confronto em África – Washington e a queda do império colonial português*, tradução de Nuno Bon de Sousa, com apresentação de Frank C. Carlucci e introdução de Leonardo Mathias, Lisboa, Tribuna da História, 2005.

SECCO, Lincoln, *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*, São Paulo, Alameda, 2004.

TELEPNEVA, Natalia, *Our sacred duty: the Soviet Union, the liberation movements in the Portuguese colonies, and the Cold War, 1961-1975*, Londres, LSE, 2014, Tese de Doutoramento apresentada à London School of Economics and Political Science, disponível em: <<http://etheses.lse.ac.uk/3081/>>, acesso em: 9 Mar. 2018.

VISENTINI, Paulo Fagundes, *As revoluções africanas*, São Paulo, Editora Unesp, 2012.

### 2.2.2 Artigos de periódicos e capítulos de livros

ARAÚJO, António de, SILVA, António Duarte, “O uso de napalm na Guerra Colonial – quatro documentos”, *Relações Internacionais*, 2009, n. 22, pp. 121-139, disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992009000200009&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992009000200009&lng=pt&nrm=iso)>, acesso em: 22 Jun. 2018.

BARROS, Víctor, “As ‘sombras’ da Claridade: entre o discurso de integração regional e a retórica nacionalista”, in TORGAL, Luís Reis, PIMENTA, Fernando Tavares, SOUSA, Julião Soares (Coord.), *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 193-217.

BITTENCOURT, Marcelo, “Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola”, in MELO, Victor Andrade de, BITTENCOURT, Marcelo, NASCIMENTO, Augusto (Org.), *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010.

BOSGRA, Sietse, “A influência dos movimentos de libertação na opinião pública europeia” in *Continuar Cabral – Simpósio Internacional Amílcar Cabral*, 17-20 Jan. 1983, Praia. Odivelas: Grafedito/Prelo-Stampa, Set. 1984, pp. 573-581, disponível em:

<<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=007348#!576>>, acesso em: 18 Set. 2018.

CARDOSO, Carlos, “A ideologia e a prática da colonização portuguesa na Guiné e o seu impacto na estrutura social, 1926-1973”, *Soronda – Revista de Estudos Guineenses*, Bissau, n. 4, Jul. 1992, pp. 29-63, disponível em: <[http://hdl.handle.net/11002/fms\\_dc\\_11341](http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_11341)>, acesso em: 24 Out. 2018.

CASTELO, Cláudia, “Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, Abr.-Jun. 2012, pp. 391-408, disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000200003>>, acesso em: 25 Out. 2018.

DIAS, Jill, “Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n. 1, 1984, p. 77.

DIOP, Cheikh Anta, “Preface”, in *Nations nègres et culture – de l’antiquité Nègre-Égyptienne aux problèmes culturels de l’Afrique noire d’aujourd’hui*, Paris, 1954, Éditions Africaines, pp. 7-14.

FERREIRA, Manuel, “O texto brasileiro na literatura caboverdiana”, in *Literaturas africanas de língua portuguesa: compilação das comunicações apresentadas durante o colóquio sobre literaturas dos Países Africanos de Língua Portuguesa em Julho de 1985*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, pp. 81-105.

GLEIJESES, Piero, “The first ambassadors: Cuba’s contribution to Guinea-Bissau’s war of independence”, *Journal of Latin American Studies*, v. 29, n.1, Feb, 1997, pp. 45-88.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, “Feuerbach. Oposição das concepções materialista e idealista – capítulo primeiro de *A Ideologia Alemã*”, in *Obras Escolhidas*, tradução de Álvaro Pina, Lisboa, Avante, 1982 [1845-1846], disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/>>, acesso em: 19 Abr. 2018.

MILANI, Ada, RUSSO, Vincenzo, “1º de Julho de 1970: o encontro entre Paulo VI e os ‘rebeldes’ das colónias portuguesas de África: a receção da imprensa italiana”, *Polifonia*, Cuiabá, v. 19, n. 26, Ago./Dez. 2012, pp. 218-234, disponível em:

<<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/828>>, acesso em: 31 Maio 2018.

NASCIMENTO, Augusto, “São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o *homem novo* e o socialismo contra os costumes da terra”, *Anuário Antropológico 2014*, Brasília, v. 40, n. 1, 2015, pp. 133-163.

PINHEIRO, Letícia, “‘Ao vencedor, as batatas’: o reconhecimento da independência de Angola”, *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 39, 2007, pp. 83-120, disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2562>>, acesso em: 23 Jun. 2018.

RESENDE, Taciana Almeida Garrido, “Uma sólida ponte: memória, resistência e conciliação com o passado no pós-independência em Cabo Verde”, in REIS, Raissa Brescia dos, RESENDE, Taciana Almeida Garrido, MOTA, Thiago Henrique (Org.), *Estudos sobre África Ocidental: dinâmicas culturais, diálogos atlânticos*, Curitiba, Prismas, 2016, pp. 287-321.

SENGHOR, Léopold Sédar, “Pour une relecture africaine de Marx et d’Engels”, *Ethiopiennes*, n. 5, jan. 1976, disponível em: <<http://ethiopiennes.refer.sn/spip.php?article388>>, acesso em: 1 Mar. 2017.

SOUSA, Julião Soares, “A cisão sino-soviética e as suas implicações nos movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas de África”, in VIEIRA, Cristina *et al.* (Coord.), *Portugal-África: mitos e realidades vivenciais e artística*, Covilhã, UBI, 2012, pp. 215-237.

### 2.2.3 Dicionários

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO Gianfranco (Dir.), *Dicionário de Política*, tradução de Carmen C. Varriale *et al.*, 12. ed. Brasília, Ed. UnB, 2004, v. 1.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO Gianfranco (Dir.), *Dicionário de Política*, tradução de Carmen C. Varriale *et al.*, 12. ed. Brasília, Ed. UnB, 2004, v. 2.

Dicionário online Michaelis – Moderno Dicionário Inglês, disponível em:  
<<http://michaelis.uol.com.br/moderno-ingles/>>, acesso em: 11 Maio 2018.

Dicionário Político do Marxists Internet Archive – Secção em Português, disponível em:  
<<https://www.marxists.org/portugues/dicionario/>>, acesso em: 11 Maio 2018.

Oxford Living Dictionaries – English, disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/>>, acesso em: 11 Maio 2018.

#### 2.2.4 Filmes

*Conversa em Família*, Lisboa, RTP 1, 7 Jul. 1970. Série Televisiva. Episódio de 7 Jul. 1970. Vídeo *online* (9 min.). Disponível em: <<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/conversa-em-familia-8/>>.

EL-TAHRI, Jihan, *Cuba: uma odisseia africana*. Produção: Temps Noir. Paris, Arte France; Lisboa, Midas Filmes, 2007. Documentário. 1 DVD (190 min.).

FURTADO, Joaquim, *A guerra*. Produção: RTP. Lisboa, Correio da Manhã, 2007. Série documental. 9 DVDs (mais de 9h.). Episódios de 1 a 9.

FURTADO, Joaquim, *A guerra*. Produção: RTP. Lisboa, Correio da Manhã, 2009. Série documental. 9 DVDs (mais de 11 h.). Episódios de 10 a 18.

FURTADO, Joaquim, *A guerra*. Produção: RTP. Lisboa, Público; Levoir, 2017. Série documental. 8 DVDs (mais de 27 h.). Episódios de 19 a 42.